**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

**Justiça ambiental nas atribuições de responsabilidade
compartilhada: o caso do direito de acesso à coleta
seletiva no município de São Paulo**

Marli Aparecida Sampaio

**Versão corrigida
São Paulo
2018**

Justiça ambiental nas atribuições de responsabilidade compartilhada: o caso do direito de acesso à coleta seletiva no município de São Paulo

Marli Aparecida Sampaio

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Linha de pesquisa: Sustentabilidade e modos de vida

Orientadora: Profa. Dra. Deisy de Freitas Lima Ventura

Versão corrigida
São Paulo
2018

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução, total ou parcial, é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano.

Catálogo na Publicação (CIP) Biblioteca/CIR da FSP/USP

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Sampaio, Marli Aparecida

Justiça ambiental nas atribuições de responsabilidade compartilhada: o caso do direito de acesso à coleta seletiva no Município de São Paulo

Orientadora: Profa. Dra. Deisy de Freitas Lima Ventura – São Paulo – 2018.

SAMPAIO, Marli Aparecida, Justiça ambiental nas atribuições de responsabilidade compartilhada: o caso do direito de acesso à coleta seletiva no Município de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Janus

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

ATA DE DEFESA

Aluno: 6140 - 1610191 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) Marli Aparecida Sampaio no Programa de Saúde Global e Sustentabilidade do(a) Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Aos 07 dias do mês de agosto de 2018, no(a) Sala Prof. Dr. Diógenes August realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Marli Aparecida Sampaio, apresentada para a obtenção do título de Doutora intitulada:

"JUSTIÇA AMBIENTAL NAS ATRIBUIÇÕES DE RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA: O caso do direito de acesso à coleta seletiva no Município de São Paulo"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Deisy de Freitas Lima Ventura	Presidente	IRI - USP	Não Votante
Arthur Luis Mendonça Rollo	Titular	FDSBC - Externo	Aprovado
Roberta Densa	Titular	FDSBC - Externo	Aprovado
Débora Vanessa Caús Brandão	Suplente	FDSBC - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Carlos Alberto da Silva Santos
Auxiliar Técnico
Serviço de Pós-Graduação
Nº USP 7125162

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO... da Graduação ao Doutorado... minha escola, para sempre:

Não há ensino sem pesquisa e não há pesquisa sem ensino. A partir do momento em que o educador é um pesquisador, este refletirá para que seu aluno possa se espelhar nele. A pesquisa proporciona um novo horizonte, uma forma de ter novos conhecimentos. Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*.

In Memoriam de Claudio Abramo:

No ano de conclusão deste trabalho (2018) faleceu o jornalista Claudio Abramo, cuja atuação foi fundamental para que fosse aprovada a Lei de Acesso à Informação. O envio de perguntas diretas para a Prefeitura e suas respostas, realizados através de instrumentos da Lei de Acesso à Informação, foram os principais instrumentos de coleta de dados desta pesquisa.

Dedico esta tese ao meu marido, Joselito Boaventura: alicerce sobre o qual construí todas as minhas realizações profissionais e pessoais. Sem você nada teria se realizado.

À minha família (irmãos, sogro, cunhados e sobrinhos) e a meus amigos, pela paciência que tiveram com os momentos que tive que me recolher para pesquisar e escrever, e pela paciência em ouvir minhas inquietações quando das descobertas.

À Marcia da Cruz Sampaio, Ivan Sampaio e Sidnei Dórea, minha sobrinha e irmãos internautas, que supriram minhas deficiências analógicas.

Aos meus queridos Professores, e já que me vejo sem palavras, busco, as belíssimas lições do nosso eterno, querido e saudoso Professor Paulo Freire, para agradecer o aprendizado ao longo desses 4 anos e pela oportunidade de retornar à Universidade de São Paulo:

O verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo. Verbo que pede um objeto direto – alguma coisa – e um objeto indireto – a alguém... quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender... "Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.
Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*.

Os professores a quem dedico essa lição de Paulo Freire são:

Profa. Dra. Deisy Ventura, minha orientadora, por ter acreditado na minha pesquisa, por ter acompanhado, e guiado e em todas, desde a primeira seção de orientação, acendeu a Luz do Conhecimento como quem acende um farol no meio da neblina. Obrigada Deisy pela paciência e respeito com que me orientou.

Profa. Dra. Helena Ribeiro, cujo espírito da docência transcende para além dos ensinamentos sobre saúde global e sustentabilidade, alcançando dedicação e entrega ao programa, carinho e respeito a nós, seus eternos e para sempre, alunos.

Profa. Dra. Wanda Maria Risso Günther pela atenção, carinho, respeito, seriedade e comprometimento com que corrigiu linha por linha da delicada parte técnica de minha tese. Sem essa correção nada disso que está aqui seria possível. Também agradeço à querida Professora Wanda pelas preciosas lições sobre gestão de resíduos sólidos, lições sobre a responsabilidade estendida do produtor, pelas lições sobre manuseio dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, pelo companheirismo e cumplicidade para com seus alunos nos eventos internacionais e pela cobrança carinhosa para que eu desenvolvesse o tema responsabilidade compartilhada.

Profa. Laura Vigia Dias, minha revisora, luz de meu caminho, estrela vespertina e que suavemente, com toque de Midas e olhar atento, me ajudou finalizar o trabalho.

Prof. Dr. Arthur Mendonça Rollo, fiel companheiro das trincheiras em defesa do consumidor, que me ajudou abrir os horizontes desta pesquisa quando me mostrou no exame de qualificação que não seria possível estudar Justiça Ambiental sem estudar o respeito à dignidade da pessoa humana;

Profa. Debora Vanessa Caus Brandão, pela sua dedicação em me ensinar as preciosas lições de Direito Civil, que trouxeram novos alicerces os instrumentos deste trabalho.

Profa. Dra. Roberta Densa, pelo olhar crítico do aspecto jurídico sobre meu trabalho, pela leitura atenta, pela alegria e dedicação incondicional em acompanhar a etapa final desse trabalho.

Dedico esta tese à Secretaria da Pós-Graduação do Programa de Saúde Global e Sustentabilidade, na pessoa de Vânia Santos e Carlos Alberto, que carinhosamente recebem cada aluno, individualizam cada um, conhecem cada um de nós, seja pela situação acadêmica e, acima de tudo: situação de espírito, e alma, mostrando a todos os melhores caminhos a trilhar nos anos que passamos juntos neste cantinho sagrado da USP que é a nossa Faculdade de Saúde Pública.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Maria da Penha Vasconcellos e Profa. Gabriela Di Giulio, que no processo seletivo acreditaram no potencial do meu projeto;

Agradeço a Marcos Lopes, Fernanda Quinteiro, Robson Pain e toda equipe, pela presença em momento de fragilidade de minha saúde, e pelos trabalhos, que nunca deixaram faltar e que graças a eles pude concluir meu Doutorado e minha pesquisa;

Agradeço aos amigos José Augusto Viana e Milton Barros, pela amizade ética, respeito e à sempre presença amiga;

Agradeço a Marcia da Cruz Sampaio, minha sobrinha, que pacientemente fez os gráficos e mapas;

A Anne Dorothee Slovic, Adriana Braga, colegas da FPS-USP por terem incentivado minha pesquisa;

Agradeço ao Grupo de Risco USP, pelas tardes de estudos;

Agradeço a minha amiga Célia Regina Daniel pelo apoio no dia da prova do processo seletivo, em que eu estava muito doente e a Célia praticamente me carregou para fazer a prova. Amiga naquele momento, e para sempre;

Agradeço a minha amiga Olinda Segura, pela amizade incondicional, pelo carinho, apoio e respeito. Amiga para sempre.

Agradeço a AMRLURB – Autoridade Municipal da Limpeza Urbana do Município de São Paulo, à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente S M V A e à LOGA, por terem me enviado os Relatórios técnicos e dados necessários para fomentar a pesquisa.

Nem a estrela da manhã, nem a estrela vespertina são
tão belas quanto a justiça geral.

ARISTÓTELES

A espécie humana é a única que produz lixo. O *Homo lixus* produz resíduos de todo tipo ao transformar a natureza nos bens e serviços que consome.

RIBEIRO, M. A.

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas; linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo de pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações.

MINAYO, M. C. de S.

RESUMO

SAMPAIO, M. A. **Justiça ambiental nas atribuições de responsabilidade compartilhada: o caso do direito de acesso à coleta seletiva no Município de São Paulo.** Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

Introdução - A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei 12.305/2010 e Decreto Federal 7.404/2010) traz na responsabilidade compartilhada seu principal instrumento para mitigar os impactos do lixo na saúde humana e qualidade ambiental. Visando alcançar a meta da disposição e destinação final ambientalmente adequadas de resíduos sólidos e rejeitos, a PNRS elegeu a coleta seletiva sua ferramenta essencial, determinando que a União Federal disponibilize recursos para sua implantação. Nesse contexto a Prefeitura do Município de São Paulo, mesmo alijando parcela significativa de sua população do direito de acesso à coleta seletiva, divulgou no curso do ano de 2016, a universalização do sistema de coleta seletiva em seus 96 distritos e publicou em Diário Oficial o cumprimento das metas da PNRS e do seu “Programa de Metas 2013/2016” com a expansão da coleta seletiva por todo o município, mediante utilização de verbas federais. **Objetivo** – O estudo de caso analisa a eficácia social da Política Nacional de Resíduos Sólidos no sistema de coleta seletiva implantado no Município de São Paulo, entre 2013/2016, e sua compatibilidade com a ordem jurídica brasileira vigente. A análise é feita sob a ótica da justiça ambiental na distribuição de bens globais como a saúde humana e qualidade ambiental. **Método** – Construída a argumentação teórica, fundada na problemática apresentada, os dados da fase empírica foram obtidos por ordem judicial e por perguntas diretas enviadas a órgãos públicos através da Lei de Acesso à Informação. Na fase da análise crítica os dados obtidos foram submetidos ao escrutínio da argumentação teórica e legislação vigente, resultando em conclusões e recomendações. **Resultados** — O estudo mostrou que no período entre 2013/2016, a Prefeitura de São Paulo, utilizando verbas federais, considerou implantada em 100% a coleta seletiva em 52 distritos, do total de 96. Dos 44 distritos que tinham implantação parcial do sistema (variando entre 99% a 1%), 41 se localizavam em áreas que abrigavam segmentos populacionais apontados pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS-2010) como mais pobres e vulneráveis. Esses 41 distritos também são apontados no Mapa da Desigualdade (2016) como os piores, considerando indicadores de áreas como emprego, renda e moradia. Comparando dados de implantação da coleta seletiva entre junho 2016 e maio de 2018, verificou-se uma redução da implantação em dez das 31 Subprefeituras que contavam com 100%, e ampliação em apenas sete. O índice de coleta seletiva em 2016 foi de 2,11%, tendo 97,89% do total coletado destinado a aterro sanitário. No ano de 2017, comparado a 2016, o índice de coleta seletiva variou para menos sendo 2,09%. **Conclusões** - Analisando o sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo, entre os anos de 2013/2016, verificou-se que o sistema não está universalizado no município, mas sim expandido; que a mera expansão da coleta seletiva descumpra a meta da disposição ambientalmente adequada prevista na PNRS; que cercear o acesso a programas de prevenção contra riscos ambientais, como a coleta seletiva, desafia a ordem jurídica vigente, expondo riscos à saúde humana, à qualidade ambiental e viola preceitos de justiça ambiental.

Palavras-chave: Responsabilidade compartilhada. Resíduos sólidos. Coleta seletiva. Justiça ambiental. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

SAMPAIO, M. A. **Environmental justice in shared responsibility attributions:** the case of the right of access to selective collection in the city of São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

Introduction - The National Policy on Solid Waste (PNRS - Law 12.305/2010 and Federal Decree 7.404/2010) brings the shared responsibility the main instrument to mitigate waste impacts on human health and environmental quality. To aim to reach the goal of disposition and environmentally adequate disposal of solid wastes, the PNRS chose selective collection as its essential tool, determining that the Federal Union provides resources for its implementation. In this context, the City Hall of the Municipality of São Paulo, even removing a significant portion of its population from the right of access to selective collection, announced in the course of 2016 the universalization of the selective collection system in its 96 districts and published the fulfillment of its " Program of Goals 2013/2016 "with the expansion of selective collection throughout the municipality, through the use of federal funds. **Objective** - The case study analyzes the social effectiveness of the National Solid Waste Policy in the selective collection system implemented in the city of São Paulo, between 2013/2016, and its compatibility with the current Brazilian legal system, from the point of view of environmental justice in the distribution of global goods such as human health and environmental quality. **Method** - Built the theoretical argument, based on the presented problem, the data of the empirical phase were obtained by legal action and direct questions sent to public agencies through the Access to Information Act. The critical analysis, when submitting the data to the scrutiny of the theoretical argument and current legislation, produced results, conclusions and recommendations. **Results** - The study showed that in the period between 2013/2016, the City of São Paulo, using federal funds, considered 100% of the selective collection in 52 districts, out of a total of 96. Of the 44 districts that had partial implantation of the system (ranging from 99% to 1%), 41 were located in areas that were inhabited by the Paulista Social Vulnerability Index (IPVS-2010) as the poorest and most vulnerable. These 41 districts are also mentioned in the Map of Inequality (2016) as the worst, considering indicators of areas such as employment, income and housing. Comparing data from the implementation of the selective collection between June 2016 and May 2018, there was a reduction of the implantation in ten of the 31 Subprefeituras that counted on 100%, and expansion in only seven. The selective collection index in 2016 was 2.11%, with 97.89% of the total collected for landfill. In 2017, compared to 2016, the selective collection index changed to less being 2.09%. **Conclusions** - Analyzing the selective collection system of the Municipality of São Paulo, between 2013/2016, it was verified that the system is not universalized in the municipality, but expanded; that the mere expansion of selective collection does not meet the goal of the environmentally adequate provision in PNRS; that curtail access to environmental risk prevention programs, such as selective collection, challenges the current legal order, exposing risks to human health, environmental quality and violates the precepts of environmental justice.

Keywords: Shared responsibility. Solid waste. Selective collect. Environmental justice. Social vulnerability.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 ÁREA DE ESTUDO.....	23
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	27
1.3 OBJETIVOS	35
1.3.1 Objetivo Geral.....	35
1.3.2 Objetivos Específicos	35
1.4 PREMISSAS E HIPÓTESE.....	36
1.5 BREVE APRESENTAÇÃO DOS MÉTODOS ADOTADOS.....	37
2 MÉTODOS	38
2.1 Procedimento da argumentação teórica - levantamento bibliográfico	39
2.2 Procedimento do levantamento de dados e da análise crítica.....	41
2.2.1 Lei de Acesso à Informação, Ação Judicial e Outras Ferramentas para Levantamento de Dados	42
2.2.2 Providências Metodológicas para Análise dos Dados à Luz do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS.....	45
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	48
3.1 JUSTIÇA AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE RISCO E AS FERRAMENTAS DO SOLIDARISMO, DIGNIDADE HUMANA DA IGUALDADE AMBIENTAL	48
3.2 O DIREITO DE ACESSO À COLETA SELETIVA A DIGNIDADE HUMANA E A SAÚDE ENQUANTO BEM GLOBAL.....	55
3.3 A RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE AMBIENTAL.....	59
3.3.1 A Tramitação do Projeto da Lei de Resíduos Sólidos e a Solução da Construção Meramente Legislativa de uma Responsabilidade Compartilhada.....	61
3.3.2 A Responsabilidade Compartilhada que se Propaga para Além do Pós-Consumo	64
3.3.3 A Responsabilidade Compartilhada que não se Confunde com Obrigações Solidárias	68
3.3.4 A Responsabilidade Compartilhada Enquanto Princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos e como Importante Instituto de Direito Ambiental	74
3.3.5 A Responsabilidade Compartilhada Brasileira à Luz da Responsabilidade Estendida do Produtor e os Elementos da Economia Circular	80
3.4 SOBRE A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA SOCIEDADE DE RISCO GLOBAL E O CONSUMISMO DESORDENADO.....	86

3.5 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E AS FERRAMENTAS DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA	94
3.5.1 A Eficácia Social da Lei de Resíduos Sólidos Quanto à Implantação de Coleta Seletiva, Acordo Setorial e Logística Reversa.....	99
3.5.2 Os Responsáveis pelos Custos do Sistema Logística Reversa e dos Sistemas de Coleta Seletiva.....	106
3.6 O SISTEMA DE COLETA SELETIVA IMPLANTADO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	109
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	121
4.1 A EVOLUÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	121
4.2 O ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL E AS FERRAMENTAS DE RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA.....	127
4.3 A COLETA SELETIVA IMPLANTADA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NO ANO DE 2016, ANALISADA SOB A ÓTICA DO IPVS	132
4.4 A ESTAGNAÇÃO E ENCOLHIMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (DADOS DE MAIO DE 2018)	136
4.5 A COLETA SELETIVA EFETIVAMENTE REALIZADA À LUZ DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE E DESIGUALDADE	142
4.6 A VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	159
4.7 A EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA E A META DA DISPOSIÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA.....	171
5 CONCLUSÕES	182
6 RECOMENDAÇÕES	185
7 REFERÊNCIAS	189
8 ANEXOS	206
ANEXO 1 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - HISTÓRICO DO FUNDO LOGÍSTICA REVERSA	206
ANEXO 2 - INFORMAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO FEITO PELO BNDES AO FUNDO DE LOGÍSTICA REVERSA	207
ANEXO 3 - INFORMAÇÃO SOBRE BNDES E SALDO DO FUNDO LOGÍSTICA REVERSA	209
ANEXO 4 - INFORMAÇÃO SOBRE CONCEITOS DE UNIVERSALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA	210
ANEXO 5 - INFORMAÇÃO SOBRE MULTAS APLICADAS AO GERADOR DOMICILIAR.....	211
ANEXO 6 - INFORMAÇÃO SOBRE MULTAS APLICADAS AO COMERCIANTE	212
ANEXO 7 - INFORMAÇÃO SOBRE NÃO IMPLANTAÇÃO DOS PÓLOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	213
ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS	214
ANEXO 9 - INFORMAÇÃO SOBRE PERÍODO DE INPLANTAÇÃO DO PEACS.....	226
ANEXO 10 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - NÚMERO DE PARQUES.....	227
ANEXO 11 - INFOCIDADE RELAÇÃO DE 110 PARQUES MUNICIPAIS	228
ANEXO 12 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE NÚCLEOS DE GESTÃO	229

ANEXO 13 - INFORMAÇÃO SOBRE A COLETA SELETIVA NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS	230
ANEXO 14 - AGENDA ANÚNCIO DA UNIVERSALIZAÇÃO.....	231
ANEXO 15 - GRÁFICO PROCESSO EVOLUÇÃO DA COLETA SELETIVA	232
ANEXO 16 - RELATÓRIO DO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL – 2012	233
ANEXO 17 - EDITAL 11 DE 2014 – FEMA.....	240
ANEXO 18 - QUANTITATIVO COLETA DOMICILIAR POR SUBPREFEITURA. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016	244
ANEXO 19 - QUANTITATIVO COLETA SELETIVA POR SUBPREFEITURA. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016	245
ANEXO 20 - DOCUMENTO EXTRAÍDO DE PROCESSO JUDICIAL COM TABELA DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA	246
ANEXO 21 - DOCUMENTO EXTRAÍDO DE PROCESSO JUDICIAL COM TABELA DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA	250
ANEXO 22 - INFORMAÇÃO SOBRE CRITÉRIOS DA PESQUISA CICLOSOFT.....	251
ANEXO 23 - INFORMAÇÃO SOBRE TERMOS DE COMPROMISSO 2013-2016.....	252
ANEXO 24 - INFORMAÇÃO SOBRE PROJETOS E. AMBIENTAL CAPELA SOCORRO	253
ANEXO 25 - TRECHO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO CONTENDO PROGRAMA DE METAS FINAL 2013-2016.....	254
ANEXO 26 - SITE DA PREFEITURA 96 DISTRITOS COM COLETA SELETIVA.....	255
ANEXO 27 - EXTRATO DO ACORDO SETORIAL DE EMBALAGENS EM GERAL	256
ANEXO 28 - INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA 2018	257
ANEXO 29 - ARTIGOS 30 A 36 DA LEI FEDERAL 12.305/2010 – A LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS - LRS	258
ANEXO 30 - TOTAL E DESPESAS LIQUIDADAS COM O PROJETO-ATIVIDADE DE COLETA SELETIVA NO PERÍODO DE 2013 A 2016. PEDIDO DE INFORMAÇÃO N. 027594.....	261
ANEXO 31 - PROJETOS EDITAL FEMA 11 – 2014.....	262
ANEXO 32 - QUANTITATIVOS – RESÍDUOS COLETADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	263
ANEXO 33 - QUANTITATIVOS DA COLETA SELETIVA 2017	264
ANEXO 34 - QUANTITATIVOS DA COLETA SELETIVA 2017	265
ANEXO 35 - INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DA COLETA SELETIVA PALHEREIROS ANO 2017	266
ANEXO 36 - INFORMAÇÃO SOBRE ENTIDADES CONTEMPLADAS COM O PROJETO-ATIVIDADE DE COLETA SELETIVA NO PERÍODO DE 2013 A 2016 E RESPECTIVAS DESPESAS	267
ANEXO 37 - RESUMO DAS RESPONSABILIDADES DEFINIDAS NO ACORDO SETORIAL DE EMBALAGENS EM GERAL.....	271
ANEXO 38 - TRECHOS DO RELATÓRIO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE LOGÍSTICA REVERSA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	272

LISTA DE ABREVIATURAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.
ABIR	Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas.
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana.
APESB	Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental.
Art.	Artigo legal/da lei
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem.
CENTS	Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor.
CF-88	Constituição Federal (Brasileira) de 1988.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
COSELIX	Cooperativa Mista de Coleta Seleção e Comércio de Lixo Ltda.
DR	Decreto Regulamentador.
FD-USP	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
FEMA	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
FISLURB	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana.
FMLU	Fundo Municipal de Limpeza Urbana.
FSP-USP	Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
GTT	Grupos de Trabalho Temáticos.
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.
LIMPURB	Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de São Paulo.
LOGA	Logística Ambiental de São Paulo S. A.
LOM-SP	Lei Orgânica do Município de São Paulo.
LRS	Lei de Resíduos Sólidos.

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
PEACS	Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos.
PEVs	Postos de Entrega Voluntária.
PGIRS	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
PGIRS-SP	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo.
PL	Projeto de Lei.
PMEA	Política Nacional de Educação Ambiental.
EACS	Educação Ambiental e Comunicação Social.
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental.
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos.
RDU	Resíduos Domiciliares Urbanos.
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos.
REP	Responsabilidade estendida ao produtor.
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
SINIR	Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos
SISCO	Sistema de Controle de Resíduos Sólidos e Urbanos.
SLR	Sistema de Logística Reversa.
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.
SSO	Secretaria de Serviços e Obras.
SSP	Subemenda Substitutiva de Plenário.
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.
TRSD	Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares.
TRSS	Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização geográfica do Município de São Paulo.....	23
Figura 2 -	Regiões, Subprefeituras e Distritos do Município de São Paulo.	26
Figura 3 -	Regionalização dos Municípios com coleta seletiva no Brasil.	93
Figura 4 -	Custo da coleta seletiva por municípios Paulistas	106
Figura 5 -	Evolução da coleta seletiva no Município de São Paulo 2003 – 2015.	122
Figura 6 -	Evolução da coleta seletiva – 2003 a 2008.....	123
Figura 7 -	Mapa da distribuição de domicílios em situação de vulnerabilidade social - IPVS, 2010	153
Figura 8 -	Mapa indicativo da coleta seletiva, Município de São Paulo. 2016	155
Figura 9 -	Mapa da desigualdade, Município de São Paulo, em 2016.....	156
Figura 10 -	Cronograma de metas de PEACS.....	163
Figura 11 -	Menção aos PEACS no edital FEMA – 2014.....	168
Figura 12 -	Trechos do Programa de Metas 2013-2016 – Objetivo 15.	175
Figura 13 -	Projeção da universalização de coleta seletiva no município de São Paulo 2013-2033	176
Figura 14 -	Trecho de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.....	177
Figura 15 -	População atendida pela coleta seletiva. Municípios brasileiros.....	178
Figura 16 -	<i>Site</i> da prefeitura cita cobertura completa de coleta seletiva nos distritos.....	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Domicílios na Área Urbana e Rural Município de São Paulo (Censo de 2010).	24
Quadro 2 - Subprefeituras do Município de São Paulo e respectivas siglas.	25
Quadro 3 - Classificação de Grupos de acordo com indicadores do IPVS	130
Quadro 4 - Projetos Edital FEMA 11 – 2014.	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Comparação dos gráficos representativos da evolução da coleta seletiva – 2002/2015	124
Tabela 2 -	Número de Domicílios em alta vulnerabilidade social por Subprefeituras.	131
Tabela 3 -	Implantação da coleta seletiva por Distritos. Município de São Paulo, 2016.....	133
Tabela 4 -	Implantação da coleta seletiva por Subprefeitura. Município de São Paulo, 2016.....	134
Tabela 5 -	Implantação da coleta seletiva por distritos. Município de São Paulo, maio de 2018.	138
Tabela 6 -	Subprefeituras que mantiveram estáveis a porcentagem da coleta seletiva, Município de São Paulo, maio de 2018.	139
Tabela 7 -	Subprefeituras que apresentaram redução da porcentagem de implantação da coleta seletiva. Município de São Paulo, anos de 2016 e 2018.....	140
Tabela 8 -	Subprefeituras que apresentaram ampliação na porcentagem de implantação da coleta seletiva. Município de São Paulo, anos de 2016 e 2018.....	141
Tabela 9 -	Comparativos da coleta domiciliar e coleta seletiva. Município de São Paulo, 2016.....	144
Tabela 10 -	Relação entre Distrito, Subprefeitura e piores indicadores do Mapa da Desigualdade e coleta seletiva.	157
Tabela 11 -	Subprefeituras contempladas pelos projetos em Parques Edital FEMA 11, Prefeitura de São Paulo, 2014.....	167

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Número de domicílios com alta vulnerabilidade social por Subprefeituras, Município de São Paulo, 2010..... 150
- Gráfico 2** - Distribuição percentual de coleta seletiva por Subprefeituras, Município de São Paulo, 2016..... 151
- Gráfico 3** - Participação das Subprefeituras na Coleta de RSD Secos por Subprefeituras, Município de São Paulo, 2012..... 152

1 INTRODUÇÃO

1.1 ÁREA DE ESTUDO

O povoado São Paulo de Piratininga, fundado em 25 de janeiro de 1554, hoje denominado Município de São Paulo, é a capital do Estado. Está localizado na Região Sudeste do Brasil, a 750 metros acima do nível do mar, e é o maior município da Região Metropolitana de São Paulo, conforme se pode visualizar na Figura 1.

Figura 1 - Localização geográfica do Município de São Paulo.

Fonte: Infocidade, 2018

Consta do Censo de 2010 que a população do Município de São Paulo era de 11.253.503¹ habitantes, distribuídos em 3.573.51 domicílios, como se pode visualizar no Quadro 1:

Quadro 1 - Domicílios na Área Urbana e Rural Município de São Paulo (Censo de 2010).

Subprefeituras	Distribuição de Domicílios
Campo limpo	185.742
Sé	178.113
Capela do Socorro	173.180
M' Boi Mirim	169.448
Vila Prudente/Sapopemba	165.196
Itaquera	155.664
Ipiranga	151.469
Penha	150.409
Vila Mariana	135.984
Butantã	135.749
Pirituba/Jaraguá	133.180
São Mateus	123.481
Cidade Ademar	122.928
Freguesia do Ó/Brasilândia	122.088
Pinheiros	121.392
Mooca	117.801
Lapa	111.061
Santana/Tucuruvi	108.828
Itaim Paulista	107.843
São Miguel Paulista	107.814
Casa Verde/Cachoeirinha	94.609
Vila Maria/Vila Guilherme	92.860
Aricanduva/Formosa	85.068
Jaçanã/Tremembé	84.884
Santo Amaro	83.049
Guaianazes	77.187
Jabaquara	73.313
Ermelino Matarazzo	62.774
Cidade Tiradentes	60.710
Perus	42.258
Parelheiros	39.428
TOTAL	3.573.510

Fonte: Infocidade, 2018.

¹ A estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o ano de 2017 para a população do Município de São Paulo: 12.106.9201 habitantes.

A Lei nº 11.220 de 20 de maio de 1992 instituiu a divisão geográfica do Município de São Paulo em 96 distritos, que estão distribuídos em 32 Subprefeituras criadas pela Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002. A Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013 criou a Subprefeitura de Sapopemba, desmembrando-a da Subprefeitura Sapopemba/Vila Prudente.

O Decreto nº 57.576 de 01 de janeiro de 2017 alterou a denominação “Subprefeitura”, para “Prefeituras Regionais”, e a Lei nº 16.974, de 23 de agosto de 2018 voltou a denominar as Prefeituras Regionais de Subprefeituras (arts. 18 e 29). Essa será a denominação utilizada. A distribuição dessas “Subprefeituras” pode ser verificada no Quadro 2:

Quadro 2 - Subprefeituras do Município de São Paulo e respectivas siglas.

Sigla	Nome da Instituição	Sigla	Nome da Instituição
1. PRAF	Subprefeitura de Aricanduva	17. PRMB	Subprefeitura M´Boi Mirim
2. PRBT	Subprefeitura de Butantã	18. PRMO	Subprefeitura Mooca
3. PRCL	Subprefeitura de Campo Limpo	19. PRPA	Subprefeitura Parelheiros
4. PRCS	Subprefeitura Capela do Socorro	20. PRPE	Subprefeitura Penha
5. PRCV	Subprefeitura Casa Verde	21. PRPR	Subprefeitura Perus
6. PRAD	Subprefeitura Cidade Ademar	22. PRPI	Subprefeitura Pinheiros
7. PRCT	Subprefeitura Cidade Tiradentes	23. PRPJ	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá
8. PREM	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	24. PRST	Subprefeitura Santana/Tucuruvi
9. PRFO	Subprefeitura Freguesia/ Brasilândia	25. PRSA	Subprefeitura Santo Amaro
10. PRG	Subprefeitura Guaianases	26. PRSP	Subprefeitura Sapopemba
11. PRIP	Subprefeitura Ipiranga	27. PRSM	Subprefeitura São Mateus
12. PRIT	Subprefeitura Itaim Paulista	28. PRMP	Subprefeitura São Miguel Paulista
13. PRIQ	Subprefeitura Itaquera	29. PRSE	Subprefeitura Sé
14. PRJA	Subprefeitura Jabaquara	30. PRMG	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme
15. PRJT	Subprefeitura Jaconã/Tremembé	31. PRVM	Subprefeitura Vila Mariana

Fonte: Secretaria Especial de Comunicação da Prefeitura de São Paulo.

A Figura 2 mostra a distribuição geográfica das Subprefeituras, já considerando a Subprefeitura de Sapopemba:

Figura 2 - Regiões, Subprefeituras e Distritos do Município de São Paulo.

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL/ Departamento de Produção e Análise de Informação - DEINFO.

A localização de cada região é de suma importância para que se compreenda a dinâmica da coleta seletiva do Município em tela.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Ao trazer discussões sobre valores ambientais inseridos na sociedade por intervenção de normas jurídicas, esse estudo de caso encontra na interdisciplinaridade sua projeção para além da área do direito, alcançando nas ciências sociais e ciências da saúde o seu significado para a sociedade.

Explica-se: é que esta tese, além de discutir valores contidos na Constituição Federal de 1988 (CF-88) e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010 (1); BRASIL, 2010, (2)), busca alertar, por meio de instrumentos de justiça ambiental, para a existência de mecanismos capazes de afastar a má distribuição da proteção ambiental, e assim afastar riscos de danos causados à saúde humana e à qualidade ambiental.

Assim, ao longo das disciplinas cursadas no Programa de Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e da disciplina “Responsabilidade Civil Desafios e Perspectivas”, cursada na Faculdade de Direito, também da Universidade de São Paulo (FD/USP)², aos poucos, foi sendo construída a compreensão sobre o significado da expressão “colaboração interdisciplinar” entre os saberes, de que nos fala Helena Ribeiro quando explica que: “a saúde global tem um caráter multiprofissional e interdisciplinar, e se baseia nos saberes das ciências biológicas, humanas e sociais” (2016, p. 29).

Nessa linha interdisciplinar, em que foram trazidas a compor uma fundamentação teórica temas voltados à ciência da saúde e ciências sociais, para compreensão da lei e do decreto que instituíram a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o direito, enquanto ciência social, não pode prescindir dos valores da sociedade no momento da criação e execução dos efeitos da norma jurídica: “O Direito não se resume em um corpo abstrato de teorias, geralmente omissas em relação à sua realidade sócio cultural (...) porque o Direito ao mesmo tempo é norma, é fato e é valor” (REALE, 2003, p. 91). Essa é a visão tridimensional do direito que o humaniza, trazendo para dentro de tal ciência a percepção da sociedade.

A partir dessa visão tridimensional a linha de pesquisa “Sustentabilidade e modos de vida” trouxe ao trabalho uma “perspectiva crítica e interdisciplinar analisando questões e processos sociais nas interfaces e articulações entre ambiente, sociedade e saúde, voltando-se

² Disciplina cursada na FDUSP entre agosto e novembro de 2015 – DCV 5942 – Responsabilidade Civil, Desafios e Perspectivas.

para a temática “das políticas globais e locais e suas relações com riscos sociais e tecnológicos”³. Daí por diante, o embasamento teórico construído na pesquisa pode “encontrar um sentido para os dados coletados e demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa que o pesquisador formulou progressivamente” (DESLAURIERS, 2014, p. 140), construindo “um ciclo de pesquisa em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações” (MINAYO 2001, p. 25-26).

Dentro dessa perspectiva do diálogo entre os saberes, é que esse estudo de caso tem como tema central o cerceamento do direito de acesso à coleta seletiva à população residente em áreas hiperperiféricas⁴ do Município de São Paulo. Para tanto, a pesquisa explora importante aspecto da justiça ambiental, que caminha um passo além do reconhecimento de que os mais pobres estão mais expostos aos riscos ambientais - e que, portanto, as políticas públicas devem priorizá-los: trata-se da justiça ambiental enquanto meio para realização da justiça social, através de princípios⁵ legais e constitucionais.

Quanto aos princípios constitucionais, para este trabalho foram eleitos, essencialmente, o princípio do respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da Constituição federal brasileira de 1988) e o princípio da igualdade ambiental (art. 225 da Constituição federal brasileira de 1988). Princípios esses que são visualizados enquanto instrumentos para afastar a má distribuição da proteção contra risco de danos ambientais, dos quais se vale a justiça ambiental para a realização da justiça social, cuja violação cerceia o direito dos mais pobres em viver longe da poluição causada, tais como a disposição inadequadas de resíduos e rejeitos.

Dentre as várias políticas públicas capazes de dar efetividade a ambos princípios constitucionais explicitados e trazidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS),

³ Fonte: <http://www.fsp.usp.br/pos/?p=817> – Acesso em 8 set. 2017.

⁴ A hiperperiferia pode ser caracterizada, de modo preliminar, como sendo constituída por aquelas áreas de periferia que, ao lado das características mais típicas destes locais (pior acesso a infraestrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho etc.), apresentam condições adicionais de exclusão urbana” (ACSELRAD, et. al, 2009, p.48).

⁵ O que são princípios? “Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo o espírito e servindo de critério para a exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico...” (MELLO, 1986, p. 230). “Princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas subsequentes. Princípios, neste sentido, são os alicerces, os fundamentos da ciência”. (CRETILLA JÚNIOR, 2010, p.07.). “Os princípios são linhas mestras, os grandes nortes, as diretrizes magnas do sistema jurídico. Apontam os rumos a serem seguidos por toda a sociedade e obrigatoriamente perseguidos pelos órgãos do governo (poderes constituídos). Eles expressam a substância última do querer popular, seus objetivos e desígnios, as linhas mestras da legislação, da administração e da jurisdição. Por estas não podem ser contrariados; têm que ser prestigiados até as últimas consequências” (ATALIBA, 1998, p. 34).

este estudo enfoca o tripé⁶ da responsabilidade compartilhada (sistemas de logística reversa, acordos setoriais e sistemas de coleta seletiva) que atua enquanto sustentáculo da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nesse contexto, o estudo investiga se a forma como se deu a implantação do sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo permitiu o acesso à população mais vulnerável ao sistema. Assim, o objeto de análise, aqui traduzido é o direito de acesso à coleta seletiva.

Para investigar os locais do Município de São Paulo, onde se faz premente a necessidade de melhoria no direito de acesso à coleta seletiva, o estudo adota o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), indicador criado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em conjunto com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE). Esse indicador foi construído com base nos resultados do Censo 2010, no intuito de oferecer uma visão mais detalhada das condições de vida da população dos Municípios do Estado, identificando e localizando espacialmente as áreas que abrigam segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza (SEADE, 2010, p. 5). Também o estudo considerou os dados trazidos pelo Mapa da Desigualdade, publicado anualmente pela Rede Nossa São Paulo, e entre seus indicadores, o estudo considerou duas áreas (habitação e emprego/renda) para verificar se a coleta seletiva se concentra nas áreas com piores indicadores e as principais hipóteses dessa concentração.

É neste sentido que a pesquisa pretende:

- 1) Estudar a forma pela qual se estruturou o sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo, entre os anos de 2013-2016, aferindo se o sistema guarda compatibilidade com a ordem legal e constitucional vigentes, e se garante acesso ao sistema a todos os cidadãos paulistanos, em igualdade de distribuição, observando princípios constitucionais enquanto instrumentos de justiça ambiental;
- 2) Investigar se a forma como se estruturou o sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo, entre os anos de 2013-2016, garante eficácia social à Lei de Resíduos Sólidos, fazendo os efeitos da referida lei se propagarem por toda a sociedade paulistana, com ampla adesão da população ao sistema.
- 3) Identificar os critérios utilizados pela Prefeitura de São Paulo para viabilizar o acesso à coleta seletiva para alguns distritos em detrimento de outros;
- 4) Investigar se a mera expansão do sistema de coleta seletiva confere cumprimento

⁶ A autora denomina “tripé da responsabilidade compartilhada” a execução concatenada dos sistemas de coleta seletiva, logística reversa e acordos setoriais. Esses institutos recebem essa denominação devido sua atuação enquanto ferramentas da responsabilidade compartilhada, serem de execução conjunta, coordenada e inseparáveis. Na ausência de um, ou até mesmo de dois desses sustentáculos, a responsabilidade compartilhada não se efetiva, o que inviabiliza a eficácia social da PNRS, como se verá nos capítulos que seguem.

à meta da disposição ambientalmente adequada de rejeitos.

Cumpra ainda esclarecer pontos importantes a serem considerados em relação ao escopo e à circunscrição da pesquisa, a saber:

- a) Quanto ao elemento humano - Neste trabalho, o art. 225 da Constituição Federal vem estudado enquanto proteção ambiental conferida ao cidadão paulistano, a quem se está cerceando o direito de acesso à coleta seletiva. Esse cidadão paulistano aqui é denominado gerador de resíduos domiciliar urbano. Assim, tendo em vista a concepção humanista conferida pelo princípio da igualdade ambiental e pelo princípio da justiça social ambiental, previstos no art. 225 da CF-88, o elemento humano está no foco principal da pesquisa. Portanto, aqui estão sendo tratadas, especificamente, questões que envolvem o cidadão paulistano e sua coleta de resíduos domiciliares. A pesquisa não se propõe a analisar a situação dos catadores de material reciclável, nem tampouco os aspectos legais e institucionais que envolvem a criação e manutenção de suas organizações de trabalho e cooperativas. Pode ocorrer que, em algum momento, a argumentação teórica a esses faça menção, no entanto, sem que o estudo se detenha às demandas sociais desses sujeitos. Estudos realizados tanto em fase anterior, quanto em fase posterior à entrada em vigor da legislação que rege PNRS, já têm subsidiado essa análise⁷;
- b) Quanto ao objeto de estudo - Esta pesquisa, por estudar o direito de acesso à coleta seletiva ao gerador domiciliar urbano, estuda tão e somente a relação entre o cidadão, a lei e os resíduos sólidos domiciliares, como as embalagens em geral (plástico, papelão, vidro, pets, etc.), sem considerar qualquer outro tipo de geração de resíduos, como, por exemplo aqueles que recebem tratamento especial da lei, como pneus, pilhas, baterias, eletro-eletrônicos. Estudos⁸ realizados tanto em fase anterior, quanto em fase posterior à entrada em vigor da legislação que rege a PNRS já têm dado conta dessa análise;
- c) Quanto à legislação estudada - Este estudo se propõe a analisar os princípios da Constituição Federal acima elencados, bem como alguns normativos regulamentadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos e os normativos municipais. Outros dispositivos legais⁹, embora em algum momento possam ter

⁷ Como JACOBI, 2006; DIAS, 2009; RIBEIRO et al., 2009; JACOBI e BESEN, 2011; BRINGUENTI et. al., 2011; BESEN, 2011 e CAMPOS, 2013.

⁸ Idem citações da nota anterior.

⁹ Dispositivos contidos na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que disciplina o Estatuto das Cidades.

sido mencionados para fins de fundamentação teórica, não compuseram o elenco de dispositivos legais chamados a verificar a compatibilidade do sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo com a ordem jurídica vigente;

- d) Quanto ao ano-base escolhido para coleta de dados referentes à implantação da coleta seletiva no Município de São Paulo, embora a pesquisa se realize entre os anos de 2014-2018 (período de duração da pesquisa), são apresentados números que mostram a evolução do sistema de coleta seletiva no Município desde o ano de 2003 a meados de 2017. A pesquisa concentra-se nas amostras coletadas para o ano de 2016 e a análise comparativa é tecida entre os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que tem por base o Censo de 2010 e os dados da coleta seletiva do Município de São Paulo. A concentração dos estudos em 2016 ocorre porque esse foi o último ano do Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo 2013/2016, no qual a gestão anunciou a universalização da coleta seletiva no Município. E também foi no ano de 2016 que se publicou pesquisa segundo a qual o Município passou a atender 87% de sua população com coleta seletiva. Portanto, ainda que sejam trazidos dados de anos anteriores, a análise se concentra no ano de 2016; embora traga alguns dados disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo para o ano de 2017 e até mesmo 2018, o que possibilitou uma análise comparativa entre a implantação da coleta seletiva em junho de 2016 e maio de 2018, e o índice da coleta seletiva entre os anos de 2016 e 2017;
- e) É importante esclarecer que a análise de resultados desta pesquisa não considera a quantidade de resíduos gerados no Município de São Paulo, mas sim a quantidade de resíduos oficialmente coletada pela municipalidade. Eis que a quantidade gerada demandaria o estudo minucioso de que nos fala Grimberg:

(...) a quantidade de resíduo que a população de São Paulo está gerando implica um estudo minucioso que deverá contemplar (1) a coleta feita pelos catadores de rua que atuam individualmente e pelos que atuam coletivamente organizados em grupos, associações e cooperativas e (2) a identificação da quantidade de resíduos jogada a céu aberto, em terrenos baldios, córregos, nos rios Pinheiros e Tietê (GRIMBERG, 2007, p. 14).

Esse estudo considera, então considerada a quantidade de resíduos domiciliares oficialmente coletados em toneladas (t/ano), cujos dados foram fornecidos por órgãos da administração pública municipal e que atenderam exatamente aos objetivos aqui almejados;

- f) Neste texto, o termo “cidade de São Paulo” refere-se exclusivamente à sede

administrativa, do “Município” de São Paulo, e quando for utilizado o termo “Município de São Paulo”, estará se referindo à capital do Estado de São Paulo¹⁰. O trabalho seguirá essas denominações, salvo quando citações ou legislações dispuserem de maneira diferente;

- g) Esclareça-se que, acompanhando a legislação atual, essa pesquisa utiliza a denominação “sistema de coleta seletiva” em detrimento da denominação “programa de coleta seletiva”. Isso porque, nos artigos 35, caput e parágrafo único; 36, II e 42, V, todos da Lei 12.305/2010, consta que a coleta seletiva implantada nos Municípios se trata de um “sistema de coleta seletiva”. Sem prejuízo de que, em algumas passagens, por força dos normativos municipais, e do termo vir inserido em relatórios técnicos, seja encontrada a expressão “programa de coleta seletiva”;
- h) Quanto à metodologia. A pesquisa, embora se utilize de dados quantitativos dos resíduos coletados no Município, está inserida em aspectos sociais, e apresenta na abordagem qualitativa e teórico-empírica seu método investigativo;
- i) Os dados quanto à coleta seletiva, foram fornecidos à pesquisa por órgãos públicos municipais de duas formas: (i) ou através da Lei de Acesso à Informação; (ii) ou ainda através de ordem judicial. A municipalidade ao disponibilizar os dados através da Lei de Acesso à Informação, fez consignar que os mesmos são passíveis de atualização (Anexos 19 e 20). Assim, havendo divergência futura entre os dados aqui utilizados, e outros que, em algum momento a Prefeitura possa vir divulgar, tenha-se como certa a ocorrência da atualização previamente informada, e que os dados aqui utilizados serviram de base para essa pesquisa no momento que foram disponibilizados. Outros trabalhos poderão ser realizados com ampla pesquisa de campo, onde poderão ser levantados e checados os dados, que aqui foram limitados, por ausência de financiamento à pesquisa, às informações prestadas pela Prefeitura, através dos canais acima elencados.
- j) O art. 3º da Lei 12.305/2010 (LRS) traz alguns conceitos importantes, e que, serão trabalhados ao longo desta pesquisa. Segue o que dispõe o texto legal: Art. 3o. Para

¹⁰ O Minidicionário Aurélio faz uma distinção entre os termos “cidade” e “município”, enquanto o município é a “circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores” a cidade é o complexo demográfico formado por importante concentração populacional não agrícola e dada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural” (FERREIRA, 2001, P. 153 E 477). O Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país, traz em seu Art. 3º a seguinte redação: “a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”. A Resolução n. 99, de 25 de julho de 1941, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia define “cidade” como: “sede municipal, ou seja, localidade com o mesmo nome do município a que pertence e onde está sediada a respectiva prefeitura (...) vila-sede distrital, ou seja, localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.”

os efeitos desta Lei, entende-se por: I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto; (...) IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final; V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição; VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos; VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos; VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos; IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo; X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei; XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável; XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada; XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo

de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras; XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa; XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada; XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível; XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei; XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa; XIX - serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007¹¹.

k) Por fim, insta ainda esclarecer que na época que foi elaborado o Índice Paulista de

¹¹ Lei nº 11.445, de 2007 (...) Art. 7º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades: I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do caput do art. 2º; (Redação dada pela Medida Provisória nº 844, de 2018) II - de triagem, para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do caput do art. 2º; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 844, de 2018); III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana (...).

Vulnerabilidade Social (2010) ainda não estava em vigor a Lei Municipal nº15.764, de 27 de maio de 2013, que criou a Subprefeitura de Sapopemba, por este motivo, o IPVS considera o conjunto de Sapopemba/Vila Prudente como sendo uma única subprefeitura. Seguindo a padronização do IPVS, quando da análise da coleta seletiva nas Subprefeituras à daquele indicador, será analisada a Subprefeitura de Sapopemba/Vila Prudente, como uma só região, decorre dessa explicação que, embora o Município possua 32 Subprefeituras, ao analisar Sapopemba/Vila Prudente como sendo uma única subprefeitura, serão encontradas passagens que serão analisadas 31 Subprefeituras e não as 32 existentes.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa é analisar a eficácia social da implantação do sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo no período compreendido entre 2013 e 2016 e sua compatibilidade com a ordem legal e constitucional vigentes.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar se a maneira como foi implantado o sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo no período compreendido entre 2013 e 2016 respeitou princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, e o direito à igualdade ambiental, enquanto instrumentos de justiça ambiental e;
- b) Analisar se a maneira como foi implantado o sistema de coleta seletiva no

Município de São Paulo no período compreendido entre 2013 e 2016 respeitou o princípio da responsabilidade compartilhada previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas ferramentas de implantação (acordos setoriais, logística reversa e coleta seletiva), também sob a ótica da justiça ambiental.

1.4 PREMISSAS E HIPÓTESE

Partindo da premissa que a Constituição Federal brasileira de 1988 visando garantir efetividade (eficácia social) do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, incumbiu o Poder Público de promover a educação ambiental, e, junto com a coletividade, também a promover a defesa e preservação do meio ambiente, e;

Partindo da premissa que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal n. 12.305/2010 e Decreto 7.404/2010) ao dar cumprimento aos mandamentos constitucionais (da premissa 1), tornou a coleta seletiva instrumento essencial para atingir a meta da disposição final, ambientalmente adequada, e determinou que nos conteúdos mínimos dos planos municipais de gestão de resíduos sólidos (PGIRS) estejam contemplados programas e ações de educação ambiental, metas de redução, reutilização, coleta seletiva e logística reversa, as hipóteses viáveis são:

- a) A dedução de que o Poder Público local, cumprindo os mandamentos legais e constitucionais, deve adotar medidas efetivas para promover a defesa e preservação do meio ambiente, além de promover programas e ações de educação ambiental.
- b) E que, o Poder Público local, ao celebrar acordos setoriais para implantar sistemas de logística reversa e de coleta seletiva, deve convocar o setor empresarial e a coletividade para que junto a ele (Poder Público), cumpram as metas de redução e reutilização de resíduos, promovendo a proteção do meio ambiente, garantindo o direito à sadia qualidade de vida a todos os cidadãos.

1.5 BREVE APRESENTAÇÃO DOS MÉTODOS ADOTADOS

Nesta pesquisa se buscou um estudo aprofundado e exaustivo sobre o sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo e os contornos claramente definidos permitiram seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2009, p. 54).

Para tanto, o processo de trabalho se iniciou com a formulação dos problemas e perguntas (problematização da pesquisa), prosseguindo na construção teórica, para que, na etapa conclusiva, terminasse com um produto capaz de dar origem a novas interrogações (MINAYO, 2001, p. 25-26). Visando alcançar tal escopo, foi adotada a metodologia de Deslauriers (2014), o que propiciou o diálogo entre a construção teórica com o recorte empírico resultante da análise de dados.

A pesquisa foi estruturada em duas fases: a primeira fase consistiu em rever a literatura relevante, seguida de levantamento documental correlato à legislação municipal e federal sobre o assunto (Leis, resoluções, decretos e portarias). A partir desses elementos foi promovido o levantamento de dados oriundos de relatórios técnicos disponibilizados por órgãos governamentais e informações provenientes de entidades setoriais.

A segunda fase em que se procedeu ao levantamento de dados, a pesquisa utilizou o procedimento trazido por Gil, que envolveu o envio de “interrogações diretas e solicitação de informações” (2009, p. 50) a órgãos públicos da Administração do Município de São Paulo, realizados através da Lei de acesso à informação. Ultimou-se a pesquisa com uma análise crítica, formulada através do diálogo entre a construção teórica e os dados, resultado daí as conclusões e recomendações.

2 MÉTODOS

Esse estudo de caso decorre, inicialmente, da observação presencial da autora quanto à implantação do sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo. Assim, a construção da investigação fundamentou-se na abordagem metodológica proposta por Deslauriers (2014). Para o autor, uma vez coletada a amostra de dados (no caso em tela os dados da coleta seletiva no Município de São Paulo), o que lhe confere relevância é que na etapa da análise crítica, esses dados correspondam e dialoguem com os problemas construídos progressivamente na fase da argumentação teórica, onde foram se tecendo novas informações, até que se alcançou a etapa da análise crítica.

E a etapa da análise crítica, consistiu em encontrar um sentido para os dados coletados e demonstrar como eles responderam aos problemas de pesquisa que foram formulados progressivamente (DESLAURIERS, 2014, p. 140) na fase da argumentação teórica.

Essa abordagem, de natureza descritiva, proposta por Deslauriers, fundamentou o levantamento de dados e, por meio das constatações enunciadas, buscou-se compreender e interpretar aquele sistema de coleta seletiva no contexto municipal, a partir de sua interação sistêmica com a legislação em suas várias esferas. A partir dessas constatações, procedeu-se à uma análise crítica acerca da situação social circunscrita descrita na argumentação teórica, tomando-se a pesquisa de natureza qualitativa:

A pesquisa qualitativa tem sido, inúmeras vezes, utilizada para descrever uma situação social circunscrita (pesquisa descritiva), ou para explorar determinadas questões (pesquisa exploratória), que, dificilmente, o pesquisador que recorre a métodos quantitativos consegue abordar (DESLAURIERS, 2014, p. 130).

Dentro da perspectiva de Deslauriers as fases da pesquisa foram construídas da seguinte forma:

A primeira fase, que se denomina ‘Procedimento da argumentação teórica – levantamento bibliográfico’, se destinou ao levantamento documental e legal no que tange à compreensão das dinâmicas sociais que regulam a destinação dos resíduos sólidos no Município de São Paulo e também quanto às consequências da aplicação e da ausência desse regulamento ordenamento jurídico junto às populações afetadas.

A segunda fase, denominada “Procedimento do levantamento de dados e da análise crítica” se caracteriza não só pela busca de respostas aos questionamentos levantados junto à documentação disponível e ao Poder Público como também pela fundamentada construção de

uma tese a eles responsiva.

Segue detalhamento das duas fases da pesquisa:

2.1 PROCEDIMENTO DA ARGUMENTAÇÃO TEÓRICA - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

No levantamento bibliográfico foram trazidos estudos sobre o art. 225 da Constituição Federal de 1988, que se refere ao direito de todos, à sadia qualidade de vida, consagrando ali o princípio constitucional da igualdade ambiental. Também foram trazidos estudos sobre o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, e princípios legais da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Todos esses princípios legais e constitucionais foram estudados enquanto instrumentos da justiça ambiental para realização da justiça social. Vistos tais princípios, a revisão foi construída de modo a responder se o sistema de coleta seletiva, implantado no município de São Paulo, entre os anos de 2013/2016 respeitou os princípios investigados. À medida que a construção teórica foi se desenvolvendo e a teorização enraizando, a revisão bibliográfica passou a organizar os dados e descobrir novas relações entre a teoria e o mundo real (MARSHALL & ROSSMAN, 1989, p. 41, apud DESLAURIERS, 2014, p. 141).

Dentre essas novas relações que enraizaram a construção teórica, trazendo-a para o mundo real, a situação social encontrada (DESLAURIERS, 2014, p. 130) foi o sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo, posto que embora tenha sido anunciada a universalização da coleta seletiva a todos os 96 distritos do Município, os dados fornecidos pela própria administração pública mostraram parcela considerável da população alijada do sistema, mormente aquela residente em regiões que abrigam segmentos sociais mais vulneráveis. A partir dessa situação, a pesquisa partiu em busca da conceituação do termo “universalização” dos serviços públicos, onde foram pesquisados no Direito Administrativo, na Lei Orgânica do Município de São Paulo e na Constituição Federal.

Assim, foi enviado um pedido de informação à AMLURB através da Lei de acesso à informação, sobre o significado das expressões “universalização” e “expansão” da coleta seletiva. A partir da resposta trazida por aquele órgão, foi construída a compreensão de que o sistema de coleta seletiva implantado entre 2013-2016 não foi universalizado, em todas as

vias oficiais e não oficiais do Município, mas sim “expandido” em grande parte dessas vias. De posse dessa constatação foi permitido compreender que nem todas as vias públicas receberam o serviço, porém, o fato de algumas estarem por ele servidas, faz constar para a municipalidade como cumprida a meta da disponibilização ambientalmente adequada, cumprido, neste item o Plano de Metas 2013-2016, e os comandos da Lei de Resíduos Sólidos (Plano de Gestão Integrada de resíduos sólidos – PGIRS).

Na investigação sobre os princípios legais da PNRS, foram tecidos argumentos acerca de como se teriam instituído a coleta seletiva, o acordo setorial e a logística reversa, enquanto tripés da responsabilidade compartilhada. Essa argumentação originou-se do questionamento acerca de estar ou não o sistema de coleta seletiva no Município estudado, respeitando o princípio da responsabilidade compartilhada na seguinte ordem: primeiro celebrar acordos setoriais visando à implantação de sistemas de logística reversa, para depois implantar um sistema de coleta seletiva, responsabilizando o gerador domiciliar pela segregação adequada de seus resíduos. Para tanto, foi investigado o histórico da responsabilidade compartilhada, desde sua origem, para compreender que, embora a responsabilidade compartilhada tenha ingressado no ordenamento jurídico brasileiro com o objetivo de amenizar a responsabilidade pós-consumo do produtor e compartilhá-la com outros agentes, trata-se de um importante instituto¹² de direito ambiental.

Do levantamento de um construto documental que subsidia o argumento, foi possível averiguar que a responsabilidade compartilhada somente surtirá seus efeitos quando e se for implantada observada a disciplina jurídica de seu tripé: acordo setorial, logística reversa e coleta seletiva.

Após essa investigação, seguiu-se o levantamento da evolução do sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo. Essa foi uma das fases da investigação que mais trouxe dificuldades em sua elaboração. Dificuldades essas já enunciadas em outro trabalho de pesquisa, que se refere à essa lacuna afirmando que “as poucas referências encontradas em livros, dissertações, relatórios, artigos científicos, a respeito desse tema, (...) fez com que se recorresse a artigos de divulgação e jornais, a fim de poder traçar o cenário dos programas de coleta seletiva no Município de São Paulo” (PUECH, 2008, p. 74). Assim como a autora daquele trabalho se fez o levantamento acerca da evolução do sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo ampliando-se as fontes de pesquisa para jornais, sites de busca, página da

¹² Instituto jurídico. Filos. Diz-se de cada uma das entidades componentes do cosmo jurídico com disciplina própria. Assim, instituto do matrimônio, instituto da decadência, instituto do contrato, etc. (SIDOU, 2002, p. 454).

Prefeitura na internet, Portal da Transparência (Lei de Acesso à Informação), entre outros. A síntese de dados de todas essas fontes de informação colaborou para apresentar o referido levantamento, iniciando nos anos 80 até 2017. Importante mencionar o quanto foi relevante, tanto para a construção teórica, quanto na fase empírica, as informações vindas da AMLURB e da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), por meio da Lei de Acesso à Informação, que também merecerão maior detalhamento no capítulo 3. Tais fontes tiveram relevância na colaboração para a compreensão do sistema passado, do sistema atual, de conceitos e de dados apresentados e analisados como parte integrante desta pesquisa.

Ultimada a construção teórica, o passo seguinte foi a fase do levantamento de dados, reiterando que embora fundada em dados quantitativos, a pesquisa se concentra nos resultados sociais ancorando-se nos textos legais e constitucionais, todos dialogando e se correlacionado entre si, o que lhe confere a caracterização de pesquisa qualitativa.

2.2 PROCEDIMENTO DO LEVANTAMENTO DE DADOS E DA ANÁLISE CRÍTICA

Nesta fase da análise crítica da pesquisa são adotadas duas denominações para distinguir as modalidades de coleta seletiva da capital paulistana:

- 1) A expressão dados da “coleta seletiva implantada” significa aqueles dados que a Prefeitura de São Paulo forneceu tanto em processo judicial como disponibilizou a essa pesquisa por meio da Lei de Acesso à Informação, e apontam os distritos que a Prefeitura considera como tendo a coleta seletiva universalizada, ampliada, implantada e ou expandida¹³;
- 2) A expressão dados da “coleta seletiva efetivamente realizada” se refere aos dados da coleta domiciliar e coleta seletiva, que a Autoridade Municipal da Limpeza Urbana, AMLURB disponibilizou a essa pesquisa, por meio da Lei de Acesso à Informação e apontam a coleta efetiva e oficialmente realizada (coleta domiciliar e coleta seletiva) no Município no período estudado.

¹³ Na fase da análise crítica (Capítulo 4 – Resultados e Discussão) será estudada a questão da implantação, ampliação, expansão e universalização da coleta seletiva.

2.2.1 Lei de Acesso à Informação, Ação Judicial e Outras Ferramentas para Levantamento de Dados

Essa fase se traduziu na busca por elementos institucionais que compuseram a base de dados da pesquisa. Através de pedidos de informações encaminhados à Prefeitura de Paulo, por meio da Lei de Acesso à Informação, foram disponibilizados relatórios técnicos por órgãos da Administração Pública do Município (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Planejamento, orçamento e gestão, SVMA e AMLURB. Também foram utilizados os bancos de dados do IBGE, relatórios técnicos do Ministério do Meio Ambiente, União Europeia, e outras informações obtidas em entidades setoriais. Cabe lembrar que “Os dados oficiais sobre quantidade de resíduos produzidos no Município de São Paulo são aferidos com base nas informações de coleta e destinação de resíduo sob responsabilidade da Prefeitura” (GRIMBERG, 2007, p. 14). Esses dados quando não estavam disponibilizados nos sites dos órgãos foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, através de cadastro prévio, mediante login e senha. As respostas obtidas e número de protocolo referentes a cada uma delas encontram-se nos Anexos.

O contingente populacional, número, denominação de distritos e de Subprefeituras, localização geográfica do Município, etc., foram obtidos por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), que mantém um endereço eletrônico denominado INFOCIDADE. Através dessa página da internet, a SMUL “coloca à disposição do público uma extensa compilação de indicadores e informações que compõem o rico acervo de seu banco de dados”¹⁴, sendo que as fontes dos dados disponibilizados através do INFOCIDADE são as próprias secretarias da prefeitura paulistana, responsáveis por serviços diversos oferecidos aos munícipes. Também instituições como o IBGE, a Fundação SEADE os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde fornecem dados e informações para a página do INFOCIDADE.

Dentre os relatórios técnicos e dados disponibilizados por órgãos governamentais, destacam-se as contribuições da AMLURB e da SMVA que disponibilizaram dados atualizados do sistema de coleta seletiva do Município, bem como esclareceram pontos e

¹⁴ Fonte: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php> - acesso 15/01/2018

conceitos importantes, tanto para a construção do histórico do sistema, quanto para sistematização dos dados coletados. E essas contribuições não vieram somente encaminhadas pelos instrumentos da Lei de Acesso à Informação, mas foram encaminhadas por contato direto com os referidos órgãos, que prontamente disponibilizaram os dados, conforme podem ser verificados as várias trocas de mensagens eletrônicas entre a autora da pesquisa e referidos órgãos que constam dos Anexos a este trabalho.

Cabe lembrar que sendo os serviços de coleta de resíduos domiciliares, seletiva e resíduos de saúde no Município de São Paulo executados por duas concessionárias EcoUrbis Ambiental S/A e Logística Ambiental de São Paulo S/A- (LOGA), foram enviadas solicitações de relatórios a respeito dos dados da coleta seletiva e domiciliar a essas duas concessionárias. Os relatórios enviados pela LOGA foram de fundamental importância. A EcoUrbis não atendeu aos pedidos de envio de dados.

As solicitações de relatórios técnicos e dados aos órgãos públicos municipais, assim como as respectivas respostas em retorno foram feitas utilizando a metodologia trazida por Gil (2009, p. 50), que envolveu interrogações diretas e solicitação de informações a órgãos públicos da Administração do Município de São Paulo, realizados através da Lei de acesso à informação. Assim, o envio de pedidos de informação e as respostas disponibilizando dados e relatórios técnicos se deram de acordo com as diretrizes do Decreto municipal nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo (Lei do Acesso à Informação).

Essa legislação estabelece procedimentos e outras providências correlatas para garantir o direito de acesso à informação em órgãos públicos. Por esse Decreto, o Município de São Paulo mantém uma página na internet denominada Portal da Transparência, onde o cidadão acessa o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) (<http://esic.prefeitura.sp.gov.br>), mediante cadastro login e senha, e envia os pedidos de informação. O pedido também poderá ser realizado por meio físico, nos SICs dos órgãos ou entidades municipais. As informações que estiverem disponíveis são enviadas imediatamente, e as que necessitarem de busca poderão levar até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. Caso o cidadão, ao receber a informação, necessite de maiores esclarecimentos, o SIC permite que se abra um recurso (arts. 20 a 60 do Decreto municipal nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012), e o órgão disponibilizará a informação.

Consoante ao art. 16, II, do referido Decreto municipal (DM nº 53.623/2012), os órgãos da administração municipal não atendem pedidos de acesso à informação que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou

entidade. As informações disponibilizadas por esses órgãos serão entregues da mesma forma que se encontram arquivadas ou registradas no órgão ou entidade municipal. O decreto proíbe que órgão ou entidade municipal realizem qualquer trabalho de consolidação ou tratamento de dados, tais como a elaboração de planilhas ou banco de dados, assim como produzam informações a pedido do interessado, não exigidas pela legislação municipal (art. 16, §1º do referido decreto).

Para este trabalho os dados fornecidos pelos órgãos públicos municipais foram extraídos diretamente de suas fontes, obedecendo, rigorosamente, os termos da legislação municipal, que os considera dados primários, íntegros, autênticos e atualizados (art. 5º, IV do Decreto municipal nº 53.623/2012), sendo vedados aos órgãos municipais, antes de os que se proceda a algum tipo de tratamento.

Assim, utilizando a Lei de Acesso à informação, através do SIC, foram solicitadas informações sobre os dados da coleta seletiva efetivamente realizada nos anos de 2016 e 2017. Esses dados foram disponibilizados pela AMLURB no Portal da Transparência formatado em ‘planilha Excel’, onde constam os dados da coleta domiciliar (comum) e coleta seletiva do ano de 2016 e 2017 mês a mês (janeiro a dezembro), para cada uma das Subprefeituras. Referidas ‘planilhas Excel’ foram elaboradas pela AMLURB com dados oriundos do Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos (SISCOR). Acompanham as planilhas a observação de que se tratam de quantitativos em toneladas e que são passíveis de atualização. A íntegra das planilhas compõe os Anexos 18 e 19 deste trabalho (dados 2016), e Anexos 33 a 35 para os dados da coleta seletiva efetivamente realizada no ano de 2017.

Quanto aos dados da implantação da coleta seletiva, esses foram obtidos mediante processo judicial (foi preciso processar a Prefeitura no ano de 2015 para obtenção dos dados). A autora deste trabalho preside uma associação de defesa do consumidor denominada S.O.S Consumidor. Essas entidades, na forma do art. 81, IV da Lei 8078/1990, Código de Defesa do Consumidor, possuem legitimidade ativa para propor ações civis públicas, para defesa de interesses/direitos coletivos, individuais homogêneos e difusos¹⁵. Assim, no início do ano de 2015 a Associação Civil S.O.S. Consumidor ingressou com ação civil pública para compelir a Prefeitura de São Paulo a implantar coleta seletiva por todas as vias oficiais e não oficiais do

¹⁵ O art. 81, parágrafo único da Lei 8078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) assim define os direitos e interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos: I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Município, já que a municipalidade passou a regulamentar e permitir a cobrança das embalagens de compras em supermercados. Com a regulamentação e cobrança, a pretensão da municipalidade era que o consumidor final acondicionasse seus resíduos adequadamente, nas sacolas de compras de supermercado (segregação adequada). No entanto a Prefeitura regulamentou a obrigação do gerador domiciliar em segregar adequadamente seu resíduo, mas não celebrou acordo setorial prévio com os fabricantes das embalagens ou com os supermercados, para que se implementasse sistema de logística reversa das embalagens em geral. Daí a ação civil pública.

Naquela ação (Processo n. 1002618-14.2015.8.26.0053 - Tribunal de Justiça de São Paulo), por determinação judicial, a Prefeitura apresentou números da implantação da coleta seletiva, bem como números da evolução do sistema. A “Tabela de Implantação da Coleta Seletiva” (Anexo 21), onde constam os dados da referida implantação é um dos documentos apresentados judicialmente pela municipalidade, e ali consta a porcentagem de coleta seletiva implantada em cada um dos 96 distritos.

Já os dados sobre a implantação da coleta seletiva atualizados para 2018 foram obtidos pela Lei de Acesso à Informação (Pedido de Informação n. 28602), cuja íntegra se encontra no Anexo 28.

2.2.2 Providências Metodológicas para Análise dos Dados à Luz do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS

Antecedendo o tratamento desses dados, foram necessárias algumas providências metodológicas, com a finalidade de adequar os dados para dialogarem entre si.

A primeira providência foi quanto aos dados da implantação da coleta seletiva, que foram apresentados pela AMLURB no processo judicial. Essa Tabela foi elaborada pela AMLURB, com a porcentagem da implantação nos 96 distritos (variando entre 1% a 100%). Como um dos objetivos desse trabalho foi investigar o cerceamento do direito de acesso à coleta seletiva, chamou-se o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS/2010) como indicador a apontar os locais onde a população mais vulnerável se faz alijada do direito a essa proteção ambiental. Ocorre que os dados do IPVS são apresentados para as Subprefeituras, e os dados

da coleta seletiva foram disponibilizados para os 96 distritos. Foi então necessário transportar os dados da implantação da coleta seletiva que, reitera-se originalmente fora formulado para os 96 distritos, agora para as 32 Subprefeituras (para que os dados da implantação da coleta seletiva dialogassem com os dados do IPVS).

Cálculo aritmético auxiliou no transporte: os dados de cada grupo de distritos, pertencentes a determinada Subprefeitura, foram somados e divididos pelo número de distritos que compõem aquela Subprefeitura. O resultado mostrou a porcentagem da coleta seletiva implantada, mas agora por Subprefeitura. Adotando tal procedimento a pesquisa passou a contar com a porcentagem da implantação da coleta seletiva para cada Subprefeitura do Município de São Paulo. O passo seguinte foi criar Tabelas onde constaram os dados da implantação da coleta seletiva comparados aos dados da coleta seletiva efetivamente realizada e ambas comparadas ao IPVS. A cada Tabela criada foram tecidas considerações sobre os achados.

O procedimento seguinte foi transformar em porcentagem os números da coleta seletiva efetivamente realizada, que foram disponibilizados pela AMLURB em quantitativos de toneladas/ano (t/ano).

Para tanto foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Col. Sel. \%} = \frac{\text{Q. seletiva}}{\text{Q. seletiva} + \text{Q. regular}} \times 100$$

Onde são verificados:

Col. Sel. % - Refere-se à quantidade em porcentagem (%) da coleta seletiva retirada da coleta regular;

Q. seletiva - Quantidade de materiais recicláveis encaminhados para Coleta Seletiva, neste trabalho medido em t/ano;

Q. regular - Quantidade de resíduos da coleta regular, neste trabalho medido em t/ano.

Para o cálculo da porcentagem coleta seletiva foram tomadas:

- 1) A quantidade de coleta seletiva dividida pela soma da quantidade de coleta regular e coleta seletiva.
- 2) O resultado multiplicado por 100.

O cálculo acima foi realizado para cada Subprefeitura, resultando em dados da coleta seletiva efetivamente realizada para cada Subprefeitura do Município de São Paulo. Após o cálculo e reformulada a tabela foram tecidos comentários de acordo com as peculiaridades de cada região.

Cálculo próprio da Planilha Excel auxiliou chegar à média da porcentagem de coleta seletiva para o ano de 2016, que perfiz a média de 2,11%.

O mesmo cálculo foi realizado para chegar ao resultado da coleta seletiva efetivamente realizada no ano de 2017, em cada Subprefeitura. Após esse cálculo, a Planilha Excel auxiliou para chegar à média da porcentagem de coleta seletiva para o ano de 2017, que perfiz a média de 2,09%.

Após as considerações sobre todas as Tabelas, foram trazidos três gráficos, representando a porcentagem da coleta seletiva nos anos de 2012 e 2016: O gráfico do ano de 2012 foi trazido do PGIRS-2014 (SÃO PAULO, SP, a). O gráfico do ano de 2016 foi criado pela autora, com base nos dados da coleta seletiva efetivamente realizada. E o terceiro gráfico, também criado pela autora, representando o IPVS para cada Subprefeitura.

Em seguida foram apresentadas duas figuras de mapas do Município de São Paulo, a primeira figura representando o mapa do IPVS (SÃO PAULO, SP, c) e o segundo representando a coleta seletiva efetivamente realizada (criado pela autora). Colocadas lado a lado, as figuras desses mapas mostraram que a mancha dos locais onde é baixa a porcentagem da coleta seletiva é mais alta a vulnerabilidade social e o contrário também se aplica, demonstrando o cerceamento do direito de acesso à coleta seletiva às populações mais vulneráveis socialmente.

Para conferir maior roupagem aos números levantados pela pesquisa, por último foi tecida alguma comparação entre esses achados e a figura representativa do Mapa da Desigualdade (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016). Colocados lado a lado, as figuras desses mapas mostraram que a mancha dos locais onde é baixa a porcentagem da coleta seletiva, e onde foram verificados os locais com os piores índices de emprego, renda, moradia, assistência à saúde, cultura, etc., também é mais alto o IPVS. Assim, os dados da coleta seletiva efetivamente realizada, os dados da implantação da coleta seletiva, os dados do IPVS e dados do Mapa da Desigualdade possibilitaram analisar o fenômeno estudado (ALVES, 2006, p. 48) e traçar uma associação entre vulnerabilidade social, desigualdade social e distribuição do acesso à coleta seletiva.

Quando se discutiu o tema da igualdade ambiental foram trazidos elementos do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS) do Município, restrito, até dezembro de 2016, a projetos realizados em seis parques dos 110 existentes. Após essa análise comparativa, o resultado numérico foi submetido ao escrutínio da argumentação teórica, seguindo a metodologia de Deslauriers, em busca de respostas às problemáticas apresentadas, visando atender os objetivos do trabalho (análise crítica), fechando o trabalho com conclusões e recomendações.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta etapa da construção teórica tem por fundamento tanto em pesquisas da área da Saúde Global no que tange às questões sociais implicadas com coleta seletiva de resíduos, e os danos à saúde humana e qualidade ambiental, como também faz uso do aporte da literatura de doutrinadores do Direito, trata-se, portanto de pesquisa interdisciplinar.

3.1 JUSTIÇA AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE RISCO E AS FERRAMENTAS DO SOLIDARISMO, DIGNIDADE HUMANA DA IGUALDADE AMBIENTAL

Vivemos em uma “sociedade de riscos” (BECK, 1992, 1994; GIDDENS, 1991, 1995), em que a poluição ambiental não respeita fronteiras e a globalização atinge “direta ou indiretamente, todos os espaços e pessoas do planeta, mas não de igual maneira, nem com a mesma repercussão em todas as regiões” (RIBEIRO, 2016, p. 21). Não se pode “desconsiderar o fato de que as mesmas substâncias tóxicas podem ter um significado inteiramente distinto para pessoas distintas, conforme a idade, sexo, hábitos alimentares, tipo de trabalho, níveis de informações, educação, etc.” (BECK, 2011 p. 31) e que os riscos ambientais são sofridos especialmente pelos mais pobres, pelas classes subalternas (HERCULANO, 2002, p. 02).

Fato é que estão mais vulneráveis aos danos ambientais, sofrendo mazelas e percalços da exclusão social urbana, as populações das “regiões hiperperiféricas” (ACSELRAD et. al., 2009, p. 48) dos grandes centros, que contam com menor acesso à informação, menor renda per capita, e habitam áreas “onde se concentram a falta de investimento em infraestrutura de saneamento, ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, moradia de risco dentre outros fatores” (ACSELRAD et. al., 2009, pp. 8-9). Aliam-se ao crescimento desses riscos as incertezas provocadas pelas esferas locais, estaduais e nacionais do Poder Público que levadas pelos vultosos custos operacionais, tendem a “ocultar as origens e efeitos negativos dos riscos ecológicos” (LEITE; BELCHIOR, 2012, p.16), resultando daí o alijamento da população socialmente vulnerável do acesso a programas de prevenção contra riscos ambientais.

Se existem danos ambientais que afetam em maior proporção a saúde humana e o ambiente onde vivem os mais pobres, há também uma “justiça” almejada para distribuição equânime da proteção ambiental, no momento em que esses riscos de danos (que não conheçam fronteiras, e nem por isso se tornam democráticos) são maiores à saúde e ao ambiente onde vivem segmentos populacionais mais vulneráveis. Trata-se aqui da aplicação da justiça ao caso concreto quando a “poluição segue os mais pobres” (BECK, 2000, apud GUIVANT, 2001, p. 99), buscando afastar a “má distribuição dos bens e dos riscos ambientais nas sociedades contemporâneas”, que afetam e até mesmo violam direitos de parcelas mais vulneráveis da população (BAGGIO, 2008, p. 13).

A esse “fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental” e o contraponto para superação desse quadro, “cunhou-se chamar de justiça ambiental” (ACSELRAD; et. al., 2009, p. 8). Assim,

(...) por Justiça Ambiental entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (...). Complementarmente, entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, marginalizadas e mais vulneráveis. (HERCULANO, 2002, p. 03).

O termo justiça ambiental originou-se nos anos 60, nos Estados Unidos, onde “movimentos sociais de negros, índios, latinos e populações de baixa renda, vizinhos de depósitos de lixo químicos, radioativos e de indústrias com efluentes poluentes” insurgiram-se para afastar a postura individualista que buscava empurrar os males ambientais “para o quintal dos outros” e consideravam que as piores condições ambientais deveriam estar “sempre no quintal dos pobres e negros” (MORATO, et. al, 2005, p. 2282).

Essa metáfora territorial de afastar o lixo de seu quintal (o lema conhecido internacionalmente NIMBY (‘not in my backyard’, não no meu quintal) se origina de movimentos por justiça ambiental que propõem a não existência de “poluição tóxica para ninguém” (ACSELRAD et. al., 2009, p. 27). Bringel e Viegas entretanto, explicam que a questão subjacente é que “não se trata pura e simplesmente de não querer problemas ambientais ‘no meu quintal’ (...) mas de uma questão mais ampla, de impedir a geração de desigualdades ambientais, por meio da atuação governamental e mercadológica” (2014, p. 16).

É sob o prisma dessa atuação mais ampla que a “justiça ambiental vinculada à justiça social (na busca incessante pela garantia dos direitos humanos” FERREIRA e PEREIRA,

2017, p. 4) encontra no “direito, a mais importante ciência social” instrumentos capazes de “evitar ou amenizar a possibilidade desses novos riscos, que poderão levar a danos graves e irreversíveis” (LOPEZ, em LOPEZ, 2010, p. 1225). Nesta pesquisa, dentre esses instrumentos criados pela ciência do Direito para atenuar o risco de dano ambiental, são trabalhados dois princípios constitucionais: o princípio republicano do respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da Constituição Federal Brasileira de 1988- CF-88) e o princípio da igualdade ambiental, consagrado no caput do art. 225 da CF-88, que são indissociáveis, nos seguintes termos:

A justiça ambiental vinculada à justiça social, na busca incessante pela garantia dos direitos humanos, é uma necessidade emergencial do país. Apesar de não estar previsto desta maneira em nenhum tratado internacional específico a referência a outros direitos como dignidade, bem-estar, moradia e alimentação, o reconhecimento do meio ambiente pode ser visto como direito humano e quando afirmamos o direito humano ao meio ambiente estamos fazendo uma afirmação política (FERREIRA e PEREIRA, 2017, p.4).

A justiça ambiental aqui estudada apresenta-se como meio para realização da justiça social, sendo sua principal função a de afastar a má distribuição da proteção contra riscos de danos ambientais. Entre os elementos que caracterizam a justiça social citam-se: a alteridade, o devido e a igualdade.

Esses elementos estão presentes no art. 225 da Constituição Federal de 1988 que diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Veja-se como se comportam cada um dos elementos da justiça social em face do art. 225 da Constituição Federal:

A “alteridade” se encontra definida como “pluralidade de pessoas, tendo como sujeitos de um lado os particulares ou membros da sociedade - como devedores, e do outro lado a sociedade enquanto credora” (MONTORO, 2000, p. 214). No art. art. 225 da CF-88 essa pluralidade de pessoas vem disposta como aqueles a quem é dado defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações, sendo esses o “Poder Público e à coletividade” (MONTORO, idem):

Os interesses difusos que expressivamente se revelam no tema de meio ambiente, porque a proteção deste não cabe a um titular exclusivo ou individuado, mas se espalha difusamente sobre toda coletividade e cada um de seus membros. A partir da tomada de consciência sobre este fenômeno, passou-se a vislumbrar, em relevantes ângulos da vida moderna, um interesse geral, coletivo não-individuado, de tutela de bens e valores, consagração, por certo, daquela terceira geração de direitos apregoados por Norberto Bobbio, em sequência aos direitos individuais da Revolução Francesa e aos

direitos sociais emergentes da questão social. (FÜHRER e MILARÉ, 2009, p. 315)

Bem assim o meio ambiente, enquanto categoria de interesses difusos, que, nos termos do art. 225 da CF-88 devem ser protegidos por toda uma coletividade de pessoas. Vigê então na sociedade brasileira um princípio, segundo o qual, para que haja justiça sócio ambiental, as presentes gerações devem preservar o meio ambiente não somente para si, como também para as futuras gerações. Trata-se do princípio do solidarismo, previsto inicialmente no art. 3º, I, da Constituição Federal Brasileira, mas que se propaga por todos os incisos do referido art. 3º, como se pode verificar:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Decorre do art. 3º da CF-88 que, pelo princípio do solidarismo ou princípio da solidariedade, para que uma sociedade seja livre, justa e solidária, haverá que garantir o desenvolvimento nacional; e a forma de se exercer tal garantia passa pela erradicação da pobreza e da marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais, e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.

E a defesa do meio ambiente como garantia da sadia qualidade de vida tem sido verificada, inclusive pelo Poder Judiciário Brasileiro, conforme se pode verificar no Supremo Tribunal Federal – STF, quando do Julgamento do Mandado de Segurança nº 22.164, de relatoria do Ministro Celso de Mello em 30.11.1995, ao afirmar que:

O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis) – realçam o princípio da liberdade, e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, **consagram o princípio da solidariedade** e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inextinguibilidade” (STF, MS nº 22.164, Rel. Min. Ministro Celso de Mello. Data do julgamento 30.11.1995), grifo meu.

Tem-se assim que a defesa do meio ambiente é atributo a toda a coletividade enquanto direito sócio ambiental.

Já “o devido é definido como a realização do bem comum, ou, mais precisamente a contribuição de cada um para sua realização” e no art. 225 da CF-88 esse “bem comum” é um dos elementos da justiça social e vem disposto no art. 225 da CF-88 enquanto “bem de uso comum do povo” (Cf. MONTORO, *idem*).

A “igualdade”, que orienta a justiça social é de natureza proporcional ou relativa (MONTORO, 2000, p. 213), e vem disposta no art. 225 da CF-88, enquanto o direito de “todos” a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. Trata-se, portanto de uma igualdade ambiental, garantida a todos os brasileiros e estrangeiros em trânsito no território nacional. Portanto, inegável que o art. 225 da Constituição Federal traça um verdadeiro retrato da justiça social, e, face à garantia de proteção ambiental, que nela está descrita, neste trabalho se convencionou chamá-la, efetivamente, de justiça socio ambiental:

O conceito de justiça social é constitucional, e começa a ser colhido no preâmbulo da Constituição, onde se assentou que o Estado Democrático deve “assegurar o exercício dos direitos sociais”, os quais, junto com o “bem-estar” e a “justiça” são os valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Em outros dispositivos constitucionais o conceito vai sendo delineado (...) (CHIMENTI et. al, 2006, p. 537).

Também o bem comum, que na justiça social se realiza enquanto o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III da CF-88, merece ser aqui conceitualmente agregado:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III - a dignidade da pessoa humana; (...) BRASIL, 1988.

Isso porque, se o bem comum em uma sociedade se realiza do modo que Montoro descreve quando o povo vive humanamente, isto é, quando pode desenvolver normalmente suas faculdades naturais e exercer as virtudes humanas (...)” e explica ainda que “a essência do bem comum consiste na ‘vida dignamente humana da população’ (*bonam vitam multitudinis*) ou, em linguagem moderna, na boa qualidade de vida da população” (2000, p. 220), tem-se assim que o respeito à dignidade da pessoa humana é condição essencial para o exercício do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e essencial à sadia qualidade de vida, “para se começar a respeitar a dignidade da pessoa humana tem-se de assegurar concretamente os direitos sociais previstos no art. 6º da Carta Magna, que por sua vez está atrelado ao *caput* do art. 225, normas essas que garantem como direitos sociais ...” (NUNES, 2010, p. 66).

Nunes propõe que também os demais direitos fundamentais, tais como o direito à vida, à liberdade, à intimidade, à vida privada, à honra etc., sejam somados, permitindo que a legislação

constitucional seja interpretada como estando “na direção da implementação da dignidade no meio social” (*idem*). A pauta proposta por Nunes serve a este estudo por entender que o princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana é comando central que impulsiona todos os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Tanto assim, que o direito a um ambiente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, previsto no art. 225 da CF-88, somente será exercido se houver a predominância do respeito ao princípio republicano da dignidade da pessoa humana.

Identificados os elementos de justiça social enquanto elementos estruturantes do art. 225 da CF-88, ainda assim, há uma infinidade de atos praticados tanto pelo Poder Público, quanto pela própria sociedade que violam o direito dos povos de viver em um ambiente livre e protegido contra os riscos de danos ambientais.

A questão que permanece é quanto ao momento em que a sociedade clama contra o cerceamento de tais direitos? O que se pondera é que as maiores violações, ocorrem no mesmo momento em que ocorre a má distribuição da proteção legal a valores ambientais. Ou seja, as violações ocorrem no momento em que a autoridade pública deixa de aplicar de igual maneira a proteção da lei ambiental, ou a aplica de forma desigual, em detrimento das parcelas mais vulneráveis da população e aí estará constituída a injustiça ambiental.

E, em ocorrendo violações de direitos, é na justiça social que se busca a equalização como forma de pacificação de eventuais conflitos, que é orientada por uma nova definição da questão ambiental que incorpora suas articulações com as lutas por justiça social, inspirados na necessidade sentida por movimentos populares de base, que se viram em situações concretas de enfrentamento dos que entenderam ser uma “proteção ambiental desigual” (aspas do autor, ACSELRAD et. al., 2009, p.15-16). É nessas articulações com as lutas por justiça social que encontramos os instrumentos utilizados pela justiça ambiental.

Resta definir que instrumentos seriam esses.

Para Norberto Bobbio o “tema dos direitos do homem” está estreitamente relacionado aos temas da democracia e da paz, porque “o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas” (BOBBIO, 2004, p. 7).

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo (BOBBIO, 2004, p. 7).

Em seus estudos sobre os direitos do homem, Bobbio ensina que, os direitos do homem evoluem nas chamadas gerações de direitos. Os direitos de primeira geração são as liberdades civis, os direitos de segunda geração são os direitos sociais e que ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração, emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, e o mais importante dentre esses direitos de terceira geração (lembrando que Bobbio os coloca ao lado dos direitos sociais) é o direito de viver num ambiente não poluído, que nasceram dos perigos à vida, à liberdade e à segurança, provenientes do aumento do progresso tecnológico; e conclui o pensamento no sentido de o direito de viver em um ambiente não poluído surgiu dos movimentos ecológicos que abalaram a vida política: “A terceira geração dos direitos propugna por um novo enfoque com base em estratégias de prevenção, adaptação e cooperação internacional entre as nações, cabendo à inteligência humana conduzir o processo histórico em benefício de todos” (BOBBIO, 1992, p. 6).

Toma-se para este estudo que os preceitos constitucionais de justiça social “são vetores interpretativos das normas constitucionais e da legislação infraconstitucional, que não podem, em hipótese alguma, afastar-se dos valores maiores constitucionalmente sagrados” (CHIMENTI, 2006, p. 538), por se tratarem de direitos fundamentais de terceira geração, Chimenti também defende que, por serem esses preceitos verdadeiros vetores maiores que indicam o caminho ao encontro do conceito de justiça social, os instrumentos de sua efetivação são: o respeito à dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem de todos, todos encontrados no art. 3º da Constituição Federal de 1988, que consagra o princípio do solidarismo (ou solidariedade constitucional).

A esses instrumentos, o autor afirma ainda que são somados o respeito ao princípio da igualdade ambiental, insculpido no art. 225 da Constituição Federal de 1988, para ele, só haverá justiça social onde a distribuição contemplar com número maior de benefícios quem tiver mais necessidade, e quem tiver menos necessidade receberá menos benefícios: “à análise desses preceitos demonstra que a Constituição acolheu o conceito aristotélico da justiça distributiva, em que a equidade é o instrumento de distribuição de direitos e obrigações que leva à redução das desigualdades sociais e regionais” (op.cit.).

Nesta pesquisa, tomam-se esses vetores interpretativos das normas constitucionais e da legislação infraconstitucional, já descritos no início desta seção, que são as bases da ordem jurídica vigente desta pesquisa:

- a) Vetores constitucionais: o respeito à dignidade da pessoa humana, o princípio da

igualdade ambiental;

- b) Vetores legais: são aqueles vetores dos quais se vale a justiça ambiental para afastar a distribuição desigual da proteção ambiental quanto os riscos trazidos pela disposição ambientalmente inadequada de rejeitos, aqui eleitos, como sustentáculos do tripé da responsabilidade compartilhada, a saber: coleta seletiva, acordos setoriais e logística reversa.

É sob a ótica dos princípios constitucionais do respeito à dignidade da pessoa humana e da igualdade ambiental que os capítulos seguintes estudarão o acesso à coleta seletiva enquanto um direito exercido à luz da dignidade da pessoa humana e da saúde enquanto bem global. Também serão estudados o tripé da responsabilidade compartilhada (acordo setorial, logística reversa e coleta seletiva) enquanto princípios legais de proteção ambiental, de que se vale a justiça ambiental para alcançar a justiça social.

3.2 O DIREITO DE ACESSO À COLETA SELETIVA A DIGNIDADE HUMANA E A SAÚDE ENQUANTO BEM GLOBAL

Iniciando pelo direito de viver em um ambiente ecologicamente saudável, livre da poluição e dos males causados pela disposição e destinação ambientalmente inadequadas de resíduos, que resultam no direito de viver dignamente, o respeito à dignidade da pessoa humana atua enquanto corolário de todos os direitos sociais previstos na Constituição Federal, transcrito no art. 1º, III, enquanto um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil, se constitui como o maior vetor constitucional, tráfegando por todos os direitos e garantias insculpidos na Constituição Federal de 1988, validando-os, protegendo e lhes garantindo eficácia social. Não há direito social previsto na Constituição Federal que seja balizado pelo princípio da dignidade da pessoa humana. A condição de ser digno, é inerente à pessoa humana, conforme mostra Rizzatto Nunes:

Percebe-se, então, que o termo dignidade aponta para, pelo menos, dois aspectos análogos mas distintos: aquele que é inerente à pessoa, pelo simples fato de ser, nascer pessoa humana; e outro dirigido à vida das pessoas, à possibilidade e ao direito que têm as pessoas de viver uma vida digna (2010,p.64).

Assim o direito à saúde humana e qualidade ambiental somente será exercido se estiver

ancorado no respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, porquanto a ninguém é dado viver em ambientes degradantes, marcados por toda sorte de poluição ali despejadas pelo simples fato de não se querer a poluição perto de onde vivem as pessoas com melhores condições de vida.

No mundo globalizado, em que os danos ambientais ultrapassam fronteiras, e atingem frontalmente aquelas pessoas em maior situação de vulnerabilidade social, o direito à saúde é considerado majoritariamente como um bem público global, que não admite excludentes, isso é, ninguém ou nenhuma coletividade poderá ser excluída de sua posse, de seu consumo ou de que seus benefícios, que sempre devem estar disponíveis a todos (FORTES; RIBEIRO, 2014, pp. 368 e 369). E sendo a saúde um bem global, o direito de viver em um ambiente digno, salubre, livre de contaminações, impurezas e doenças, está protegido, não somente pelo art. 225 da Constituição Federal, como também pelo princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana:

Há, para usar a expressão cunhada pelo professor Celso Antonio Pacheco Fiorillo, um piso vital mínimo imposto pela Carta Magna como garantia da possibilidade de realização histórica e real da dignidade da pessoa humana no meio social. Diz o jurista paulista que, para começar a respeitar a dignidade da pessoa humana tem-se de assegurar concretamente os direitos sociais previstos no art. 6º da Carta Magna, que por sua vez está atrelado ao **caput** do art. 225, normas essas que garantem como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição, assim como direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida. (NUNES, 2010, 66).

No entanto, por mais que os comandos constitucionais e legais estipulem, “aquilo que entendem como um mínimo de garantia para que a pessoa possa gozar de uma vida digna no seu artigo 6º, (...) o fato é que muitas pessoas vivem abaixo desse mínimo (NUNES, 2010, 64), expostas aos males causados pela poluição à sua vida, contaminando o ambiente onde vivem.

À leitura do art. 3º, VIII da LRS verifica-se que a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos em aterros é um importante instrumento criado pela PNRS para evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e também para minimizar os impactos ambientais adversos. Segundo a Constituição Federal, o acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida. A execução de tais comandos legais e constitucionais se constitui um dever atribuído à coletividade e do Estado, porque correspondem a direitos do cidadão em viver com o mínimo de dignidade. Trata-se do direito à sadia qualidade de vida, que foi elevado pela Constituição Federal, em seu art. 225, ao patamar de “bem de uso comum do povo”, e instrumentalizado na Constituição Federal enquanto um “bem ambiental”, um bem público global, cuja titularidade pertence a “todos”. É um direito

que não se consubstancia em um único objeto palpável, de natureza material, sendo um bem imaterial de natureza difusa (FIORILLO, 2006, p. 55; PIVA, 2000, p. 114), a que todos têm direito incondicionalmente.

Na lição de MONTORO (2000) a expressão “direito” do cidadão trata do direito na acepção de justo, aquilo que é devido a outro por justiça: “Umas vezes ‘direito’, na acepção do justo, designa o bem ‘devido’ por justiça, por exemplo, quando dizemos que ‘o salário é direito do trabalhador’ a palavra ‘direito’ significa aquilo que é devido por justiça (2000, p. 38).

Assim, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é vital para que o cidadão tenha sadia qualidade de vida, trazendo o direito vários instrumentos para garantia da efetividade. O acesso ao sistema de coleta seletiva, previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, é um direito que obedece ao comando constitucional do art. 225 da CF-88. Isso porque, se a justiça ambiental se vale dos princípios da igualdade ambiental e dignidade da pessoa humana para alcançar a justiça social, e se em busca de afastar a proteção ambiental desigual, a justiça ambiental se vale das ferramentas da responsabilidade compartilhada (acordo setorial, logística reversa e coleta seletiva), e se todos esses princípios estão insculpidos na Constituição Federal enquanto garantia da sadia qualidade de vida, a que o Poder Público e coletividade devem zelar, a conclusão plausível é de que a coleta seletiva, enquanto um direito, se trata de um bem comum global de uso do povo (previsto no caput do art. 225 da CF-88), que “reclama a satisfação dos fundamentos democráticos de nossa Constituição Federal, dentre eles, o da dignidade da pessoa humana, conforme dispõe o artigo 1º, III” (FIORILLO, 2006. p. 63-64).

Se o acesso à coleta seletiva é um direito de proteção à saúde humana enquanto bem comum global, de uso do povo (meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadia qualidade de vida); se a justiça ambiental aqui estudada, se apresenta como meio para realização da justiça social, tendo em sua principal função a de afastar a má distribuição da proteção contra riscos de danos ambientais, e se todos esses direitos somente podem ser exercidos se, em primeiro lugar, houver o respeito à dignidade da pessoa humana, conclui-se que o acesso à coleta seletiva é, também, uma das formas de realização da justiça social.

E de que forma se realiza a justiça social no direito de acesso à coleta seletiva? Pode-se dizer que a justiça social do direito de acesso à coleta seletiva perfaz-se através dos instrumentos eleitos pela justiça ambiental para efetivação desse direito, quais sejam a dignidade da pessoa humana e a igualdade ambiental.

A sobreposição ou cumulatividade de riscos, problemas sociais e ambientais representa um grande desafio para as políticas públicas (ALVES, 2006, p. 56.), principalmente quando se trata de degradação ambiental, que resulta em danos à saúde de pessoas que habitam

regiões carentes de recursos, embora localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos.

As populações das hiperperiferias do Município de São Paulo, por residirem em locais, classificados pelo IPVS, como sendo locais de alta ou altíssima vulnerabilidade e em regiões marcadas pela desigualdade, não pode sofrer o alijamento do direito à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, cerceando-as de viver em um ambiente livre dos males trazidos pelo lixo, inclusive dos danos ambientais e sanitários, sob pena de violar o princípio da dignidade da pessoa humana. Configuram-se, portanto, situações de alta vulnerabilidade socioambiental, “a associação entre risco ambiental e vulnerabilidade social, no âmbito de famílias e domicílios com menor capacidade de reação às situações de risco vão residir nas áreas com maior exposição ao risco e à degradação ambiental” (ALVES, Op. cit., p. 56.).

Para atenuar essa situação de vulnerabilidade socioambiental, a lei trouxe uma ferramenta essencial para alcançar a meta da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos uma que é coleta seletiva (art. 9º, §1º do Decreto 7404/2010). Logo, não podem os grupos humanos mais vulneráveis, somente pelo fato de serem mais expostos à pobreza, receber proteção ambiental desigual, desprovidos de viver em ambientes minimamente dignos por descaso da autoridade pública, que privilegia os locais onde “o movimento pela coleta seletiva de lixo urbano somente poderia nascer ali onde as lixeiras estavam cheias de plásticos e papel e onde há razões para inquietar-se pela produção de dioxinas ao incinerar tais lixeiras” (ALIER, 1998. p. 31).

A justiça social, prevista no art. 225 da Constituição Federal de 1988, que neste trabalho se convencionou chamar de justiça sócio ambiental, tem como escopo alcançar o princípio da igualdade ambiental, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas também têm o dever de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Aqui, parafraseando Norberto Bobbio “se os grandes problemas ambientais do mundo atual são globais e como tais exigem soluções universais”, é na solidariedade daqueles que têm mais recursos para com aqueles que são marcados por situações de vulnerabilidade, que se poderá também encontrar a solidariedade das gerações presentes para com as gerações futuras (BOBBIO, 1992, p. 6).

3.3 A RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE AMBIENTAL

A Lei 12.305/2010 (Lei de Resíduos Sólidos – LRS) define o termo ‘responsabilidade compartilhada’ no art. 3º, XVII, como o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos dessa Lei.

Para implantação da responsabilidade compartilhada, a Lei 12.305/2010 elegeu como ferramentas principais, além da coleta seletiva, também o acordo setorial e a logística reversa, conforme consta dos art. 8º, III e 3º, I da LRS.

Foi visto no capítulo anterior que a justiça ambiental se instrumentaliza através de princípios constitucionais e legais para fazer valer a justiça social, visando afastar a proteção ambiental desigual. Nesse estudo de caso, os princípios da igualdade ambiental e da dignidade da pessoa humana são os instrumentos constitucionais de justiça ambiental em tela, e quanto aos princípios legais, aptos a afastar a proteção ambiental desigual, são estudadas as ferramentas para implantação da responsabilidade compartilhada, que formam seu tripé; os sistemas de logística reversa criados através de acordos setoriais para efetivação do sistema de coleta seletiva. Esses sistemas são então estudados ora enquanto vetores interpretativos das normas constitucionais e da legislação infraconstitucional, como também instrumentos de sua efetivação (CHIMENTI, 2006, p. 538).

É justamente com base nesses instrumentos legais, validados constitucionalmente, que esta pesquisa trabalha. O art. 225 da CF-88 imputa ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações. Quando o art. 3º, XVII da Lei de Resíduos Sólidos (LRS) ao definir a responsabilidade compartilhada, elenca um rol de agentes a quem imputa um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas visando minimizar o volume de resíduos, bem como em reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental, está, na realidade, dando cumprimento ao art. 225 da Constituição Federal. Mais ainda: nesse dispositivo da LRS, quando elenca o rol de agentes responsáveis

pelo ciclo final dos produtos, está consagrando o princípio da igualdade ambiental segundo o qual “Todos os membros da sociedade – indivíduos ou instituições, governantes e governados – têm o dever de cooperar para o bem comum. Essa obrigação é regida por um princípio de igualdade fundamentalmente proporcional” (MONTORO, 2000, p. 225).

Isso significa dizer que, caso os agentes, elencados no art. 3º, XVII da Lei de Resíduos Sólidos (LRS), violem o princípio da responsabilidade compartilhada, deixando de cumprir seus deveres, eles estarão descumprindo não somente um dever legal (as atribuições da LRS, previstas dos arts. 31 a 36), como também violando tanto o princípio constitucional da igualdade ambiental (sobrecarregando, ou impedindo o outro agente de cumprir sua atribuição), quanto o dever, constitucional de preservar e defender o meio ambiente. E nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello:

Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema subversão aos seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra (MELLO, 1986, p. 230).

É da gravidade de violar o princípio da responsabilidade compartilhada que tratam seções integrantes deste capítulo; iniciando pela revisão de literatura sobre o instituto da responsabilidade compartilhada, onde será possível verificar em que consiste sua violação, e quais seus efeitos para a sociedade, posto se tratar a responsabilidade um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 6º, VII da LRS).

Será possível visualizar na responsabilidade compartilhada que o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas de cada sujeito, faz dar cumprimento ao art. 225 da CF-88 e será também demonstrado que a responsabilidade compartilhada se trata de um importante princípio de direito ambiental, ainda que tenha vindo para o ordenamento jurídico brasileiro com a única finalidade de atenuar, mitigar, e, em última análise, abrandar a responsabilidade pós-consumo do produtor, compartilhando-a com vários agentes; característica esta que torna difícil a consecução dos objetivos da PNRS, como será demonstrado a partir da revisão, que ora se inicia.

É assim que nas próximas seções os estudos se iniciam discorrendo sobre o nascedouro da responsabilidade compartilhada na Lei de Resíduos Sólidos enquanto uma mera construção legislativa, e na etapa conclusiva será possível uma comparação entre a responsabilidade compartilhada brasileira e a Responsabilidade Estendida do Produtor, um instituto de direito ambiental que se originou de estudos acadêmicos na Suécia nos anos 90, e que evolui, até os

dias atuais, na União Europeia, enquanto instrumento econômico de proteção ao meio ambiente e valorização do trabalho, denominado Economia Circular.

Com essa comparação será possível verificar se é fato que a Prefeitura do Município de São Paulo, no art. 4º da Resolução 55/2015 da AMLURB¹⁶ ao mencionar que seu sistema de coleta seletiva aplica os conceitos de Economia Circular, respeita os princípios legais e constitucionais de que se vale a justiça ambiental em busca da efetivação justiça social (distribuição equânime da proteção ambiental através do acesso universal à coleta seletiva), aplicando cada um dos preceitos da Economia Circular.

3.3.1 A Tramitação do Projeto da Lei de Resíduos Sólidos e a Solução da Construção Meramente Legislativa de uma Responsabilidade Compartilhada

Durante o processo legislativo para tramitação dos Projetos de Lei¹⁷, que mais tarde deram origem à Lei n. 12.305/2010, também chamada de Lei de Resíduos Sólidos, um dos temas que mais suscitou discussão foi exatamente a responsabilidade pós-consumo, posto que os setores produtivos se recusavam em assumir responsabilidade ambiental pelos resíduos gerados em sua atividade. Em 27 de outubro 1989 foi apresentado ao Senado Federal, pelo senador Francisco Rollemberg, o Projeto de Lei n. 354 (PLS 354/89), que, essencialmente, tratava do acondicionamento, coleta, tratamento, transporte e destinação final de resíduos da saúde (ARAÚJO e JURAS, 2011, p. 31).

Após dois anos de tramitação, em 1991, o PLS 354/89 foi recebido na Câmara dos Deputados, passado a constar como PL 203/91. O projeto determinava que os resíduos “fossem separados e acondicionados na fonte produtora, de acordo com procedimentos adequados, e pela categoria de resíduo”¹⁸. A partir dessa tramitação na Câmara, o projeto começou a tratar da não somente da responsabilidade dos geradores de resíduos como

¹⁶ Res. 55/2015 AMLURB: Artigo 4º. O modelo de sacolas reutilizáveis para coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares secos, **a partir dos conceitos de economia circular** a serem aplicados na Cidade de São Paulo, deverá: (...)

¹⁷ Projeto de Lei do Senado Federal (PLS) nº 354/1989 no Senado Federal e Projeto de Lei nº 203/1991 na Câmara dos Deputados.

¹⁸ Fonte: Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/402931.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

também da obrigação da municipalidade, através de sua administração “incluindo a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde, bem como sua destinação final adequada”. Essa inclusão da responsabilidade do gerador de resíduos no PL 203/91 atraiu cerca de uma centena de outros projetos que foram a ele apensados, que, em síntese:

Essas proposições dispunham sobre questões variadas relativas a resíduos sólidos desde as mais abrangentes, com propostas de uma política nacional de resíduos sólidos, até as específicas sobre pilhas e baterias, pneus usados, embalagens, reciclagem, importação de resíduos e outros tópicos (ARAÚJO e JURAS, 2011, p. 32).

Face tantas demandas, o PL 203/91 permaneceu cerca de 10 anos sem andamento significativo. Em 2001 foi então criada uma comissão especial para analisar o conjunto de iniciativas que se acumulavam apensadas ao referido PL:

Contudo, aquela legislatura findou sem que a comissão houvesse aprovado o substitutivo apresentado pelo relator. Dessa fora, conforme Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nova comissão foi instalada para dar continuidade ao processo legislativo (ARAÚJO e JURAS, 2011, p. 32).

Em julho de 2006, uma Comissão Especial, criada para avaliar o Projeto de Lei em questão, aprovou seu substitutivo. Entretanto, essa versão não incorporava diversas questões discutidas no âmbito do governo federal, junto à sociedade e ao setor produtivo. Foram então realizadas diversas audiências públicas, visitas, debates e reuniões técnicas externas e, em 16 de junho de 2009, foi apresentada a “Minuta de Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao PL 203/1991 e seus apensos”. Esse substitutivo, apresentado pelo relator da comissão especial sobre a matéria, Deputado Nechar (PP-SP), tomou como base a redação preparada por um grupo de trabalho suprapartidário coordenado pelo deputado Arnaldo Jardim do PPS- SP (substitutivo SSP 1 => PL 203/1991)¹⁹.

As discussões culminaram com o consenso de que a reponsabilidade pelo ciclo final dos produtos não se esgotaria tão e somente no pós-consumo, dirigido ao setor empresarial, mas que passaria a alcançar relações muito além da reponsabilidade do produtor. Dentre outros itens, foi incluída no PL 203/91 a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (ARAÚJO e JURAS, 2011, p. 32). Essa inclusão implica em uma abrangência que delineia a análise do estudo de caso aqui apresentado.

O Plenário aprovou em 11 de março de 2010, o substitutivo ao Projeto de Lei 203/91, do Senado, que instituiria a Política Nacional de Resíduos Sólidos e impunha

¹⁹ Cf. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=469408> - acesso em 21 set. 2015.

obrigações aos empresários, aos governos e aos cidadãos quanto ao ciclo final de produtos. Com a apresentação de substitutivo, a matéria retornou ao Senado para nova votação. Em 02/08/2010 o texto aprovado pelo Congresso Nacional foi sancionado pela Presidência da República, sem vetos. A Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi então publicada no Diário Oficial da União.

Tem-se assim, em síntese, que os projetos de lei, que permaneceram paralisados por cerca de 20 anos, somente passaram a tramitar quando, efetivamente, foi inserido no texto final um substitutivo incluindo a responsabilidade compartilhada entre os vários agentes da cadeia produtiva, tanto da cadeia de consumo como do Poder Público. E o setor empresarial, que por muitos anos externou restrições à inserção em lei da responsabilidade pós-consumo e da logística reversa, chegou ao consenso político, nesse assunto específico, que foi viabilizado mediante a construção do conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A partir desse conceito, passou-se a entender que as obrigações ambientais pela disposição e destinação final ambientalmente adequadas de resíduos e rejeitos não se esgotam na responsabilidade pós-consumo do setor produtivo, mas que englobam fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, assim como os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos (ARAÚJO, 2013, p. 4).

Quanto à natureza jurídica da responsabilidade compartilhada, vários estudos têm buscado essa interpretação, inclusive traçando alguma identidade entre a responsabilidade compartilhada brasileira e a Responsabilidade Estendida do Produtor - *Extended Product Responsibility*, ou EPR (DEMAJOROVIC, J. e MASSOTE, B., 2017; SEO e FINGERMAN, 2011). Outros veem a responsabilidade compartilhada enquanto sinônimo da responsabilidade pós-consumo (LEMOS, 2014), ou enquanto um regime solidário de complexas atribuições. Há até quem diga que “a questão sobre responsabilidade compartilhada em matéria ambiental pode trazer alguma luz para um tema polêmico do direito de família: a guarda compartilhada” (TOMASEVICIUS F., 2016). Especificamente quanto a interpretação não será aberta discussão nesse estudo, deixando que o direito de família desenvolva seus próprios institutos, porquanto aqui se trata da responsabilidade compartilhada enquanto princípio da PNRS e enquanto importante instituto de direito ambiental.

Nas subseções que seguem serão discutidas as demais interpretações.

3.3.2 A Responsabilidade Compartilhada que se Propaga para Além do Pós-Consumo

Retomando o conceito de responsabilidade compartilhada, temos que, ao inserir no ordenamento jurídico brasileiro esse princípio, a Lei de Resíduos Sólidos (LRS) torna os agentes elencados no art. 3º, XVII uma espécie de centro de gravitação do microsistema de proteção ambiental nela instituído. Com essa inserção, esses agentes passam a “compartilhar formal e legalmente a responsabilidade pela gestão de resíduos” (QUINTIERE, 2013). Essas atribuições legais conferidas aos agentes, através do princípio da responsabilidade compartilhada, transitam pelas várias espécies normativas previstas na Lei 12.305/2010, de modo que sua estrutura está fundada nos atos que a lei prescreve e que devem ser praticados pelos agentes elencados no rol do 3º, XVII. Daí a fundamentação do que restou anteriormente citado, no sentido de ser a responsabilidade compartilhada um dos mais importantes institutos jurídicos trazidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Foi visto na seção anterior que aquela responsabilidade que estava restrita somente ao fabricante se expandiu, e a LRS a transportou para muito mais além da responsabilidade pós-consumo daquele único agente, e passou a abranger atribuições legais aos demais agentes (cf. ARAÚJO E JURAS, op. cit., p. 34), fazendo com que passasse o ordenamento jurídico brasileiro a adotar o sistema da responsabilidade compartilhada, tendo como consequência de que a PNRS somente se efetivará se houver assunção pelos agentes, cada qual de sua específica atribuição.

Ainda que, por mais de 20 anos, ao longo dos quais tramitou a PNRS no Congresso, os Estados, Municípios, Ministério Público e Poder Judiciário não tenham ficado “inertes, à espera do novo quadro legal” (ABRAMOVAY et. al., 2013, p. 43), existindo no ordenamento dessas instâncias, leis e decisões judiciais sobre o tema, a questão que se apresenta é: a partir do momento que a LRS trouxe novas atribuições aos agentes seria possível a responsabilidade compartilhada conviver no ordenamento jurídico com normas que instituíam a responsabilidade pós-consumo, restringindo as atribuições dos agentes, a tão somente ao ambiente do pós-consumo?

Aqui se toma um exemplo do que pode estar ocorrendo por todo o ordenamento jurídico brasileiro infraconstitucional, quanto à adequação dos normativos anteriores à entrada em vigor da LRS, a esse novo marco regulatório dos resíduos sólidos no Brasil. Trata-se do exemplo da inadequação da legislação paulista ao novo comando da Lei Federal 12.505/2010, a LRS,

conforme segue demonstrado:

Veja-se: quando já vigente Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - LRS, a Resolução n. 45 de 23 de junho de 2015, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a implantação do sistema de logística reversa no Estado, em seu art. 1º define diretrizes para o aprimoramento, implementação e operacionalização da **responsabilidade pós-consumo** (grifo meu) no Estado de São Paulo, conforme dispõe o artigo 53 da Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006. E o artigo 19 do Decreto Estadual nº 54.645, de 05 de agosto de 2009 traz ainda em seu parágrafo único que a logística reversa, conforme definida no inciso XII, do artigo 3º, da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, integra e operacionaliza a **responsabilidade pós-consumo** para fins desta Resolução (grifos meus).

Anteriormente à referida Resolução, e também em momento anterior à entrada em vigor da Lei de Resíduos Sólidos, a Lei Estadual (São Paulo) nº 12.300, de 16 de março de 2006 em seu art. 53, e o artigo 19 do Decreto Estadual nº 54.645, de 05 de agosto de 2009 estabeleciam a **responsabilidade pós-consumo**, conforme segue:

Lei Estadual (São Paulo) nº 12.300, de 16 de março de 2006 (...)

Art. 53. Os fabricantes, distribuidores ou importadores de produtos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, mesmo **após o consumo** de seus resíduos desses itens, são responsáveis pelo atendimento de exigências estabelecidas pelo órgão ambiental (grifo meu).

Decreto Estadual nº 54.645, de 05 de agosto de 2006:

Da Responsabilidade Pós-consumo

Artigo 19 - Os fabricantes, distribuidores ou importadores de produtos que, por suas características, venham a gerar resíduos sólidos de significativo impacto ambiental, mesmo **após o consumo** desses produtos, ficam responsáveis, conforme o disposto no artigo 53 da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, pelo atendimento das exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais e de saúde, especialmente para fins de eliminação, recolhimento, tratamento e disposição final desses resíduos, bem como para a mitigação dos efeitos nocivos que causem ao meio ambiente ou à saúde pública. Parágrafo único - A Secretaria do Meio Ambiente publicará, mediante resolução, a relação dos produtos a que se refere o “caput” deste artigo (grifo meu).

É natural que o art. 53 da Lei Estadual (São Paulo) nº 12.300, de 16 de março de 2006, e o artigo 19 do Decreto Estadual nº 54.645, de 05 de agosto de 2009 tenham adotado a denominação da responsabilidade dos fabricantes, distribuidores ou importadores quanto à eliminação, recolhimento, tratamento e disposição final de resíduos, bem como para a mitigação dos efeitos nocivos ao meio ambiente ou à saúde pública como sendo responsabilidade pós-consumo. Afinal, ambos entraram em vigor em momento anterior à Lei 12.305/2010 (a Lei de Resíduos Sólidos – LRS). Naquele momento prevalecia o entendimento de que a

responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos se esgotava naqueles agentes que exercessem tais atividades, ou seja aos fabricantes, distribuidores ou importadores. Trata-se da responsabilidade pós-consumo em seu sentido estrito, ou seja, aquela responsabilidade que, em momento anterior à entrada em vigor da Lei de Resíduos Sólidos – LRS, se esgotava naqueles agentes que exercessem atividades previstas pelas leis vigentes na época.

Ainda que a LRS tenha recepcionado todos os comandos normativos com ela compatíveis, no momento que essa nova lei entrou em vigor, aquela responsabilidade pós-consumo, restrita a determinados agentes se expandiu, por força dessa nova regulação. Passou a ir muito além e a abranger atribuições legais a outros agentes (ARAÚJO e JURAS, 2011:34), adotando o ordenamento jurídico brasileiro o sistema da responsabilidade compartilhada, ao menos quanto aos deveres legais dos agentes elencados no art. 3º, XVII da LRS.

No entanto, a Resolução n. 45 de 23 de junho de 2015 (Secretaria de Estado Meio Ambiente - São Paulo), publicada na vigência da LRS, em seu art. 1º, ao invés de se fazer editada segundo os parâmetros da LRS, manteve em seu parágrafo único da única a restrita responsabilidade pós-consumo, conforme se pode ver em sua redação:

Art. 1º. (...)

Parágrafo único - A logística reversa, conforme definida no inciso XII, do artigo 3º, da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, integra e operacionaliza a responsabilidade **pós-consumo** para fins desta Resolução (grifo meu).

E mais ainda, quando a resolução explicita que a logística reversa “integra e operacionaliza a responsabilidade pós-consumo para fins desta Resolução”, diverge da Lei 12.305 de 2010, revelando uma interpretação superficial LRS que, em momento algum, trata a logística reversa como instrumento de operacionalização da responsabilidade pós-consumo. Aliás, em momento algum a LRS não trata da responsabilidade pós-consumo, posto que esta ficou para trás e foi substituída pela responsabilidade compartilhada, conforme explicado na seção deste trabalho, onde se discorre sobre a forma como se deu a inserção do instituto jurídico da responsabilidade compartilhada no texto da Lei 12.305 de 2010, abandonando o pós-consumo, para abrandar e mitigar a responsabilidade do fabricante, e, mais que isso: compartilha-la com outros agentes.

A Lei 12.305 de 2010 trata sim da logística reversa como um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o mais importante: trata o sistema de logística reversa, ao lado da coleta seletiva e acordos setoriais enquanto ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada, conforme consta do art. 8º, III e 3º, I da LRS:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o Poder Público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a **implantação da responsabilidade compartilhada** pelo ciclo de vida do produto.

(...)

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

(...)

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras **ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada** pelo ciclo de vida dos produtos (BRASIL, 2010a), (grifo meu).

Não se trata aqui de mera retórica, ou discussão por simples nomenclatura de instituto com mesmos efeitos jurídicos, mas sim de adequação do normativo estadual à lei federal, bem como de trazer à doutrina nacional importante contribuição para a objetividade da distinção entre os dois institutos. A Política Estadual de Resíduos Sólidos não pode restringir os agentes (somente os fabricantes, distribuidores ou importadores) ou ao tipo de atividade, conforme consta do art. 53 da Lei Paulista, enquanto a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) amplia sua responsabilidade e chama um rol muito maior que aquele da lei estadual a compartilhar a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos.

Talvez a Resolução paulista possa ter levado em consideração o que Lemos (2014, p. 209) convencionou chamar de responsabilidade pelo ciclo de vida do produto “do berço ao túmulo”, no sentido de que a “responsabilidade se dá na série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos o processo produtivo, o consumo e a disposição final - art. 3º, IV da PNRS. No entanto, essa tal responsabilidade “do berço ao túmulo” se trata de construção meramente doutrinária, o que não afasta a incongruência e necessidade de adequação da Lei Paulista e da Resolução n. 45 de 23 de junho de 2015 ao que propõe a Lei 12.305/2010, no que se refere à ampliação ao rol de agentes chamados à execução da lei.

Essa concepção de responsabilidade pós-consumo, abrangeria, em tese, todo o ciclo de vida do produto, incluindo a responsabilidade compartilhada. Mesmo assim, não se sustenta o tratamento da responsabilidade compartilhada como sinônimo de responsabilidade pós-consumo, porque há ausência de disposição legal que legitime tal interpretação restritiva.

Quanto àquela responsabilidade pós-consumo predominante em momento anterior à entrada em vigor da LRS, de que tratam os artigos 53 da Lei Estadual (São Paulo) nº 12.300, de 16 de março de 2006 e art. 19 Decreto Estadual nº 54.645, de 05 de agosto de 2009, aplica-se tão e somente aos agentes ali elencados: Os fabricantes, distribuidores ou importadores, não se aplicando aquele rol descrito no art. 3º, XVII da LRS, sendo que a Resolução Paulista deixa de fora as demais categorias implicadas: distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Como se verá, nas seções que seguem, trata-se a responsabilidade compartilhada de um princípio da PNRS e um instituto de direito ambiental, fortemente embasado no art. 225 da Constituição Federal por força do conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas imputadas a um rol de agentes e ao Poder Público, que têm por base o dever de “todos” na defesa e preservação do direito ao meio ambiente equilibrado e a sadia qualidade de vida.

Em síntese: essa investigação conclui que quando o artigo da Resolução paulista, relatada, trata tão e somente da responsabilidade pós-consumo viola do princípio da responsabilidade compartilhada por contrariar o que dispõe o art. 225 da CF-88. Assim, esse princípio da PNRS (art. 6º, VII da LRS) se entende como violado se lei ou qualquer outro normativo estadual, que tenha entrado em vigor após a PNRS, vier a contrariá-lo, como é o caso da Resolução n. 45 de 23 de junho de 2015, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a implantação do sistema de logística reversa no Estado.

E, consoante a, já citada lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, “violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma (...) é a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade ...” (MELLO, 1986, p. 230).

3.3.3 A Responsabilidade Compartilhada que não se Confunde com Obrigações Solidárias

A solidariedade é um instituto de Direito Civil prevista no artigo 264 do Código Civil brasileiro (Lei 10.406/2002) que diz: “Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda”. Na solidariedade, embora o pagamento da dívida possa ser divisível, “o pagamento feito por um devedor a um credor extingue a obrigação quanto aos outros coobrigados” (VENOSA, 1999, p. 112).

Neste estudo serão verificados dois posicionamentos a respeito de se considerar a responsabilidade compartilhada um instituto que guarda alguma afinidade com a solidariedade: O primeiro se trata de considerar a responsabilidade compartilhada “um regime solidário de complexas atribuições” (BRASIL e IBAM, 2012, p. 21) e no segundo posicionamento “a

responsabilidade compartilhada apresenta-se como exceção à regra geral de solidariedade apenas no âmbito respectivo de atuação dos gestores de risco” (LEMOS, 2014, p. 215).

Iniciando pelo estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente que considera o conjunto de atribuições de que fala o art. 3º, XVII da LRS um “regime solidário de complexas atribuições” (BRASIL e IBAM, 2012, p. 21), como diz o trecho abaixo:

Consoante se percebe do conceito legal, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos representa, em última análise, um regime solidário de complexas atribuições, que são desempenhadas de forma individualizada e encadeada, por todos aqueles que participam, em maior ou menor grau, do processo produtivo desde a fabricação do produto até a sua destinação final. (BRASIL e IBAM, 2012, p. 21).

Para compreender melhor o que poderia ser considerado um “regime solidário de complexas atribuições”, suponha-se que uma determinada Prefeitura municipal teria destinado de maneira inadequada²⁰ todo o lixo domiciliar coletado, despejando-o em um determinado local, sem nenhum tratamento prévio, próximo a residências, escolas, e curso d’água; e essa conduta fez muitas pessoas adoecerem. Nesta suposição colocada, poderia o município cobrar a execução do serviço da adequada destinação dos resíduos, e a reparação de danos tanto da municipalidade quanto dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes sobre os produtos que foram descartados no lixo, como responsáveis solidários pelo cumprimento do dever violado? E mais ainda: poderia ser cobrado do próprio consumidor que utilizou os produtos, para que esses fossem destinados ou disponibilizados de maneira adequada? Por este momento a resposta é não. Vejamos um pouco mais adiante, se prevalece a resposta negativa.

Consta do referido art. 3º, XVII da LRS que define a responsabilidade compartilhada, que a cada agente ali elencado (fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos) é chamado a cumprir suas “atribuições individualizadas e encadeadas”. Os arts. 31 a 36 da LRS (Anexo 29) especificam, de maneira exaustiva para cada categoria de agente o rol de deveres que lhes compete; onde, cada um cumprindo seu dever, viabilizará a atividade do outro.

Tenha-se ainda que o parágrafo sete do art. 33 da LRS traz, inclusive, previsão expressa quanto à remuneração devida ao órgão público, se esse assumir as atribuições sob

²⁰ Art. 3º da LRS, VII: destinação final ambientalmente adequada - a destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente; SNVS Sistema Nacional de Vigilância Sanitária) e SUASA Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária)

responsabilidade do setor empresarial:

Art. 33 (...) § 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

Assim, salvo a exceção trazida pelo parágrafo sete do art. 33 da LRS, que somente se admite por acordo setorial, ou termo de compromisso, não pode uma atribuição específica de cada um dos agentes se confundir com a outra; nem uma determinada categoria de agente se substituir à atribuição da outra categoria (ex. consumidor final se substituindo na função do fabricante, ou na função dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e titulares de manejo dos resíduos sólidos quanto à destinação final de produtos), até porque as atribuições decorrem da lei, e são específicas ou quanto à sua natureza (consumidor) ou quanto à atividade desempenhada (demais agentes do rol do art. 3º, XVII da LRS).

Em síntese, não pode um dos agentes daquele rol cumprir todas atribuições que competiria aos demais agentes, pois inviabilizaria sua atividade, e nunca estariam extintas as obrigações ambientais incumbidas aos demais. Ao contrário do que ocorre no instituto da solidariedade, que possui regras próprias, previstas no CC-02, nas quais ora cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro (art. arts. 267); enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar (art. 268); o pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago (art. 269); o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum (art. 275); se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto; o pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada (art. 277).

Veja-se ainda que conforme art. 265 do CC-02, “A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”. Se o legislador quisesse que entre o rol de agentes do art. 3º, XVII da LRS houvesse solidariedade ele assim teria feito constar expressamente do texto legal. Não haveria necessidade de tecer longas construções doutrinárias para se concluir haver ou não essa obrigação solidária entre eles.

No entanto, se houver contrato, expressamente redigido por vontade das partes, onde se consigne tal modalidade de obrigação, ali estará a obrigação solidária, nos exatos limites do contrato. Mas não é disso que se está falando, até porque, em termos de responsabilidade

compartilhada, nem mesmo o contrato poderá dispor contrário aquilo que consta da lei.

Portanto, o que aqui se discute é se a natureza jurídica da responsabilidade compartilhada, nos termos da Lei 12.305/2010, se insere no regime das obrigações solidárias e a resposta até aqui estudada é de que não se insere, face ao regime complexo de atribuições que a LRS confere a seus agentes.

O mesmo se pode dizer quanto às obrigações subsidiárias, que, embora não estejam presentes no Código Civil (CC-02), no Livro da Obrigações, encontram-se em outras passagens do CC-02 (ex. art. 46, art. 997, VIII, art. 1.091, art. 1.744), que além de tratar de temas diversos²¹ do que aqui vem sendo trabalhado, partem do pressuposto de que caso o devedor original não cumpra a obrigação, o credor poderá exigir o crédito daqueles que garantiram o pagamento. Conforme já explanado, quanto à impossibilidade de um dos agentes do rol do art. 3º, XVII da LRS, se substituir um ao outro, aplica-se à subsidiariedade a mesma impossibilidade de se cobrar de um daqueles agentes as atribuições do outro, como acontece nas obrigações solidárias.

O segundo posicionamento trata a responsabilidade compartilhada como exceção à regra geral de solidariedade apenas no âmbito respectivo de atuação dos gestores de risco. Neste particular segue trecho da doutrina de Lemos (2014):

(...) o art. 27, caput e § 1º, da PNRS é claro ao dispor que as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos não terão sua responsabilidade excluída no caso de contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou disposição final de rejeitos em função do gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos. Tal dispositivo está em total sintonia com as regras gerais aplicáveis à responsabilidade civil ambiental e apenas confirma a aplicabilidade da solidariedade ao caso, aliás, já era o entendimento predominante em doutrina e em jurisprudência. Em paralelo, introduz-se a mencionada responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, com o estabelecimento do papel dos gestores de risco. Os fabricantes e os importadores ficam obrigados a cuidar da destinação ambientalmente adequada dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos, e da disposição ambientalmente adequada de seus rejeitos. Por outro lado, os distribuidores e comerciantes, terão responsabilidade restrita à devolução aos fabricantes ou aos importadores desses produtos e embalagens reunidos ou devolvidos.

A responsabilidade compartilhada apresenta-se como exceção à regra geral da solidariedade apenas no âmbito respectivo de atuação dos gestores de risco (LE MOS, 2014, pp. 214-215).

Para uma melhor elucidação do trecho acima e sua relação com os institutos da solidariedade e da responsabilidade compartilhada, tomemos o art. 27, §1º da LRS:

²¹ CC-02: Art. 997. (...) VIII - se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais; Art. 1.091. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade; Art. 1.744. A responsabilidade do juiz será: (...) II - subsidiária, quando não tiver exigido garantia legal do tutor, nem o removido, tanto que se tornou suspeito.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

O contexto em que se insere a responsabilidade do §1º do art. 27 da LRS se difere do contexto da responsabilidade compartilhada, prevista nos arts. 31 e ss da mesma lei. E essa é uma distinção necessária, porque o §1º do art. 27 se refere à responsabilidade ambiental solidária decorrente dos danos provocados pelo gerenciamento inadequado de resíduos ou rejeitos, pelas pessoas sujeitas à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos. A regra da solidariedade reside no fato de que nem mesmo a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não poderá isentar essas pessoas físicas ou jurídicas da responsabilidade por danos que venham ser provocados (art. 27, § 1º). E, caso as etapas sob responsabilidade dos geradores do art. 20 sejam realizadas pelo poder público, essas atividades serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis (art. 27, § 2º), sendo vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de tais etapas em desacordo com a respectiva licença ambiental (§ 5º do art. 19).

É assim que a regra do art. 27, § 1º trata da responsabilidade ambiental (civil, criminal e ou administrativa), cuja principal característica é a solidariedade e o não encadeamento com outras atividades, exercidas por outros agentes como é o caso da responsabilidade compartilhada. A lei é clara ao dispor sobre a responsabilidade solidária dos gestores de risco, ainda que sejam terceirizada parte de suas atividades, ou ainda que o poder público exerça, também parte desta atividade. Até aqui a compreensão do texto legal está em conformidade com o trecho analisado, onde Lemos (2014) confirma ser essa uma modalidade de responsabilidade ambiental: “Tal dispositivo está em total sintonia com as regras gerais aplicáveis à responsabilidade civil ambiental e apenas confirma a aplicabilidade da solidariedade ao caso, aliás, já era o entendimento predominante em doutrina e em jurisprudência” (LEMOS, 2014, pp. 214-215).

Diferente a responsabilidade ambiental civil, criminal e administrativa é a responsabilidade compartilhada, onde a lei diz expressamente quais são os deveres de cada agente (arts.31 a 36 da LRS – Anexo 29) e esses deveres, ao serem exercidos devem guardar relação si, e, fundamentalmente devem estar estritamente relacionados com todos os elementos

dos microssistemas²² inseridos na LRS, tais como: o sistema de logística reversa relacionado com o sistema de coleta seletiva que junto com o acordo setorial formam o tripé do sistema de responsabilidade compartilhada. O elo de ligação entre os deveres dos sujeitos chamados pela lei a compartilharem os deveres descritos na lei (arts. 31 a 36 da LRS), vem denominado pela LRS de “*atribuições individualizadas e encadeadas*”, a que se refere o art. 3º, XVII da LRS quando define responsabilidade compartilhada. Para trabalhar essa expressão tomemos mais uma vez o conceito de responsabilidade compartilhada que consta da LRS, cujo sentido transcende o significado literal:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

(...)

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de **atribuições individualizadas e encadeadas** dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei; (grifo meu).

Como a palavra “encadeada” está inserida em uma norma jurídica, é no contexto da ciência da interpretação que se deve buscar o sentido e alcance dessa expressão contida na norma, em que pese a importância do seu significado emprestado dos estudos da linguagem.

Para tanto, chamamos as lições de Luiz Roberto Barroso e do saudoso Norberto Bobbio, no sentido de que as normas jurídicas devem guardar uma relação de coerência tanto para com o ordenamento do qual fazem parte, quanto para o sistema, ou para com o seu próprio conteúdo (BOBBIO, 1995, p. 71). Assim, “a ideia de sistema funda-se na harmonia, de partes que convivem sem atritos. Em toda ordem jurídica existem valores superiores e diretrizes fundamentais que ‘costuram’ suas diferentes partes” (BARROSO, 1996, pp. 142-143). Há, então que se estabelecer um diálogo necessário entre as normas contidas na mesma ordem jurídica e nas demais leis do ordenamento, para que os efeitos das leis que contêm as normas que se propaguem por toda a sociedade. Assim,

(...) entendemos por "sistema" uma totalidade ordenada, um conjunto de entes entre os quais existe uma certa ordem. Para que se possa falar de uma ordem, é necessário que os entes que a constituem não estejam somente em relacionamento com o todo, mas também num relacionamento de coerência entre si. Quando nos perguntamos se um ordenamento jurídico constitui um sistema, nos perguntamos se as normas que o compõem estão num relacionamento de coerência entre si, e em que condições

²² Por microssistema entende-se “o conjunto de leis específicas, dispostas em autênticos microssistemas jurídicos, a receber incidência subsidiária da norma genéricas...” (LISBOA, 2006, p. 54). São normas específicas que regulam determinada matéria. Essas normas ora estão inseridas em um sistema maior (como Código Civil, Código Penal, Constituição Federal), ou fazem parte de legislação, também específica (Estatuto do Idoso, Estatuto do Desarmamento, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa do Consumidor, etc.).

é possível essa relação (BOBBIO, 1995, p. 71).

Para esse estudo, a coerência de que nos fala Bobbio, e que deve ser guardada pelas normas jurídicas entre si, e destas para com o sistema, guarda estreita relação com o termo “encadeadas”, que compõe a definição da responsabilidade compartilhada. Assim, interpretando-se a palavra “encadear” com o sentido de ligar (se), ou dispor (se) em cadeia ou em série, estabelecer relações, a conclusão que se permite é no sentido de que por “atribuições individualizadas e encadeadas” entendem-se os deveres disciplinados por lei, de forma individualizada, aos sujeitos chamados a compartilhar a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos. Esses sujeitos devem respeitar a lei levando em conta o sistema em que se insere o texto legal, “procurando estabelecer a concatenação entre este e os demais elementos da própria lei, do respectivo campo do direito ou do ordenamento em geral” (MONTORO, 2000, p. 372).

Portanto o termo “atribuições encadeadas” diz respeito aos deveres impostos aos agentes, que devem exercer as atribuições previstas sob sua responsabilidade (arts. 31 a 36 da LRS), de forma conjunta, sempre as executando levando em conta toda a Política Nacional de Resíduos Sólidos e todo o sistema legal e constitucional de proteção ambiental brasileiro.

Assim, em termos de responsabilidade ambiental, aqui neste trabalho se considera a aplicação da solidariedade aos gestores de risco, na forma do art. 27§§ 1º e 2º da LRS. No entanto, não se configura a responsabilidade compartilhada nem como regra, nem como exceção às obrigações solidárias. São Institutos distintos, que não se assemelham pela mais absoluta impossibilidade legal e fática.

3.3.4 A Responsabilidade Compartilhada Enquanto Princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos e como Importante Instituto de Direito Ambiental

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 225, §3º elenca uma tríplice penalização por infração às normas de proteção ambiental: a sanção penal, como consequência da responsabilidade penal, a sanção administrativa, em decorrência da denominada responsabilidade administrativa e a sanção civil, em razão da responsabilização civil. A responsabilização civil independe de ter sido o sujeito responsabilizado administrativa ou criminalmente (FIORILLO, 2006, p. 46).

Se a tradicional responsabilidade civil se constitui numa relação cujo objeto é o

ressarcimento (dever de reparar o dano), e o descumprimento do dever, com a consequente lesão a outrem, justifica a reparação (LISBOA, 2006, p. 22), não haverá meios de responsabilizar o agente caso não se comprove ter ele ocasionado o dano e, portanto, “há, assim um dever jurídico originário, chamado por alguns de primário, cuja violação gera um dever jurídico sucessivo, também chamado de secundário, que é o dever de indenizar o prejuízo” (CAVALIERI FILHO, op. cit., pp.2 e 3).

Responsabilizar alguém pressupõe a prática de um dano. É essa aplicação lógica que nos dá o estudo da responsabilidade tradicional. Seu pressuposto básico é o fato ocorrido, o dano causado e a relação de causalidade entre fato ocorrido e dano causado. Ora, uma primeira leitura do conceito de responsabilidade compartilhada, que nos traz o art. 3º, XVII da Lei 12.305/2010, leva a crer que ali estão dispositivos relacionados a deveres obrigacionais, travestidos de “atribuições”. E, assim, ocorre por todos os dispositivos da lei que tratam das atribuições dos agentes quando compartilham essa tal responsabilidade.

Perceba-se que não somente no capítulo que trata da responsabilidade compartilhada, mas por toda uma gama de normas da LRS existem verdadeiros comandos imperativos, compelindo os agentes a reger seu comportamento perante a nova ordem normativa que rege os resíduos sólidos, conforme consta do Capítulo III da LRS que tem por título “Das responsabilidades dos geradores e do Poder Público”.

Mas, o “direito não é só norma” (REALE, 1995, p. 91). Direito, é uma interação entre fato, valor e norma²³. São os fatos ocorridos em um dado momento que despertam o legislador a tornar aquele preceito em lei. E essa lei também deverá estar em relação de harmonia para com as demais leis pré-existentes, que retratam os valores daquela sociedade:

Direito não é só norma, como quer Kelsen, Direito, não é só fato como rezam os marxistas ou os economistas do Direito, porque Direito não é economia. Direito não é produção econômica, mas envolve a produção econômica e nela interfere; o Direito não é principalmente valor, como pensam os adeptos do Direito Natural tomista, por exemplo, porque o Direito ao mesmo tempo é norma, é fato e é valor (REALE, 1995 p. 91).

A norma que define a responsabilidade compartilhada não está sozinha no ordenamento jurídico, e não está sozinha dentro da Lei 12.305/2010. Há toda uma construção lógico-sistemática no ordenamento jurídico, que faz com que as normas que direcionam as condutas dos agentes e os comandos de proteção à saúde humana e à qualidade ambiental.

²³ A norma jurídica é o conteúdo de uma lei. É o comando coercitivo inserido na lei, lhe confere força de coerção. E a força de coerção é o poder atribuído a uma lei que a faz ser obedecida por todos. Portanto, a norma jurídica está contida em cada dispositivo da lei (nota da autora).

Tomemos duas premissas como certas: a primeira é que a destinação e a disposição inadequada de resíduos e rejeitos tornam vulneráveis os aglomerados urbanos a riscos globais com a contaminação do ar, solo, águas, proliferação de vetores e roedores, resultando em danos à saúde humana e à qualidade ambiental. A segunda é premissa de que o direito, na tentativa de acompanhar as transformações da sociedade, está “sempre alguns passos atrás, para continuar sua missão, ou seja, organizar a sociedade de forma segura e justa” (LOPEZ, et.al, 2013, p.3), e que também esse direito, ao longo dos séculos, cria instrumentos aptos a evitar ou amenizar a possibilidade dos novos riscos oriundos dos avanços tecnológicos da sociedade contemporânea, os quais, por sua vez, poderão levar a danos graves e irreversíveis. A conclusão viável que traz Tereza Ancona Lopez, é de que “aparecem, dessa forma, os princípios jurídicos da prevenção e da precaução” (LOPEZ, et.al, 2013, p.5), a que a LRS possibilitou elevá-los ao patamar de princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como se pode constatar no art. 6º, I que diz: “ São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: I - a prevenção e a precaução; (...)”.

Na verdade, os riscos sempre existiram, mas estes são os chamados **novos riscos**, que poderão levar a **danos graves e irreversíveis** às pessoas e ao meio ambiente, são os riscos do progresso (...). O **princípio da prevenção** vai ser aplicado quando o risco de dano é concreto e real (...) o **princípio da precaução** (grifo do autor) deve ser aplicado no caso de riscos potenciais ou hipotéticos, abstratos, e que possam levar aos chamados danos graves e irreversíveis. É o risco do risco” (LOPEZ, et.al, 2013, p. 5) grifos do original.

Por ambos os princípios, denota-se que a responsabilidade ambiental prevista no art. 225 da CF-88, além impor ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as “presentes gerações” contra o risco de danos concretos e reais (princípio da prevenção), também impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as “futuras gerações” contra riscos potenciais ou hipotéticos, abstratos, e que possam levar aos chamados danos graves e irreversíveis. Trata-se do princípio da prevenção que nos fala Tereza Ancona Lopez (2013, p. 5).

Mas os princípios da prevenção e da precaução não se tratam de construção doutrinária. Eles estão presentes do art. 225 da CF-88 quando menciona que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (grifo meu).

Isso porque, inserido no instituo da responsabilidade ambiental está o dever para com o futuro, e para com a humanidade, para que a humanidade continue a existir (LOPEZ, et.al, 2013, p. 5). Tem-se assim que o escopo da responsabilidade civil ambiental é assegurar que a prática

de atos no presente não resulte em danos futuros, conforme princípios da precaução e da prevenção, assim descrito por Milaré: “precaução é substantivo do verbo precaver-se (do latim *prae* = antes e *cavere* = tomar cuidado), e sugere cuidados antecipados, cautela para que uma atitude ou ação não venha resultar em efeitos indesejáveis” (2004, p. 144). Para José Rubens Morato Leite (2003, p. 226) “o conteúdo cautelar do princípio da prevenção é dirigido pela ciência e pela detenção de informações certas e precisas sobre a periculosidade e o risco corrido da atividade ou comportamento ...”, ou seja, pelo princípio da prevenção são afastados os riscos de dano latentes e iminentes.

Se as normas de responsabilidade ambiental regem as condutas dos agentes, para que seus atos praticados no presentes não acarretem danos no futuro, pode-se dizer que o comando normativo do 3º, XVII da Lei 12.305/2010, ao reger um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas aos agentes chamados para compartilhar a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, está, na realidade, chamando esses agentes para que, do cumprimento desses deveres (atribuições) resulte a minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados; e também os chama para que da prática desses atos presentes resulte na redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental. Ou seja, a LRS ao trazer um rol de atribuições individualizadas e encadeadas aos agentes, está, na realidade, regulando condutas que assegurem à sociedade que de tais atos presentes praticados pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, não resulte em danos concretos e reais resultantes da disposição e dispensação ambientalmente inadequadas de resíduos e rejeitos. Essas condutas, descritas no art. 31 da LRS, se referem às “obrigações”, quanto aos atos a serem praticados pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada:

Art. 31. Sem prejuízo das **obrigações** estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange: (...) grifo meu.

Além de outros dispositivos da LRS, também no formato de obrigações vêm as atribuições que a lei confere aos consumidores, nos termos do art. 35 da LRS, a saber:

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são **obrigados** a:

- acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;
- disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução (grifo meu).

Aquelas atribuições, do art. 3º, XVII, que no início levaria a admiti-las como meros deveres jurídicos²⁴, que uma vez descumpridos ensejariam a reparação de dano partindo de uma leitura sob a ótica dos princípios da precaução e prevenção, agora se verifica que tais comandos normativos do art. 3º, XVII ultrapassam a esfera da tradicional reparação de dano para alcançar o patamar da principiologia. Uma norma principiológica é aquela que ingressa no sistema jurídico, atingindo toda e qualquer relação jurídica que pertença ao mesmo sistema normativo e as que estiverem também regradas por outra norma jurídica infraconstitucional (NUNES, 2009, p. 66).

Na LRS, a principiologia da responsabilidade compartilhada a introduz nos comandos normativos por ela recepcionados ou junto com ela regrados, fazendo com que as atribuições dos sujeitos (elencados dos arts. 31 a 36 da LRS – Anexo 29) atinjam toda a regulação que outrora fazia recair o encargo da destinação final de resíduos sobre o Poder Público municipal, para acompanhar as novas regras da PNRS, que chama à participação efetiva “todos aqueles envolvidos à concretização das normas direcionadas à destinação e disposição de resíduos sólidos” (SILVA, 2013).

Assim as atribuições da responsabilidade compartilhada aos agentes - um dos mais importantes institutos jurídicos trazidos pela PNRS - permeia por todo o comando legal no sentido que a PNRS somente se efetivará se houver assunção das atribuições individualizadas e encadeadas entre todos pelo ciclo de vida dos produtos. A responsabilidade compartilhada trata-se de um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos, cujo status de princípio lhe é conferido pelo art. 6º, VII da LRS que diz “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: (...) II - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”. E, essa responsabilidade compartilhada, uma vez que observada, busca responsabilizar o agente pelo descumprimento do dever legal e atual, antecipando-se à ocorrência do dano, sobrelevando-se a responsabilidade compartilhada ao status de ser um dos mais importantes institutos de direito ambiental, face seu regramento específico trazido pela PNRS quanto à delimitação das atribuições dos agentes, deveres e responsabilidades de cada um.

São outras e novas roupagens que se reveste a responsabilidade civil ambiental e encontra nos princípios da precaução e prevenção a justificativa para que a responsabilidade compartilhada, em sua definição, ao invés de trazer elementos da responsabilidade civil

²⁴ Entende-se, assim, por dever jurídico a conduta externa de uma pessoa imposta pelo Direito Positivo por exigência da convivência social. (...) A violação de um dever jurídico configura o ilícito, que, quase sempre, acarreta dano para outrem, gerando um novo dever jurídico, qual seja, o de reparar o dano. (...). Há, assim, um dever jurídico originário, chamado por alguns de primário, cuja violação gera um dever jurídico sucessivo, também chamado de secundário, que é o dever de indenizar o prejuízo (CAVALIERI FILHO, 2008, pp. 1/2/3).

tradicional (fato ocorrido, dano causado e relação de causalidade), elenque os deveres legais aos quais os sujeitos devem se ater para afastar o risco de dano concreto e real (a proteção à saúde humana e qualidade ambiental), que se consagra no princípio da prevenção. Assim como atua para afastar a hipótese de danos potenciais, hipotéticos, abstratos e futuros, que possam levar aos chamados danos graves e irreversíveis à saúde humana e qualidade ambiental em relação à disponibilização inadequada de resíduos, aqui a responsabilidade compartilhada tem como seu fundamento a precaução. São, portanto, os atributos (características) da precaução e prevenção, que inseridos no conceito de responsabilidade compartilhada, a tornam um dos mais importantes institutos de direito ambiental, que no acordo setorial, logística reversa e coleta seletiva suas principais ferramentas para afastar a distribuição desigual da proteção ambiental.

Esta fase da investigação leva às seguintes proposições:

- a) A responsabilidade compartilhada da Lei de Resíduos Sólidos é um instituto de direito ambiental, com disciplina própria²⁵ (SIDOU, 2002, p. 454), regulada pela PNRS.
- b) A responsabilização dos agentes destinatários da responsabilidade compartilhada, ultrapassam a esfera da responsabilidade tradicional, onde o agente responderá pela violação de deveres (legais e/ou contratuais) e alcança a proteção à saúde humana e qualidade ambiental, inibindo o risco de dano concreto e real (prevenção), bem como para afastar a hipótese de danos potenciais, hipotéticos, abstratos e futuros, que possam levar aos chamados danos futuros, graves e irreversíveis à saúde humana e qualidade ambiental em relação à disponibilização inadequada de resíduos (precaução);
- c) Sob a ótica do princípio da prevenção, as atribuições conferidas pela lei aos agentes chamados para compartilhar a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos devem se atentar à prática das atribuições individualizadas e encadeadas que lhes está sendo imposta pela lei, buscando afastar o risco de dano concreto e real que resulte da majoração do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, e na exacerbação dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental;
- d) Sob a ótica do princípio da precaução, as atribuições conferidas pela lei aos agentes devem atentar para que seus atos, praticados no presente, afastem a sociedade de danos potenciais, que coloquem em risco as futuras gerações;
- e) O fato da responsabilidade compartilhada haver entrado no ordenamento jurídico brasileiro como uma mera construção legislativa, onde o principal objetivo do legislador ao inseri-la na Lei 12.310 de 2010 (Lei de Resíduos Sólidos) foi abrandar (mitigar) a

²⁵ Veja nos arts. 31 a 36 da LRS a disciplina da responsabilidade compartilhada.

responsabilidade pós consumo do setor empresarial, chamando vários outros agentes para, com ele, compartilhar a responsabilidade, não afasta sua natureza jurídica de instituto de direito ambiental, regulado pela PNRS enquanto um de seus mais importantes princípios;

- f) Seja esta ou outra a natureza jurídica da responsabilidade compartilhada, fato é que ela se adentrou no ordenamento jurídico e está fortemente embasada enquanto princípio legal (art. 6º, VII da LRS), validado constitucionalmente no *caput* do art. 225 da Constituição Federal de 1988, e sua violação, enquanto princípio, no dizer de Celso Antônio Bandeira de Melo, “é muito mais grave do que transgredir uma norma” (MELLO, 1986, p. 230).

Toda essa construção em torno da responsabilidade compartilhada leva, na fase de análise crítica, à busca de respostas as várias problemáticas emergidas na fase introdutória, dentre elas a que se pergunta: a forma pela qual se estruturou o sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo, entre os anos de 2013-2016, violou o princípio legal da responsabilidade compartilhada?

A seção seguinte traz uma revisão de literatura quanto à responsabilidade estendida do produtor. Essa construção tem por finalidade levar, na fase da análise de resultados, à busca por respostas para a seguinte questão: há semelhanças entre o instituto da responsabilidade compartilhada brasileira, aplicada no Município de São Paulo e a responsabilidade estendida do produtor, que na União Europeia, evolui, até os dias atuais para alcançar o instituto da Economia Circular?

3.3.5 A Responsabilidade Compartilhada Brasileira à Luz da Responsabilidade Estendida do Produtor e os Elementos da Economia Circular

A Diretiva de número 75/442 do Conselho das Comunidades Europeias, de 16 de julho de 1975 relativa a resíduos em geral, determinava que os Estados membros adotassem as medidas necessárias para promover a prevenção, a reciclagem e a transformação dos resíduos, e que os Estados membros deveriam garantir que os resíduos fossem aproveitados ou eliminados sem pôr em perigo a saúde humana e sem agredir o ambiente (JURAS, 2012, p. 6).

Em outubro de 1990, um relatório encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente

sueco, denominado *Models for Extended Producer Responsibility* (modelos para a responsabilidade ampliada do produtor), após analisar experiências de sistemas de reciclagem e gestão de resíduos, defendeu ser possível, a partir da responsabilidade estendida do produtor, implementar instrumentos de política ambiental com o objetivo de promover uma produção mais limpa (LINDHQVIST, 2000, p. 8). Em relatórios posteriores também elaborados para o Ministério, a seguinte definição surgiu constando:

[A Responsabilidade estendida do produtor - EPR] é uma estratégia de proteção do ambiente para alcançar um objetivo ambiental de uma diminuição do impacto ambiental total de um produto, fazendo o fabricante do produto responsável por todo o ciclo de vida do produto e, especialmente, para a retoma, reciclagem e eliminação final (HASKEL, 2008, apud LINDHQVIST, 1992).

Tem-se assim que a EPR é um princípio de proteção ambiental que tem por objetivo a diminuição do impacto ambiental que a produção pode causar, fazendo com que o fabricante assuma a responsabilidade por todo o ciclo de vida do produto e, “especialmente para a retomada, reciclagem e disposição final do produto” (LINDHQVIST, 2000). Em seus estudos, Ricardo Abramovay, Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), trata a responsabilidade estendida do produtor como o principal instrumento que permitiu aos países desenvolvidos ampliar, de maneira significativa, a reciclagem de resíduos sólidos, desde o início do milênio (ABRAMOVAY (1), 2013). Esse modelo de responsabilidade torna o produtor responsável pela diminuição da pressão sobre recursos naturais, com a redução do consumo em todas as fases do ciclo de vida de um produto ou embalagem, o que pode vir a resultar na sua motivação em passar a incorporar uma ampla gama de compensações ambientais em seu produto, embalagem e materiais destinados ao descarte (HASKEL, 2008).

Muito além do conceito de responsabilidade estendida do produtor, está a sua implantação pelas Diretivas da União Europeia como princípio de política pública ambiental, que ao se desencadear pelos Estados nacionais, segue surtindo efeitos nas leis e instrumentos específicos para a execução das políticas públicas dela resultantes até a atualidade.

Destacam-se dentre duas Diretivas da União Europeia, a de número 2008/98/CE e a de número 94/62/CE. Ao prever a responsabilidade estendida do produtor na gestão de resíduos, a primeira (Diretiva 2008/98/CE) é uma regulação comunitária que libera os Estados membros a tomarem medidas de caráter legislativo para assegurar a devolução dos produtos utilizados, bem como a adoção de medidas que viabilizem a responsabilidade financeira pelas atividades de gestão além do dever de disponibilizar ao público informações acessíveis sobre a reciclagem.

A regulação também estabelece que os Estados membros podem determinar que os custos pela gestão de resíduos sejam suportados no todo, ou em parte, pelo produtor e pelo distribuidor (JURAS, 2012, p. 8). Já a segunda diretiva (Diretiva 94/62/CE) disciplina a produção de resíduos de embalagens e “prevê igualmente, como princípios fundamentais, a reutilização das embalagens, a reciclagem e as outras formas de valorização dos resíduos de embalagens e, por conseguinte, a redução da eliminação final desses resíduos” (JURAS, 2012, p. 11). E ainda, em relação à legislação das grandes economias, é sabido que:

A Lei alemã de Economia de Ciclo Integral e dos resíduos (*Kreislaufwirtschafts - und Abfallgesetz*), após várias versões, com uma última versão adotada em 2008, traz a responsabilidade do fabricante sobre todo o ciclo de vida do produto, desde a fabricação, distribuição, uso, até sua eliminação. A Espanha, Canadá, Estados Unidos e Japão são países que, após passarem por constantes evoluções do instituto da EPR, adotaram regramentos semelhantes, guardadas as peculiaridades de cultura e investimento (JURAS, 2012, p. 8).

Essa responsabilidade estendida do produtor, que a academia trouxe para o mercado em 1990, através dos estudos de Thomas Lindhqvist evoluiu, e, na atualidade, um de seus princípios fundamentais, segundo qual, o produtor é responsável pelos resíduos, desde a obtenção de matérias-primas, insumos, processo produtivo, alcançando a etapa da disposição final, somou-se a alguns fatores como: a escassez de matéria prima se avizinando, o aumento no consumo e o consequente aumento da pressão sobre aterros sanitários, fazendo despertar a criação de um mecanismo denominado Economia Circular, que se apresenta como uma revolução na maneira como são fabricados os bens de consumo, principalmente os eletrônicos, cujas ligas devem ser compostas de materiais de recuperação e manuseio fácil, sem que seu destino final seja o lixo, originando resíduos tóxicos; ou seja, a própria concepção do produto incorpora e amplia as possibilidades de recuperação e reutilização dos materiais nele contidos (ABRAMOVAY, 2013).

Em dezembro de 2015, a Comissão Europeia apresentou um Plano de Ação para a Economia Circular (EUROPA, 2018)²⁶ perante o Parlamento Europeu. Na proposta, as principais diretivas da União Europeia (UE) deverão ser adaptadas com alterações legislativas contendo as linhas estratégicas da UE voltadas para a produção, consumo, matérias-primas, gestão de resíduos, conversão de resíduos em recursos. Sendo quatro propostas legislativas que alteram os seguintes atos jurídicos: a) a Diretiva Quadro Resíduos; b) a Diretiva Aterros; c) a Diretiva Embalagens e Resíduos de Embalagens e; d) as diretivas relativas aos veículos em fim

²⁶ Fonte: <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2018/PT/COM-2018-29-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF> acesso 25/04/2018

de vida, às pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, bem como aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) – (PARLAMENTO E. 2017 p. 4). “De acordo com a proposta de revisão da Diretiva Quadro de Resíduos, as contribuições financeiras pagas pelos produtores deverão cobrir a totalidade dos custos de gestão de resíduos, pelos produtos colocados no mercado”²⁷.

As quatro propostas legislativas sobre os resíduos no âmbito do novo pacote de medidas relativas à economia circular estabelecerão novas metas em matéria de gestão de resíduos no que respeita à prevenção, reutilização, reciclagem e deposição em aterro. (PARLAMENTO E. 2017 p. 1).

O Plano de Ação para a Economia Circular descreve a economia circular como uma economia em que o valor dos produtos, materiais e recursos se mantém na economia o máximo de tempo possível e a produção de resíduos se reduz ao mínimo, e orienta como uma forma de olhar para a economia circular é observar como os materiais entram, circulam e (finalmente) saem da economia (EUROPA, 2018, pp. 2-6).

A economia circular é, por oposição à economia linear, baseada no processo de “extrair–produzir–descartar”. No sistema linear de produção, o crescimento económico depende do consumo de recursos finitos, que traz o risco iminente de esgotamento de matérias-primas e custos cada vez mais elevados na sua extração. No fim do processo, gera-se um volume sem precedentes de resíduos inutilizados e potencialmente tóxicos para os seres humanos e os ecossistemas que contaminam. A economia circular vai muito para além da reciclagem dos produtos. Neste novo paradigma, cada material é usado e reutilizado ao máximo com o mínimo de desperdício. Para isso, é necessário mudar radicalmente a forma de produzir. A escolha das matérias-primas, o desenho dos produtos e o aproveitamento dos subprodutos industriais são aspetos essenciais do novo modelo. Numa economia circular, as empresas garantem a sua autonomia através da gestão completa do ciclo de vida dos produtos. Uma estratégia que pode ser aplicada a todos os setores: à indústria, à agricultura e aos serviços. Atualmente, o crescimento económico depende do consumo crescente de recursos, ou da chamada economia linear: extrair matérias-primas, fabricar, usar e deitar fora. Um modelo que atinge hoje o seu limite face ao aumento da população, à escassez de recursos naturais e aos problemas ambientais e de saúde causados pelo uso excessivo dos combustíveis fósseis. A volatilidade dos preços das matérias-primas e a interrupção do fornecimento são outros dos riscos atuais para as empresas e para os países. Aposta-se em ciclos curtos baseados na reutilização e na reparação, na poupança de energia e água e na redução do lixo. A economia circular exige também mudanças a nível individual. (...) A economia circular passa também por possuir menos e partilhar mais. As plataformas de partilha de carros são um dos domínios que tem vindo a desenvolver-se mais rapidamente. Há também a troca de serviços e até a troca de casas para férias. Estima-se que a nível europeu, a economia circular poderá gerar poupanças de 600 mil milhões de euros para as empresas, criar 170 mil empregos diretos no setor da gestão de resíduos e contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (EUROPA NEWS, 2017)²⁸

²⁷ Fonte: http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/?fuseaction=feedbackattachment&fb_id=366C17F8-E245-C650-51457CE97287FDE2. Acesso em: 14 fev. 2018.

²⁸ Fonte: <https://pt.euronews.com/2017/06/05/economia-circular-aproveita-mais-recursos-do-que-economia-linear> acesso 24/09/2018.

Em janeiro de 2018 o Parlamento Europeu publicou a *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre um quadro de controlo da economia circular*, contendo as medidas aprovadas para incrementar a economia circular, o que dinamizou as negociações que estão em fase final para que sejam efetivamente adotadas (EUROPA, 2018). Para compor o Plano, foram selecionados 10 indicadores que fornecem uma ideia geral dos principais pontos de alavancagem para aumentar a circularidade da economia da UE, (EUROPA, 2018, p. 7), são eles:

- 1) Autossuficiência da UE em matérias-primas, que corresponde à percentagem de uma seleção de matérias importantes, (incluindo matérias-primas essenciais) utilizadas na UE que são produzidos em seu território;
- 2) Contratos públicos ecológicos, refere-se à percentagem dos principais contratos públicos na UE que inclui requisitos ambientais;
- 3) Geração de Resíduos, trata da geração de resíduos urbanos por habitante (total de resíduos gerados, excluindo os principais resíduos minerais) por unidade de PIB e em relação ao consumo de materiais;
- 4) Desperdícios alimentares, trata da quantidade de desperdícios alimentares produzidos;
- 5) Taxas globais e reciclagem, refere-se à taxa de reciclagem de resíduos urbanos e da globalidade de resíduos excetuando os principais resíduos minerais;
- 6) Taxas de reciclagem de fluxos de resíduos específicos, refere-se à taxa de resíduos de embalagens em geral, de embalagens de plástico, de embalagens de madeira, de embalagens de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos, biorresíduos reciclados por habitante e taxa de valorização de resíduos de construção e demolição;
- 7) Contribuição dos materiais reciclados para satisfazer a procura de matérias-primas, refere-se à percentagem da procura global de materiais suprida por matérias-primas secundárias – para materiais específicos e no conjunto da economia;
- 8) Comércio de matérias-primas recicláveis – refere-se às importações e exportações de determinadas matérias-primas recicláveis.
- 9) Investimento privado, empregos e valor acrescentado bruto, referem-se aos investimentos privados, número de pessoas empregadas e o valor acrescentado bruto nos setores da economia circular;
- 10) Patentes, referem-se ao número de patentes relacionados com a gestão e reciclagem de resíduos. (EUROPA, 2018, pp. 4)

Sem a pretensão de analisar os indicadores que compõem os elementos da economia

circular, para esse trabalho o principal elemento diz respeito à geração e à reciclagem de resíduos urbanos. O Plano de Ação para a Economia Circular mostra que a geração de resíduos urbanos por habitante na UE baixou 8% entre 2006 e 2016, para uma média anual de 480kg por habitante.

De 2008 a 2016, as taxas de reciclagem de resíduos urbanos na UE aumentaram de 37% para 46 %. Cinco Estados-Membros reciclam mais de metade dos seus resíduos urbanos, enquanto alguns países se aproximam da meta de reciclagem de 65% para 2030 proposta pela Comissão. Entre 2008 e 2015, as taxas de reciclagem dos resíduos de embalagens também aumentaram na UE, de 62% para 66%, e a Comissão propôs uma meta de 65% até 2025 e de 75% até 2030. No caso das embalagens de plástico, a média de reciclagem na UE é de 40%. Quanto aos Resíduos Elétricos Eletrônicos, a reciclagem foi inferior à das embalagens, 32% e os resíduos de demolição alcançaram 88% (EUROPA, 2018, pp.8 e 9)

Diante da implementação dessa nova realidade está lançado o desafio para os Estados membros da UE e para o setor empresarial que deverão preparar sua linha de produção para receber um novo tipo de matéria prima: a matéria prima secundária, que se origina da reciclagem. E não somente se adaptar, mas também buscar fontes de investimentos que garantam o reaproveitamento dessa matéria-prima que passarão a receber, e, substituição às matérias-primas primárias, em solo europeu, que se encontram em franca escassez, conforme explica a Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental – APESB:

As empresas gestoras de resíduos e demais indústrias, vão precisar de contar com novas competências para a preparação dos resíduos para o mercado de matérias secundárias ou subprodutos. O desafio para os recursos humanos destas empresas, passa pela área de inovação – que terá de reduzir o uso de matérias-primas virgens, repensar os resíduos como subprodutos para outras indústrias/setores e equacionar a incorporação de subprodutos provenientes de outras indústrias – e pela área comercial – que terá de passar a conceber campanhas de comunicação eficazes para os novos produtos e serviços. Nesta dinâmica de criação de novos mercados para as matérias-primas secundárias e, uma vez que haverá maior disponibilidade deste tipo de matérias-primas, é necessário questionar a capacidade de consumo dos novos produtos a lançar no mercado (APESB – 2017, p. 4).

Assim, a responsabilidade estendida do produtor europeu, que tem suas origens embasamento de pesquisa e construção científica (LINDHQUIST, 2000; LINDHQUIST, 1992), e tem evoluído, atualmente, para o sistema da economia circular, que é um ícone de crescimento econômico, crescimento dos índices de emprego, e minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, e redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, cujos efeitos têm se propagado, não só para os Estados membros da União Europeia, mas com efeitos em escala global.

Na fase da análise crítica se promoverá a análise comparativa entre os institutos da responsabilidade estendida do produtor, da União Europeia e a responsabilidade compartilhada da legislação brasileira, tendo por enfoque principal a análise da Resolução 55/2015 da AMLURB (Prefeitura de São Paulo), que menciona a implantação da economia circular no município.

Inicia-se a próxima seção por um levantamento bibliográfico sobre a geração de resíduos na sociedade de risco, encontrando a situação da geração e coleta seletiva no Brasil, finalizando com uma análise sobre o sistema de coleta seletiva implantado, e a coleta seletiva efetivamente realizadas no município de São Paulo.

3.4 SOBRE A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA SOCIEDADE DE RISCO GLOBAL E O CONSUMISMO DESORDENADO

O movimento de modificação do ambiente natural em ambiente artificial se iniciou no momento que o homem ergueu a curvatura do tronco de seu corpo e, postando-se ereto sobre seus pés, percebeu que poderia adaptar os recursos naturais às suas necessidades de sobrevivência, sem que para isso precisasse se evadir do ambiente que habitava quando os recursos se esgotassem. Assim, o homem passou a introduzir artificialmente alterações no ambiente natural, “além de sementes para o cultivo da terra, também utensílios de todos os tipos como prolongamentos diretos dos membros de seu corpo (...) até aqueles em escala maior que alteram as relações entre o homem e o espaço circundante” (BENEVOLO, 1997, p. 13).

Com a fixação do homem no local adaptado à sua sobrevivência, os pântanos e áreas florestais se transformaram em campos cultivados. O grupo de nômades se transformou em aldeia, a aldeia se transformou em vilarejos, os vilarejos em cidades medievais, e essas cidades se transformaram em grandes conglomerados urbanos (BENEVOLO, 1997 p. 13). Concretizava-se assim a transformação do ambiente natural em ambiente artificialmente construído e modificado: “A cidade, centro motor da evolução, se transforma numa velocidade muito superior do que a aldeia e mostra mudanças muito profundas na composição e nas atividades da classe dominante, que influi sobre toda a sociedade” (BENEVOLO, 1997, p. 26).

Ocorre que a transformação das aldeias em cidades veio acompanhada de um

problema maior, que é o descarte de resíduos resultantes tanto do consumo doméstico, quanto fabril, bem como o descarte de dejetos humanos: “Todavia o alojamento muito próximo de homens e animais deve ter tido outro efeito estabilizador sobre a agricultura: transformou as imediações da aldeia, quase sem exceção num monte de esterco. (MUNFORD, 1965, p. 25 apud EIGENHEER, 2009, p. 16-17).

Com base em estudos arqueológicos, hoje é possível afirmar que na pré-história já se queimava lixo, supostamente para eliminar o mau cheiro, e se segregavam cinzas e ossos em locais pré-determinados. Isto indicaria que desde tempos bastante remotos há dificuldade em se conviver com restos que cheiram mal. Cabe lembrar que o cheiro é um dos principais indicadores de perigo alimentar, do que se deve ou não ingerir. (EIGENHEER, 2009, p. 16).

Segundo Eigenheer, somente a partir da segunda metade do século XIX, o homem passou a fazer clara distinção entre lixo (resíduos sólidos) e águas servidas (fezes, urina, etc.) quando estas passaram a ser coletadas separadamente através do esgotamento sanitário. Mas, o autor nos lembra que nem sempre foi assim. “O termo imundície, bastante usado entre nós até 1950, podia significar indistintamente os dois tipos de rejeitos, e até mesmo corpos humanos” (2009, p. 15).

É certo que os problemas com dejetos e lixo não eram tão complexos enquanto o homem vivia em grupos nômades. O problema se dá com a fixação em aldeias, mas principalmente em cidades, que começam a ser formadas por volta de 4.000 a.C. (MUNFORD, 1965, p. 25 apud EIGENHEER, 2009, p. 16-17).

A exploração dos recursos naturais do planeta ganhou contornos mais expressivos a partir da segunda guerra mundial, com a expansão das fronteiras territoriais e a abertura para novos mercados consumidores, acelerando o crescimento econômico vertiginosamente:

Em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, observa-se um pico de taxa de consumo de recursos naturais, um processo acelerado de urbanização, aumento dos índices de poluição urbana, com modificações ambientais de ordem global, como o efeito estufa, redução da camada de ozônio, diminuição significativa de biodiversidade, entre outros (MALHEIROS em PHILIPPI JR. e ALVES, 2005, p. 49).

Os incrementos inegáveis das condições de vida e satisfação de inúmeras necessidades da sociedade, a múltipla e invariável gama de produtos nem sempre se apresentam de maneira positiva (FERNANDES, 2011, p. 32-33). Isso porque a humanidade ao alcançar elevados níveis de produção de bens de consumo, tornou o homem contemporâneo herdeiro de “dois séculos de grandes ondas de mudanças: a máquina a vapor, a estrada de ferro, o telégrafo, a eletricidade, o automóvel, o avião, a indústria química, a medicina moderna, a ciência da computação e, mais recentemente, a revolução digital, robótica, biotecnologia e

nanotecnologia” (FRANCISCO, 2015, p. 81); e esse homem moderno não foi educado para o correto uso do poder que lhe foi dado pelo conhecimento em adaptar o ambiente onde vive às suas necessidades. O imenso crescimento tecnológico não veio acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto às responsabilidades, os valores, e à consciência no uso e preservação dos bens ambientais (FRANCISCO, idem). Consequentemente, “a geração de resíduos das mais variadas espécies, tem atingido patamares nunca antes vistos, colocando em xeque a capacidade da natureza de responder a essas demandas” (SILVA, 2013, p. 314), trazendo inegáveis impactos negativos ao ambiente.

Conforme há muito advertido por Ulrich Beck, os riscos a que se expõe a sociedade na produção de bens de consumo sem se preocupar em mensurar a inesgotabilidade dos recursos naturais (1997, p. 35) tendem a fazer aumentar na terra os sinais evidentes de esgotamento (JURAS, 2012, p. 3) quanto à sua capacidade de oferecer recursos aos quais o homem contemporâneo alinha sua sobrevivência:

A categoria da sociedade de risco tematiza o processo de questionamento das ideias centrais para o contrato de risco, a possibilidade de controle e a possibilidade de compensação de incertezas e perigos fabricados industrialmente. (BECK et. al, 1997, p. 35).

Se o risco é um elemento das decisões, estas decisões, que só podem ser tomadas no presente (FERNANDES, 2011, p.50), para evitar catástrofes futuras, é no presente que se devem tomar decisões de modo a permitir que o ecossistema se renove diante da exploração dos recursos naturais que nossas atitudes lhe impõem. O aquecimento global e as grandes inundações, aliados ao crescimento das áreas devastadas por longos períodos de seca são exemplos desses sinais de esgotamento ambiental:

Como consequência, o desmatamento provoca diversos fatores negativos, entre eles alterações climáticas, perda da biodiversidade e até a desertificação, como vem ocorrendo com o sertão nordestino. Seus efeitos são duradouros e altamente destrutivos sobre as espécies vegetais e animais, e implica diretamente no aquecimento global (VERDE, 2013).

É o fenômeno crescente da urbanização da população mundial que tem apresentado o perverso resultado do aumento inadequado do descarte de resíduos com danos ao meio-ambiente. Entre as questões de maior importância para manter a qualidade do meio ambiente e lograr o desenvolvimento sustentável, encontra-se, certamente a gestão ambientalmente racional dos resíduos.

O lixo ganhou na atualidade contornos públicos inusitados, não só pela crescente quantidade produzida, mas também pelos impactos ambientais que vem trazendo e pelos custos elevados que acarreta ao contribuinte. A despeito do crescente

interesse pelas questões ambientais, as questões relacionadas ao lixo não são ainda adequadamente tratadas, apesar de decisivas para o ordenamento urbano. Não fazem parte de nossa agenda de cultura geral (EIGENHEER, 2009, p. 15).

Tal reconhecimento esteve presente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 1992, das quais resultou, entre outros documentos, a Agenda 21, que em seu Capítulo 21 estabeleceu que o manejo ambientalmente saudável dos resíduos se insere entre as questões “mais importantes para manutenção da qualidade do meio ambiente na Terra e, principalmente, para alcançar um desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável em todos os países” (ONU, AGENDA 21, 1992, p. 341). O documento ressalta ainda que o manejo de resíduos é uma das funções mais importante da sociedade humana e essencial para a promoção do bem-estar humano. O manejo incorreto dos vários tipos de resíduos – ou sua falta – leva a prejuízos à saúde humana, perdas econômicas, perda de valores estéticos e danos à biodiversidade e aos ecossistemas, em geral, incluindo as funções que desempenham (JURAS, 2012, p. 4).

Seguramente um problema urbano que se relaciona diretamente à qualidade de vida da população que vive em cidades é o da coleta e o tratamento dos resíduos (RIBEIRO, 2003, p. 410). A questão de resíduos sólidos, tem sido um dos problemas ambientais prioritários do século XXI, eis que:

(...) o problema dos resíduos sólidos se acentua não somente no crescimento urbano, mas também pela forma ambientalmente desordenada em que se processa a ocupação do solo, à falta de controle ambiental e à menor disponibilidade de recursos para a implementação de ações de intervenção. Nesse cenário o Brasil é um dos protagonistas (GÜNTER, 2008, p. 1).

Inserida nesse protagonismo, a projeção da população brasileira, segundo o IBGE às 08:43:16 do dia 24/1/2018, alcançou o número de 208.546.477 de habitantes, mantendo-se os quase 84% de população urbana em torno de 16% de população rural. E é essa população urbana que passou a inserir bens com tecnologias avançadas em seu cotidiano, e, mais cedo do que tarde, esses equipamentos são substituídos por outros, depois esses por outros mais avançados, e assim por diante, criando o contraponto da economia circular que é a obsolescência programada²⁹.

Um estudo denominado *Logística reversa de equipamentos eletroeletrônicos: análise de viabilidade técnica e econômica*, desenvolvido através de convênio entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério do Desenvolvimento Indústria

²⁹ Obsolescência programada consiste na redução da durabilidade dos produtos em curto período de tempo para que sejam substituídos, fomentando o lucro das empresas (HOCH, 2016, p. 1).

e Comércio Exterior (MDIC) estimou que no Brasil, a geração de resíduos deveria se aproximar de 1.100 mil toneladas de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) em 2014, número que se projetou para 1.247 mil toneladas em 2015, (BRASIL, 2013c, p. 43). Quanto às consequências negativas do aumento da geração de resíduos destacam-se:

(...) custos cada vez mais altos para coleta e tratamento do lixo; dificuldade para encontrar áreas disponíveis para sua disposição final; grande desperdício de matérias-primas. Por isso, os resíduos deveriam ser integrados como matérias primas nos ciclos produtivos ou na natureza. Outras consequências do enorme volume de lixo gerado pelas sociedades modernas, quando o lixo é depositado em locais inadequados ou a coleta é deficitária, são: contaminação do solo, ar e água; proliferação de vetores transmissores de doenças; entupimento de redes de drenagem urbana; efluentes; degradação do ambiente e depreciação imobiliária; doenças. (BRASIL, 2014^a, p. 114).

Relatório do Banco Mundial sobre a geração de resíduos sólidos urbanos (*What a Waste: A Global Review of Solid Waste Management*)³⁰ estimou crescimento em torno de 70% de geração de lixo no mundo, sendo que a maior parte desses resíduos seriam gerados em países emergentes, como o Brasil. Esse relatório, datado de 2012, também estimou a geração de resíduos sólidos urbanos pelo mundo em torno de 1,4 bilhão de toneladas, com uma média de 1,2 kg por dia per capita. A Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial estimam que dentro de dez anos, o mundo tende a gerar 2,2 bilhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano (BRASIL, 2014b, p. 48).

O relatório aponta ainda que a geração anual de resíduos na Ásia Oriental e na região do Pacífico é de cerca de 270 milhões de toneladas por ano, com a China representando 70% do total regional. Na Ásia Oriental e Central, os resíduos gerados por ano são pelo menos 93 milhões de toneladas. A América Latina e o Caribe geram 160 milhões de toneladas. No Oriente Médio e Norte de África, a geração de resíduos sólidos é de 63 milhões de toneladas por ano. Os países da OCDE³¹ geram 572 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, e no sul da Ásia, aproximadamente 70 milhões de toneladas de resíduos são geradas por ano (HOORNWEG; et. al, 2012, p. 9).

Também o Banco Mundial, no mesmo relatório de 2012, considerou que os índices de geração de RSU são influenciados pelo desenvolvimento econômico, o grau de

³⁰ Trad. Livre: Que desperdício: uma revisão global da gestão de resíduos sólidos.

³¹ OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): Fundadores (1948): Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia. Países admitidos em: 1955 - Alemanha, 1959 - Espanha. Admitidos com a reforma de 1961: Canadá e USA. Países Admitidos na OCDE posteriormente: 1964 - Japão, 1969 - Finlândia, 1971 - Austrália, 1973 - Nova Zelândia 1994 - México, 1995 - República Checa, 1996 - Hungria, 1996 - Polónia, 1996 - Coreia Do Sul, 2000 - Eslováquia, 2010 - Chile 2010 - Eslovênia, 2010 - Israel. País convidado em 2015: Estônia. fonte: <http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde> acesso 20/04/2018.

industrialização, hábitos públicos e clima local, assim como o nível de renda e a urbanização estão relacionados com o volume de descartáveis utilizados no dia-a-dia (HOORNWEG et. al, 2012, p. 8).

Quanto à coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, o Relatório do Banco Mundial mostra que os índices de coleta seletiva estão diretamente relacionados aos níveis de renda. Assim, nas regiões onde se localizam “países de baixa renda tendem para ter baixos índices de coleta seletiva, como por exemplo o Sul da Ásia e África. Não surpreendentemente, os países da OCDE tendem a ter a maior eficiência de coleta, perto de 98%” (HOORNWEG; et.al, 2012, p.15).

Sob a perspectiva de risco globalizado, os ordenamentos jurídicos de vários Estados, de acordo com os princípios elencados no “capítulo 21 da Agenda 21- Rio 92³², que trata do manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos (...)” (JURAS, 2012, p. 5), criaram institutos rígidos quanto à imputação da responsabilidade pela geração e destinação final de resíduos (FERNANDES, 2011, p. 35). Várias são as iniciativas de mobilização que refletem a preocupação global com os riscos advindos do aumento de geração de resíduos sólidos:

Outras organizações e governos têm-se engajado com os objetivos de evitar ou reduzir a geração de resíduos, entre as quais se encontra a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como elemento-chave da estratégia de atingir a sustentabilidade ambiental. Não obstante, a quantidade de resíduos gerada aumentou substancialmente nos países da OCDE – cerca de 54% entre 1980 e 2000 – esperando-se que aumente ainda mais até 2020 (JURAS, 2012, p. 5).

No Brasil, quando após 20 anos de tramitação, entrou em vigor a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - LRS, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público, dispondo ainda sobre os instrumentos econômicos aplicáveis.

O Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010 ao regulamentar a LRS, criou o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, dando outras providências. A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei Federal n. 12.305/2010 e Decreto 7.404/2010) trouxe importantes instrumentos para sua implementação, dentre os quais se destacam a responsabilidade compartilhada e seus instrumentos (coleta seletiva, logística reversa e acordos setoriais), o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e educação ambiental.

³² A Agenda 21 (documento assinado em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, por 179 países) foi o resultado da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” – Rio 92.

Os demais instrumentos legais (art. 8º da Lei 12.395/2010) não serão aqui analisados, não obstante, em determinados momentos, sua menção possa se fazer necessária.

Passados alguns anos da entrada em vigor da regulação da PNRS, muitas dificuldades vêm sendo enfrentadas para a propagação dos efeitos concretos da lei na sociedade. Seja pela inovação que seus institutos trazem perante dogmas antigos, seja pela relação intrínseca que a efetividade desta lei guarda para com o bom andamento da economia, fato é que a efetivação de programas e ações de educação ambiental, metas de redução, reutilização, coleta seletiva e logística reversa demandam investimentos, tanto do setor produtivo quanto por parte do Poder Público. A ausência ou sobrestamento dos investimentos faz estagnar ou até mesmo retroceder os avanços trazidos pela lei.

Ocorre que, cinco anos após a entrada em vigor da PNRS (entre os anos de 2015 e 2016), o Brasil mergulhou em uma crise institucional, política e econômica sem precedentes, que abalou a sociedade com a instabilidade política, descrédito nas instituições, aumento do desemprego, perda do poder de compra das famílias e seu endividamento:

Ao longo do ano de 2015, o Brasil atravessou crises que há muito não experimentara. Nesse ano, a economia sofreu uma retração de nada menos que 3,8 por cento, uma das mais profundas de sua história. O déficit público nominal passou de 2,97 por cento do PIB em 2013 para 10,38 por cento em 2015, uma enorme deterioração fiscal. A taxa de desemprego pulou de 6,2% no último trimestre de 2013 para 11,3 por cento no segundo trimestre de 2016 (AMORIM NETO: 2016, p. 43).

Tudo isso impactou significativamente na redução e mudança nos hábitos de consumo., com a consequente redução de descarte de resíduos sólidos o que implicou dificuldades na adoção de metas descritas na PNRS:

Analisando-se os dados apresentados no decorrer deste documento, verificamos que as disposições da lei, por si só, não proporcionaram os tão esperados avanços no setor, e a recessão da economia trouxe impactos negativos para as práticas até então verificadas, que retrocederam em diversos pontos. (ABRELPE 2016, p. 58).

Para demonstrar o quanto essa crise política, econômica e institucional assolou e impactou negativamente a PNRS, tome-se por base o *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*, que é composto por estudos realizados e divulgados anualmente pela ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais). O Panorama apontava que em 2014, já idos quatro anos da vigência da PNRS, ainda não se tivessem cumprido várias metas legais, ainda prevalecia o otimismo em relação aos números da execução da norma. Em 2015, embora os indícios da recessão já se mostrassem, ainda havia algum otimismo, mas em 2016 o quadro apresentado pela ABRELPE foi de retrocesso:

Em termos de geração de RSU, o Panorama mostra que houve uma redução de cerca de 2% em relação ao ano de 2015, porém o volume total mantém-se acima das 200.000 toneladas por dia, o que implica em pouco mais de um quilograma de resíduos descartados por pessoa diariamente (Op. cit. 2016, p. 58).

O mesmo documento (Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil), em 2016, mostra queda na geração e coleta de RSU, e uma “reciclagem ainda patinando, uma logística reversa que não mostrou a que veio e o país tem mais de três mil Municípios com destinação inadequada, apesar da proibição existente desde 1981 e do prazo estabelecido pela PNRS ter-se encerrado em 2014” (ABRELPE 2016, p. 58). O retrocesso é denunciado de modo claro:

Os índices de disposição final de RSU apresentaram retrocesso no encaminhamento ambientalmente adequado dos RSU coletados, passando a 58,4% do montante anual disposto em aterros sanitários. As unidades inadequadas como lixões e aterros controlados ainda estão presentes em todas as regiões do país e receberam mais de 81 mil toneladas de resíduos por dia, com elevado potencial de poluição ambiental e impactos negativos na saúde. (ABRELPE, 2016, p. 18).

O mesmo se diga quanto ao ano de 2017:

A destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos coletados pelos municípios pouco avançou, enquanto o volume enviado para lixões apresentou um crescimento de 3% de 2016 para 2017, com 1.610 cidades fazendo uso dessas unidades, que são a pior forma de destinação dos materiais

Inserida em um mesmo contexto de iniciativas de coleta seletiva que, em sua maioria, se resumem “à disponibilização de pontos de entrega voluntária ou convênios com cooperativas de catadores, que não abrangem a totalidade do território ou da população do Município” (ABRELPE, 2014, p. 30), a Pesquisa Ciclossoft-2016 revelou que somente 18% dos Municípios operam sistemas de coleta seletiva, resultando que no Brasil, dos 206 milhões de habitantes apenas 31 milhões são atendidos por tais sistemas. Em 2016 a pesquisa Ciclossoft-2016 revela uma regionalização dos Municípios com adoção do sistema de coleta seletiva no Brasil, conforme Figura 3:

Figura 3 - Regionalização dos Municípios com coleta seletiva no Brasil.

Fonte: CEMPRE, 2016.

Na Figura 3 é possível observar que a maioria dos sistemas municipais de coleta seletiva se localiza na região Sul com 40% e Sudeste com 41%, (CEMPRE, 2016).

No Panorama ABRELPE 2017 consta que um dos pré-requisitos para incremento dos índices de reciclagem mecânica da fração seca dos RSU é a correta segregação na fonte e posterior disponibilização para coleta seletiva, sistemas de triagem, logística reversa ou outra forma que resulte no aproveitamento efetivo desse montante. O cidadão é o agente principal nesse ciclo de ações, com responsabilidades desde o momento do consumo até o descarte dos resíduos decorrentes. No entanto, mesmo após três décadas de coleta seletiva em algumas cidades brasileiras e muitas campanhas e ações sobre o tema, uma pesquisa Ibope publicada em 2018, que aplicou entrevistas a 1.816 pessoas de todos os Estados e Distrito Federal e teve por objetivo conhecer a percepção do brasileiro sobre os resíduos, aponta que a população pouco ou nada sabe sobre coleta seletiva. Os dados mostram que 98% das pessoas enxergam a reciclagem como algo importante para o futuro do país e 94% concordam que a forma correta de descartar os resíduos é separando materiais que podem ser reciclados. Por outro lado, essa percepção não se reflete no comportamento: 75% revelaram não separar seus resíduos em casa, e uma das possíveis razões que levam a isso é a falta de informação, já que 66% dos entrevistados afirmaram saber pouco ou nada a respeito de coleta seletiva. Além disso, o estudo revela desconhecimento sobre quais materiais podem ser reciclados, onde somente 4% das pessoas sabem que as embalagens longa vida são recicláveis e 60% não reconhecem as garrafas PET como um tipo de plástico reciclável (ABRELPE, 2017, p. 65).

É da compreensão e da aplicação da coleta seletiva, acordos setoriais e logística reversa enquanto ferramentas para implementação da responsabilidade compartilhada, que cuida o capítulo que segue.

3.5 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E AS FERRAMENTAS DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei Federal n. 12.305/2010 e Decreto 7.404/2010) tornou a coleta seletiva instrumento essencial para atingir a meta da disposição final ambientalmente adequada e determinou que nos conteúdos mínimos dos planos

municipais de gestão de resíduos sólidos (PGIRS) estejam contemplados programas e ações de educação ambiental, metas de redução, reutilização, coleta seletiva e logística reversa. A coleta seletiva é uma das ferramentas de que se vale a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) para distribuir a responsabilidade de forma compartilhada aos agentes responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos. Para implantação da responsabilidade compartilhada, a Lei 12.305/2010 elegeu como ferramentas principais, além da coleta seletiva, também o acordo setorial e a logística reversa.

Segue explanação sucinta sobre cada uma dessas ferramentas.

O acordo setorial (firmado no âmbito nacional) e os termos de compromisso (firmados no âmbito local), vêm definidos pela LRS como ato de natureza contratual, firmado entre o Poder Público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, com o objetivo de implantar a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida de produtos (Lei 12.305/2010, art. 3º, I). Pelo acordo setorial o Poder Público chama, em consulta pública, tanto fabricantes, importadores, comerciantes quanto distribuidores de embalagens e de produtos comercializados em embalagens a se comprometerem em trabalhar de forma conjunta para garantir a destinação final, ambientalmente adequada dos produtos que colocam no mercado. Ou seja, a consulta pública a que se refere o Acordo Setorial chama os segmentos empresariais para implantação do sistema de logística reversa. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal. Entretanto o acordo setorial de maior abrangência prevalece sobre o termo de compromisso.

O sistema de logística reversa (SLR) se caracteriza por se tratar de um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento desses resíduos em seu próprio ciclo produtivo, em outros ciclos ou mesmo em outra destinação final ambientalmente adequada (Lei 12.305/2010, art. 3º, XII):

A logística reversa ao englobar sistemicamente diferentes atores sociais na responsabilização da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gera obrigações, especialmente do setor empresarial, de realizar o recolhimento de produtos e embalagens pós-consumo, assim como assegurar seu reaproveitamento no mesmo ciclo produtivo ou garantir sua reinserção em outros ciclos produtivos. De um modo pragmático, tal instrumento estipula ações, procedimentos e meios para assegurar o retorno dos resíduos gerados para o setor responsável por sua produção ou comercialização (BRASIL, 2012 p. 5).

E, ainda, com maior detalhamento:

Como estipulado no art.15 do Decreto regulamentador da PNRS a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa se dará por meio de instrumentos que incluem termos de compromisso, regulamentos expedidos pelo Poder Público ou acordos setoriais celebrados entre Poder Público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto (BRASIL, 2012 p. 6).

A lei apresenta atenção especial quanto à implantação do SLR. Tanto é assim que no Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a LRS, vem disposto um capítulo inteiro dedicado à viabilização do sistema (Capítulo III, dos artigos 13 ao 34). Destacam-se os artigos 33 e 34 com a criação do Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (CORI), que tem por incumbência conduzir as ações de governo para a implantação de sistemas de logística reversa, atuando na elaboração de minutas de editais de chamamento para a realização de acordos setoriais bem como na coleta de subsídios para a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para implantação de sistemas de logística reversa – EVTE³³.

Para fazer cumprir as finalidades do CORI foram criados cinco Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), são eles: (I) GTT de embalagens plásticas de óleos lubrificantes; (II) GTT de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; (III) GTT de produtos eletroeletrônicos e seus componentes; (IV) GTT de embalagens em geral; e (V) GTT de resíduos de medicamentos e suas embalagens. Esses grupos objetivam, principalmente:

A elaboração de uma minuta de edital de chamamento para a realização de acordos setoriais bem como a coleta de subsídios para a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para implantação de sistemas de logística reversa – EVTE. Após a aprovação da viabilidade técnica e econômica para implantação de sistema de logística reversa de uma determinada cadeia pelo COMITÊ ORIENTADOR, o edital de chamamento das propostas para acordo setorial é o ato público necessário para dar início aos trabalhos de elaboração destes acordos. (BRASIL, 2010c, p. 5).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos distingue duas modalidades de sistemas de logística reversa (SLR):

- a) Sistemas de Logística Reversa (SLR) de implantação obrigatória - sem intervenção do serviço público de limpeza urbana, conforme art. 33 da LRS, 14 e 18 do Decreto Regulamentador 7404/2010 (DR:

Lei 12.305/2010:

(...)

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

³³ Fonte: <<http://sinir.gov.br/web/guest/logistica-reversa>>. Acesso em: 09 abr. 2018

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas; II - pilhas e baterias; III - pneus; IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Decreto 7.4040/2010:

(...)

Art. 14. O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, seguirá o disposto na Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002.;

Art. 18. Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos referidos nos incisos II, III, V e VI do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, bem como dos produtos e embalagens referidos nos incisos I e IV e no § 1º do art. 33 daquela Lei, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

§ 1º Na implementação e operacionalização do sistema de logística reversa poderão ser adotados procedimentos de compra de produtos ou embalagens usadas e instituídos postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis, devendo ser priorizada, especialmente no caso de embalagens pós-consumo, a participação de cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no caput, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes ficam responsáveis pela realização da logística reversa no limite da proporção dos produtos que colocarem no mercado interno, conforme metas progressivas, intermediárias e finais, estabelecidas no instrumento que determinar a implementação da logística reversa.

Conforme se depreende do texto legal, esse sistema independe do serviço público de limpeza urbana e deve ser custeado totalmente pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

- b) Sistemas de Logística Reversa (SLR) estendido - mediante intervenção do serviço público de limpeza urbana (Art. 8, III, e 33, §1º da LRS - arts. 12, 17 e 18 do DR). Esse Sistemas de Logística Reversa (SLR) é denominado estendido, porque o §1º do art.33 assim o denomina:

Art. 33 (...)

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão **estendidos** a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. (grifo meu)

O Sistema de Logística Reversa estendido possui algumas características peculiares. A primeira delas é que, se trata de uma das ferramentas para implementação da

responsabilidade compartilhada, que, ao lado da coleta seletiva, é uma das ferramentas da PNRS. A segunda característica deste SLR estendido é que não se pode considerá-lo como um SLR facultativo. Isso porque, ao que se depreende do disposto no art. 33, §1º da LRS, trata-se também de um SLR obrigatório. Como o texto da lei diz que “os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens”, é porque existe uma coercibilidade³⁴ na norma, indicada pelo verbo conjugado na forma “serão” que torna seu comando de cumprimento obrigatório. Portanto, não há que se discutir se a implantação do SLR para outros produtos que não aqueles do caput do art. 33 da LRS é facultativa. Na realidade, o §1º do mesmo art. 33 estendeu a mesma obrigatoriedade de implantação de SLR do caput do art. 33 aos fabricantes, comerciantes e distribuidores de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens em geral.

Quanto à coleta seletiva enquanto ferramenta de implantação de responsabilidade compartilhada, a lei a define como a coleta de resíduos sólidos previamente segregados, conforme sua constituição ou composição (Lei 12.305/2010, art. 3º, V).

No Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010, o artigo 9º destaca a importância da implantação do sistema de coleta seletiva para se atingir a meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Art. 9º A coleta seletiva dar-se-á mediante a segregação prévia dos resíduos sólidos, conforme sua constituição ou composição.

§ 1º A implantação do sistema de coleta seletiva é instrumento essencial para se atingir a meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme disposto no art.54 da Lei nº 12.305, de 2010 (BRASIL, 2010a).

Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2012, op. cit.) constam diretrizes e metas para implantação da coleta seletiva de resíduos nos Municípios, como parte de seu conteúdo mínimo. O Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei 12.305/2010 em seu art. 9º §2º determina que o sistema de coleta seletiva seja implantado pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

Art. 9º, (...) §2º O sistema de coleta seletiva será implantado pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e deverá estabelecer, no mínimo, a separação de resíduos secos e úmidos e, progressivamente, ser estendido à separação dos resíduos secos em suas parcelas específicas, segundo metas estabelecidas nos respectivos planos.

³⁴ Diz da coerção o poder de que dispõe o Estado, pelos mecanismos de persuasão e de constrangimento, para obrigar os jurisdicionados ao cumprimento das leis, ou à obediência das normas. Cognatos: coercibilidade, qualidade ou caráter de coerção, coercitivo ou coercivo (SIDOU, 2002, P. 164).

Da mesma forma, também se encontra previsto na LRS que os Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos deverão observar enquanto seu conteúdo mínimo, metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, conforme art. 19, XIV e XV dessa legislação.

Em resumo, a implantação da responsabilidade compartilhada, através dos dispositivos legais previstos na Lei 12.305/2010, elegeu duas outras ferramentas principais, além da coleta seletiva, o acordo setorial e a logística reversa.

Nos capítulos que seguem será investigada a forma como essas ferramentas reagem enquanto tripé da responsabilidade compartilhada.

3.5.1 A Eficácia Social da Lei de Resíduos Sólidos Quanto à Implantação de Coleta Seletiva, Acordo Setorial e Logística Reversa

O Direito denomina eficácia jurídica a capacidade da lei em produzir efeitos jurídicos, e de eficácia social a capacidade que tem a lei em ser aplicada e produzir efeitos sociais (SIQUEIRA Jr., 2002, p. 246). Alguns cientistas do Direito chamam a eficácia social de efetividade (SIQUEIRA Jr., 2002, p. 246; BARROSO, 2006, p. 82; SILVA, 1964, p. 236). A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, § 1º ao elencar as incumbências do Poder Público para garantir o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, chama essa incumbência de efetividade, quando diz que “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)”.

Mas, existem também leis que, embora concebidas pelo anseio da sociedade, respondendo e refletindo seus clamores e valores, têm sua execução de maneira lenta, com difícil assimilação. Por vezes, essas dificuldades de assimilação ocorrem face à complexidade e onerosidade de seus instrumentos, ou ainda por contrariar interesses de setores frente o revolvimento de estruturas consideradas tão intransponíveis que se assemelham a dogmas. É essa lentidão de assimilação e dificuldade de execução que se desenha avizinando na Lei de Resíduos Sólidos:

Ao se comparar os dados publicados nas edições do Panorama, de 2010 a 2014, nota-

se que a evolução na gestão de resíduos sólidos no país tem sido bastante lenta, apresentando até mesmo uma estagnação em vários pontos, o que impede a plena aplicação da Lei que instituiu a PNRS. (ABRELPE, 2014, p. 114).

A coleta seletiva é um desses institutos jurídicos da LRS que demandam a remoção de estruturas rígidas para produção de efeitos sociais. Isso porque a implantação da coleta seletiva não é instrumento que se baste por si só. Trata-se de uma das ferramentas da responsabilidade compartilhada, de aplicação conjunta e obrigatória ao lado das ferramentas do acordo setorial e implantação de logística reversa.

O sistema de logística reversa (SLR) chama a responsabilidade do setor empresarial para sua responsabilização pelo ciclo de vida dos produtos. Assim, o Poder Público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Entretanto, a partir do momento que o art. 12 do Decreto 7.404/2010, ao fazer constar que: “A coleta seletiva poderá ser implementada sem prejuízo da implantação de sistemas de logística reversa”, divorciou a implementação do sistema de logística reversa (SLR) do sistema de coleta seletiva, e que o art. 62 da LRS, imputa pena pecuniária ao consumidor que não segregue adequadamente seus resíduos³⁵, a lei tornou-se de difícil execução.

Um sistema de coleta seletiva implantado, dependendo única e exclusivamente a adesão espontânea do gerador domiciliar, prescindindo da prévia ação de educação ambiental e sem chamar o setor empresarial para operar sua parte na implantação do sistema de logística reversa (SLR), vai muito além de desafiar a eficácia social da Lei de Resíduos Sólidos: desafia princípios constitucionais como o respeito à dignidade da pessoa humana, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, bem como desafia o dever constitucionalmente imposto ao Poder Público em promover a educação e conscientização ambiental.

No documento publicado pelo Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), intitulado “*Manual de Diretrizes Operacionais para Implantação e Operação do Sistema de Logística Reversa*”, a participação específica do gerador domiciliar urbano é apresentada como “o elo vital fundamental de toda a cadeia de

³⁵ Neste sentido, o art. 84 do Decreto 7.404/2010 alterou o art. 62 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que passou a dispor sobre a multa pecuniária pela segregação inadequada. Vejam-se os arts. 61 e 62, XIII do referido decreto: “Art. 61. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Art. 62. Incorre nas mesmas multas do art. 61 quem: (...) XIII - deixar de segregar resíduos sólidos na forma estabelecida para a coleta seletiva, quando a referida coleta for instituída pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;”

logística reversa”, mas “infelizmente também o mais fraco” (SINIR, s.d., p. 13). O diagnóstico explica que hoje em dia, a conscientização e a cultura do Gerador Domiciliar de resíduos em separar resíduos e se envolver com qualquer modelo de logística reversa é muito baixa ou mesmo inexistente” (idem). O documento revela ainda mais:

Levará vários anos de esforço contínuo para mudar a mentalidade e o comportamento decorrente da falta desta cultura. O estabelecimento de um sistema de recebimento não leva automaticamente à entrega de resíduos sólidos por parte dos Geradores Domiciliares de Resíduos. (SINIR, s.d., p. 13).

Como bem explica o texto do SINIR (op. cit.), a falta de adesão ao sistema de coleta seletiva leva ao descumprimento da meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que fala o art. 9º, § 1º do Decreto 7.404/2010. Isso porque dados apresentados pelo Panorama 2016 da ABRELPE (Op. cit.), apontam que a disposição final dos resíduos sólidos urbanos coletados demonstrou piora quando comparado ao índice do ano anterior, de 58,7%, para 58,4%, sendo 41,7 milhões de toneladas enviadas para aterros sanitários, e que a disposição inadequada continuou realizada por 3.331 municípios brasileiros (do total de 5.564), que enviaram mais de 29,7 milhões de toneladas de resíduos, correspondentes a 41,6% do total coletado em 2016, para lixões ou aterros controlados (ABRELPE, 2016, p. 14). E o resultado é que os sistemas de destinação final sofrem sobrecarga, afinal “recebem aproximadamente 71,34 milhões de toneladas por ano, das quais 12,4 milhões de toneladas ainda são depositadas em lixões, a pior forma de destinação possível e fonte diária de poluição ambiental, causadora de diversos problemas de saúde” (ABRELPE Op. cit., p. 58). Essa sobrecarga decorre da ausência de iniciativas consolidadas para aproveitamento e recuperação da fração orgânica.

Em documento publicado pelo Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, intitulado “Estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação da logística reversa por cadeia produtiva, componente: produtos e embalagens pós consumo” é denominada de Relação trilateral, a relação que se estabelece entre Poder Público, setor empresarial e coletividade – que o estudo denomina subsistemas (BRASIL, 2012, pp. 28-29). Sua importante conclusão é que no momento em que ocorre a ruptura dessa relação trilateral, por descumprimento do dever legal dos subsistemas, resulta na perda de eficiência e eficácia do sistema de logística reversa, cumprindo ao Estado o dever de recompor o equilíbrio na relação, procedendo à fiscalização, bem como instituindo ambiente regulatório que assegure o cumprimento da lei, “conferindo, assim, estabilidade à correlação entre os subsistemas e à manutenção da posição correspondente de cada um (...)” (BRASIL,

2012, p. 29).

E essa a intervenção do Estado no ambiente regulatório, o estudo sugere que sejam tomadas medidas calcadas em sua função normativa inerente à regulação, que podem estar definidas pelas normas do acordo setorial, do regulamento ou, então, do termo de compromisso (no âmbito municipal), podendo ainda editar atos regulatórios que estabeleçam as seguintes normas dotadas de dimensão técnica, econômica e social, tais como: fixar padrões de qualidade e de quantidade do material passível de reciclagem a serem absorvidos pelo SLR; estatuir metas de ampliação do SLR compatível com o fluxo do material a ser reinserido no ciclo produtivo; estabelecer padrão remuneratório de compra e venda do material passível de reciclagem a ser adquirido pelo subsistema empresarial; fixar padrões de monitoramento dos custos com as despesas do SLR a serem absorvidos no processo produtivo para mitigar as externalidades negativas; e, imprimir avaliação de eficiência social, produtiva e econômica das organizações de catadores inseridas no SLR (BRASIL, 2012, p. 32).

No momento que a autoridade pública faz opção pela implantação de coleta seletiva dissociada de instrumentos importantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como a educação ambiental, os acordos setoriais e a logística reversa, é a própria sociedade que sofre as consequências face à baixa adesão do gerador domiciliar urbano ao sistema, desencadeando o descumprimento das metas da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, bem como em violações a princípios legais, constitucionais e de justiça ambiental. Mas também a sociedade acaba se auto punindo, posto que se expõem aos riscos à saúde e ao ambiente onde vive, face à destinação inadequada de resíduos.

A coleta seletiva não é um instrumento que consiga por si só dar cumprimento legal às metas da disposição e destinação ambientalmente adequadas. Não basta a implantação de um sistema de coleta seletiva divorciado dos demais instrumentos de responsabilidade compartilhada: “(...) a execução das metas (do Plano Nacional de Resíduos Sólidos) está relacionada principalmente ao sucesso da implantação dos sistemas de coleta seletiva pelos Municípios e de logística reversa, conforme instituído na PNRS e nos acordos setoriais a serem firmados” (BESEN; RIBEIRO, GÜNTHER; JACOBI, 2014, pp. 259-260).

Além de existir uma relação trilateral que se estabelece entre Poder Público, setor empresarial e coletividade quanto à responsabilidade compartilhada pelo ciclo final dos produtos, existe também uma relação necessária de interdependência e complementaridade que se estabelece entre os institutos da coleta seletiva, acordo setorial e logística reversa, que formam o tripé da responsabilidade compartilhada. Relação esta que também alcança outro instrumento da PNRS, que é a educação ambiental.

Essa relação entre a logística reversa, as demais ferramentas da responsabilidade compartilhada e esta relação de todos com a educação ambiental, explica-se pelo fato de que um sistema de coleta seletiva somente terá adesão do gerador domiciliar se, em concomitância a ele, for implantado um sistema de logística reversa, oriundo de acordos setoriais, todos precedidos de programas de educação ambiental. No entanto, para que o gerador domiciliar aceite proceder à uma mudança de hábito de consumo e passe a segregar, adequadamente, seus resíduos, é necessário que seja dada efetividade ao art. 35 da Lei 12.305/2010, para que o consumidor somente seja compelido a segregar adequadamente seus resíduos desde que seja estabelecido, em primeiro lugar o sistema de coleta seletiva, mas não somente no Plano Municipal de Gestão de Resíduos, mas com sua plena execução:

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de lei municipal.

A efetividade ao art. 35 é de vital importância para garantir o sucesso de um sistema de coleta seletiva. Sem a sincronização entre a implantação efetiva da coleta seletiva e a segregação do gerador domiciliar, o sistema torna-se estático e destinado ao fracasso. Ou seja, sem adoção de ações, procedimentos e meios que instrumentalizem a logística reversa, precedida de acordos setoriais, destinados à coleta seletiva, de nada adiantará ter um programa de educação ambiental, assim como o contrário. Logo;

A logística reversa constitui uma das ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. O aludido instrumento tem como fundamento básico o princípio do poluidor pagador, na medida em que exige a internalização dos custos provenientes da destinação e disposição final dos resíduos sólidos gerados por determinados produtos e embalagens. (MILARÉ, 2015, p. 1226/1230).

Se o gerador domiciliar não visualiza que seu resíduo segregado está sendo destinado e disponibilizado adequadamente, será em vão qualquer estímulo para que continue segregando. Afinal, de que valeria segregar os resíduos ou dispensá-los nos Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) se o caminhão da coleta vier a misturar tudo? É difícil compelir o cidadão a preparar os resíduos para uma destinação ambientalmente adequada se em seu distrito a coleta desses resíduos não atinge 100% das vias oficiais, e, como no caso do Município de São Paulo, em alguns distritos a implantação da coleta seletiva chega a 10, 5, 2 e 1% das vias distritais. Se

não existe, por parte do Município, nenhum acordo setorial estruturando a logística reversa, recaindo sobre o Poder Público local o encargo de recolher, o que legalmente, compete única e exclusivamente ao setor empresarial, a teor do art. 31, III da LRS, como o cidadão pode ser compelido a segregar embalagens em geral?

A resposta vem da própria municipalidade, e do Ministério Público. É que atendendo pedido de informação n. 27610, encaminhado por meio da Lei de Acesso à Informação, a Prefeitura de São Paulo enviou o Relatório de Atividades do Núcleo Gestor de Logística Reversa da Prefeitura de São Paulo (criado pela Portaria 023/AMLURB-PRE/2017). Consta desse Relatório um rol de Conclusões e Recomendações, acerca do Acordo Setorial/2015, onde se destacam como principais pontos a ausência da adesão dos responsáveis pela fabricação de embalagens e/ou produtos comercializados em embalagens em geral, ao sistema de responsabilidade compartilhada.

Por outras palavras, falta quem assuma sua responsabilidade em coletar seletivamente aquilo que a população paulistana está sendo compelida a segregar:

Recomenda-se negociar um Termo de Compromisso entre a PMSP e o CEMPRE no sentido de fazer valer os conceitos da lei da PNRS, acelerar a implantação plena do sistema na cidade e, desta forma, aliviar o caixa da PMSP. Caso se opte pela adesão ao Termo de Compromisso firmado com o Governo de Estado por meio da CETESB, recomenda-se avaliar a conveniência de incluir como adendo os pontos elencados a seguir, que também são propostos como sugestão de uma pauta de negociação com a Coalizão de empresas.

- Definir metas progressivas para realização e/ou financiamento da coleta de resíduos de embalagens em geral no município pelo CEMPRE atreladas ao crescimento da coleta seletiva pública e à implantação de PEVs pelo CEMPRE. O Anexo 6 apresenta uma avaliação feita pelo Consórcio;
- Definir sistemática de remuneração, tanto para o município, como para as cooperativas, pelos serviços ambientais prestados relativos à coleta e separação de embalagens em geral, levando em consideração seu desempenho.
- Negociar cobrança pelo encaminhamento de resíduos e rejeitos de embalagens das cooperativas aos aterros municipais.
- Transferir a gestão e financiamento das cooperativas para o CEMPRE, incluindo as centrais mecanizadas, informando a PMSP do planejamento e resultado das ações permanentemente.
- Discutir a adesão a um sistema de Bolsa para negociação de certificados de destinação ambiental (CDA), conforme descrito no Anexo 3.
- Solicitar acesso ao sistema de monitoramento das quantidades de embalagens colocadas no mercado interno e das embalagens recuperadas pelo sistema de logística reversa, conforme item II do parágrafo segundo do AS. Os dados constantes do último RD do CEMPRE, de janeiro de 2017, analisado no Anexo 2 deste relatório, apresentam enorme quantidade de dados inconsistentes, ou não verificáveis.
- Garantir a ampliação efetiva dos PEVs em comércio e pontos acessíveis aos munícipes, sob responsabilidade dos integrantes da Coalizão, de forma a cobrir a integralidade do território do município. A densidade de PEVs e a distância máxima a ser percorrida pelos munícipes deve ser criteriosamente definida em conjunto com a PMSP de forma a que não haja zonas não cobertas na cidade.
- Adesão dos responsáveis pela fabricação de embalagens e/ou produtos comercializados em embalagens a uma entidade como pré-requisito para efetuar vendas no mercado municipal. Negociar esta obrigatoriedade no âmbito estadual e

federal.

- Estabelecer penalidades por não atingimento de metas tornando o TC auto executável.
- Solicitar acesso ao Plano de Implantação da Fase 2 conforme item c do Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira do AS, assim como ao Plano de Comunicação conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula Nona do AS.
- Apresentar plano de comunicação social consistente a ser veiculado de forma constante e ser aprovado pela PMSP.
- Inserir a assessoria jurídica da AMLURB no Núcleo da Logística Reversa. (Pedido de Informação n. 27610, pp. 353/354 – Anexo 38)³⁶

Nessa análise uma das questões que se levanta é de que existe a possibilidade de que o custo da coleta seletiva ser um dos empecilhos para sua implantação. Veja-se: Utilizando levantamento de dados através do envio de questionário às Prefeituras e realização de visitas técnicas, o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) realiza desde 1994 a Pesquisa Ciclosoft, que reúne informações sobre os sistemas de coleta seletiva “desenvolvidos por prefeituras, apresentando dados sobre a composição do lixo reciclável, custos de operação, participação de cooperativas de catadores e parcela da população atendida” (CEMPRE, 2016). A Pesquisa Ciclosoft, edição 2016, revelou que um dos motivos que justificam a demora dos Municípios em implantar o sistema de coleta seletiva pode estar no custo médio por tonelada de resíduo tratado, que nos Municípios em que os dados foram apurados, representam US\$ 102,49 (ou R\$ 389,46), enquanto o valor médio da coleta regular de lixo foi apurado em US\$ 25,00 (ou R\$ 95,00). O custo da coleta seletiva foi apontado como 4,10 vezes maior que o custo da coleta convencional (CEMPRE, 2016). No entanto, a Prefeitura de São Paulo divulgou através da Pesquisa Ciclosoft (CEMPRE, 2016), que seu custo com coleta seletiva para o ano de 2012 foi de US\$ 258,00, e para os anos de 2014 e 2016 foi igual a zero conforme demonstra a Figura 4, extraída da referida pesquisa:

³⁶ Idem nota anterior.

Figura 4 - Custo da coleta seletiva por municípios Paulistas

Fonte: CEMPRE, 2016.

Por outro lado, a Prefeitura do Município de São Paulo, através da lei de Acesso à Informação (Anexo 30), noticia que o montante desembolsado pela municipalidade para implantação da coleta seletiva, entre os anos de 2013-2016, foi de R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos).

Esse desencontro de informações além de desacreditar a municipalidade, também desafia a eficácia social da PNRS perante o munícipe, que está sendo chamado a arcar com os custos da implantação da coleta seletiva duplamente, contrariando a PNRS. Esse tema segue debatido na próxima seção.

3.5.2 Os Responsáveis pelos Custos do Sistema Logística Reversa e dos Sistemas de Coleta Seletiva

O custo operacional não é o único empecilho a inviabilizar a execução de um sistema de coleta seletiva. Existe também a questão da responsabilização financeira dos agentes chamados a responder pelo ciclo de vida dos produtos. Há implicações em determinar sobre qual dos agentes recai o pagamento da conta pela destinação e disposição adequada de resíduos e rejeitos, se todos compartilham responsabilidades distintas, conforme consta a lei. A questão fundamental é “quem deve pagar os custos da coleta seletiva domiciliar? Uma

vez que um produto é lançado no mercado, quem responde por seus efeitos indesejáveis e posteriores a seu consumo?” (ABRAMOVAY, 2013a). Para o autor a resposta a esses questionamentos tem apresentado ambiguidade pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei 12.305, e tal ambiguidade reside na “distância entre a ambição transformadora embutida na PNRS e a desoladora lentidão com que vem sendo levada à prática” (Idem).

Conforme visto nas seções anteriores, um dos principais aspectos de um sistema de coleta seletiva é a adesão do cidadão, no que se refere à segregação prévia dos resíduos destinados à coleta seletiva. A eficiência de um bom sistema de coleta seletiva depende, em larga medida, de uma segregação adequada de resíduos sólidos, que terá como resultante uma boa coleta seletiva, capaz de atender às ações voltadas ao consumo sustentável³⁷. Isso porque,

(...) há uma tensão na maneira como a sociedade brasileira gere seus resíduos: por um lado, tanto a lei como a prática delegam às prefeituras a responsabilidade pela coleta e pela destinação dos resíduos. Por outro, porém, a PNRS procura ampliar o escopo de responsabilidade do setor privado no financiamento dessas atividades, não só para reduzir o ônus das despesas públicas nesse sentido, mas sobretudo para que o objetivo fundamental da logística reversa (modificar a concepção dos produtos para permitir a valorização do que subsiste após o consumo) seja atingido. (ABRAMOVAY, R.; 2013a, p. 41).

Em termos de economia circular, onde a matéria prima secundária volta para as mãos do produtor, seria justo exigir do consumidor ou do serviço público de limpeza ou manejo de resíduos que arquem com os custos da coleta seletiva para que o produtor tivesse de volta seu produto, e depois o revendessee, sempre auferindo lucros? O interesse em reaproveitamento de matéria-prima somente funciona em se tratando de produtos que, após o uso, tenham valor, tanto no mercado, quanto no ato do produtor em reavê-los. Não se aplica, por exemplo, na questão das embalagens, principalmente em se tratado de embalagens em geral, embalagens plásticas, oriundas de uso domiciliar. Para esses casos a valor do sistema recai sobre o Poder Público, que o repassa para o contribuinte em forma de tributos. Portanto, o produtor lança suas embalagens no mercado, sem preocupação alguma com sua composição, ou quantas centenas de anos passarão até que essa embalagem se degrade totalmente na natureza e deixar que a conta recaia sobre o Poder Público, junto com o contribuinte, para que arquem com os custos de recolher e remunerar quem recolha essas embalagens, já que poucas delas são economicamente viáveis para o retorno à linha de produção.

Permanece o questionamento sobre quem vai pagar a conta do sistema de logística reversa e, por via de regra, da coleta seletiva? A resposta está na Lei de Resíduos (Lei

³⁷ Fonte: <http://www.ib.usp.br/coletaseletiva/saudecoletiva/reciclaveis.htm>. Acesso em 09 jul. 2015.

12.305/2010), que em seu art. 33, §7º diz expressamente:

Art. 33 (...)

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

A norma do §7º do art. 33 se aplica a todo o art. 33, e, portanto, se aplica aos fabricantes, comerciantes e distribuidores de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens (chamados de embalagens em geral), que deverão se responsabilizar pela implementação do SLR mediante termo de compromisso com Poder Público local. Caso não exista acordo setorial ou termo de compromisso firmado, e o Poder Público se encarregar de tais atividades, a lei lhe assegura instrumentos fiscalizatórios e regulatórios.

Atendendo pedido de informação n. 27610, encaminhado por meio da Lei de Acesso à Informação, a Prefeitura de São Paulo disponibilizou o Relatório de Atividades do Núcleo Gestor de Logística Reversa da Prefeitura de São Paulo (criado pela Portaria 023/AMLURB-PRE/2017). Consta desse Relatório uma análise do Acordo Setorial (AS) de Embalagens, celebrado no ano de 2015. Nessa análise há crítica do referido Núcleo quanto à não assunção do pagamento à municipalidade, pelos fabricantes, comerciantes e distribuidores que se utilizam das embalagens em geral, pela implantação do sistema de logística reversa, e conclui que o AS/2015, infringe a norma do art. 33 §7º da Lei 12.305/10, conforme segue:

O problema que se impõe é que o Acordo Setorial de Embalagens de 2015, no parágrafo primeiro, do Item 6.5., da Cláusula Sexta, dispõe que as operações realizadas pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos relativas à logística reversa poderão ser devidamente remuneradas, nos termos do art. 33 §7º da Lei 12.305/10, na forma acordada entre as partes, diretamente ou indiretamente, proporcionalmente à quantidade de embalagens recolhidas de forma a atender ao previsto no inciso IV do caput do Artigo 36 da Lei 12.305/2010. Nota-se, de largada, que o Acordo Setorial de Embalagens de 2015 infringe o parágrafo 7º, do artigo 33, da Lei Federal nº 12.305/10, ao dispor que **poderão** ser devidamente remuneradas, **ao invés de determinar que serão** devidamente remuneradas. Além disso, o Acordo Setorial de Embalagens de 2015 é genérico e não prevê mecanismos que permitam ao município de São Paulo a efetiva cobrança dos custos arcados (diretamente ou via pagamento de tarifa às suas concessionárias) aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de Embalagens em Geral. Corrobora o entendimento acima o fato do Ministério Público do Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal terem proposto Ação Civil Pública (“ACP”) – Processo nº 0015159-35.2016.4.03.6100, em trâmite perante a 17ª Vara Federal de São Paulo - contra a União Federal, Compromisso Empresarial para Reciclagem (“CEMPRE”) e diversos outros entes do seguimento de Embalagens em Geral, visando, entre outras coisas: “2.c) CONDENAR as Rés em obrigação de fazer consubstanciada em corrigir as inúmeras omissões do Acordo Setorial, determinando que firmem termo aditivo

que contemple a revisão de todos os termos e condições do sistema de logística reversa instituído de forma a atender integralmente os princípios e objetivos da PNRS, a ordem hierárquica na gestão dos resíduos sólidos e especialmente: iii. estabelecer fórmula obrigatória, e não facultativa como consta do parágrafo primeiro da cláusula 6.5, do acordo setorial, **para remuneração justa, baseada em critérios econômicos e reais, pelas atividades inerentes ao sistema de logística reversa de embalagens em geral, de obrigação exclusiva dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, executadas pelos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – municípios – do Estado de São Paulo.**” Grifos do original e da autora (Pedido de Informação n. 27610, p. 419 – Anexo 38)³⁸

Em Relatório, da mesma fora que incumbe aos os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, e de produtos eletroeletrônicos e seus componentes, custear a implantação do SLR obrigatório, também incumbe aos fabricantes, comerciantes e distribuidores de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens (chamados de embalagens em geral) custear o sistema de logística reversa estendido, para que a coleta seletiva seja efetivamente implantada, na forma do art. 33, § 1º da LRS.

A seção a seguir tratará do elo da cadeia que alimenta todo sistema de coleta seletiva e da tensão que se apresenta no momento em que o gerador domiciliar é compelido a arcar com os custos da segregação, sem que o Poder Público promova a coleta do que foi segregado. Esse é o caso do Município de São Paulo.

3.6 O SISTEMA DE COLETA SELETIVA IMPLANTADO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Para uma melhor compreensão e análise do sistema de coleta seletiva implantado no Município de São Paulo entre os anos de 2013 a 2016, esta parte da pesquisa apresenta uma evolução do sistema entre os anos 1989 a 2017. Para compor essa evolução a pesquisa valeu-se da regulação municipal, pois a grande maioria dos atos de implantação da coleta seletiva no Município se deu por meio da publicação de leis, decretos, portarias e instruções normativas. Outra parte da evolução do sistema (como por exemplo nos anos iniciais de implantação entre

³⁸ Íntegra do Relatório de atividades do Núcleo Gestor de Logística Reversa disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/b132b9bd-4b94-4598-a94a-38f66704ef61/resource/e305802c-fc4e-4101-8633-9dfa7ca0be51/download/35.rar>

1989 a 2002), face à ausência de regulação, ausência de estudos, ou até mesmo ausência de publicação em periódicos que tratassem do tema, a pesquisa buscou elementos em trabalhos anteriores a esse (PUECH, 2008; ALVES, et. al. 2006), bem como na legislação municipal já revogada, em relatórios disponibilizados pelos órgãos públicos municipais, em material de divulgação, tanto na imprensa oficial (Diário Oficial do Município), quanto na mídia comercial.

Embora a pesquisa se concentre no período de 2013 a 2016, para melhor compreender o sistema, estão trazidos fatos e regulação que se iniciam em 1989 e vão até o ano de 2017, sendo este o ano que ocorreram publicações de normativos que iniciaram uma nova etapa no sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo.

No “Relatório do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva” (Anexo 16), datado de 2012, a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana do Município de São Paulo – AMLURB traça um histórico sobre a evolução da coleta seletiva no município. Consta daquele relatório que a primeira experiência de coleta seletiva no município de São Paulo se deu no final da década de 1980, quando foram criados 25 roteiros porta-a-porta em bairros das zonas Oeste e Sul e instalados 15 Postos de Entrega Voluntária – PEV’s, espalhados por diversas localidades.

Em 1989, foi feita a primeira experiência pública de coleta seletiva de materiais secos, principalmente a partir da pressão e organização dos catadores, com a coleta seletiva porta a porta na região da Vila Madalena. Porém, não houve investimento significativo em educação ambiental e os cidadãos ficaram excluídos dos processos de decisão, do controle, da conscientização e incentivo a condutas responsáveis. O investimento ficou paralisado nas gestões seguintes, sendo retomado em 2002, quando a nova gestão implantou o Programa Coleta Seletiva Solidária da cidade. Em 2002, foi elaborada, de forma participativa com 67 instituições da sociedade civil, a Plataforma de Educação Socioambiental, com propostas de diretrizes, estratégias e ações, como instrumento para fortalecer e consolidar o novo programa. O governo implantou diversas Centrais de Triagem, firmando convênio com cooperativas de catadores, e resgatou o programa de coleta de resíduos orgânicos Feira Limpa; iniciou a normatização e organização do Sistema de Gestão de Resíduos da Construção e Demolição, com a implantação de Ecopontos, organização dos caçambeiros, incentivos às ATTs – Áreas de Triagem e Transbordo, e esclarecimentos aos munícipes, entre outras ações. (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 2014b, p. 70)

Conforme consta do referido Relatório do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva: “esses números ficaram praticamente os mesmos nas duas administrações subsequentes, uma vez que não houve nenhum investimento nesta área durante oito anos”, (Anexo 16). Assim, “a falta de investimento levou o programa ao colapso; o material que era depositado nos contêineres deixou de ser coletado e se amontoava nos PEVs por dias seguidos, causando mau cheiro e favorecendo a presença de transmissores de doenças” (PUECH, 2008, p. 76-77). A história de acompanhamento dessa verba é que:

Em setembro de 1997, o Prefeito Celso Pitta remanejou a verba destinada a diversos serviços (dentre eles, da coleta seletiva) para o pagamento de R\$ 511 milhões para

gastos com a destinação final do lixo, pois os aterros sanitários estavam sobrecarregados (Huertas, 1997). O programa de coleta seletiva foi considerado deficitário, o custo da coleta muito alto (US\$ 470 dólares a tonelada) comparado ao valor arrecadado com a comercialização (US\$ 50,00 dólares a tonelada) - (PUECH, 2008, pp. 76-77).

Passados, então, onze anos do início do programa, já no ano de 2000, antecedendo as eleições municipais, instituições da área sócio ambiental criaram o “Fórum do Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo”, apresentando propostas para que o próximo gestor inserisse em seu plano de governo ações voltadas à redução dos resíduos sólidos com reaproveitamento desses e inclusão de catadores (PUECH, 2008, p. 76-77):

O Fórum, criado em 2000, foi uma construção coletiva de muitas instituições e pessoas que contribuíram de forma significativa para fazer avançar o paradigma de gestão de resíduos sólidos neste Município com a aposta de que esta experiência pudesse servir de referência para outras cidades do país. (GRIMBERG, 2007, p. 7).

Como resultado do clamor dos movimentos sociais trazidos pelo Fórum do Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo, em agosto de 2002 foi publicado o Decreto Municipal nº 42.290, de 15 de agosto de 2002 que instituiu o Programa Sócio Ambiental Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, com o objetivo, dentre outros, de: estimular a geração de emprego e renda, ‘promover a educação ambiental, propiciar a defesa do meio ambiente pela coleta seletiva e a reciclagem do lixo, apoiar as cooperativas de trabalho, visando ao aprimoramento de suas atividades:

No dia 26 março de 2001, o governo municipal realizou uma audiência pública para instaurar um processo de licitação para contratação dos serviços de limpeza para a cidade de São Paulo. Nesta oportunidade, a coleta seletiva foi apresentada como um dos serviços que seriam implantados visto que a mesma “ficou esquecida no Município ao longo dos anos”. (Ata da Audiência Pública, 26/03/2001 (GRIMBERG, 2007, p. 32).

Assim, em 2002, foi elaborada, de forma participativa, com 67 instituições da sociedade civil, a Plataforma de Educação Socioambiental, com propostas de diretrizes, estratégias e ações, como instrumento para fortalecer e consolidar o novo programa. O governo implantou diversas Centrais de Triagem, firmando convênio com cooperativas de catadores, e resgatou o programa de coleta de resíduos orgânicos Feira Limpa. Também iniciou a normatização e organização do Sistema de Gestão de Resíduos da Construção e Demolição, com a implantação de Ecopontos, organização dos caçambeiros, incentivos às ATTs – Áreas de Triagem e Transbordo, e esclarecimentos aos munícipes, entre outras ações. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 70)

Ainda no ano de 2002 a Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002 e sua

posterior atualização, a Lei Municipal nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, trouxeram nova estrutura e organização ao Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, criando e estruturando como seu órgão regulador a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB que veio substituir em estrutura e atribuições o Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de São Paulo – LIMPURB. Dentre as novidades trazidas por esta lei está no art. 67, que tornou as cooperativas de catadores em permissionárias do serviço de coleta seletiva de lixo e triagem, cuja outorga passou a ser da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB. Essa lei, ao dispor sobre a AMLURB, organizou-a enquanto uma entidade integrante da Administração Pública Municipal indireta, submetida a regime autárquico e vinculada à Secretaria de Serviços e Obras - SSO da Prefeitura do Município de São Paulo.

Outras peculiaridades trazidas pela Lei Municipal nº 13.522 de 2003 foram a criação da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD (a chamada “taxa do lixo”), a criação da Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde – TRSS, a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana – FISLURB e o Fundo Municipal de Limpeza Urbana – FMLU. Constatou ainda da lei que as receitas decorrentes da cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD e as demais receitas, decorrentes de outras fontes, seriam destinadas exclusivamente para o fim de custear o serviço de limpeza urbana de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares (art. 81, § 1º).

A Lei Municipal nº 13.316 de 1º de fevereiro de 2002, que responsabilizou pela destinação final ambientalmente adequada das garrafas e embalagens plásticas as empresas produtoras e distribuidoras de bebidas e produtos de qualquer natureza, bem como fabricantes, importadoras, distribuidoras e pontos de venda de pneumáticos, teve sua constitucionalidade judicialmente questionada.

Em uma ação judicial, a empresa Natura Cosméticos S/A alegou que a Lei Municipal atribuíra toda a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada das garrafas e embalagens plásticas utilizadas para a comercialização de seus produtos somente às empresas produtoras e distribuidoras, e que a própria municipalidade não procedia à gestão para destinação e disposição adequadas dos resíduos gerados em seu território, violando o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, previsto no art. 6º, VII, da Lei 12.305/10. Nesse processo, em 23/09/2015, o Tribunal de Justiça de São Paulo declarou a constitucionalidade da Lei Municipal nº 13.316/2002, bem como a validade das multas administrativas aplicadas à Natura Cosméticos S/A. Houve recurso da empresa e, até o fechamento desse trabalho em junho de 2018, o processo ainda tramitava, com possível recurso perante o Supremo Tribunal Federal. Seguem trechos importantes do acórdão:

A inconstitucionalidade da lei municipal residiria na obrigação de cumprimento de metas de recompra de embalagens usadas por produtores e distribuidores de cosméticos o que estaria em contrariedade às diretrizes gerais estabelecidas pelo ente federal e estadual, titulares de competência concorrente para legislar sobre direito ambiental, em especial ao Princípio da Responsabilidade Compartilhada, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, eximindo de responsabilidade o Poder Público e o consumidor na sistemática do processo de logística reversa, como previsto na Lei Estadual nº 12.300/2006 e Lei Federal nº 12.305/2010, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Estadual e Nacional de Resíduos Sólidos. (...) ao estabelecer a responsabilidade das empresas produtoras e distribuidoras na destinação final ambientalmente adequada das garrafas e embalagens plásticas utilizadas para a comercialização de seus produtos, o Município de São Paulo o fez com propósito de dar efetividade à política de gestão de resíduos sólidos em perfeita consonância com as regras das demais esferas políticas. (...) ante o exposto, rejeita-se a presente arguição, para declarar a constitucionalidade da Lei nº 13.316, de 1º de fevereiro de 2002, do Município de São Paulo e determinar a remessa dos autos à C. Câmara suscitante (2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente), para que prossiga no julgamento da Apelação (SÃO PAULO (Estado) 2015c).

Ainda quanto à Lei Municipal nº 13.316/2002, a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (ABIR) também se insurgiu promovendo ação judicial, e, o mesmo Tribunal de Justiça de São Paulo que havia julgado a lei constitucional, mantendo as multas aplicadas à empresa Natura Cosméticos S/A, nesta outra ação declarou a lei inconstitucional, suspendendo sua aplicação, bem como suspendendo as sanções administrativas (multas) aplicadas aos associados da ABIR. A liminar foi concedida pela Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ- SP). Na decisão, o desembargador entendeu que havia "indícios de impossibilidade de cumprimento das metas traçadas [pela lei]":

ACÇÃO COLETIVA. Capital. LM nº 13.316/02. DM nº 49.532/2008. Portaria nº 97/SVMA/2008. Recompra e destinação de embalagens plásticas. Antecipação da tutela. (...) A singeleza da regulamentação e os estritos prazos de cumprimento das cotas de recompra, não atingido em local nenhum do mundo em prazo mais longo, convencem da verossimilhança da alegação de impossibilidade fática do cumprimento. O dano grave reside nas pesadas sanções prevista na lei, que compreendem pesada multa e a interdição do estabelecimento. – Antecipação de tutela negada. Agravo provido para suspender a imposição das sanções previstas na LM nº 13.316/02 e em seu regulamento (DM nº 49.532/08 e Portaria SVMA nº 97/08) Torres de Carvalho Relator (SÃO PAULO (Estado), 2012, p. 2).

No ano de 2003 foi regulamentado o “Programa de Coleta Seletiva Solidária” do Município de São Paulo, cuja “efetiva implantação ocorreu em fevereiro de 2003, com a inauguração da Central de Triagem da Mooca e inserido na proposta de Política Municipal de Resíduos Sólidos e no Plano Diretor de Resíduos Sólidos” (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b).

O Decreto nº 42.290 de 15 de agosto de 2002, que institui o Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, foi recebido pelo movimento

social de catadores e fóruns como uma importante sinalização de que a Prefeitura de São Paulo reconhecia o valor das iniciativas que a sociedade vinha desenvolvendo. (GRIMBERG, 2007, p. 51).

Após centenas de ações judiciais promovidas pelos contribuintes, questionando a validade da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD (a “taxa do lixo”), uma nova administração do Município aprovou a Lei Municipal nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005 que extinguiu a referida taxa.

O Decreto Municipal 48.799, de 09 de outubro de 2007 revogou o Decreto Municipal n.º 42.290, de 15 de agosto de 2002, conferindo nova normatização ao Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável e alterou sua denominação que passou a ser “Programa Socioambiental de Coleta de Resíduos Recicláveis”, e passou também a dispor sobre a uma proposta de implementação progressiva da coleta seletiva de resíduos recicláveis, que se daria “por meio das cooperativas e associações de catadores, fomento às atividades de triagem, beneficiamento, enfardamento e comercialização de recicláveis, que serão desenvolvidas nas Centrais de Triagem, principalmente” (SILVA, 2013, p. 138).

Em 2008, a Lei Municipal nº 14.803, de 26 de junho de 2008 dispôs sobre o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e seus componentes, o Programa Municipal de Gerenciamento e Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil conforme previstos na Resolução CONAMA nº 307/2002, disciplinando a ação dos geradores e transportadores destes resíduos no âmbito do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo. No ano seguinte, a Lei municipal nº 14.973, de 11 de setembro de 2009 dispôs sobre a organização de sistemas de coleta seletiva de Grandes Geradores de Resíduos Sólidos no Município de São Paulo.

Embora a Lei municipal nº 15.099, de 5 de janeiro de 2010 (regulamentada pelo Decreto municipal nº 53.040 de 23 de março de 2012) tenha disposto sobre a realização de campanhas para “a população não sujar a cidade”, e tenham sido feitas algumas campanhas no Município, incentivando a manutenção da limpeza urbana, não há na normativa nenhuma menção à coleta seletiva ou à minimização de resíduos (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 4).

A Lei Federal nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010, entrou vigor em agosto de 2010, determinando que o Distrito Federal e os Municípios elaborassem seus planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos (PGIRS), e condicionando tal

elaboração para que os referidos entes federativos tivessem acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos (art. 19, *caput*, Lei 12.305/2010).

O Programa Socioambiental de Coleta de Resíduos Recicláveis que fora criado em 2002 durou até 2011, tendo como principal resultado o atendimento parcial de 75 dos distritos pelas 20 cooperativas conveniadas com a Prefeitura, com aproximadamente 1.500.000 domicílios atendidos, de um total de 3.574.286, (42%) (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 4).

Ainda em 2011, tendo por objetivo incentivar o gerador domiciliar a segregar adequadamente seus resíduos e disponibiliza-los à coleta seletiva, a Lei municipal nº 15.374, de 18 de maio de 2011 trouxe proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas em todos os estabelecimentos comerciais do Município de São Paulo, aplicando aos descumpridores da lei as penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. A fiscalização da aplicação dessa lei municipal passou a ser realizada pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Face os questionamentos judiciais quanto à validade da lei, sua execução foi postergada em quatro anos, quando promulgados o decreto e resolução que vieram a regulamentá-la. A fim de não tumultuar a ordem cronológica aqui traçada, quanto à evolução do sistema de coleta seletiva no Município de São Paulo, a apresentação desse decreto e resolução serão trazidos um pouco mais adiante.

Voltando à cronologia: Obedecendo o comando normativo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Decreto municipal nº 53.323, de 30 de julho de 2012 aprovou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo – PGIRS-SP-2012. No entanto, o PGIRS-2012 foi elaborado deixando de atender diretrizes e conteúdo mínimo estabelecidos no art. 19 da Lei 12.305/2010, bem como descumpriu outros princípios legais. Tais vícios demandaram sua ampla revisão em 2014:

Esse trabalho é uma revisão e complementação do PGIRS entregue à cidade em 2012, em razão do não atendimento de diretrizes e conteúdo mínimo (exigido pela Lei 12.305/2010), ausência de participação popular na sua elaboração (Lei 11.445/2007) e inobservância de diretrizes da Política Nacional sobre Mudanças do Clima relativas às rotas tecnológicas que menos geram gases de efeito estufa. A atual gestão (2013-2016) acolheu e ampliou o escopo desse trabalho face aos grandes desafios colocados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos à gestão pública municipal dos resíduos sólidos. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 1).

No ano de 2013 foi aprovado Plano de Metas 2013-2033, onde constaram o objetivo 15 e a meta 89:

Objetivo 15: Ampliar a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos de catadores de

materiais recicláveis e reutilizáveis.

Meta 89: Ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos ainda não atendidos.

Nesse mesmo ano de 2013, dando cumprimento às etapas preparatórias para realização da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 2013b) que teve como desafio contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Município de São Paulo publicou o Decreto municipal nº 53.924 de 17 de maio de 2013, que convocou a Conferência Municipal de Meio Ambiente e criou o Comitê Inter secretarial para a Política Municipal de Resíduos Sólidos, tendo por um de seus objetivos a revisão e complementação do PGIRS/2012. Desta vez “A reelaboração do plano contou com forte participação popular, mobilizada por ocasião da IV Conferência Municipal de Meio Ambiente e que trouxe importantes subsídios e diretrizes ao processo” (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 1) e também apresentou outras inovações à municipalidade:

Pela primeira vez, São Paulo realizou uma conferência de meio ambiente realmente participativa”, que contou com pré-conferências em cada uma das 31 subprefeituras, em que foram discutidas propostas da população sobre o tema e eleitos os delegados de cada região à conferência municipal.

As diretrizes e estratégias aprovadas, consolidadas em documentos publicamente divulgados, conduziram o processo de reelaboração do PGIRS. Previsto para os próximos vinte anos, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS de São Paulo que ora se apresenta, construído sobre essas bases, deverá se refletir em ações em cada subprefeitura e também nos planos de bairros previstos no Plano Diretor Estratégico da cidade. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, pp. 3 a 5).

A realização da IV Conferência do Meio Ambiente do Município de São Paulo cumpriu seus objetivos: discutir diretrizes e estratégias para aplicação da lei nacional de resíduos sólidos no município, elaborar proposições a serem levadas à Conferência Nacional (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2013, p. 5) e também serviu para cumprir o requisito da participação popular, para validar o PGIRS, edição de 2014. As conclusões alcançadas pela IV Conferência Municipal do Meio Ambiente, resultaram na reelaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo 2014, e o Decreto municipal nº 54.991, de 2 de abril de 2014 aprovou as alterações, consolidando o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo no ano de 2014, projetando-se até 2033.

No início do ano de 2015, apesar de haver questionamentos judiciais sobre a constitucionalidade da Lei nº 15.374, de 18 de maio de 2011 (lei das sacolas plásticas), a Prefeitura de São Paulo veio regulamentá-la através do Decreto nº 55.827, de 6 de janeiro de 2015, que em seu art. 5º, imputou ao seu descumprimento o delito de infração administrativa ambiental, aplicando as sanções previstas no inciso XIII, § 2º e §3º do artigo 62 e no artigo 64 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Em outras palavras, aos “consumidores”

finais paulistanos que descumpram as respectivas obrigações previstas nos sistemas de logística reversa e de coleta seletiva, ou seja, que não segreguem corretamente seus resíduos deve ser aplicada pena de advertência e, em caso de reincidência, pagamento de multa com valor entre 50 e 500 reais, conforme dispositivos do referido decreto que seguem:

Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008:

Art. 61. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade: (...)

Art. 62. Incorre nas mesmas multas do art. 61 quem: (...)

XIII - deixar de segregar resíduos sólidos na forma estabelecida para a coleta seletiva, quando a referida coleta for instituída pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; (...)

§ 2º Os consumidores que descumprirem as respectivas obrigações previstas nos sistemas de logística reversa e de coleta seletiva estarão sujeitos à penalidade de advertência. (Incluído pelo Decreto nº 7.404, de 2010).

§ 3º No caso de reincidência no cometimento da infração prevista no § 2º, poderá ser aplicada a penalidade de multa, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais). (...)

Art. 64. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus regulamentos: Multa de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Quando consultada, através da Lei de Acesso à Informação (cf. Anexo 5), a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente respondeu que, até a data de 09/02/2018, não fora aplicada nenhuma multa ao pequeno gerador domiciliar (chamado de “consumidor” pela lei) que não segregara adequadamente seu resíduo devido à ausência de regulação específica:

Protocolo de Informação n. 028015

“(...) concluo informando que não foi lavrada nenhuma multa para pequenos geradores domiciliares, aqueles que geram até (200 litros) por utilizar as sacolas destinadas a coleta seletiva secas para a coleta de rejeitos (ou aquela entendida por convencional. A aplicabilidade da norma questionada depende de maior regulamentação, sendo certo que, atualmente, não foram estabelecidos meios para a fiscalização efetiva quanto ao descumprimento da mesma. Dessa forma, como garantia ao Princípio da Segurança Jurídica, antes da regulamentação em instrumento competente, de procedimentos que permitam a aplicação de multas àqueles que estejam em desacordo com o determinado, essa SVMA segue impossibilitada de aplicar qualquer penalidade. Atenciosamente, Rodrigo Pimentel Pinto Ravena Chefe de Gabinete – SVMA”. (Lei de acesso a Informação – Multas ao pequeno gerador, Cf. Anexo 5).

Da mesma forma, consultada a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente através do Portal da Transparência (Anexo 7), foi respondido que, até a data de 09/02/2018 não fora aplicada nenhuma multa aos estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo por distribuir gratuitamente ou vender sacolas plásticas aos consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias, devido à ausência de regulação específica:

Protocolo de Informação n. 28014

Prezado Munícipe: Em atenção ao solicitado, informamos que não houve, até o momento, a aplicação de multas em decorrência da distribuição gratuita ou a venda de sacolas plásticas aos consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, em desacordo com o Art. 1º da Lei nº 15.374/2011. A aplicabilidade da norma questionada depende de maior regulamentação, sendo certo que, atualmente, não foram estabelecidos meios para a fiscalização efetiva quanto ao descumprimento da mesma. Dessa forma, como garantia ao Princípio da Segurança Jurídica, antes da regulamentação em instrumento competente, de procedimentos que permitam a aplicação de multas àqueles que estejam em desacordo com o determinado, essa SVMA segue impossibilitada de aplicar qualquer penalidade”. Atenciosamente, Rodrigo Pimentel Pinto Ravena Chefe de Gabinete – SVMA (Lei de acesso a Informação – Multas ao pequeno comerciante, Cf. Anexo 7).

A Resolução nº 55/AMLURB/2015 regulamentou tecnicamente o modelo de sacolas plásticas que passaram a ser permitidas no comércio, detalhando os tipos de sacolas a serem utilizadas pelos “consumidores” que as utilizam, após levar suas compras, para descartar seus resíduos (sacola verde: materiais recicláveis, sacola cinza: material orgânico). Com a entrada em vigor do Decreto nº 55.827/2015 e da Resolução nº 55/AMLURB/2015, as grandes cadeias de supermercados passaram a cobrar, do consumidor final, pela entrega de sacolas para levar suas compras. Na data de 28/04/2015 a Prefeitura de São Paulo ingressou com ação civil pública (SÃO PAULO, (Estado), 2015a) contra oito grandes hipermercados do Município, para coibir a cobrança das tais sacolas, e o impasse foi criado.

Na referida ação, a Prefeitura de São Paulo alegou que os supermercados, ao passarem a cobrar pelas sacolas reutilizáveis, estariam desestimulando os geradores domiciliares em proceder à segregação adequada de seus resíduos, pleiteando que aqueles supermercados fossem condenados em se abster da cobrança pela distribuição das sacolas plásticas reutilizáveis.

O Poder Judiciário do Estado de São Paulo decidiu não conceder a liminar para suspender provisoriamente a cobrança, por não haver a Prefeitura provado no processo a relação de causalidade entre a cobrança das sacolas, o alegado (pela Prefeitura) e o prejuízo ao meio ambiente, com o desestímulo do gerador domiciliar à segregação dos resíduos. Embora a Prefeitura de São Paulo tenha ingressado com a ação em 28/04/2015 às 19:03:23, não houve decisão final até o fechamento deste trabalho (junho de 2018).

Em outra ação civil pública (SÃO PAULO (Estado), 2015b), em que a “Associação Civil S.O.S. Consumidor” questionou a validade do Decreto municipal nº 55.827 de 2015 (que aplica multa ao cidadão que não segregue corretamente - sacolas verdes e cinzas - seus resíduos, sem que a Prefeitura implantasse coleta seletiva em todas as vias oficiais do Município), o Poder Judiciário do Estado determinou que a Prefeitura de São Paulo

apresentasse os números reais da coleta seletiva. Apresentados os números, seguiu demonstrado que em junho de 2016 havia 44 (quarenta e quatro) distritos sem implantação na totalidade de suas ruas do sistema de coleta seletiva. Também até o fechamento deste trabalho não houvera decisão final da referida ação.

Em agosto de 2017, quando da reestruturação do sistema de coleta seletiva no Município foi publicada no Diário Oficial do Município, houve a criação dos seguintes Núcleos Gestores: Portaria 022/AMLURB-PRE/2017, constituiu o Núcleo Gestor de Educação Ambiental e Comunicação - EAC”; Portaria 023/AMLURB-PRE/2017; o “Núcleo Gestor de Logística Reversa - LR”; Portaria 024/AMLURB-PRE/2017; “Núcleo Gestor de Resíduos Orgânicos - ROR”; Portaria 025/AMLURB-PRE/2017; “Núcleo Gestor de Resíduos da Construção Civil - RCC”; Portaria 026/AMLURB-PRE/2017; Núcleo Gestor de Recicláveis Secos - RSE”; e a Portaria 027/AMLURB-PRE/2017 constituiu o “Núcleo Gestor de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde – RSS”.

Quando consultada a respeito das atividades dos referidos núcleos, através da Lei de Acesso à Informação, desde sua criação até fevereiro de 2018, a AMLURB respondeu que “os núcleos gestores se encontram em fase de estudos, portanto, ainda não há resultados concretos a serem divulgados. Após essa fase, os resultados serão encaminhados” (Cf. Anexo 12). E de fato a AMLURB encaminhou, por meio da Lei de Acesso à Informação, o Relatório de ações desenvolvidas pelo Núcleo de Logística Reversa. Trata-se de documento contendo 630 páginas, que, tem por objetivo “apresentar o resumo das atividades desenvolvidas pelo Núcleo Gestor de Logística Reversa da AMLURB no período entre maio/2017 e julho/2018 para viabilização da implantação das metas referentes aos resíduos com logística reversa apresentadas no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo – PGIRS³⁹”. Resumidamente o documento traz as seguintes atividades desempenhadas pelo referido Núcleo:

Realizou-se, no dia 16/05/2018, a segunda reunião de negociações com a Reciclus, entidade gestora do sistema de logística reversa de lâmpadas (a primeira reunião foi realizada em 06/10/2017) e, no dia 13/03/2018, com a ABINEE, entidade de classe representativa para a logística reversa de resíduos eletroeletrônicos de uso domésticos e de pilhas e baterias. Ressalta-se que o diagnóstico da cadeia de logística reversa de eletroeletrônicos ainda está em elaboração, mas o assunto já foi abordado com a classe representativa, uma vez que a ABINEE representa dois setores distintos. Foram realizados os seguintes estudos: Logística Reversa - Lâmpadas Fluorescentes e Afins – Diagnóstico e Ações Propostas (relatório nº CHH-P-RL-0678-17); Logística Reversa - Sistema de Logística Reversa de Pneus - Diagnóstico e Ações Propostas (relatório nº CHH-P-RL-0753-17); Logística Reversa - Pilhas e Baterias Diagnóstico e Ações Propostas (relatório nº CHH-P-RL-0827-17); Logística Reversa - Sistema de

³⁹ Íntegra do documento disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/b132b9bd-4b94-4598-a94a-38f66704ef61/resource/e305802c-fc4e-4101-8633-9dfa7ca0be51/download/35.rar> - acesso 09/04/2018 - Pedido de Informação n. 27610.

Logística Reversa de Embalagens em Geral - Diagnóstico e Proposição de Adequações (relatório nº CHH-P-RL-0026-18); Logística Reversa do Setor de Óleos Lubrificantes / Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificantes, Filtros e Resíduos de Óleo (relatório nº CHH-P-RL-0324-18). Pedido de Informação n. 27.610⁴⁰.

Ainda quanto à atual fase de reestruturação do sistema de coleta seletiva no Município, foi publicada a Resolução nº109/AMLURB/2017, que reestrutura o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis e aprimora a Doação Social com Encargos para o Processamento de Resíduos Sólidos Domiciliares Secos [sic] provenientes do serviço público de coleta seletiva do Município de São Paulo. Nos termos do parágrafo único do art. 1º da referida resolução, esta tem por objeto “exclusivamente à inclusão de Cooperativas de Catadores”, não dispondo sobre a reestruturação do sistema de coleta seletiva:

Resolução nº 109/AMLURB/2017 Art. 1º (...)

Parágrafo único. A abrangência desta resolução refere-se exclusivamente à inclusão de Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis secos inscritas no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS – e com Termos de Colaboração firmados com a AMLURB, não se estendendo às cooperativas que atuem com outros tipos de resíduos sólidos ou em outros ramos de atividade.

CAPÍTULO I – DA REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 2º - São objetivos do programa:

A inclusão social de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, com possibilidade de inserção desses trabalhadores na economia formal, e a emancipação das cooperativas (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2017a)

Assim, em 2017, o sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo encontrava-se ainda em fase de reestruturação, dependendo em vários aspectos mais da vontade política e da ousadia dos governantes do que do gerador domiciliar, também chamado de consumidor final pelos normativos municipais.

⁴⁰ Idem nota anterior.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, os dados do sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo serão analisados à luz do marco teórico da pesquisa, que busca verificar a existência de distribuição igualitária da proteção ambiental. É nesta fase da pesquisa que os dados vão ser submetidos ao escrutínio construído na fundamentação teórica durante o período da pesquisa, e esses dados encontrarão seu sentido, segundo a metodologia proposta por Deslauriers onde o pesquisador vai em busca de “encontrar um sentido para os dados coletados e demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa que o pesquisador formulou progressivamente” (2014, p. 140). É nesta fase que a espiral do clico de pesquisa, alcança sua última etapa, que é a fase de construção de “um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações (MINAYO, 2001, p. 25-26), que serão reveladas na fase das conclusões e recomendações.

Com esse propósito, a pesquisa coteja os seguintes dados:

- 1) Dados da Tabela de Implantação da Coleta Seletiva comparados com o IPVS;
- 2) Dados da efetivação da coleta seletiva realizada no ano de 2016, comparados com o IPVS (SEADE, 2010);
- 3) Dados da efetivação da coleta seletiva realizada no ano de 2016, comparados com o Mapa da Desigualdade.

A seção que segue trará os dados da evolução da coleta seletiva no município de São Paulo. Dados esses que, conforme já mencionando, divergem até mesmo quando disponibilizados pela mesma fonte (AMRLURB).

4.1 A EVOLUÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Cumprindo determinação judicial, a Prefeitura do Município de São Paulo forneceu dados referentes à evolução coleta seletiva no Município entre os anos de 2003 a 2015. O gráfico é aqui apresentado como um recorte do documento do Anexo 15, que apresenta a

documentação em sua íntegra. Para efeito de referência no corpo deste estudo o extrato do documento integral é a Figura 5:

Figura 5 - Evolução da coleta seletiva no Município de São Paulo 2003 – 2015.

Fonte: SÃO PAULO (Estado), 2015b, fls. 766 (Anexo 16).

Ocorre que além de apresentar esse documento em processo judicial, a Prefeitura de São Paulo disponibiliza, desde o ano de 2012, o Relatório Socioambiental de Coleta Seletiva (Anexo 16) em sua página da internet⁴¹, que também traz gráfico com os dados da evolução da coleta seletiva. Comparando-se ambos documentos foi verificada uma divergência de dados em alguns anos, conforme segue.

Analisando o *Relatório do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva* (documento compõe o Anexo 16, em sua íntegra), foi dali extraído o gráfico que apresenta a evolução da coleta seletiva no Município de São Paulo, constante do referido relatório, aqui representado como Figura 6. A quantidade é expressa em toneladas:

⁴¹Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/seletiva_1341328341.pdf acesso 22/06/2018.

Figura 6 - Evolução da coleta seletiva – 2003 a 2008.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

■ Evolução dos Quantitativos coletados:

Fonte: Relatório do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva, 2012. Anexo 17

Tomando de um lado, o gráfico da Figura 5, extraído dos autos do processo judicial, (Processo n. 1002618-14.2015.8.26.0053) e, por outro lado, o gráfico da Figura 6, que é parte integrante do *Relatório do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva*, onde ambos demonstram o percentual de atendimento da coleta porta a porta realizada pelas concessionárias, foi possível elaborar a Tabela 1, que apresenta os números da evolução da coleta seletiva entre 2003 e 2015.

Tabela 1 - Comparação dos gráficos representativos da evolução da coleta seletiva – 2002/2015

Ano	Gráfico Figura 5 (t)	Gráfico Figura 6 (t)
2003	2.823,04	5.279,00
2004	13.024,14	6.987,00
2005	16.459,45	7.346,00
2006	22.901,74	22.264,00
2007	30.120,97	32.694,00
2008	39.859,17	40.919,00
2009	34.253,85	37.626,00
2010	36.248,69	40.968,00
2011	48.495,20	55.609,00
2012	40.274,83	Dados não fornecidos
2013	66.434,39	Dados não fornecidos
2014	65.579,00	Dados não fornecidos
2015	86.110,22	Dados não fornecidos
2016	86.283,14	Dados não fornecidos
2017	87.893,41	Dados não fornecidos

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura, Anexos 16, 18 e 19

A discrepância se refere, principalmente, ao ano de 2003 quando o gráfico apresentado no processo judicial (Figura 5) aponta que a coleta seletiva, para aquele ano foi de 2.823,04 t/ano e o gráfico do *Relatório do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva* (Figura 6) aponta que a coleta seletiva para o mesmo ano foi de 5.279,00 t/ano. O mesmo se observa no ano de 2004, quando os números apresentados no processo judicial são de 13.024,14 t/ano em contraste com os do Relatório, de 6.987,00 t/ano.

A despeito desse desencontro de informações, para este estudo serão considerados como reais os dados apresentados judicialmente (Figura 5), mesmo porque os dados ofertados na figura levam a evolução da coleta seletiva no Município de São Paulo até o ano de 2015, onde no gráfico da referida Figura 5 consta que no ano de 2015 a coleta seletiva atingiu o patamar de 86.110,22 t/ano de resíduos domiciliares, volume esse próximo ao do ano de 2016, onde ocorreu um pequeno acréscimo de 172,92 t/ano no volume coletado, o que totalizou 86.283,14 t/ano. E também o trabalho considerará reais os dados do gráfico da Figura 5 porque foram apresentados pela Prefeitura de São Paulo em processo judicial, e não poderiam

conter dados inverossímeis.

Passando a considerar os dados do gráfico da Figura 5, observa-se que o ano inicial de apuração 2003, a coleta seletiva representou 2.823,04 t/ano. O volume coletado apresenta-se modesto, tendo em vista os anos seguintes. Conforme visto na seção 3.5 deste trabalho, esse volume modesto se deve ao fato de que entre 1989 até o ano de 2002, as iniciativas voltadas à coleta seletiva permaneceram inertes, com a verba remanejada para outros setores. A partir de 2000 até 2002, os movimentos sociais de catadores de materiais recicláveis se organizaram em torno da necessidade de criação de uma legislação municipal voltada para o setor, e o Decreto Municipal nº 42.290, de 15 de agosto de 2002 instituiu o “Programa Sócio Ambiental Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis”, o chamado “Programa de coleta seletiva solidária”, com o objetivo, dentre outros, de estimular a geração de emprego e renda, promover a coleta seletiva e apoiar as cooperativas de trabalho, visando ao aprimoramento de suas atividades e em 2003 entrou em vigor a Lei Municipal 13.522 que criou a chamada “taxa do lixo”. É provável que tais iniciativas tenham feito o volume da coleta seletiva expressar reação; e a coleta que no ano de tanto que em 2004, saltou para 13.024,14 t/ano. Estudos mais aprofundados sobre o tema certamente trarão conclusão mais específica.

O Programa Socioambiental de Coleta Seletiva que fora criado em 2002 durou até 2011, tendo por resultado praticamente a triplicação da coleta seletiva, que passou de 16.459,45t/ano em 2005, para 48.495,20 t/ano em 2011. Entre 2010 e 2011 houve um salto na coleta seletiva de quase 12 mil toneladas (passou de 36.248,69 t/ano em 2010 para 48.495,20 t/ano em 2011). Esse salto se deve, provavelmente à entrada em vigor, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que teve um grande apelo publicitário na época, chamando o Poder Público e coletividade à conscientização. Essa também é uma hipótese a ser testada em trabalhos posteriores a este.

No entanto, o salto que ocorreu entre 2010 e 2012 teve queda vertiginosa em 2012, a quantidade coletada que era de 48.495,20 t/ano em 2011, no ano de 2012 teve um decréscimo de 8.220,23 t/ano, caindo para 40.274,83 t/ano em 2012. Observa-se que em 2011, entrou em vigor na capital paulista, a Lei municipal nº 15.374, de 18 de maio de 2011, que trouxe proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas em todos os estabelecimentos comerciais do Município de São Paulo, aplicando aos descumpridores da lei as penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. E 2012 foi também o ano de aprovação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo (PGIRS-SP-2012), que, segundo consta do texto do próprio PGIRS-2014 foi elaborado deixando de atender a diretrizes e ao conteúdo mínimo estabelecidos no art. 19 da Lei 12.305/2010, bem como descumpriu o requisito da participação popular.

Em 2013 ocorreu novo salto no volume de coleta seletiva, subiu dos 40.274,83 t/ano em 2012 para 66.434,39t/ano em 2013. Coincidiu esse aumento da coleta seletiva com a não efetivação da fiscalização⁴² da Lei municipal nº 15.374, de 18 de maio de 2011, que trouxe proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas no Município, e com os preparativos para a IV Conferência Municipal do Meio Ambiente, que se realizou em 2014.

Entre 2013 e 2014 novo decréscimo, mas dessa vez em pouco menos de 1 tonelada/ano: a coleta seletiva que no ano de 2013 era de 66.434,39t/ano caiu para 65.579,00t/ano no ano de 2014. Foi no ano de 2014 que a Prefeitura celebrou Contrato de Concessão de colaboração financeira não reembolsável n. 14.2.1142.1 no valor de R\$ 41.780.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta mil reais) com o BNDES, Fundo Social, destinado a promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, bem como gerar benefícios ambientais. No entanto, referido valor não foi utilizado por estar aguardando a reestruturação do programa (cf. Anexos 2, 3 e 4).

No ano de 2015 houve novo salto da coleta seletiva, que alcançou 86.110,22 t/ano. O ano de 2015 foi marcado pela entrada em vigor do Decreto nº 55.827/2015 e da Resolução nº 55/AMLURB/2015, que definiu os tipos de sacolas a serem vendidas no comércio, reiterando a proibição de entrega gratuita das sacolas plásticas, mas ainda a fiscalização não se efetivara, nem para o comércio, nem para o cidadão⁴³. Em 2016 a coleta seletiva recebeu um pequeno acréscimo de 172,92 t/ano em relação a 2015, (que era de 86.110,22 t/ano) e totalizou 86.283,14 t/ano. Em 2017, novo acréscimo de 1.610,27 t/ano, elevando a quantidade para 87.893,41t/ano⁴⁴.

Analizando o gráfico da evolução da coleta seletiva no Município de São Paulo a pesquisa verificou que a quantidade de resíduos coletados é bastante sensível à legislação; e, numa análise preliminar foi verificado também que referido volume também se apresenta sensível à adoção de incentivos a programas voltados a atender cooperativas de catadores e campanhas educativas da população. No entanto, conforme dito na seção 3.4.1, entre os anos de 2013-2016, a AMLURB noticiou que o gasto com a implantação da coleta seletiva foi de R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos), conf. Anexo 30, e até o fechamento deste trabalho não houve resposta quanto à destinação de tal montante gasto.

Quanto aos números dos anos de 2015 (86.110,22 t/ano), 2016 (86.283,14 t/ano) e 2017

⁴² Cf. Anexo 5 e Protocolo de Informação n. 028015.

⁴³ Cf. Anexo 6 e Protocolo de Informação n. 28014.

⁴⁴ Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/amlurb/index.php?p=185375> acesso 25/04/2018

(87.893,41t/ano), esses revelam uma tendência à estabilização, demonstrando um desestímulo do cidadão em aderir aos sistemas de coleta seletiva implantados no Município.

A seguir será apresentado o IPVS, como indicador a ser utilizado na etapa de análise crítica, onde será investigado se o sistema de coleta seletiva do Município respeita os princípios legais e constitucionais estudados enquanto ferramentas de justiça ambiental.

4.2 O ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL E AS FERRAMENTAS DE RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Desenvolvido pela Fundação SEADE, entre 2002 e 2014, por demanda da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) mensura a vulnerabilidade dos Municípios paulistas, utilizando indicadores socioeconômicos (renda e escolaridade) e ciclo de vida familiar (presença de crianças menores, idade e gênero do chefe de família). O índice foi desenvolvido para subsidiar políticas públicas para comunidades mais vulneráveis (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2015b). De acordo com a Fundação Seade o IPVS é um indicador construído com base nos resultados do Censo 2010, no intuito de oferecer uma visão mais detalhada das condições de vida da população, identificando e localizando espacialmente as áreas que abrigam segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza. É “resultante da combinação entre duas dimensões – socioeconômica e demográfica – que classifica cada território contínuo com número predeterminado de domicílios e que vem a ser a área onde o recenseador irá realizar as entrevistas (setor censitário), em grupos de vulnerabilidade social” (SEADE, 2010).

Constituem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social os seguintes indicadores: (i) vulnerabilidade baixa renda: (ii) indicador que classifica famílias de baixa renda, com renda igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos; (iii) vulnerabilidade pobreza: indicador que classifica famílias em situação de pobreza, com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo per capita; (iv) vulnerabilidade extrema pobreza, indicador que classifica famílias em situação de extrema pobreza, com renda de até $\frac{1}{8}$ do salário mínimo per capita. Cabe lembrar que salário mínimo vigente na época do levantamento do Censo 2010 era de R\$ 510,00 (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2015b, p. 21).

Quanto ao termo “vulnerabilidade social” a doutrina traz vários significados, que, em síntese, se complementam. Consta do *Atlas sócio assistencial da Cidade de São Paulo* (idem) que o termo vulnerabilidade não tem um significado único, posto se tratar de um conceito complexo porque a vulnerabilidade não se restringe a situações de pobreza, “mas a um conjunto de fatores como características do território, ciclo etário, dificuldades enfrentadas pelas famílias e falta de acesso a políticas públicas. Situações que têm como origem os processos de reprodução das desigualdades sociais” (idem).

Ferreira e Ferreira (2006) fazem uso da doutrina de Katzman (1999) para indicar que a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, isto é, a posse ou o controle dos recursos requeridos (ativos) para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade, concluindo que a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda:

(...) mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas etc. Por exemplo, a mera condição de família mono parental, com crianças pequenas e chefiadas por uma mulher, não a torna necessariamente vulnerável, mas a combinação dessa situação com a baixa escolaridade da chefe configura uma situação de vulnerabilidade social, uma vez que os recursos cognitivos acumulados por essa família podem ser insuficientes para lhe garantir níveis adequados de bem-estar, expondo-a a riscos variados como agravos à saúde, violência e pobreza (FERREIRA et al, 2006, p. 7).

A síntese do conceito, vem da contribuição de Di Giulio, que, se referindo a Torres (2000) e a Curter (2006), alerta sobre o consenso geral, dentro das ciências sociais, sobre os elementos principais que influenciam a vulnerabilidade social, e que “incluem, por exemplo, a ausência de acesso a recursos (incluindo informação, conhecimento e tecnologia), acesso limitado ao poder político e de representação, ao capital social, incluindo as redes sociais e conexões, crenças e costumes” (GIULIO, 2012, p. 26).

Assim, o IPVS busca identificar e localizar, espacialmente, as áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza, áreas geográficas, segundo recursos que a população residente possui. Como unidade dessas áreas, o IPVS adotou como setor censitário, um território contínuo que abriga em média 300 domicílios, produzido no âmbito do Censo Demográfico de 2010⁴⁵ (SEADE, 2010, p. 7). Pelo termo ‘setor censitário’ pode ser compreendido; o setor corresponde a uma área com domicílios, ocupados ou não ocupados,

⁴⁵ Fonte: <<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/Mapa-da-vulnerabilidade-social.aspx>> Acesso 25/02/2018.

sob o seguinte critério:

Para identificar o setor censitário observa-se a descrição da área e o mapa do setor, onde serão encontradas as áreas Seleccionadas (setores). Em cada mapa há uma área demarcada. Um setor representa uma área que pode corresponder a vários quarteirões, apenas um quarteirão, parte de um quarteirão, uma rua ou até mesmo apenas um prédio. Eventualmente, na descrição do setor serão encontradas as palavras “inclusive” e “exclusive” logo após um nome de rua, avenida, praça, etc., indicando se a avenida, rua ou praça faz parte ou não da área do setor (BRASIL, 2008, p. 4).

A metodologia que compôs o IPVS se consistiu em identificar 60 mil setores censitários, que foram classificados em sete grupos de vulnerabilidade social, que podem ser caracterizados da seguinte forma: Grupo 1 – baixíssima vulnerabilidade; Grupo 2 – vulnerabilidade muito baixa; Grupo 3 – vulnerabilidade baixa; Grupo 4 – vulnerabilidade média; Grupo 5 – vulnerabilidade alta; Grupo 6 – vulnerabilidade muito alta e Grupo 7 – vulnerabilidade altíssima (SÃO PAULO Prefeitura Municipal, 2015b, p. 21).

Ao associar o conceito de vulnerabilidade social aos dados trazidos pelo IPVS, é possível constatar que se considera mais alta a vulnerabilidade social, quanto menores forem as condições de acesso a recursos, incluindo informação, conhecimento e tecnologia - (GIULIO, 2012, p. 26) e, que também quando mais alta a vulnerabilidade social, maior será a concentração em áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

A Fundação SEADE, classificou, em 2010, cerca de 14,3% dos domicílios do Município de São Paulo (511.246) como sendo localizados em áreas classificadas como de alta e muito alta vulnerabilidade (grupos 5 e 6 do IPVS 2010), notadamente nas regiões sul e leste que concentram, respectivamente, 222.192 e 186.999 domicílios com predomínio de população jovem e de baixa renda. Esses domicílios formam o que, para o IBGE, é denominado de ‘aglomerado subnormal’, constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e, pelo menos, uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais - como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública. A Subprefeitura do M’Boi Mirim, com 59.257 unidades nessa situação⁴⁶, representa 11,59% do total do Município, sendo que essas concentrações se localizam nas “franjas” do Município (SEADE, 2010, p. 23).

O Município de São Paulo concentrava, em 2010, mais de 85% das pessoas que residiam em áreas consideradas de baixíssima vulnerabilidade na Região Metropolitana de São Paulo (Grupo 1). Já 7,5% da população paulistana residia em áreas de vulnerabilidade

⁴⁶ O número de 59.257 de M’Boi Mirim se refere à soma de 29.507 domicílios localizados em regiões de muito alta vulnerabilidade social e 29.750 domicílios localizados em regiões de alta vulnerabilidade social.

muito alta (Grupo 6), equivalendo a quase 60% da população residente nesse tipo de área na Região Metropolitana (SEADE, 2010, p. 10). O Quadro 3 mostra os indicadores que compõem o IPVS para que se caracterizem inseridos nos grupos de vulnerabilidade social:

Quadro 3 - Classificação de Grupos de acordo com indicadores do IPVS

Indicadores selecionados, segundo grupos do IPVS	
Grupo 1: baixíssima vulnerabilidade	
População: 2,5 milhões de pessoas. Rendimento médio dos domicílios: R\$ 8.459. Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 48 anos. Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 12,6%. Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 14,0%. Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 5,9%	
Grupo 2: vulnerabilidade muito baixa	
População: 16,3 milhões de pessoa. Rendimento médio dos domicílios: R\$ 2.964. Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 50 anos. Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 9,6%. Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 8,8%. Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 6,3%	
Grupo 3: vulnerabilidade baixa	
População: 7,3 milhões de pessoas. Rendimento médio dos domicílios: R\$ 2.133. Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 42 anos. Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 21,0%. Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 22,4%. Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 9,0%	
Grupo 4: vulnerabilidade média	
População: 7,8 milhões de pessoas. Rendimento médio dos domicílios: R\$ 1.627. Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 47 anos. Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 12,1%. Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 9,7%. Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 8,4%	
Grupo 5: vulnerabilidade alta (setores censitários urbanos)	
População: 4,5 milhões de pessoas. Rendimento médio dos domicílios: R\$ 1.401. Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 42 anos. Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 20,3%. Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 20,6%. Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 10,5%	
Grupo 6: vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais urbanos)	
População: 1,8 milhão de pessoas. Rendimento médio dos domicílios: R\$ 1.201. Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 40 anos. Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 22,6%. Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 22,7%. Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 11,3%	
Grupo 7: vulnerabilidade alta (rurais)	
População: 400 mil pessoas. Rendimento médio dos domicílios: R\$ 1.054. Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 48 anos. Responsáveis jovens pelo domicílio (menos de 30 anos): 13,1%. Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 13,7%. Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 9,2%	

Fonte: SEADE, 2010

A Tabela 2 apresenta o Índice de Vulnerabilidade Social no Município de São Paulo por Subprefeitura, segundo dados do IPVS, (SEADE 2010) envolvendo os dados dos domicílios em situação de vulnerabilidade social alta.

Tabela 2 - Número de Domicílios em alta vulnerabilidade social por Subprefeituras, Município de São Paulo, 2010.

Subprefeitura	Número de domicílios (IPVS 2010)
1. M'Boi Mirim	29750
2. Capela do Socorro	29301
3. São Mateus	27613
4. Itaim Paulista	24634
5. Guaianases	21891
6. Cidade Tiradentes	16692
7. Parelheiros	16007
8. São Miguel	13509
9. Freguesia-Brasilândia	13476
10. Campo Limpo	13076
11. Itaquera	12066
12. Jaçanã-Tremembé	9569
13. Cidade Ademar	9051
14. Pirituba	7256
15. Perus	7065
16. Vila Prudente-Sapopemba ⁴⁷	6247
17. Casa Verde-Cachoeirinha	4038
18. Ermelino Matarazzo	3910
19. Vila Maria-Vila Guilherme	3909
20. Ipiranga	3078
21. Penha	2674
22. Butantã	2132
23. Aricanduva-Formosa-Carrão	1395
24. Lapa	669
25. Jabaquara	606
26. Santo Amaro	470
27. Sé	428
28. Santana-Tucuruvi	329
29. Mooca	123
30. Vila Mariana	000
31. Pinheiros	000

Fonte: Adaptado pela autora a partir de SEADE, 2010.

Essa Tabela 2 está dividida em duas seções: listadas entre os números 1 a 23. Estão as Subprefeituras de números 1 a 23, que apresentam entre 29.750 e 1.395 domicílios em condição de alta vulnerabilidade social. Listadas entre os números 24 a 31 estão as Subprefeituras que apresentam entre zero e 669 domicílios em condição de alta vulnerabilidade social.

As Subprefeituras listadas entre 1 a 23 estão localizadas nas periferias do Município, com destaque para a Subprefeitura de M'Boi Mirim, Capela do Socorro, Itaim Paulista e Guaianazes, que concentram o maior número de domicílios em tal situação, com números que ultrapassam os 20 mil domicílios em condição de alta vulnerabilidade social.

⁴⁷ Reiterando aqui que o número de 31 Subprefeituras se deve ao fato de que na época da elaboração do IPVS os distritos de Sapopemba e Vila Prudente compunham uma única Regional. Posteriormente em 2013 houve o desmembramento dessa Subprefeitura em duas: Sapopemba e Vila Prudente.

Já as oito Subprefeituras listadas com os números entre os números 24 a 31, embora contemplem quatro Subprefeituras (Jabaquara, Santo Amaro Santana/Tucuruvi e Mooca) localizadas em regiões periféricas, listam outras (Lapa, Sé, Vila Mariana e Pinheiros) localizadas em regiões mais próximas ao centro que apresentam números de domicílios em alta vulnerabilidade social que vão de zero (Pinheiros e Vila Mariana) a 669 (Lapa).

O conhecimento da vulnerabilidade social em relação às Subprefeituras é de fundamental importância para que se estabeleçam parâmetros de análise da coleta seletiva face a cada uma das áreas paulistanas, como será demonstrado nas seções que se seguem.

4.3 A COLETA SELETIVA IMPLANTADA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NO ANO DE 2016, ANALISADA SOB A ÓTICA DO IPVS

Para trabalhar os dados desta seção, importante retomar que pela expressão “coleta seletiva implantada”, significa aqueles dados que a Prefeitura de São Paulo forneceu tanto em processo judicial como disponibilizou a essa pesquisa por meio da Lei de Acesso à Informação, e apontam os distritos que a Prefeitura considera como tendo a coleta seletiva universalizada, ampliada, implantada e ou expandida.

Assim, cumprindo determinação do Poder Judiciário estadual⁴⁸ que compeliu a Prefeitura do Município de São Paulo a apresentar em juízo os números reais da coleta seletiva implantada no município até o ano de 2016, a AMLURB apresentou uma *Tabela de Implantação da Coleta Seletiva*, formulada em 21 de junho de 2016 (Anexo 20).

Compulsando referido documento foram verificados os seguintes registros: 52 dos 96 distritos do Município de São Paulo com 100% de implantação da coleta seletiva e 44 dos 96 distritos sem implantação. Desses 44, verificou-se que 41 estão localizados em regiões periféricas e, entre os 41 distritos, 22 contam com até 50% de implantação, e seis apresentam entre 1% e 5%, conforme Tabela 3:

⁴⁸ Tribunal de Justiça de. Processo n. 1002618-14.2015.8.26.0053, fls. 881.

Tabela 3 - Implantação da coleta seletiva por Distritos. Município de São Paulo, 2016.

DISTRITOS	%	DISTRITOS	%
Alto de Pinheiros	100	Vila Leopoldina	100
Barra Funda	100	Vila Mariana	100
Bela Vista	100	Vila Matilde	100
Bom Retiro	100	Vila Prudente	100
Cambuci	100	São Miguel Paulista	94
Campo Belo	100	Vila Formosa	92
Campo Grande	100	Vila Sônia	90
Campo Limpo	100	Pirituba	88
Capão Redondo	100	Raposo Tavares	88
Carrão	100	Rio Pequeno	88
Cidade Ademar	100	Artur Alvim	84
Cidade Dutra	100	Iguatemi	81
Cidade Tiradentes	100	Vila Aricanduva	78
Consolação	100	Vila Curuçá	70
Cursino	100	Casa Verde	67
Ermelino Matarazzo	100	Morumbi	67
Grajaú	100	Vila Guilherme	64
Guainazes	100	Freguesia do Ó	63
Ipiranga	100	Butantã	62
Itaim Bibi	100	Mooca	62
Itaim Paulista	100	Itaquera	60
Jabaquara	100	José Bonifácio	58
Jaguara	100	Vila Maria	58
Jaguareé	100	Limão	56
Jardim Helena	100	São Mateus	56
Jardim Paulista	100	Jaçanã	50
Lajeado	100	Tremembé	50
Lapa	100	Vila Jacuí	50
Liberdade	100	Parque do Carmo	48
Mandaqui	100	Tatuapé	48
Moema	100	Cidade Líder	47
Pedreira	100	Vila Medeiros	46
Penha	100	São Domingos	44
Perdizes	100	Belém	42
Pinheiros	100	Brás	37
Ponte Rasa	100	Pari	37
República	100	Cangaíba	32
Sacomã	100	São Rafael	30
Santa Cecília	100	Água Rasa	13
Santana	100	Jardim São Luiz	11
Santo Amaro	100	Parelheiros	10
São Lucas	100	Jaraguá	10
Sapopemba	100	Anhanguera	5
Saúde	100	Jardim Ângela	5
Sé	100	Marsilac	5
Socorro	100	Perus	5
Tucuruvi	100	Cachoeirinha	2
Vila Andrade	100	Brasilândia	1

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados do Tribunal de Justiça de São Paulo (Anexo 20)

Considerando a implantação da coleta seletiva por distritos (Tabela 3), observa-se que do total de 96 distritos, a Prefeitura do Município de São Paulo considerava (em junho de 2016) que a coleta seletiva estava implantada em 100% de 52 distritos. Dos 44 distritos que, naquela época, tinham implantação parcial do sistema (variando entre 99% a 1%), ainda assim

apresenta-se elevado o número de distritos (41) onde a coleta seletiva estava implantada parcialmente e que se localizavam em áreas que abrigavam segmentos populacionais apontados pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS-2010) como mais pobres e vulneráveis.

Para melhor visualizar os dados encontrados na Tabela 3, com os dados do IPVS, foi tomado o procedimento metodológico de transformar a referida Tabela (formulada por distritos), em Tabela formulada por Subprefeituras⁴⁹. Assim foi criada a Tabela 4 que apresenta a implantação da coleta seletiva, onde foram consideradas 31 Subprefeituras, de modo a acompanhar o IPVS (da Tabela 2). Observe-se que Vila Prudente e Sapopemba formam uma única Subprefeitura, conforme consta da Tabela 4.

Tabela 4 - Implantação da coleta seletiva por Subprefeitura. Município de São Paulo, 2016.

Subprefeitura	Implantação da coleta seletiva (%)
1. Vila Mariana	100
2. Santo Amaro	100
3. Lapa	100
4. Pinheiros	100
5. Jabaquara	100
6. Capela do Socorro	100
7. Ipiranga	100
8. Sé	100
9. Vila Prudente/ Sapopemba	100
10. Campo Limpo	100
11. Santana/Tucuruvi	100
12. Cidade Ademar	100
13. Cidade Tiradentes	100
14. Ermelino Matarazzo	100
15. Guaianazes	100
16. São Miguel Paulista	97
17. Aricanduva/Formosa	90
18. Itaim Paulista	85
19. Butantã	79
20. Penha	79
21. Pirituba/Jaraguá	77
22. Vila Maria/Vila Guilherme	56
23. São Mateus	55
24. Itaquera	53
25. Jaçanã/Tremembé	50
26. Casa Verde/Cachoeirinha	41
27. Mooca	39
28. Freguesia do Ó/Brasilândia	32
29. Parelheiros	7,5
30. M' Boi Mirim	6
31. Perus	5

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados do Tribunal de Justiça de São Paulo (Anexo 21)

⁴⁹ Procedimento já descrito no Capítulo 2 MÉTODOS, seção 2.2.2 Providências metodológicas para análise dos dados à luz do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS.

Cotejando a Tabela 4, onde se verifica a porcentagem da implantação da coleta seletiva por Subprefeituras, é possível verificar 15 primeiras Subprefeituras com 100% de implantação de coleta seletiva e as demais 16 Subprefeituras com implantação de coleta seletiva que variam entre 5% a 97%. Dentre essas 15 Subprefeituras que contam com 100% de implantação de coleta seletiva, 10 delas estão localizadas em regiões periféricas (Santo Amaro, Capela do Socorro, Vila Prudente/Sapopemba, Campo Limpo, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Jabaquara e Santana/Tucuruvi), o que representa um índice bastante elevado (2/3).

Submetendo essas 10 Subprefeituras ao escrutínio do IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) verifica-se que à exceção de Jabaquara, Santo Amaro e Santana/Tucuruvi, que detêm, respectivamente, 606, 470 e 329 domicílios em situação de vulnerabilidade social, as demais apresentam alto número de domicílios nessa condição, embora estejam apontados como locais onde a coleta seletiva estivesse implantada (em 2016) em 100%, como é o caso de Capela do Socorro com 29.301 domicílios em situação de vulnerabilidade social; Guaianazes com 21891; Cidade Tiradentes com 16692; Campo Limpo com 13076; Cidade Ademar com 9051; Vila Prudente/Sapopemba com 6247 e Ermelino Matarazzo com 3910 domicílios em situação de vulnerabilidade social, todos apontados, segundo a Prefeitura, com 100% de coleta seletiva implantada. Outras cinco Subprefeituras, que contam com 100% de implantação, estão localizadas em regiões mais próximas ao grande centro e mais nobres do Município (Sé, Vila Mariana, Lapa, Pinheiros, Ipiranga), e contam com número reduzido de IPVS, chegando a zero em Vila Mariana e Pinheiros.

As 16 Subprefeituras que contam com entre 5 e 97% de implantação da coleta seletiva estão em regiões periféricas, marcadamente por guardarem maior distância em relação à região central, são elas: São Miguel Paulista, Penha, Aricanduva/Formosa, Itaim Paulista, Butantã, Pirituba/Jaraguá, Vila Maria/Vila Guilherme, São Mateus, Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Casa Verde/Cachoeirinha, Mooca, Parelheiros, Freguesia do Ó/Brasilândia, M' Boi Mirim e Perus.

Verifica-se que no ano de 2016, havia 51% das Subprefeituras, localizadas em regiões periféricas, com a coleta seletiva parcialmente implantada. Essas Subprefeituras, contando com porcentagem de implantação de coleta seletiva que varia entre 5% a 97%, possuem elevado número de domicílios em condição de alta vulnerabilidade social. Números que variam entre 1395 a 29.750; excetuando a Subprefeitura de Mooca, que possui um número baixo de domicílios nessa condição (123) e está localizada mais próxima à região central do Município. Observe-se que M' Boi Mirim (Subprefeitura que abriga os distritos de Jardim Ângela e Jardim São Luís, localizados no extremo sul, nas “franjas” do Município), é a região que tem maior

IPVS (número de domicílios em condição de alta vulnerabilidade social) do município (29.750,) e, em contrapartida, é a que conta com o menor número de implantação de coleta seletiva do município (5%).

Resulta dessa observação que quanto maior o IPVS, tanto menor se apresenta a porcentagem da implantação da coleta seletiva, seja por distritos (Tabela 3), ou por Subprefeituras (Tabela 4).

Comparando a Tabela 4 com o Quadro 1 (esse Quadro 1 mostra a quantidade de 3.573.510 domicílios na Área Urbana e Rural Município de São Paulo - Censo de 2010), é possível verificar que as 16 Subprefeituras que contavam em junho de 2016 com implantação parcial da coleta seletiva (entre 5 e 97%) juntas somam 1.762.584 domicílios, o que aponta para 49.32% do total de 3.573.510 domicílios da capital paulista sem implantação total da coleta seletiva até junho de 2016.

A considerar os dados apontados pela FUNDAÇÃO SEADE, que mostram a densidade domiciliar em São Paulo em 3,22 habitantes por domicílio⁵⁰, multiplicando os 1.762.584 domicílios por 3,22 habitantes para cada domicílio, verifica-se que 5.675.520,48 habitantes da capital paulista não dispunham de 100% de implantação da coleta seletiva até junho de 2016. Esse número de habitantes reside, em sua totalidade em locais que somam juntos 175.216 domicílios em alta vulnerabilidade social, e, à exceção da Subprefeitura de Mooca, estão localizados nas extremas periferias do município onde prevalece toda sorte de exclusão social, bem delineadas pelo IPVS (SEADE, 2010).

Resta verificar se a implantação da coleta seletiva evoluiu no Município de São Paulo, ou seja, se a Administração Pública deu prosseguimento ao projeto de implantação da coleta seletiva nos anos seguintes (2017 a 2018). Esses dados serão analisados na próxima seção.

4.4 A ESTAGNAÇÃO E ENCOLHIMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (DADOS DE MAIO DE 2018)

A pesquisa, que até esse momento, estava trabalhando os dados da implantação da coleta seletiva apresentados pela Prefeitura do Município de São Paulo (em cumprimento de ordem

⁵⁰ Fonte: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?indId=8&temaId=1&locId=1000> acesso 10/02/2018

judicial) datados de junho de 2016 (Tabela 4), recebeu através da Lei de Acesso à Informação, dados atualizados pela AMLURB, para maio de 2018, sobre a implantação da coleta seletiva no Município de São Paulo para cada um de seus 96 distritos.

Esses dados atualizados vieram à pesquisa porque, a autora desta pesquisa encaminhou, através da Lei de Acesso à Informação, pergunta direta à AMLURB, quanto aos dados atualizados dos distritos onde o serviço de coleta seletiva não estaria universalizado (pedido de informação n. 028602). Esse questionamento foi feito tendo em vista a publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 31 de dezembro de 2016, que a coleta seletiva foi expandida para os 96 distritos da cidade, e que a mesma se encontrava universalizada em 46 distritos (Anexo 25). Atendendo à solicitação, a AMLURB encaminhou em 08/05/2018 a resposta que segue, cuja íntegra se encontra no Anexo 28:

(...) Atualmente a coleta seletiva está universalizada em 50 % dos distritos do município, onde 48 distritos possuem coleta parcial conforme segue abaixo. Aricanduva 46% Formosa 69% Butantã 49% Morumbi 63% Raposo Tavares 12% Rio Pequeno 24% Vila Sônia 26% Casa Verde 67% Cachoeirinha 1% Limão 57% Freguesia do Ó 62% Brasilândia 1% Guaianases 48% Itaquera 61% Parque do Carmo 54% Cidade Líder 18% José Bonifácio 58% Itaim Paulista 41% Vila Curuçá 33% Jaçanã 26% Tremembé 18% Jardim Ângela 5% Jardim São Luiz 11% Vila Maria 58% Vila Guilherme 64% Vila Medeiros 46% Mooca 62% Brás 37% Água Rasa 13% Pari 37% Belém 42% Jaguaré 48% São Miguel Paulista 35% Vila Jacuí 45% Jardim Helena 28% Parelheiros 13% Marsilac 5% Cangaíba 65% Vila Matilde 61% Artur Alvim 56% Pirituba 47% Jaraguá 25% São Domingos 31% Perus 23% Anhanguera 5% São Mateus 56% São Rafael 39% Iguatemi 26% Atenciosamente. AMLURB (pedido de informação n. 028602).

Com base nessas informações prestadas pela AMLURB (Pedido de Informação n. 028602), foi possível verificar que ali consta o rol de distritos que possuem coleta parcial. Os distritos que não estão nomeados neste rol, constam para a Prefeitura como possuindo a coleta seletiva universalizada (100% de implantação).

Ainda compulsando as informações do Pedido n. 028602, foi elaborada a Tabela 5, onde consta a implantação da coleta seletiva nos 96 distritos, mas agora com dados de 2018.

Tal qual foi feito na Tabela 4, também agora na Tabela 5 se procederá ao mesmo procedimento metodológico para que os dados da Tabela 5 se correlacionem com o IPVS. Procedendo desta forma, os dados da Tabela 5 que estão apontados por distritos, foram transformados em dados por Subprefeituras, criando-se assim a Tabela 6, 7 e 8, que apresentam a implantação da coleta seletiva, onde foram consideradas 31 Subprefeituras, de modo a acompanhar o IPVS. Da mesma forma, observe-se que Vila Prudente e Sapopemba formam uma única Subprefeitura.

Tabela 5 - Implantação da coleta seletiva por distritos. Município de São Paulo, maio de 2018.

DISTRITOS	Implantação Coleta seletiva 2018 (%)	DISTRITOS	Implantação Coleta seletiva 2018 (%)
Água Rasa	13	Lapa	100
Alto de Pinheiros	100	Liberdade	100
Anhanguera	5	Limão	57
Aricanduva	46	Mandaqui	100
Artur Alvim	56	Marsilac	5
Barra Funda	100	Moema	100
Bela Vista	100	Mooca	62
Belém	42	Morumbi	63
Bom Retiro	100	Parelheiros	13
Brás	37	Pari	37
Brasilândia	1	Parque do Carmo	54
Butantã	49	Pedreira	100
Cachoeirinha	1	Penha	100
Cambuci	100	Perdizes	100
Cangaíba	65	Perus	23
Campo Belo	100	Pinheiros	100
Campo Grande	100	Pirituba	47
Campo Limpo	100	Ponte Rasa	100
Capão Redondo	100	Raposo Tavares	12
Casa Verde	67	República	100
Carrão	100	Rio Pequeno	24
Cidade Ademar	100	Sacomã	100
Cidade Dutra	100	Santa Cecília	100
Cidade Líder	100	Santana	100
Cidade Tiradentes	100	Santo Amaro	100
Consolação	100	São Domingos	31
Cursino	100	São Lucas	100
Curuçá	33	São Mateus	56
Guainazes	48	São Miguel Paulista	100
Ermelino Matarazzo	100	São Rafael	39
Freguesia do Ó	62	Sapopemba	100
Grajaú	100	Saúde	100
Iguatemi	26	Sé	100
Ipiranga	100	Socorro	100
Itaim Bibi	100	Tatuapé	100
Itaim Paulista	41	Tremembé	18
Itaquera	61	Tucuruvi	100
Jabaquara	100	Vila Andrade	100
Jaçanã	26	Vila Formosa	69
Jaguara	100	Vila Guilherme	64
Jaguaré	48	Vila Jacuí	45
Jaraguá	25	Vila Leopoldina	100
Jardim Ângela	5	Marsilac	5
Jardim Helena	28	Vila Maria	58
Jardim São Luis	11	Vila Mariana	100
Jardim Paulista	100	Vila Matilde	65
José Bonifácio	58	Vila Medeiros	46
Lajeado	100	Vila Prudente	100
		Vila Sônia	26

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Pedido de Informação n. 028602 – Lei de Acesso à Informação.

Para fins de atualização dos dados da pesquisa foram comparados os dados de junho de 2016 (Tabela 3) com os dados de maio de 2018 (Tabela 5), através da elaboração de três Tabelas que consideraram:

- a) Tabela 6 – Subprefeituras onde foram mantidos estáveis a porcentagem de implantação da coleta seletiva;
- b) Tabela 7 – Subprefeituras onde houve diminuição a porcentagem de implantação da coleta seletiva;
- c) Tabela 8 – Subprefeituras onde houve ampliação da porcentagem de implantação da coleta seletiva.

Assim, essa seção analisa se nas 31 Subprefeituras houve estabilização, redução, ou diminuição na implantação da coleta seletiva.

Na Tabela 6 são apresentadas as 14 Subprefeituras que mantiveram estáveis a porcentagem de implantação da coleta seletiva.

Tabela 6 - Subprefeituras que mantiveram estáveis a porcentagem da coleta seletiva, Município de São Paulo, maio de 2018.

Subprefeitura	Coleta seletiva implantada 2016 (%)	Coleta seletiva implantada 2018 (%)	Resultado 2016-2018
Campo Limpo	100	100	Manteve estável
Capela do Socorro	100	100	Manteve estável
Cidade Ademar	100	100	Manteve estável
Cidade Tiradentes	100	100	Manteve estável
Ermelino Matarazzo	100	100	Manteve estável
Ipiranga	100	100	Manteve estável
Jabaquara	100	100	Manteve estável
Pinheiros	100	100	Manteve estável
Santana/Tucuruvi	100	100	Manteve estável
Santo Amaro	100	100	Manteve estável
Vila Mariana	100	100	Manteve estável
Vila Prudente/Sapopemba	100	100	Manteve estável
Sé	100	100	Manteve estável
Vila Maria/Vila Guilherme	56	56	Manteve estável

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Pedido de Informação n. 028602 – Lei de Acesso à Informação.

Compulsando a Tabela 6, verifica-se 14 Subprefeituras que mantiveram estáveis porcentagem de implantação da coleta seletiva. 13 mantiveram estáveis em 100% e somente uma, a Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme manteve estável, mas nos mesmos 56% de 2016.

A Tabela 7 apresenta 10 subprefeituras que diminuíram a porcentagem de implantação da coleta seletiva, em comparação entre os dados de junho de 2016 e maio de 2018:

Tabela 7 - Subprefeituras que apresentaram redução da porcentagem de implantação da coleta seletiva. Município de São Paulo, anos de 2016 e 2018.

Subprefeitura	Coleta seletiva implantada 2016 (%)	Coleta seletiva implantada 2018 (%)	Resultado 2016-2018
Guaianazes	100	74	Reduziu
Lapa	100	91	Reduziu
São Miguel Paulista	97	58	Reduziu
Itaim Paulista	85	37	Reduziu
Butantã	79	35	Reduziu
Penha	79	71	Reduziu
Pirituba/Jaraguá	77	34	Reduziu
São Mateus	55	40	Reduziu
Jaçanã/Tremembé	50	22	Reduziu
Freguesia do Ó/Brasilândia	32	31	Reduziu

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Pedido de Informação n. 028602 – Lei de Acesso à Informação.

Dentre as 10 Subprefeituras da Tabela 7, verifica-se duas (Guaianazes e Lapa) que tinham 100% de implantação de coleta seletiva até junho de 2016, apresentaram, em maio de 2018, diminuição da implantação. Chama atenção a Subprefeitura de Guaianazes pela queda brusca na implantação da coleta seletiva, pois referida Subprefeitura, de acordo com informações prestadas pela Prefeitura de São Paulo em processo judicial (Anexo 21), contavam com 100% de coleta seletiva implantada em 2016, e, passados dois anos dessa referida implantação, essa Subprefeitura, radicada em região de extrema periferia, com alto índice de vulnerabilidade social, ao invés de apresentar progresso na implantação da coleta seletiva, mostram retrocesso. Também Lapa chama atenção, pois tal qual Guaianazes, em 2016 contava com implantação de 100% da coleta seletiva, e teve queda passando para 91%. Lapa é uma região que conta com baixo IPVS (669 domicílios em condição de alta vulnerabilidade social) e está localizada em região próxima ao centro. O que poderia justificar a queda na implantação?

Ainda na Tabela 7 se verifica que as Subprefeituras de Itaim Paulista onde houve diminuição de 85% da implantação da coleta seletiva para 37% e de Pirituba onde houve diminuição de 77% da implantação da coleta seletiva para 34% estão relacionados na seção 4.6 dentre as seis regiões que receberam projetos de educação ambiental em seus parques⁵¹. Portanto, o projeto de educação ambiental realizado nas Subprefeituras de Itaim Paulista e Pirituba não se transformou em impulso oficial capaz de garantir o aumento da implantação da coleta seletiva naquelas regiões.

⁵¹ Edital FEMA 11 Projeto de Educação Ambiental realizado no n. 2014.0.272.493-0 no Parque Benemérito José Brás ao custo de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais).

A Tabela 8 apresenta as Subprefeituras que experimentaram ampliação da porcentagem de implantação da coleta seletiva entre junho de 2016 e maio 2018. Verifica-se que das 31 Subprefeituras, sete ampliaram a implantação: Aricanduva/Formosa ampliou de 90% para 100%; Itaquera, ampliou de 53% para 75%; Casa Verde/Cachoeirinha ampliou de 41% para 42%, Parelheiros ampliou de 7,5% para 9%; M'Boi Mirim ampliou de 6% para 8% e Perus ampliou de 5% para 14%.

Tabela 8 - Subprefeituras que apresentaram ampliação na porcentagem de implantação da coleta seletiva. Município de São Paulo, anos de 2016 e 2018.

Subprefeitura	Coleta seletiva implantada 2016 (%)	Coleta seletiva implantada 2017 (%)	Resultado 2016-2017
Aricanduva/Formosa	90	100	Ampliou
Itaquera	53	75	Ampliou
Casa Verde/Cachoeirinha	41	42	Ampliou
Mooca	39	48	Ampliou
Parelheiros	7,5	9	Ampliou
M' Boi Mirim	6	8	Ampliou
Perus	5	14	Ampliou

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Pedido de Informação n. 028602 – Lei de Acesso à Informação.

Somente a Subprefeitura de Aricanduva/Formosa alcançou 100% de implantação.

As demais Subprefeituras (Itaquera, casa Verde/Cachoeirinha, Mooca, Parelheiros, M'Boi Mirim e Perus, a porcentagem de ampliação foi pouco significativa sendo que em nenhum desses casos a ampliação chegou a 100%, mantendo Parelheiros e M'Boi Mirim abaixo dos dois dígitos.

Comparando os dados da implantação da coleta seletiva no Município de São Paulo, entre junho de 2016 e maio de 2018, que se permite verificar é que a manutenção da porcentagem de implantação da coleta seletiva em 14 das 31 Subprefeituras representa que a Prefeitura conseguiu manter estáveis a porcentagem da coleta seletiva em 45,16% das Subprefeituras, lembrando a Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme manteve, em 2018 os mesmos 56% de 2016. Mas a redução da implantação também é significativa, à medida em 10 Subprefeituras houve a redução da implantação, o que significa 32.2% do total. Quanto à ampliação ainda que tenha ocorrido em sete das 31 Subprefeituras, reitera-se que referida ampliação se mostrou pouco significativa, posto que em somente uma Subprefeitura alcançou 100%.

Esses dados vêm ratificar a conclusão tomada na seção 4.1, quanto aos números da coleta seletiva nos anos de 2015 (86.110,22 t/ano), 2016 (86.283,14 t/ano) e 2017

(87.893,41t/ano): a estabilização da implantação do sistema no município resulta no total descumprimento da meta da disposição final adequada de resíduos, violação a princípios legais e constitucionais, exposição da qualidade de vida e ambiente a riscos trazidos pelos resíduos, somando ao desestímulo do cidadão na execução de sua parte na PNRS que é a segregação adequada dos resíduos, e um gasto de dinheiro público com ações de educação ambiental que não surtiram efeitos para o cidadão.

4.5 A COLETA SELETIVA EFETIVAMENTE REALIZADA À LUZ DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE E DESIGUALDADE

Ao iniciar esta seção, importante retomar que a expressão dados da “coleta seletiva efetivamente realizada” se refere aos dados da coleta domiciliar e coleta seletiva, que a Autoridade Municipal da Limpeza Urbana, AMLURB disponibilizou a essa pesquisa, por meio da Lei de Acesso à Informação e apontam a coleta efetiva e oficialmente realizada (coleta domiciliar e coleta seletiva) no Município no período estudado.

Para trabalhar com os dados enviados pela AMLURB, extraídos da planilha original (Anexos 18 e 19) na qual constam os números da coleta domiciliar e coleta seletiva do ano de 2016 mês a mês (janeiro a dezembro), para cada uma das Subprefeituras, foi elaborada a Tabela 9, onde na coluna 1 consta a relação das Subprefeituras; na coluna 2, o total da coleta domiciliar em toneladas (t); na coluna 3 a quantidade da coleta seletiva em toneladas (t) e na coluna 4 consta a porcentagem (%) da coleta seletiva (dados de 2016). A Tabela 9 foi elaborada para fins de melhor visualização.

Conforme demonstrado no capítulo 2, a metodologia utilizada para calcular a porcentagem/ano da coleta seletiva de cada uma das Subprefeituras foi feita através do cálculo de porcentagem medida entre a coleta domiciliar e a coleta seletiva (dados informados pela Prefeitura de São Paulo – Lei de Acesso à Informação) e o cálculo da média da coleta seletiva, para o ano todo no Município, foi feita mediante a utilização de mecanismos da Planilha Excel. Para demonstrar como foram feitos os cálculos, toma-se como exemplo as Subprefeituras de Vila Mariana de Parelheiros, com os dados do ano de 2016. Retomando a fórmula demonstrada no Capítulo 2 tem-se:

$$\text{Col. Sel. \%} = \frac{\text{Q. seletiva}}{\text{Q. seletiva} + \text{Q. domiciliar}} \times 100$$

Utilizando como exemplo aquelas duas Subprefeitura (Parelheiros e Vila Mariana), chegou-se aos seguintes cálculos e resultados.

PARELHEIROS:

Quantidade de coleta domiciliar (Q. domiciliar) = 37.589,16 t/ano

Quantidade de coleta seletiva (Q. seletiva) = 2,56 t/ano

$$\text{Col. Sel. \%} = \frac{2,56}{2,56 + 37.589,16} \times 100 = \underline{\underline{0,01\%}}$$

VILA MARIANA:

Quantidade de coleta domiciliar (Q. domiciliar) = 117.108,95 t/ano

Quantidade de coleta seletiva (Q. seletiva) = 12.283,94 t/ano

$$\text{Col. Sel. \%} = \frac{12.283,94}{12.283,94 + 117.108,95} \times 100 = \underline{\underline{9,49\%}}$$

O mesmo cálculo foi feito para cada uma das 31 Subprefeituras, e, ao final o cálculo da média de 2,11% de coleta seletiva para todo o município foi feita mediante cálculo próprio da Planilha Excel. Lembrando que Vila Prudente e Sapopemba aqui são consideradas uma única Subprefeitura. Os resultados são apresentados na Tabela 9:

Tabela 9 - Comparativos da coleta domiciliar e coleta seletiva. Município de São Paulo, 2016

Subprefeitura Município de São Paulo	Coleta domiciliar (t)	Coleta seletiva (t)	Coleta seletiva (%)
Vila Mariana	117.108,95	12.283,94	9,49
Lapa	121.351,49	7.175,25	5,58
Pinheiros	134.854,32	7.879,98	5,52
Santo Amaro	98.316,82	5.173,90	5,00
Jabaquara	66.897,16	2.671,68	3,84
Capela do Socorro	180.722,66	6.509,58	3,48
Sé	182.147,66	6.388,96	3,39
Ipiranga	143.772,99	5.102,89	3,43
Ermelino Matarazzo	62.069,45	1.819,20	2,85
Santana / Tucuruvi	108.125,06	3.144,47	2,83
Vila Prudente	72.132,18	1.864,10	2,52
Campo Limpo	186.816,00	4.251,78	2,23
Butantã	157.475,07	3.582,22	2,22
Mooca	152.391,18	3.267,21	2,10
Cidade Ademar	130.764,36	2.505,25	1,88
Pirituba / Jaraguá	136.540,85	1.789,46	1,29
Aricanduva / Formosa	91.163,25	1.139,08	1,23
São Mateus	122.966,96	1.395,37	1,12
Penha	145.645,83	1.564,02	1,06
Sapopemba	81.660,17	714,32	0,87
V. Maria / Guilherme	112.868,28	952,56	0,84
Itaquera	148.298,96	1.247,65	0,83
Freguesia / Brasilândia	125.604,21	1.012,82	0,80
Casa Verde	103.552,25	823,87	0,79
Jaçanã / Tremembé	89.002,53	518,51	0,58
São Miguel Paulista	99.642,03	445,69	0,45
Itaim Paulista	92.670,07	330,97	0,36
Cidade Tiradentes	43.565,53	160,89	0,37
Guaianases	68.965,59	252,23	0,36
M'boi Mirim	165.474,12	289,87	0,17
Perus	44.729,47	22,86	0,05
Parelheiros	37.589,16	2,56	0,01

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura, Anexos 18 e 19

A construção de Tabela com a distribuição desses percentuais tem por finalidade visualizar a proporcionalidade da coleta seletiva por região no Município, o que permite a detecção das áreas que menos auferem o acesso à coleta seletiva. Para tanto, os dados da coleta seletiva em porcentagem (%) da Tabela 9 são comparados aos dados do IPVS, indicados na Tabela 2. Relembrando a Tabela 2 trouxe a relação dos números de domicílios expostos à alta

vulnerabilidade social, divididos por Subprefeituras do Município de São Paulo.

Assim, cotejando as Tabelas 2 e 9, destacam-se, para essa fase do estudo cinco Subprefeituras: 1) M'boi Mirim contando com 29.750 domicílios expostos à alta vulnerabilidade social e com 0,17% de coleta seletiva efetivamente realizada; 2) Capela do Socorro, com 29.301 domicílios em alta vulnerabilidade social e 3,48% de coleta seletiva; 3) Itaim Paulista com 24.634 domicílios em alta vulnerabilidade social e 0,36 % de coleta seletiva; 4) Campo Limpo com 313.076 domicílios em alta vulnerabilidade social e 2,23% de coleta seletiva e 5) Parelheiros com 16.007 domicílios em alta vulnerabilidade social e 0,01% de coleta seletiva, dadas suas especificidades, essas cinco regiões receberão uma análise mais detalhada, conforme segue.

M'Boi Mirim é a região onde se encontra o maior número de domicílios em alta vulnerabilidade social (29.750), e, também é a segunda a apresentar menor porcentagem de coleta seletiva (0,17%), sendo que a primeira a apresentar menor índice é Parelheiros, com 0,01% de coleta seletiva.

Campo Limpo e Capela do Socorro são exceções, porque mesmo estando listadas entre as regiões com maior número de domicílios em condição de alta vulnerabilidade social, apresentam porcentagens elevadas (para os dados da região) de coleta seletiva; Campo Limpo (2,23%) e Capela do Socorro (3,48%). Quando, em vista desses dados, foi enviado um pedido de informação (Lei de Acesso à Informação) à AMLURB sobre a realização de campanhas junto a cooperativas de catadores ou de educação ambiental nessas localidades, a resposta foi negativa para Campo Limpo. Foi informado que não houve notícia ou campanha concentradas no local. Não consta do PGRIS-2014 qualquer menção sobre trabalhos específicos realizados em Campo Limpo.

Porém, atendendo pedido de informação n. 030968, a Prefeitura de São Paulo enviou relatório (Anexo 36) onde consta que a empresa Hiplan Construções e Serviços de Manutenção Urbana Ltda., recebeu R\$ 32.920.698,66 (trinta e dois milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos), para o projeto-atividade coleta seletiva, e Campo Limpo está entre as três subprefeituras onde referida empresa presta serviços. Daí que Campo Limpo consta da Tabela de Implantação de Coleta Seletiva como contando com 100% de suas vias com coleta implantada (Tabela 4), tendo efetivamente realizado 2,23% de coleta seletiva para o ano de 2016.

Consta do PGIRS-2014, como justificativa para que regiões periféricas tenham menor quantidade e porcentagem de coleta seletiva é que essas “regiões, na sua maioria, localizadas nas extremidades do território paulistano, onde predomina o perfil sócio econômico

de menor renda, e as análises da composição gravimétrica dos resíduos apontam para a maior presença de resíduos orgânicos” (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 94). Deduz-se então que a população mais pobre geraria menos resíduos sólidos recicláveis. Contrariando os números da coleta seletiva, conforme se verá mais adiante, Capela do Socorro, mesmo contando com 29.301 domicílios expostos à alta vulnerabilidade social conta com 3,48 % de coleta seletiva efetivamente realizada, número esse considerado elevado para uma região com tão alto número de domicílios expostos a alta vulnerabilidade social. Também o PGIRS-2014 não explica a situação, à época, de Itaim Paulista que ocupava em 2014, a sexta posição em coleta seletiva, embora localizado no extremo Leste do Município, conforme segue:

Em níveis intermediários, estão regiões localizadas no chamado “centro expandido” da capital paulista, com exceção da região do Itaim Paulista (extremo leste da cidade), que ocupa a sexta posição (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 94).

No entanto, em 2016, Itaim Paulista apresentou 0,36% de coleta seletiva efetivamente realizada. O que poderia ter acontecido com a região? Considerando que consta do PGIRS-2014 que a atividade de coleta realizada por cooperativa de catadores de material reciclável conveniada com a municipalidade era apontada como responsável pela elevação da coleta seletiva em algumas regiões, foi solicitado pedido de informação à AMLURB (através da Lei de Acesso à Informação) a respeito da situação dos investimentos (em 2016), para essas cooperativas, nas regiões periféricas. Em resposta ao Pedido de Informação n. 026933 a AMLURB explicou que o Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores (conhecido como Fundo Paulistano de Reciclagem) estava desativado, com saldo congelado em 01/09/2017 no montante de R\$ 3.672.486,07, conforme consta do Anexo 2. Consta ainda da resposta ao referido pedido de informação (Anexo 2) que a Prefeitura de São Paulo celebrou Contrato de Concessão de colaboração financeira não reembolsável n. 14.2.1142.1 no valor de R\$ 41.780.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta mil reais) com o BNDES, Fundo Social, destinado a promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, bem como gerar benefícios ambientais, em 2014, mas que referido valor não fora ainda utilizado, por estar aguardando a reestruturação do programa (Anexos 2, 3 e 4).

Em resposta ao pedido de informação n. 027594 consta que o montante desembolsado pela municipalidade para implantação da coleta seletiva, entre os anos de 2013-2016, e a resposta (Anexo 30) foi de R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos). Utilizando também a Lei de Acesso à Informação, foi solicitado à Prefeitura que enviasse a relação das empresas (concessionárias e cooperativas) contempladas com o projeto-atividade de coleta seletiva no período de 2013 a 2016 e

respectivas despesas (Pedido de Informação n. 030968). Em resposta, veio a relação de 85 entidades, que tiveram a verba distribuída da forma que consta do Anexo 36.

No referido relatório consta que a empresa Hiplan Construções e Serviços de Manutenção Urbana Ltda., recebeu R\$ 32.920.698,66 (trinta e dois milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos), e concentra suas atividades na Subprefeitura do Campo Limpo (100% de implantação e 2,23 de coleta realizada), a Subprefeitura da Lapa (100% de implantação e 5,58 de coleta realizadas) e Subprefeitura do Butantã com 79% de implantação e 2,22% de coleta seletiva efetivamente realizada)⁵².

A região de Itaim Paulista (que apresentou 0,36% de coleta seletiva efetivamente realizada para o ano de 2016) pode estar entre aquelas que experimentou queda na porcentagem de coleta seletiva devido à revogação das atividades do Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores, conhecido como Fundo Paulistano de Reciclagem, e pode também estar entre as regiões não contempladas com o valor desembolsado pela municipalidade para implantação da coleta seletiva.

Apesar das informações sobre as cooperativas contempladas constarem do Anexo 36, a pesquisa não avançou neste ponto, deixando espaço para trabalhos vindouros ampliarem uma investigação sobre os quais seriam os critérios utilizados pela Prefeitura do Município de São Paulo para contemplar cooperativas de catadores com verbas destinadas para esse fim?

Também a pesquisa abre espaço para que trabalhos vindouros investiguem quais seriam os critérios adotados pela Prefeitura do Município de São Paulo para contemplar uma única empresa com cerca de 40% da verba federal destinada à implantação da coleta seletiva a uma única empresa, que concentra suas atividades em localidades que detém 2,22, 2,23% a 5,58% de coleta seletiva efetivamente realizada (Butantã, Campo Limpo e Lapa) em detrimento de localidades como Itaim Paulista, que apresentou 0,36%?

Essas são questões e hipóteses levantadas, que merecem estudos mais aprofundados, posto que, conforme consta do preâmbulo, este trabalho não trata de questões específicas acerca da inclusão dos catadores, ou dos investimentos voltados à sua atividade.

Capela do Socorro, mesmo contando com 29.301 domicílios expostos à alta vulnerabilidade social conta com 3,48 % de coleta seletiva. A situação de dessa região também pode estar relacionada à questão voltada à cooperativa de catadores. Isso porque consta do PGIRS-2014 que, na época, essa região (formada pelos distritos de Grajaú, Cidade Dutra e Socorro) configurava dentre as regiões que apresentaram as maiores participações na coleta

⁵² Fonte: <http://www.hiplan.com.br/portifolio.html> - acesso 17/09/2018

seletiva ao lado de Sé e Pinheiros (SÃO PAULO Prefeitura Municipal, 2014b, p. 94).

Conforme consta da Tabela 9, que Capela do Socorro é a sexta Subprefeitura de maior porcentagem de coleta seletiva, ficando apenas atrás de Vila Mariana com 9,49%, Lapa com 5,58%, Pinheiros com 5,52%, Santo Amaro com 5,0% e Jabaquara com 3,84%. Cabe então suscitar as seguintes questões: como uma região (Capela do Socorro), que apresenta elevado registro de domicílios com alta vulnerabilidade social (29.301) está em sexto lugar no ranking de coleta seletiva? A região não teria sido afetada pela revogação das atividades do Fundo de Logística Reversa.

Ainda que não seja este um estudo voltado a perscrutar a questão das cooperativas de catadores, vale trazer um dado que pode compor uma das possíveis respostas a essas questões. Trata-se da possibilidade de se relacionar o fato de a região de Capela do Socorro contar com um reduzido número de emprego formal somado à grande quantidade de domicílios em alta vulnerabilidade social, resultando em um número elevado de pessoas trabalhando com a catação de material reciclável. Esse número reduzido de emprego formal vem dos dados obtidos em busca no Mapa da Desigualdade, publicado anualmente pela Rede Nossa São Paulo (melhor estudado mais adiante), que tem entre seus 40 indicadores na área de trabalho/renda a indicação dos 34 piores distritos do Município de São Paulo. E Grajaú sendo o maior distrito⁵³ de Capela do Socorro está no sexto lugar no Mapa da Desigualdade, aparecendo 22 vezes entre esses indicadores.

Na área da habitação⁵⁴, o Mapa da Desigualdade traz como indicador a porcentagem de favelas sobre o total de domicílios da região. Grajaú apresenta 16,77% de domicílios em favelas sobre o total de seus 103.074 domicílios, enquanto Socorro apresenta a porcentagem de 6,19% de domicílios em favelas sobre o total de seus 12.429 domicílios e Cidade Dutra apresenta 9,76% sobre o total de seus 57.691 domicílios (Infocidade). No indicador que correlaciona a área de emprego e renda⁵⁵, o Mapa da Desigualdade utiliza como indicador o número de empregos por 10 mil habitantes. Enquanto Socorro apresenta 9.427,95 empregos por 10 mil habitantes, Grajaú apresenta 471,28 empregos por 10 mil habitantes e Cidade Dutra apresenta 1.515,18 empregos por 10 mil habitantes (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016 p. 21

⁵³ Grajaú possui 92,70 km²; Cidade Dutra 27,96 km², e Socorro 11,96 km².

⁵⁴ Ano-base: 2015. Fórmula: número total de domicílios em favelas x 100 ÷ número total de domicílios Fontes do indicador: SEHAB-Habisp/IBGE Observações: até o ano de 2009 consideramos o total de domicílios do Censo de 2000 (IBGE). A partir de 2010 para o cálculo consideramos o total de domicílios do Censo de 2010 (IBGE). MAPA DA DESIGUALDADE, 2016.

⁵⁵ Ano-base: 2014 Fórmula: número total de empregos ÷ população total x 10.000 Fontes do indicador: IBGE/MTE/RAIS. MAPA DA DESIGUALDADE, 2016.

e 43). Mesmo que os números de Socorro sejam muito mais elevados em relação a Grajaú e Cidade Dutra, os números de Grajaú são significativos, já que o mesmo se apresenta como o maior distrito da região em quilômetros quadrados.

Observando-se os números apresentados pelo Mapa da Desigualdade, verifica-se que de fato a região de Capela do Socorro conta com um reduzido número de emprego formal. Essa constatação somada à grande quantidade de domicílios em alta vulnerabilidade social, aliando-se esses dados com outros de verificação quanto ao número de pessoas trabalhando com a catação de material reciclável pode ser possível encontrar justificativa para a porcentagem elevada de coleta seletiva em Capela do Socorro em detrimento do número de domicílios em alta vulnerabilidade social, e, possivelmente, refutar o posicionamento de que a composição gravimétrica em resíduos orgânicos justifica a baixa porcentagem de coleta seletiva em regiões mais periféricas. Trata-se, portanto de mais uma hipótese levantada, que merece estudos mais aprofundados visando correlacionar o número de pessoas trabalhando com a catação de material reciclável à porcentagem elevada de coleta seletiva em Capela do Socorro, mesmo contando essa Região com elevado número de domicílios em alta vulnerabilidade social.

Os gráficos 1 e 2 representam, respectivamente: número de domicílios localizados em regiões de alta vulnerabilidade social por Subprefeituras (à época denominadas Subprefeituras) no ano de 2010; e a porcentagem de coleta seletiva, também coletadas por domicílios e representadas por Subprefeituras, mas para o ano de 2016. Ambos têm como ponto de partida (0), no eixo horizontal, as regiões mais periféricas do Município direcionando para as regiões mais centrais e no eixo vertical o número de domicílios em situação de alta vulnerabilidade social.

Gráfico 1 - Número de domicílios com alta vulnerabilidade social por Subprefeituras, Município de São Paulo, 2010.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de SEADE, 2010

O gráfico 1 mostra que à medida em que vão se nominando as regiões de acordo com sua localização para as regiões mais próximas ao centro-sul-oeste (seguindo o eixo horizontal começando por M'Boi Mirim, Capela do Socorro, São Mateus, Itaim Paulista, Guaianazes, Parelheiros, etc.), os números da vulnerabilidade social do eixo vertical que inicialmente se mostravam altos, vão diminuindo, fazendo com que, ao chegar nas regiões mais centrais, oeste, norte e sul (Sé, Santana, Mooca, Vila Mariana e Pinheiros) ocorra uma queda dos números de domicílios em vulnerabilidade social.

Gráfico 2 - Distribuição percentual de coleta seletiva por Subprefeituras, Município de São Paulo, 2016.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura, Anexos 18 e 19

O gráfico 2 representa a porcentagem de coleta seletiva efetivamente realizada no ano de 2016. Este gráfico foi colocado propositalmente de maneira inversa, para que se iniciasse com os as mesmas regiões que o gráfico 1. O que se verifica nesta inversão é que à medida em que vão se nominando as regiões de acordo com sua localização para as regiões mais próximas ao centro-sul-oeste (seguindo o eixo horizontal começando por Parelheiros, Perus, M'Boi Mirim, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, Guaianazes, etc.), a porcentagem da coleta seletiva apontada no eixo vertical que inicialmente se mostravam baixos, vão aumentando, fazendo com que, ao chegar nas regiões mais centrais, oeste, norte e sul (Sé, Santana, Mooca, Vila Mariana e Pinheiros) ocorra uma alta da porcentagem da coleta seletiva.

Se os gráficos 1 e 2 fossem colocados sobrepostos poderia se verificar que, em geral, quanto mais baixa a vulnerabilidade social, maior porcentagem de coleta seletiva. No entanto, outras fontes determinantes podem mostrar esses dados com maior precisão.

Apenas a título ilustrativo também é trazido o Gráfico 3, representativo da coleta de RSD secos em 2012, disponibilizado pela Prefeitura do Município de São Paulo no PGIRS 2014, que, ao mostrar praticamente a mesma desproporcionalidade dos Gráficos 1 e 2, vem ratificar a constatação de que o alijamento do direito acesso à coleta seletiva à população em situação de vulnerabilidade social não é algo que se inaugura com o sistema de coleta seletiva implantado nos últimos anos, mas que se trata de situação recorrente no Município de São Paulo.

Gráfico 3 - Participação das Subprefeituras na Coleta de RSD Secos por Subprefeituras, Município de São Paulo, 2012

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PGIRS-2014 p. 94

Da mesma forma que os gráficos 1 e 2, os mapas das figuras 7 e 8, apresentados adiante, ratificam as mesmas implicações: Neles é possível visualizar, com maior nitidez, o quanto os números da coleta seletiva são maiores e se concentram nas áreas onde a vulnerabilidade é menor, e são espaçados à medida que aumenta a vulnerabilidade social. Por outras palavras, quanto mais a área abriga segmentos populacionais vulneráveis à pobreza, menor a porcentagem de coleta seletiva.

O mapa da Figura 7 está disponibilizado na página o Infocidade (endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento SMUL) e tem sido utilizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura, a fim de ilustrar o IPVS. No mapa, o IPVS classifica cada território da geografia do Município de acordo com os diferentes graus de privação sócio econômica e dos diferentes graus de acesso a bens e serviços públicos.

Figura 7 - Mapa da distribuição de domicílios em situação de vulnerabilidade social - IPVS, 2010

Fonte: INFOCIDADE, 2010

Observe-se no Mapa da Figura 7 que os agrupamentos nas cores vermelha, laranja e amarela mostram as regiões onde se encontram os índices de vulnerabilidade muito alta (vermelha), alta (laranja) e média (amarela). Nessas cores estão representados setores com baixíssimo conforto socioeconômico e ambientais, com pouca oferta de serviços públicos básicos. Representam esses agrupamentos os domicílios localizados nas regiões mais periféricas do Município, com maior predominância nas extremas periferias, chamadas pelo IPVS de “franjas do município” (SEADE, 2010). Os tons de verde mostram a vulnerabilidade baixa (verde claro-limão), vulnerabilidade muito baixa (verde mais claro) e baixíssima vulnerabilidade, onde se constata setores com baixos graus de privação e maior conforto sócio econômico e ambiental. Nessas condições estão as Regiões de Vila Mariana, Pinheiros, Sé, Santo Amaro, Lapa, Mooca, Ipiranga, com alguma abrangência em Capela do Socorro, Santana, Aricanduva. As cores brancas mostram as regiões de parques florestais.

Observando o mosaico produzido no mapa, pode-se constatar a presença em maior número de setores vulneráveis nas regiões mais extremas ao Município e, em menor número, nas regiões centrais (SÃO PAULO Prefeitura Municipal, 2015a, p. 25).

A Figura 8 está representa a coleta seletiva efetivamente realizada no ano de 2016, usando por base a distribuição em porcentagem por Subprefeitura. Nesse mapa é possível visualizar a mancha da coleta seletiva muito parecida com a mancha da vulnerabilidade social. O tom de verde escuro mostra a coleta seletiva com porcentagem acima de 10% (Vila Mariana), sendo que os outros tons de verde vão se tornando claros à medida que a porcentagem de coleta seletiva vai diminuindo nas regiões, até chegar na cor amarela que detêm coleta seletiva inferior a 1%.

Figura 8 - Mapa indicativo da coleta seletiva, Município de São Paulo. 2016

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura, Anexos 18 e 19

Assim, quanto mais afastada a localidade da região central, mais aumenta o número de domicílios expostos à vulnerabilidade social e diminui a porcentagem de coleta seletiva. Resulta da comparação entre os mapas das Figuras 7 e 8 que a mancha da menor vulnerabilidade social (cores - Regionais com melhores acessos a bens e serviços) onde se localizam, respectivamente Sé, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana e algumas Regiões como Mooca, Aricanduva e Penha, e Jabaquara, coincide com as regiões de acesso à coleta seletiva (Mapa da Figura 7 - grupos de cor verde) e que as Regiões de cor amarela para coleta seletiva (Mapa 8), são exatamente aquelas com maior número de domicílios expostos à condição de vulnerabilidade social.

A Rede Nossa São Paulo, organização social que amplia discussões sobre os principais problemas do Município, tem publicado desde o ano de 2013 o Mapa da Desigualdade. Esse mapa traz um processamento de dados sobre condições sociais e econômicas, e é formado a partir de 40 indicadores das mais diversas áreas, como cultura, educação, assistência social, saúde, esporte, habitação, transporte /acidentes de trânsito, inclusão digital, meio ambiente, trabalho/renda e violência. A pesquisa aponta o número de vezes que um distrito aparece com escassez ou elevação de determinado indicador (incluído nas grandes áreas), o que revela se o distrito está inserido dentre os piores distritos do Município. O Mapa da Figura 9 indica os 34 piores distritos do Município de São Paulo no ano de 2016:

Figura 9 - Mapa da desigualdade, Município de São Paulo, em 2016.

Fonte: Rede Nossa São Paulo, Mapa da Desigualdade, 2016, p. 56, 2016.

Os distritos nas cores vermelha são apontados como os de piores indicadores de desigualdade, e os brancos com melhores indicadores. Ao comparar os dados do Mapa da Desigualdade (número de vezes que um distrito aparece entre os piores indicadores), com os dados da coleta seletiva da Subprefeitura a que pertence o distrito, verifica-se que nas mesmas localidades onde se apresenta a menor porcentagem de coleta seletiva é onde se localiza a maioria dos distritos paulistanos com os piores indicadores de desigualdade, conforme Tabela 10:

Tabela 10 - Relação entre Distrito, Subprefeitura e piores indicadores do Mapa da Desigualdade e coleta seletiva.

Distrito	Subprefeitura a que pertence	Número de vezes que o distrito aparece entre os piores indicadores	Coleta seletiva 2016 % (Subprefeitura)
Brás	Sé	26	3,39
Brasilândia	Freguesia/Brasilândia	24	0,80
Tremembé	Jaçanã/Tremembé	23	0,58
Cachoeirinha	Casa Verde/Cachoeirinha	22	0,79
Cidade Ademar	Cidade Ademar	22	1,88
Grajaú	Capela do Socorro	22	3,48
Vila Jacuí	São Miguel Paulista	21	0,45
Marsilac	Parelheiros	21	0,01
Parelheiros	Parelheiros	21	0,01
Vila Medeiros	Vila Maria/Guilherme	21	0,80
São Rafael	São Mateus	20	1,12
Guaianases	Guaianases	19	0,36
Iguatemi	São Mateus	19	1,12
Jardim Ângela	M' Boi Mirim	19	0,17
São Miguel	São Miguel Pta.	19	0,45
Sé	Sé	19	3,39
Campo Belo	Santo Amaro	18	5,00
Itaim Paulista	Itaim Paulista	18	0,36
Lajeado	São Miguel Pta.	18	0,45
Pari	Mooca	18	2,10
Vila Andrade	Campo Limpo	18	2,23
Artur Alvim	Penha	17	1,06
Belém	Mooca	17	2,10
Cangaíba	Penha	17	2,28
Carrão	Aricanduva/Vila Formosa	17	1,23
Casa Verde	Casa Verde /Cachoeirinha	17	0,79
Jaguara	Lapa	17	5,58
Jardim Helena	São Miguel Pta.	17	0,45
Pedreira	Cidade Ademar	17	1,88
Limão	Casa Verde /Cachoeirinha	17	0,79
Perus	Perus	17	0,05
Raposo Tavares	Butantã	17	2,22
Sapopemba	Sapopemba	17	1,72
Vila Curuçá	Itaim Paulista	17	0,36

Fonte: Autora, com base no IPVS (SEADE, 2010) e Anexos 18 e 19.

Verifica-se que, à exceção dos distritos Sé e Brás pertencentes à Subprefeitura Sé, que aparecem, respectivamente, 26 e 19 vezes entre os indicadores que mensuram os piores distritos

do Município, à exceção do distrito de Grajaú pertencente à Subprefeitura Capela do Socorro que aparece 22 vezes, à exceção do distrito de Campo Belo pertencente à Subprefeitura Santo Amaro que aparece 18 vezes e à exceção do distrito de Jaguará pertencente à Subprefeitura Lapa, que aparece 17 vezes, todos esses com porcentagem de coleta seletiva, no ano de 2016, que varia entre 3,43 a 5,58%; os demais distritos, que aparecem entre 24 e 17 vezes entre os piores indicadores, estão localizados em Subprefeituras que contam com porcentagem de coleta seletiva para o ano de 2016 inferior a 2,23 % (Campo Limpo), chegando a 0,01% em Parelheiros que aparece 21 vezes entre os piores indicadores.

Sem a pretensão de se adentrar no imenso universo que abrange a análise dos indicadores de desigualdade, trazemos aqui, novamente, a exemplo do que foi feito anteriormente, por amostragem, como o Mapa da Desigualdade aponta os indicadores nas áreas de habitação e trabalho/renda em dois distritos - Parelheiros e Jaguará, que pertencem às Subprefeituras de Parelheiros e Lapa, que tiveram no ano de 2016 respectivamente 0,01% e 5,58% de coleta seletiva, e se encontram com 10% (Parelheiros) e 100% (Jaguará) de coleta seletiva implantada nas vias oficiais. Agora a amostragem trará os dados por Subprefeitura a que pertencem os distritos escolhidos.

Na área da habitação, onde o Mapa da Desigualdade 2016 traz como indicador a porcentagem de favelas sobre o total de domicílios da região, Parelheiros apresenta uma porcentagem de 10,84% de domicílios em favelas sobre o total de 39.428 (Infocidade) domicílios da região (Subprefeitura Parelheiros), enquanto que Jaguará apresenta a porcentagem de 2,73% de domicílios em favelas sobre o total de 111.061 domicílios da região (Subprefeitura Lapa). Na área de emprego e renda, onde o Mapa da Desigualdade traz como indicador o número de empregos por 10 mil habitantes, enquanto Jaguará apresenta 10.827,89 empregos por 10 mil habitantes, Parelheiros apresenta 459,53 empregos por 10 mil habitantes.

Mesmo Jaguará aparecendo dentre os 17 indicadores que mensuram os piores distritos do Município (face sua classificação por outros indicadores constantes do Mapa da Desigualdade 2016, que aqui não foram estudados), os dados mostram a desigualdade de Jaguará diante de Parelheiros nas áreas aqui escolhidas para amostragem (emprego/renda e habitação). E essa desigualdade pode ser melhor verificada quando se considera a porcentagem de coleta seletiva para o ano de 2016, onde a região de Jaguará (Subprefeitura Lapa) apresenta 5,58% e Parelheiros 0,01% e quando se considera a implantação da coleta seletiva, que na região de Jaguará é de 100% e Parelheiros é de 7,5%.

Na comparação entre esses mapas das figuras 7, 8 e 9 é possível verificar que quanto

mais os distritos das Regiões acumulam indicadores de desigualdade (mapa da figura 9), maior é a vulnerabilidade social (mapa da Figura 7) e a consequência é o menor acesso à coleta seletiva (mapa da Figura 8). Ou seja, somente têm direito de acesso à coleta seletiva no Município de São Paulo os cidadãos residentes em regiões não expostas à desigualdade, nem tampouco à vulnerabilidade social. Mas, afinal de conta, o acesso à coleta seletiva é um direito? É desse tema que trata a próxima seção.

4.6 A VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em complemento aos princípios constitucionais já estudados (respeito à dignidade da pessoa humana e igualdade ambiental), o direito à educação ambiental coloca-se enquanto um dos instrumentos constitucionais de que se serve a justiça social ambiental para garantir efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A CF-88 assim explicita:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...) VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente: (...). BRASIL, 1988.

Tomando-se a expressão ‘efetividade’ sinônimo de eficácia social, tem-se que a educação ambiental está além de sua instrumentalidade para garantir que o comando normativo do art. 225 da CF-88 se propague por toda a sociedade. Trata-se, pois de um direito, previsto constitucionalmente e garantido a todos os cidadãos, à luz do princípio da igualdade social previsto no *caput* do próprio art. 225 da CF-88.

Como é que se poderia imaginar que qualquer pessoa teria sua dignidade garantida se não lhe fossem asseguradas saúde e educação? (NUNES, 2012, p. 66). E a resposta não poderia ser outra senão a de que o direito à educação ambiental, enquanto a essência do bem comum, é garantia de uma “vida dignamente humana da população”, enquanto garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado que este capítulo está tratando. Isso porque a Lei Federal nº 9,795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), trouxe

a educação ambiental enquanto um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (art. 2º). O art. 3º trata do direito a todos à educação ambiental. Nos arts. 9º e 10º traz a educação ambiental formal, desenvolvida nos currículos escolares das instituições públicas e privadas e nas séries que são pertinentes à educação básica, educação superior, educação especial, educação profissional, e educação de jovens e adultos, não devendo ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, facultada nos cursos de pós-graduação, mas sim direcionada para uma prática contínua e permanente em todos os níveis da educação formal.

No art. 13 da lei do PNAE vem disciplinada a educação ambiental informal enquanto “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. Vem do art. 16 a atribuição para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de suas competências, e nas áreas de sua jurisdição, definam diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Também a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal n. 12.305/2010 e Decreto 7.404/2010) trouxe normatização acerca da educação ambiental: no art. 5º da LRS consta que a Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. O art. 8º, VIII também da LRS, traz a educação ambiental enquanto um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o art. 19 da LRS determina aos Municípios que no conteúdo mínimo de seus planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos estejam programas e ações de educação ambiental, com vistas a promover a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos.

Cumprindo sua função reguladora da Lei 12.305/2010, o Decreto 7404/2010 insere a educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos enquanto parte integrante da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tendo ela por objetivo aprimorar o conhecimento dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos (art. 77, caput). Traz o decreto um elenco de medidas a serem executadas pelo Poder Público, visando ao cumprimento desses objetivos, tais

como: incentivar atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada; promover a articulação da educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos com a Política Nacional de Educação Ambiental; realizar ações educativas voltadas aos fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores, com enfoque diferenciado para os agentes envolvidos direta e indiretamente com os sistemas de coleta seletiva e logística reversa; desenvolver ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e às suas responsabilidades no âmbito da responsabilidade compartilhada; apoiar as pesquisas realizadas por órgãos oficiais e pelas universidades, por organizações não governamentais e por setores empresariais, bem como a elaboração de estudos, a coleta de dados e de informações sobre o comportamento do consumidor brasileiro; elaborar e implementar planos de produção e consumo sustentável; promover a capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos e; divulgar os conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos.

Mesmo prevendo ações de educação ambiental, sob a ótica da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, consta do referido Decreto, que a educação ambiental de que trata obedecerá às diretrizes gerais fixadas na Lei nº 9.795, de 1999, e no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, bem como obedecerá às regras específicas estabelecidas na Lei nº 12.305, de 2010 (art. 77, § 1º). E, mais ainda, traz menção expressa de que as ações de educação ambiental previstas no art. 77 não excluem as responsabilidades dos fornecedores referentes ao dever de informar o consumidor para o cumprimento dos sistemas de logística reversa e da coleta seletiva instituídos.

No âmbito local, do Município de São Paulo, a Lei Municipal (SP) nº 15.967 de 24 de janeiro de 2014, estabelece que a Política Municipal de Educação Ambiental respeite as norma já previstas em conformidade com os princípios, objetivos e determinações da PNEA, e demais programas nacionais instituídos por lei, que tratem do tema educação ambiental, respeitando-se as demais legislações pertinentes nos âmbitos federal, estadual e municipal, adequando-se ainda às especificidades de cada realidade local, do Plano Diretor Estratégico e demais instrumentos que o integram.

No que se refere à educação ambiental, voltada para ações de conscientização quanto à destinação e segregação adequada de resíduos, a Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo traçou por objetivos o estímulo à reflexão do sistema de produção e

consumo, na perspectiva economia solidária (art. 5º, XI), bem como o objetivo de desenvolver programas, projetos e ações de Educação Ambiental integrados às políticas públicas, pautados pela economia solidária (art. 5º inciso XII, linha d)

No mesmo ano da entrada em vigor da PNAE (2014), foi realizada no Município de São Paulo a IV Conferência Municipal de Meio Ambiente para atuar enquanto etapa preparatória para a Conferência Nacional de Meio Ambiente, que além de ter como desafio contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos teve na Educação Ambiental um de seus Eixos Temáticos. E no texto no PGIRS-2014 constou que a elaboração daquele documento tomou, como uma de suas referências, a Política Nacional de Educação Ambiental (SÃO PAULO (2), p. 55). Durante a reelaboração do PGIRS-2012 foram várias as discussões em torno da necessidade de implantação de um plano de Educação Ambiental, até que se chegou ao consenso de que todas as ações previstas para os RSD Secos deveriam “se articular com as diretrizes e as estratégias de ação do Plano Municipal de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos, pois incidem diretamente nos hábitos e comportamentos dos envolvidos” (SÃO PAULO Prefeitura Municipal, 2014b, p. 112). O planejamento dessas ações foi objeto IV Conferência Municipal de Meio Ambiente:

Os objetivos e estratégias de Educação Ambiental e Comunicação Social aprovados na IV Conferência Municipal de Meio Ambiente devem ser a base do planejamento das ações de educação ambiental e comunicação social para gestão dos resíduos sólidos no Município (SÃO PAULO Prefeitura Municipal, 2014b, p 55).

A partir da IV Conferência foi criado o Plano Municipal de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS) O Decreto Municipal n. 55.747, de 3 de dezembro de 2014, aprovou Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos 2014/2033 e criou o Comitê Inter secretarial de Implementação do referido Programa. As ações propostas pelo Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS), além de buscar diretrizes no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos PGIRS, também estabelecem sintonia com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), e orientam suas dinâmicas de atuação em ações de Educação Ambiental e Comunicação Social (EACS).

No Município de São Paulo, as ações de EACS em resíduos sólidos entre o poder público e a sociedade civil foram definidas no PEACS para que todo seu desenvolvimento com os demais temas fosse executado nos Polos de Educação Ambiental e CADES Regionais (Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento sustentável e Cultura de Paz). “Os CADES Regionais e as unidades de ensino públicas e privadas e demais espaços de política

pública servirão como ponto de encontro para reflexão e estímulo de novos comportamentos individuais e coletivos, além de fortalecimento de valores mais sustentáveis” (SÃO PAULO-SP, 2014). Os polos foram definidos como espaços de referência em meio ambiente;

Nesse contexto, as atividades de Educação Ambiental e Comunicação Social em resíduos sólidos a serem desenvolvidas junto ao Poder Público, aquelas a serem realizadas no território das subprefeituras, que necessitam ser articuladas e norteadas para atendimento aos planos, programas e projetos, previstos na PMEA e no Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em resíduos, nos Polos de Educação Ambiental e CADES Regionais (SÃO PAULO Prefeitura Municipal, 2014b).

Mesmo que o Decreto Municipal 55.747, de 3 de dezembro de 2014, tenha criado o Comitê Inter secretarial de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos, sob coordenação da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, foi a AMLURB que elaborou um planejamento onde constaram as metas e planejamento para execução do PEACS, apresentando um cronograma traçado para cumprimento das metas do PEACS até abril de 2017, como ilustra a Figura 10:

Figura 10 - Cronograma de metas de PEACS.

Fonte: Anexo 8

Em documento trazido pela Prefeitura de São Paulo a um processo judicial (SÃO PAULO (Estado), 2015b, p. 766) mostrou-se que a adesão do gerador domiciliar em separar resíduos continuou representa um gargalo na implantação do programa de coleta seletiva e que o PEACS viria fortalecer o programa (Anexo 8). Ainda que os Polos de Educação Ambiental se constituíssem em “uma das metas de governo prevista para as 32 subprefeituras”, que serviriam como espaços de articulação para o desenvolvimento local, e tenha constado do Decreto Municipal n. 55.747/2014 que esses polos seriam criados para se tornarem “referência em meio ambiente, cultura de paz” e que receberiam atividades regulares e espontâneas “os 32 Polos de Educação Ambiental não foram implementados” (Cf. Anexo 7)

Em resposta ao pedido de informação enviado pela autora esta pesquisa à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), esta noticiou que “os polos não fazem parte das metas do atual governo” e que “não houve atividade oficialmente relacionada ao PEACS que tenha tido envolvimento direto com o DPP2/FEMA no período informado”, não havendo sido encontrado nenhum registro de portaria de designação do Comitê Inter secretarial de implementação do PEACS, que havia, na gestão 2012-2016 sete instituições pré-existentes na estrutura da SVMA, e que foram realizados 6 (seis) projetos em parques públicos, por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Face a estas informações, pode-se deduzir que não houve implantação do PEACS no período informado, conforme constam de extratos de dois protocolos de informação (Protocolo informação n. 023381).

Essa parte da investigação leva à conclusão de que claramente ocorreu a descontinuidade administrativa⁵⁶, refere à implantação dos polos de Educação Ambiental, nenhuma atividade relacionada à implantação do PEACS, tanto dentro da própria gestão (2013/2016) que criou os programas, quanto na gestão que se sucedeu (2017/2021), o que agravou o cerceamento do cidadão quanto ao direito à educação ambiental.

Esta pode ser uma das causas do desestímulo do gerador domiciliar em segregar adequadamente seus resíduos, e que podem ter levado à coleta seletiva no Município de São Paulo a manter-se, praticamente estabilizada entre os anos de 2015 a 2017 (2015 com 86.110,22 t/ano; 2016 com 86.283,14 t/ano e 2017 com 87.893,41t/ano)

Essa é uma hipótese a ser estudada com mais ampla investigação, sem, no entanto, perder de vista que, a investigação vindoura não deixe de considerar que não obstante a

⁵⁶ Por descontinuidade administrativa entende-se “(...) as mudanças nas políticas públicas implementadas pelo Estado (...). Essas mudanças implicam desde mudanças nas prioridades setoriais de investimento, até mudanças na estrutura organizacional (...), interrupção e retomada de obras e serviços, tomadas de decisões e implementação de programas e projetos, com ou sem a participação popular e de funcionários” (AYRITSCHER, 1992, p.10).

interrupção da implantação do PEACS, a Prefeitura manteve congelado o valor de R\$ 3.672.486,07 (três milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sete centavos), bem como o saldo de R\$ 41.780.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta mil reais), (Anexos 1, 2 e 3) destinados a promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, sem utilização, aguardando a reestruturação do programa, mas gastou com a implantação da coleta seletiva no período compreendido entre 2013/2016, do montante de R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos).

Por outro lado, constou do mesmo Protocolo informação n. 023381 que a Prefeitura havia realizado 6 (seis) projetos em parques públicos, por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, no período de 2013/2016, ao custo total de R\$ 1.027.148,00 (um milhão, vinte e sete mil, cento e quarenta e oito reais).

Quando a SVMA foi questionada sobre o montante desembolsado para realização dos projetos em parques (projetos no Edital FEMA 11) e questionada se os projetos abrangeriam todos os parques do Município⁵⁷, em resposta ao Protocolo informação n. 023994, a SVMA também enviou o documento que consta do Anexo 31, aqui reproduzido como Quadro 4.

⁵⁷ Foi enviado pedido de informação à SMVA sobre o número de parques existentes no Município, ao que foi respondido (Protocolo n. 024510) ser um total de 107 (Anexo 10). Posteriormente consultado o Infocidade foi verificado que o Município conta com 110 parques, conforme Anexo 11.

Quadro 4 - Projetos Edital FEMA 11 – 2014.

Nº Processo CENTS	Nº. Processo FEMA	Entidade	Projeto	Parque	Subprefeitura	Valor projeto FEMA (R\$)
2014.0.347.592-6	2015.0.128.835-7	Instituto GEA Ética e Meio Ambiente	Trianon Ambiental	Siqueira Campos/Trianon	Pinheiros (Centro-Oeste)	171.000,00
	2015.0.128.698-3	Instituto GEA Ética e Meio Ambiente	Parque Eco Chico Mendes	Ecológico Chico Mendes	Itaim Paulista (Leste)	171.000,00
2015.0.026.183-9	2015.0.128.836-5	Instituto Siades Sistema de Infor. Ambient. p/o Des. Sustentável	Polo Ambiental no Parque Municipal Nabuco	Nabuco	Jabaquara (Sul 2)	170.974,60
	2015.0.128.705-9	Instituto Siades Sistema de Infor. Ambient. p/o Des. Sustentável	Projeto Ambiental no Parque Municipal Lions Club Tucuruvi	Lions Club Tucuruvi	Santana Tucuruvi VI (Norte 2)	170.974,60
2014.0.272.493-0	2015.0.128.685-0	Instituto Macuco	Polo EA no Pq Mun. Benemérito José Brás	Benemérito José Brás	Mooca (Centro)	171.000,00
	2015.0.128.688-5	Instituto Macuco	Polo EA no Pq Mun. Pinheirinho D'Água	Pinheirinho D'Água	Pirituba/Jaraguá (Norte 1)	171.000,00

Fonte: Autora, com base no Edital FEMA/2011.

Para esta análise será considerada a implantação da coleta seletiva por distritos, já que os projetos se realizaram em determinados parques localizados em naqueles distritos Municipais.

Observe-se que de um total de 110 parques, os projetos de Educação Ambiental foram realizados em somente seis deles, 104 ficaram de fora ao custo total de, em média, R\$ 171.000,00 cada projeto, totalizando o montante de R\$ 1.027.148,00. Cinco desses seis parques pertencem a distritos que, segundo informado pela Prefeitura possuem 100% de coleta seletiva implantada (Pinheiros – Parque Trianon Masp - região da avenida Paulista-, Itaim Paulista, Jabaquara, Santana e Pirituba), e um distrito (Mooca) cujo parque que recebeu programa possui 39% de coleta seletiva implantada.

Mesmo em se tratando de somente seis parques que receberam a iniciativa, se o programa tivesse se dirigido a localidades com altíssima vulnerabilidade social e com índice entre 1% a 5% de implantação de coleta seletiva (Jardim Ângela com 5%, Cachoeirinha 2%, e Vila Brasilândia com 1%), seria um bom começo, e se estaria garantindo efetividade ao princípio

da igualdade ambiental, consagrado no art. 225 da Constituição Federal, já que o projeto estaria sendo implantado em locais habitados por populações marcadas pela linha da pobreza.

Verifica-se na Tabela 10 que em três dos distritos que receberam o programa, três deles tiveram redução drástica da implantação da coleta seletiva. Essa análise é feita por comparação aos dados da implantação da coleta seletiva em 2016 e os dados da implantação da coleta seletiva em 2018.

Tabela 11 - Subprefeituras contempladas pelos projetos em Parques Edital FEMA 11, Prefeitura de São Paulo, 2014.

Subprefeitura	Coleta seletiva Implantação 2016 (%)	Coleta seletiva Implantação 2018 (%)	Resultado %
Itaim Paulista	100	41	Diminuiu em 59
Pirituba	100	47	Diminuiu em 41
Jabaquara	100	100	Manteve
Santana	100	100	Manteve
Mooca	39	39	Manteve
Pinheiros	100	100	Manteve

Chama atenção a situação dos dois distritos que sofreram redução da implantação: Itaim Paulista e Pirituba que receberam projeto de educação ambiental, mas que sofreram redução acima de 50% na implantação da coleta seletiva. E o distrito da Mooca que manteve os 39% de implantação.

Assim, há que se questionar de que vale uma iniciativa tão preciosa quanto cara em se proceder a iniciativas de educação ambiental em localidades com alto índice de coleta seletiva e baixíssimo índice de vulnerabilidade social como Pinheiros, Jabaquara, Santana e Pirituba, sendo que locais como Parelheiros, Itaim Paulista, Campo Limpo e Itaquera, embora estivessem selecionados pela municipalidade enquanto locais elegíveis a receber os projetos, não foram escolhidos para o referido projeto, quando constavam do Edital (conforme Anexo 17).

E nem se diga que o Edital fora aleatório, e não fazia parte do PEACS. Conforme outro trecho do Edital, apresentado a seguir, consta menção expressa ao PEACS:

Figura 11 - Menção aos PEACS no edital FEMA – 2014

Da mesma forma, não se questiona o tempo que duraram as iniciativas e se seu conteúdo valeu o pagamento a cada uma de valores que variam entre R\$ 170.974,60 a 171.000,00. A questão aqui colocada é o respeito ao princípio da igualdade ambiental.

Conforme dito, o art. 225 da Constituição Federal consagra o princípio segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. E, reitera-se: A pequena iniciativa de levar projetos de educação ambiental, ainda que em diminutos números de 6 parques, diante do universo dos 110 existentes no Município, é uma clara demonstração de que ocorreu a distribuição desigual da proteção ambiental, cerceando aos mais pobres o direito de acesso à educação ambiental.

Em Dissertação de Mestrado defendida na Fundação Getúlio Vargas intitulada: *Educação e meio ambiente: uma experiência comunitária de educação ambiental através da Coleta Seletiva de Lixo*, Emílio Maciel Eigenheer elenca as várias razões pelas quais um programa de educação ambiental voltado para estimular a adesão da população a programas de coleta seletiva não obtêm êxito. Neste elenco, o traz os principais atores: Poder Público, setor empresarial, organizações da sociedade civil e, finaliza tecendo o quão é importante o papel da universidade no processo (EIGENHEER, 1989).

No trabalho mencionado, Eigenheer explica que a inércia, a corrupção e o empreguismo do setor público, a avidez de lucro do setor privado, as carências dos setores educacional e social, são apenas alguns dos muitos obstáculos para uma tomada de posição a favor da preservação do meio ambiente, e estão entre as dificuldades em implantar o sistema

de coleta seletiva (1989, p. x). Aponta o autor, que a consequência não poderia ser outra senão, ao invés de se criarem programas exequíveis, perde-se tempo e dinheiro público com apelos genéricos que surtem cada vez menos efeitos na população, deixando-a de se tornar partícipe em atividades rotineiras e cotidianas, através de novos hábitos e atitudes e uma melhor compreensão de inserção ambiental. Tudo somando à falta de seriedade política (EIGENHEER, 1989, Op. cit.).

O pesquisador afirma que, face às características que assume no país, o Poder Público (aqui compreendidos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, além das empresas a eles ligadas) é o setor da sociedade que mais apresenta empecilhos para ações voltadas à defesa do meio ambiente. O autor atribui essa inércia à qualidade inferior de pessoal “oriunda da longa tradição do empreguismo, em que o primado da competência quase nunca é levado em conta -, como a baixa remuneração que, dado ao inchaço do setor público, penaliza inclusive o pessoal qualificado e atuante”, e quando se encontra material humano qualificado, esses são vencidos pelos entraves burocráticos, como a rotina de serviço, que não acomoda outras tarefas, que fazem perder o potencial humano ali encontrado. Também o autor atribui o emperramento de projetos ambientais por contrariarem interesses dos dirigentes, face à necessidade de liberação de verbas de outros poderes e, mesmo à necessidade de trabalho coordenado entre poderes (quando a questão se amplia para níveis além do local) (EIGENHEER, 1989, pp. 2-3) e também denuncia a falta de iniciativas pragmáticas, junto às comunidades de munícipes:

A questão da reciclagem no Brasil é um exemplo marcante. Quase sempre as iniciativas governamentais se resumem a seminários, congressos etc., que acabam, por falta de desdobramentos práticos, não levando adiante seus propósitos iniciais. Isto reforça ainda mais a sensação de impotência e desânimo nas comunidades interessadas, gerando dificuldades adicionais para que, numa outra oportunidade, se dê apoio a novas iniciativas. Não nos daremos aqui ao trabalho de discorrer sobre as graves consequências de, além do exposto, ainda incidir a questão da corrupção e de práticas políticas autoritárias (EIGENHEER, 1989, p. 4)

Nessa linha de pensamento, consta do PGIRS-2014 (revisão do PGIRS-2012), em seu preâmbulo, uma fala de um gestor da AMLURB à época, sugerindo que permanecia tanto no corpo técnico da AMLURB, quanto no Município e grande São Paulo a cultura normatizar, reger e controlar serviços votados quase que completamente para a coleta indiferenciada, com a disposição final da massa de resíduos em aterros sanitários, onerando o serviço público:

A coleta indiferenciada e disposição final foi e ainda é prática vigente nas últimas décadas no Município de São Paulo e sua região metropolitana. As ações e a cultura gerencial do corpo técnico predominantes na AMLURB, que vêm sucedendo o Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de São Paulo – Limpurb – são

a de normatizar, reger e controlar serviços concedidos, anteriormente contratados, quase que completamente voltados para a coleta indiferenciada, transporte e disposição final da massa de resíduos em aterros sanitários, exatamente o contrário do que preconiza a Lei 12.305/2010 (...) Nesse modelo de gestão se consome espaço, gasta-se com transporte e se desperdiçam materiais recicláveis - mais de 3 milhões de toneladas por ano. (SÃO PAULO. Prefeitura, 2014b, p.1).

Esteja a razão com Eigenheer ou com o gestor da AMLURB, fato é que o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo não saiu do papel e quando saiu (diga-se, na mesma gestão acima) foi para financiar projetos em parques, ao custo de mais de 1 milhão de reais, que se resumiu a seis parques municipais, violando o princípio da igualdade ambiental, previsto no art. 225, caput da Constituição Federal.

O setor privado, segundo o pesquisador citado, entrava com os processos de educação ambiental para acomodar seus interesses, muitas vezes impedindo o avanço das ações, e os movimentos comunitários e de defesa do meio-ambiente, face à falta de recursos, se esforçam para fazer frente à ausência do Poder Público e negligência do setor privado. Aí então a Universidade, face seu caráter de “território neutro”, procurando sempre se eximir de posicionamentos políticos “pode facilitar enormemente a aglutinação de esforços dos mais diversos setores da sociedade interessados em questões ambientais: comunidade, órgãos públicos, de pesquisa etc. Isto, contudo não significa que a Universidade disponha de condições reais para tal (EIGENHEER, 1989, p. 15), entrando aqui a questão da gestão de recursos:

Discutem-se a poluição industrial, o desmatamento da Amazônia e outros tantos problemas ambientais nacionais, mas não há esforço no sentido de educar o cidadão nos níveis social e cultural, induzindo-o a compreender a necessidade de colaborar no enfrentamento de questões como o desperdício de água, a limpeza urbana, formas alternativas de emprego do lixo, etc. Gastam-se fortunas em seminários, congressos e pesquisa – sem qualquer retorno prático -, criando-se uma verdadeira indústria de denúncia ambiental. No entanto, pouca atenção é dada a transformações que possam surgir através de processos educacionais e tecnologia apropriada à situação sócio-econômico-cultural brasileira (EIGENHEER, 1989, p. XI-XII).

Esses pensamentos do colega pesquisador encontram convergência com o fato de que o cidadão comum não tem interesse em saber para onde vão os resíduos sólidos, e acredita que o simples fato de “jogar fora” o que não mais lhe parece útil, é “livrar-se” do problema como se existisse, dentro de uma perspectiva ambiental, a categoria “fora”. Normalmente, sua percepção só se dá a partir do momento em que o sistema de limpeza público não atende ou não suporta a demanda de seu entorno (op. cit, p. 16).

Diante do exposto, a questão que se coloca é: a maneira como vem sendo implantado o programa de coleta seletiva no Município de São Paulo respeita o direito à igualdade ambiental? Respeita o direito à educação ambiental?

Considerando os princípios de responsabilidade compartilhada, em que os agentes

possuem atribuições individualizadas e encadeadas, poderia o Poder Público do Município de São Paulo exigir que o consumidor arque com o custo de segregar adequadamente seus resíduos, sem que a ele (o Poder Público) se imponha o dever de coletar seletivamente os resíduos segregados e de promover a educação ambiental em todos os setores, por todo o Município, para que todos tenham acesso à educação ambiental? A resposta é que existem, neste caso, sérias violações aos princípios da igualdade ambiental, da educação ambiental bem como ao princípio da responsabilidade compartilhada.

4.7 A EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA E A META DA DISPOSIÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA

Longe do consenso sobre ter ou não implantado coleta seletiva por todas as vias públicas do Município, fato é que a Prefeitura de São Paulo, ao divulgar o Plano de Metas 2013-2016, em junho de 2016, anunciou que teria universalizado a coleta seletiva a todos os 96 distritos pelo sistema porta a porta. Quando da publicação final do referido Plano de Metas, constou que o serviço estaria “ampliado” pelo sistema porta a porta, e que a universalização estaria restrita a um determinado número de distritos.

Diante da pouca elucidação que os termos “universalização” e “expansão” da coleta seletiva representaram na época, por não se conseguir identificar se o serviço de coleta seletiva estaria ou não universalizado para todas as vias públicas do Município, cabe aqui trazer alguns elementos que compõem a expressão “universalização” e “expansão”, para que se possa iniciar uma compreensão acerca dos termos utilizados pela gestão, para indicar ter cumprido seu Plano de Metas 2013-2016, como se verá, a seguir.

Consta da Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOM-SP) que “o Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão até noventa dias após sua posse, que conterá as seguintes prioridades: ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal” (art. 69-A da LOM-SP). A universalização do atendimento dos serviços públicos municipais é um dos mais importantes critérios formadores de indicadores de desempenho que compõem o Programa de Metas previsto na LOM-SP. Essa universalização deverá observar às seguintes condições:

regularidade, continuidade, eficiência, rapidez, cortesia no atendimento ao cidadão, segurança, atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos, modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população, conforme art. 69-A § 5º da LOM-SP (SÃO PAULO, Prefeitura. Municipal, 1990).

Consta do dicionário Aurélio⁵⁸ que a palavra universalizar significa: tornar universal, generalizar, tornar comum, propagar. Mas não é o significado literal da palavra que aqui se busca, mas sim seu significado em relação à Administração Pública (Direito Administrativo). Isso porque a Lei 11.445 de 2007, que estabelece as diretrizes gerais do Saneamento Básico traz a universalização do acesso aos serviços públicos, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos adequados em seu rol de princípios fundamentais (art. 2º, I e II), e os elege enquanto instrumentos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente (art. 2º, III).

Embora a Lei nº 8.987 de 1995, chamada Lei Geral das Concessões traga em seu art. 6º, §1º os requisitos da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia para que o serviço público seja prestado de maneira adequada, essa lei não trata da universalidade enquanto princípio da prestação de serviço adequada. Mesmo assim, pode se considerar que o princípio da universalidade se relaciona ao princípio da generalidade, e que ambos decorrem do princípio da igualdade, posto que a administração pública deve prestar tratamento não discriminatório e universal para todos os usuários (JUSTEN FILHO, 2013, p. 745), assegurando, desta forma, o acesso de todos ao serviço público de qualidade (art. 22 da Lei 8078/1990).

Mas, qual seria o significado do termo aplicado ao caso concreto quando a Prefeitura de São Paulo anuncia que universalizaria a coleta seletiva a todos os seus 96 distritos? Visando melhorar a compreensão do significado das expressões “universalização” e “expansão” da coleta seletiva foi apresentado, por esta pesquisadora, através da Lei de Acesso à Informação, pedido de esclarecimentos à AMLURB sobre referido conceito, de onde se obteve a seguinte resposta:

Protocolo de atendimento n. 024669

A frase “A coleta porta a porta foi expandida para todos os 96 distritos da cidade, sendo que destes, 46 estão com o serviço universalizado.” Indica que todos os distritos estão contemplados pela coleta seletiva, porém não em sua totalidade (cobertura total), somente alguns setores desses distritos estão atendidos pela coleta diferenciada. Ou seja, dos 96 distritos do Município, apenas 46 são atendidos de forma universalizada, isto é, todas as vias oficiais têm acesso ao serviço. At. Carlos Eduardo B. Barros de Oliveira Chefe de Gabinete AMLURB (Anexo 4).

⁵⁸ Dicionário Aurélio On Line: Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27 e disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/implantar>>. Acesso em: 05 mar. 2018

Pela resposta do órgão público, pode-se concluir que a expressão “universalização da coleta seletiva”, se refere ao serviço de coleta seletiva que abrange 100% das vias oficiais de todos os distritos do Município, e, no caso de São Paulo, onde se localizam cada um dos seus 3.573.510 domicílios, somando área rural e urbana. Enquanto que a expressão “expansão da coleta seletiva” se refere ao serviço de coleta seletiva que mesmo esteja disponível nos distritos, somente abrange alguns setores distritais e, portanto, pode ocorrer a cobertura entre 1% a 99% das vias. Quer isso dizer que mesmo nas localidades onde exista somente 1% de vias públicas servidas por coleta seletiva, a Prefeitura visualiza esse distrito enquanto a um setor onde a coleta seletiva está “expandida”.

Quanto à tipologia do serviço de coleta seletiva foi encontrado no PGIRS-2014 a explicação de que existem dois modelos de “coleta diferenciada de RSD secos em São Paulo”: os modelos porta a porta e em contêineres. Consta daquele documento que no primeiro modelo (coleta porta a porta), o serviço é feito tanto pelas concessionárias como por cooperativas ou associações de catadores, em circuitos definidos. Já o segundo modelo, de contêineres, tem o serviço é disponibilizado “em alguns poucos distritos do Município, em menor escala que o primeiro” (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 94). Quanto aos tipos de veículos utilizados na coleta porta a porta pelas concessionárias, é empregado o mesmo tipo de veículo utilizado para a coleta convencional de resíduos, ou seja, “os caminhões compactadores são adaptados para esse tipo de coleta, mas com contenção da energia de compactação dos resíduos” (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014, p. 94). Até mesmo o roteiro é semelhante:

As equipes de coleta também são semelhantes, com motorista e dois coletores, que percorrem praticamente os mesmos roteiros da coleta comum. É baixa a adesão e participação da população. A coleta porta a porta realizada pelas cooperativas de catadores de material reciclável é realizada em algumas regiões da cidade, em roteiros definidos, com apoio de veículos mais adequados – caminhões gaiola e veículos de pequeno porte (VUCs), percorrendo bairros definidos (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, pág. 94).

Para dar mais clareza sobre o termo coleta seletiva “porta a porta”, retoma-se a definição do Ministério do Meio Ambiente para ambos os sistemas:

As formas mais comuns de coleta seletiva hoje existentes no Brasil são a coleta porta-a-porta e a coleta por Pontos de Entrega Voluntária (PEVs). A coleta porta-a-porta pode ser realizada tanto pelo prestador do serviço público de limpeza e manejo dos resíduos sólidos (público ou privado) quanto por associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis. É o tipo de coleta em que um caminhão ou outro veículo passa em frente às residências e comércios recolhendo os resíduos que foram separados pela população. Já os pontos de entrega voluntária consistem em locais situados estrategicamente próximos de um conjunto de residências ou instituições para entrega dos resíduos segregados e posterior coleta pelo Poder Público (BRASIL, 2008).

Assim, expressão “coleta porta a porta” se diferencia da “coleta por contêineres” para designar se o munícipe precisou ou não se deslocar de sua residência para dispensar seu lixo. Na coleta porta a porta o cidadão recebe na porta de sua residência o veículo de coleta para retirar seus resíduos segregados; enquanto que na coleta por contêineres, ele precisa se dirigir até o local onde estão os Postos de Entrega Voluntária (PEV’s) e lá dispensar seus resíduos de acordo com o tipo de segregação que tenha realizado.

Resta ainda o termo “implantar”. Face à ausência de significações em outras ciências para o termo, vem o dicionário Aurélio⁵⁹ onde implantar significa introduzir (-se), fixar (-se). Em trecho do PGIRS-2014 consta uma das metas a serem alcançadas:

Implantar coleta seletiva progressivamente em domicílios e condomínios, articulada com a coleta convencional e containerizada, e posteriormente com a coleta seletiva de resíduos orgânicos em todos os distritos municipais. A partir do segundo semestre de 2014, todos os distritos deverão ser progressivamente atendidos, até a universalização do processo em 2016. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2014b, p. 108).

Implantar tem o mesmo sentido que fixar, introduzir, e seu sentido incompleto (por sua natureza gramatical de verbo transitivo direto), vem do complemento, que é a coleta convencional e ‘containerizada’ (colocada em containers), com o objetivo de alcançar a universalização.

Essas explicações se fizeram necessárias para que se possa compreender o sentido e alcance das expressões em algumas das passagens que seguem, no que se refere à gestão do Município de São Paulo (2013/2016) ter cumprido ou deixado de cumprir o plano de metas universalizando e/ou implantando coleta seletiva por todas as vias públicas do Município, como por exemplo, quando a Prefeitura do Município de São Paulo, visando dar cumprimento à Lei Orgânica Municipal e à PNRS de Resíduos Sólidos, após encerramento da etapa de participação social, fez incluir, em 16 agosto de 2013, em seu Programa de Metas, o objetivo 15 com a META 89, tendo por objetivo a “ampliação” da coleta seletiva nos 21 dos 96 Distritos dos Municípios, ainda não atendidos. Observemos na Figura 12, os referidos trechos do Programa de Metas 2013-2016:

⁵⁹ Dicionário Aurélio On Line: Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27 e disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/implantar>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

Figura 12 - Trechos do Programa de Metas 2013-2016 – Objetivo 15.

Fonte: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal, 2013, p. 26.

Em 26 de junho de 2016, a Prefeitura do Município de São Paulo anunciou o cumprimento de seu “Programa de Metas 2013/2016”, com a “universalização” do programa de coleta seletiva em todos os seus 96 distritos sendo feita até mesmo uma cerimônia com o título: “Anúncio da universalização da coleta seletiva e do site SP Mais Limpa”, conforme consta da agenda do Prefeito datada de 26/06/2016, evento este que se realizou na Central Mecanizada de Triagem Carolina Maria de Jesus - Avenida Miguel Yunes, 345 – Vila Sabará - Santo Amaro (Anexo 14).

O Poder Judiciário estadual determinou que a Prefeitura do Município de São Paulo apresentasse os números reais da coleta seletiva (SÃO PAULO. Estado, 2015c). Trazidos os números, veio ao processo a informação de que em junho de 2016 havia 43 distritos sem implantação na totalidade de suas vias públicas do sistema de coleta seletiva. Cumprindo a mesma determinação do Poder Judiciário do Estado, a Prefeitura de São Paulo apresentou um

Figura 14 - Trecho de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

22 - São Paulo, 61 (246) - Suplemento	Diário Oficial da Cidade de São Paulo	sábado, 31 de dezembro de 2016
---------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------

Objetivo 15: Ampliar a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos com a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis

A Meta 89 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 89 - Ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos

Relato da Meta 89

A coleta porta-a-porta foi expandida para todos os 96 distritos da cidade, sendo que destes, 46 estão com o serviço universalizado. Essa é a melhor marca de coleta seletiva que a cidade já teve.

Além da coleta realizada pelas empresas concessionárias, as cooperativas de reciclagem da capital receberam investimentos de R\$ 42 milhões do BNDES para compra de máquinas, reforma de galpões e capacitação de gestores, aumentando o fôlego e capacidade de reciclagem da cidade.

Além disso, a Prefeitura de São Paulo disponibilizou pela cidade Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) para a população depositar materiais recicláveis. Esses equipamentos incentivaram a separação do material para reciclagem e a entrega voluntária. Os PEV's s

Complementar a abrangência da coleta seletiva nos distritos que já contam com circuitos e efetivar a coleta seletiva para os que ainda não são atendidos por nenhuma modalidade com implantação de pontos de entrega voluntária. A ampliação da coleta seletiva não possui custo de implantação e manutenção, apenas gerenciamento da contrapartida exigida para a concessão do serviço.

*** Meta viabilizada por meio do contrato de concessão dos serviços de coleta de resíduos sólidos.**

Definição de termos técnicos para a meta

Modalidades de coleta seletiva: coleta pode ser feita pelos caminhões disponibilizados pelas concessionárias, pelos caminhões alugados pela Prefeitura e cedido às cooperativas ou misto (distrito atendido por 2 modalidades).

Circuito: trajeto pelo qual é feita a coleta seletiva.

Ponto de Entrega Voluntária: local onde o munícipe pode fazer o descarte dos resíduos recicláveis.

Fonte: Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 31 de dezembro de 2016 (São Paulo, 61 (246) – Suplemento), p. 22.

Da afirmação do Diário Oficial (Figura14) onde se lê que a meta se encontra concluída e que “a coleta seletiva porta-a-porta foi expandida para todos os 96 distritos da cidade, sendo que destes, 46 estão com o serviço universalizado”, é possível concluir que a Prefeitura disponibilizou (expandiu) a coleta seletiva em 96 distritos do Município, mas o serviço não está implantado em todas as vias daqueles 96 distritos.

Esta é a forma como a Prefeitura do Município de São Paulo interpreta e executa os institutos. Neste sentido cabe a discussão a respeito de ter a mera expansão da coleta seletiva o efeito de cumprir a meta da disposição ambientalmente adequada dos rejeitos. Assim, para alcançar a etapa conclusiva desta fase da investigação faz-se necessário relacionar alguns dos dados analisados aos conceitos acima estudados.

Segundo as informações fornecidas pela Prefeitura de São Paulo, através do Portal da Transparência, no ano de 2016, dos 3.573.510 domicílios do Município de São Paulo, foram coletadas 3.624.884,61 toneladas de resíduos sólidos. Por ações de coleta seletiva foram processados 86.283,14 (t) em 2,11% do total gerado, com 97,89 % enviado a aterro sanitário (Anexos 18 e 19). No entanto, a Pesquisa Ciclossoft que reúne informações sobre os programas de coleta seletiva “desenvolvidos por prefeituras, apresentando dados sobre a composição do lixo reciclável, custos de operação, participação de cooperativas de catadores e parcela da população atendida” (CEMPRE, 2016), noticia que o programa de coleta seletiva da Prefeitura de São Paulo passou a atender, em 2016, a 87% da população conforme mostra a Figura 15.

Figura 15 - População atendida pela coleta seletiva. Municípios brasileiros

Fonte: CEMPRE, 2016.

Percebe-se uma contradição, pois se o Município de São Paulo processou por meio de ações de coleta seletiva 2,11 do total gerado, com 97,89% enviado a aterro sanitário, como seria possível atender 87% da população? Tem-se aqui estudado, na visão da Prefeitura do Município de São Paulo, a coleta seletiva não está implantada ou universalizada para os 3.573.510 domicílios paulistanos, mas sim expandida. Em resposta ao pedido de informação protocolo n. 029131, em que se perguntou à Prefeitura de São Paulo sobre o critério para tal assertiva do CEMPRE (já que o CEMPRE se utiliza de dados fornecidos pelas Subprefeituras a resposta foi de que a AMLURB desconhece o motivo de tal afirmação, conforme consta do pedido de Informação n. 029131.

Face à ausência de consenso, até mesmo dentro da própria AMLURB a respeito dos termos “universalização, expansão e implantação”, pode ter ocorrido que o envio de dados para

a pesquisa tenha considerado os conceitos de coleta expandida e não aquela efetivamente realizada e que estaria universalizada. Essa pode ser uma explicação para o resultado da pesquisa Ciclosoft-2016. Neste sentido, e tendo por base os conceitos de “universalização, expansão, e implantação” é de considerar que, em algum momento, pode a Prefeitura de São Paulo ter considerado que a coleta seletiva estaria “expandida” para 87% da população.

E mais ainda: dentro desse critério, pode ser que a Prefeitura considere até mesmo que 100% da população está recebendo a coleta seletiva expandida, mesmo nas localidades onde exista somente 0,37% de implantação. Para a Prefeitura esse distrito (onde exista somente 0,37% de implantação da coleta seletiva) pertence a uma região onde a coleta seletiva está “expandida”, conforme publicação no Diário Oficial de 31/12/2016, onde constou que: “a coleta porta-a-porta foi expandida para todos os 96 distritos da cidade, sendo que destes, 46 estão com o serviço universalizado”. Neste sentido, veja trecho abaixo retirado da página da internet da Prefeitura de São Paulo na data de 27 de fevereiro de 2018 (Figura 16):

Figura 16 - Site da prefeitura cita cobertura completa de coleta seletiva nos distritos.

Regiões atendidas

Todos os 96 distritos do Município de São Paulo são contemplados pela coleta seletiva (ou diferenciada), seja pelas cooperativas ou pelas concessionárias - em algumas Subprefeituras, a coleta é realizada por ambas. A AMLURB é o órgão responsável pela coordenação, estabelecendo normas e procedimentos para sua implementação, gerenciamento, fiscalização e controle.

Consulte o dia e horário da coleta seletiva de acordo com a região:

Fonte: Site da Prefeitura de São Paulo⁶⁰.

Em síntese tem-se que pelos critérios da Prefeitura, a expansão da coleta seletiva significa a presença ou ausência da coleta seletiva. Ainda que um distrito tenha 0,37% de vias contempladas com a coleta seletiva, a Prefeitura considera que ali a coleta está presente, e, portanto, expandida. Enquanto a universalização do serviço de coleta seletiva significa levar a coleta seletiva a todos os domicílios e a todos os cidadãos (acesso e abrangência);

Com o esclarecimento sobre o que significam, para a Prefeitura do Município de São Paulo os termos “expansão e universalização” da coleta seletiva, essa pesquisa retoma o questionamento:

A mera expansão da coleta seletiva cumpre a meta da destinação e disposição ambientalmente adequadas de resíduos e rejeitos?

O Plano de Metas, publicado em dezembro de 2016, considerou que sim, que a expansão

⁶⁰ Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=219614>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

da coleta seletiva cumpriria em 100% a meta da universalização do programa. E assim a Prefeitura estaria cumprindo a referida meta, pois o serviço se encontra expandido, ainda que, em alguns casos a expansão abranja 0,37% de coleta seletiva efetivamente realizada, como é o caso da Subprefeitura de Cidade Tiradentes.

No entanto, há existe uma diferença entre a universalização da coleta seletiva nos distritos e a universalização do serviço de coleta seletiva. No primeiro caso significa levar a coleta seletiva para os 96 distritos, ainda que se tenha 1% ou 5% de vias públicas cobertas pelo serviço; e no segundo caso significa levar a coleta seletiva a todos os domicílios e a todos os cidadãos. Parece que o equívoco seja proposital, para que o cidadão não compreenda os institutos e tome um pelo outro.

Assim, levando em conta a universalização do serviço de coleta seletiva, abrangendo todos os cidadãos, a meta da disposição final ambientalmente adequada NÃO está cumprida. Para alcançar tal desiderato será necessária a universalização da coleta seletiva para abranger cada uma das vias públicas onde se localizam cada um dos 3.573.510 domicílios do Município onde vive cada um dos seus 12.106.9201 habitantes. Assim estaria conferida efetividade ao direito de acesso à coleta seletiva, enquanto instrumento de justiça ambiental apto a afastar a proteção ambiental desigual.

Descumprida a meta da abrangência da coleta seletiva, estará descumprida, por via de regra, a meta da disposição final ambientalmente adequada, havendo séria violação à ordem jurídica vigente (Política Nacional de Resíduos Sólidos e Constituição Federal).

O Município de São Paulo se classifica dentre os maiores centros urbanos do mundo, por onde circulam pessoas de várias nações, raças e etnias que são seus maiores bens imensuráveis de uma sociedade globalizada. Por este motivo, não pode um sistema de coleta seletiva ser institucionalizado como penalização exclusiva para o cidadão. Coleta seletiva não é sinônimo de pena pela segregação inadequada. A coleta seletiva é uma das mais importantes ferramentas da responsabilidade compartilhada, onde todos: cidadãos, empresários e Poder Público devem cumprir suas atribuições, como corolário do princípio constitucional do solidarismo. É isso que garante o direito à a sadia qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Não entendendo esses sujeitos que vivemos em uma sociedade justa e solidária, a responsabilidade compartilhada, no dizer de Beck torna-se uma mera “irresponsabilidade organizada” descrita por Leite e Belchior como uma visão conturbada das instituições públicas e civis que “parecem ainda não terem despertado para a necessidade de uma gestão compartilhada do risco” (BECK, 1995, apud LEITE; BELCHIOR, 2012, p. 17).

O processo da globalização é o motor da evolução que carrega desafios e oportunidades

(FORTES; RIBEIRO, 2014, p. 369), e o desafio lançado pelo processo da globalização à capital paulista, uma das maiores do mundo, é o afastamento da proteção ambiental desigual, fazendo suas instituições validarem a garantia da distribuição equânime da proteção ambiental, trazida pela coleta seletiva, a todos que nela vivem, trabalham e circulam, não somente em seus limites territoriais, mas assumindo sua condição de ser um grande centro urbano em um mundo globalizado.

5 CONCLUSÕES

Analisando o sistema de coleta seletiva implantado no Município de São Paulo a investigação verificou que aquele município, ao alijar parcela significativa da população do direito de acesso à coleta seletiva desconsiderando as ferramentas da responsabilidade compartilhada, além de desestimular a adesão ao programa de coleta seletiva, expõe a risco de danos à qualidade ambiental, à saúde humana, enquanto bem global, viola o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Assim foi possível tecer as seguintes conclusões, que se apresentam como primeiro fechamento do ciclo de pesquisa:

- A responsabilidade compartilhada é um importante princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e sua disciplina legal a torna um importante instituto de direito ambiental que ainda necessita de algum amadurecimento institucional quanto à assunção das atribuições pelos sujeitos para garantir eficácia social à Lei de Resíduos Sólidos.

- Enquanto não acontece esse tal amadurecimento, as tentativas de sua aplicação têm desestimulado o gerador domiciliar a segregar adequadamente seus resíduos, desafiando a eficácia social da PNRS.

- A coleta seletiva é um direito e sua violação resulta em danos ao meio ambiente e à saúde humana enquanto bem global;

- Conforme critérios adotados pela Prefeitura do Município de São Paulo, a coleta seletiva não estaria universalizada, mas sim expandida. Por esses critérios, a expansão da coleta seletiva significa a presença ou ausência da coleta seletiva, ou seja: ainda que um distrito tenha 1% de vias contempladas com a coleta seletiva, a Prefeitura considera que ali a coleta está presente, e, portanto, expandida). Enquanto a universalização do serviço de coleta seletiva significa levar a coleta seletiva a todos os domicílios e a todos os cidadãos (acesso e abrangência);

- Como a mera expansão da coleta seletiva não abrange todos os 3.573.510 domicílios do Município, a meta da disposição final ambientalmente adequada NÃO está cumprida, sendo necessária a universalização da coleta seletiva, abrangendo todos os domicílios;

- Se o Poder Público se encarregar das atividades de logística reversa, que estão sob a responsabilidade dos fabricantes, comerciantes e distribuidores de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, essas ações deverão ser devidamente remuneradas, (art. 33, § 7º da LRS).

- Não há qualquer semelhança ente o instituto da responsabilidade compartilhada brasileira, aplicada no Município de São Paulo e a responsabilidade estendida do produtor (*Extended Product Responsibility*, ou EPR) instituto de direito ambiental, criado na União Europeia, Isso porque o antagonismo das finalidades enaltece as distinções: enquanto a responsabilidade estendida do produtor visa ampliar a responsabilidade do setor empresarial, desde as etapas de produção, trabalhando uma visão circular da economia, a responsabilidade compartilhada brasileira, embora seja um importante princípio da PNRS, tem suas origens em uma construção meramente legislativa, onde o principal objetivo do legislador ao inseri-la na Lei de Resíduos Sólidos para abrandar a responsabilidade pós-consumo do produtor e compartilha-la com outros agentes, responsabilizando-os pelo ciclo de vida dos produtos. Neste sentido, o sistema de coleta seletiva implantado no Município de São Paulo distancia-se flagrantemente da implantação de um sistema de economia circular;

- Houve, por parte da Prefeitura de São Paulo uma descontinuidade administrativa no que se refere à não implantação dos polos de Educação Ambiental, parte integrante do PEACS, tanto dentro da própria gestão (2013/2016) que criou os programas, quanto na gestão que se sucedeu (2017/2021), o que agravou o cerceamento do cidadão quanto ao direito à educação ambiental.

- Ainda durante a pesquisa algumas importantes questões levantadas não lograram obter resposta. São elas:

- a) Se não houve a implantação dos polos de Educação Ambiental, parte integrante do PEACS, como poderia a Prefeitura de São Paulo ter gasto, com a implantação da coleta seletiva no período compreendido entre 2013/2016, do montante de R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos)?
- b) Poderia um município que diz ter implantado coleta seletiva em seus 96 distritos ter custo zero da coleta e, ao mesmo tempo constar que o montante desembolsado pela municipalidade para implantação da coleta seletiva, entre os anos de 2013-2016, foi de R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos)?
- c) Qual o critério utilizado pela Prefeitura de São Paulo ao implantar projetos de educação ambiental (Edital FEMA 11 – 2014) em somente seis parques (dos 110 parques existentes) e somente no ano de 2014?
- d) Qual o critério da Prefeitura de São Paulo para distribuição da verba financiadora dos projetos-atividade de coleta seletiva?

- e) A região de Itaim Paulista (que apresentou 0,36% de coleta seletiva efetivamente realizada para o ano de 2016) pode estar entre aquelas que experimentou queda na porcentagem de coleta seletiva devido à revogação das atividades do Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores, conhecido como Fundo Paulistano de Reciclagem, e pode também estar entre as regiões não contempladas com o valor desembolsado pela municipalidade para implantação da coleta seletiva?
- f) Quais seriam os critérios adotados pela Prefeitura do Município de São Paulo para contemplar uma única empresa (Hiplan Construções e Serviços de Manutenção Urbana Ltda., recebeu R\$ 32.920.698,66 - de acordo com pedido de informação n. 030968 - Anexo 36) com cerca de 40% da verba federal destinada à implantação da coleta seletiva (R\$ 71.401.900,12), que concentra suas atividades em localidades que detém 2,22, 2,23% a 5,58% de coleta seletiva efetivamente realizada (Butantã, Campo Limpo e Lapa) em detrimento de localidades como Itaim Paulista, que apresentou 0,36% de coleta seletiva efetivamente realizada?

6 RECOMENDAÇÕES

O segundo fechamento do ciclo da pesquisa foi capaz de trazer as seguintes recomendações que podem ser de valia para agentes sociais e agentes públicos. Assim, considerando que a coleta seletiva está expandida em 100% dos distritos, mas persistem os números de 2,11% de coleta seletiva e 97,89% de resíduos enviados a aterro sanitário, e que os números da coleta seletiva se encontram estabilizados desde o ano de 2015, ao se perceber um desestímulo da adesão da população ao sistema, recomenda-se:

- 1) Realizar pesquisa de percepção porta a porta para investigar os motivos da não adesão do cidadão paulistano ao sistema de coleta seletiva;
- 2) Realizar estudos detalhados para levantamento dos locais do Município de São Paulo, onde se faz premente a necessidade de melhoria no respeito à dignidade da pessoa humana e direito à igualdade ambiental, utilizando o IPVS-2010 e o Mapa da Desigualdade, com intuito de identificar e localizar espacialmente as áreas que abrigam segmentos populacionais mais vulneráveis para que lhes seja garantido o direito de acesso à coleta seletiva;
- 3) Adotar medidas efetivas para promover a defesa e preservação do meio ambiente, bem como promover programas e ações de educação ambiental;
- 4) Reeditar, com ajustes técnicos que se fizerem necessários, o Contrato n. 38 /AMLURB/16 que elaborou o programa de metas do Programa de Educação Social e Comunicação Social (EACS) em Resíduos Sólidos (Anexo 8);
- 5) Analisar o Edital FEMA 11 de 2014, verificando se seria possível realizar projetos de Educação Ambiental em todos os 110 parques do Município, iniciando pelos que estão localizados em regiões mais periféricas, com maior quantidade de domicílios em situação de vulnerabilidade social e menor porcentagem de coleta seletiva (incluir também Capela do Socorro, que foge à essa regra), com o menor custo possível.
- 6) Reativar o PEACS e junto com ele, também ativar os Polos de Educação Ambiental, como meio de inclusão do gerador domiciliar em processos permanentes de educação ambiental, com vistas à conscientização, comunicação, formação e informação, acerca da importância em adotar o novo hábito de consumo;

- 7) Enviar propostas para inclusão da alternativa de participação das gestões municipais no processo de logística reversa no Acordo Setorial celebrado pela União como setor de embalagens em geral;
- 8) Celebrar termos de compromisso com a União e com o Estado de São Paulo, visando melhorias na qualidade das embalagens em geral e sua disposição ambientalmente adequada (princípio da Economia Circular);
- 9) Ao celebrar acordos setoriais para implantar sistemas de logística reversa e de coleta seletiva, chamando o setor empresarial e a coletividade, para uma gestão integrada e participativa cumprindo as metas de redução e reutilização de resíduos, promovendo a proteção e a proteção do ambiente, garantindo o direito à sadia qualidade de vida a todos os cidadãos;
- 10) Enquanto não forem celebrados os acordos setoriais (termos de compromisso) proibir a cobrança de embalagens para acondicionamento de compras ao gerador domiciliar no Município de São Paulo;
- 11) Implantar um sistema que recolha os resíduos segregados pelo gerador domiciliar, restituindo-os ao setor empresarial (logística reversa), com a participação e comprometimento de todo o setor empresarial envolvido no ciclo de vida dos produtos (acordo setorial).
- 12) Proceder à cobrança ao setor empresarial pela implantação da logística reversa no município, nos termos do art. 33, §7º da Lei Federal 12.305/2010;
- 13) Iniciar a implantação da coleta seletiva no Município através dos próprios municipais (Anexo 13);
- 14) Dar efetividade e apresentar resultados concretos dos trabalhos feitos pelos Núcleos Gestores do novo sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo, criados em 2017, cujos trabalhos até fevereiro de 2018, segundo a AMLURB, se resumiram em estudos sobre o tema;
- 15) Revogar a Resolução 55/2015AMLURB, que trata da Economia Circular no Município de São Paulo até que sejam adotados, no Município, ações voltadas à implementação dos elementos de Economia Circular, tomando por exemplo aqueles constantes da Plano de Ação para a Economia Circular, publicado em janeiro de 2018 pelo Parlamento Europeu denominado *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre um quadro de controlo da economia circular*, sendo eles: autossuficiência em matérias-primas; contratos públicos

ecológicos, redução da geração de resíduos, urbanos por habitante; redução dos desperdícios alimentares, elevação das taxas globais e reciclagem, inclusive das embalagens em geral, de embalagens de plástico, de embalagens de madeira, de embalagens de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos, biorresíduos reciclados por habitante e taxa de valorização de resíduos de construção e demolição; contribuição dos materiais reciclados para satisfazer a procura de matérias-primas, refere-se à porcentagem da procura global de materiais suprida por matérias-primas secundárias – para materiais específicos e no conjunto da economia; comércio de matérias-primas recicláveis – refere-se às importações e exportações de determinadas matérias-primas recicláveis; investimento privado, número de pessoas empregadas e o valor acrescentado bruto nos setores da economia circular; patentes relacionadas com a gestão e reciclagem de resíduos (EUROPA, 2018, pp. 4);

- 16) Revogar a Lei municipal nº 15.374, de 18 de maio de 2011, o Decreto nº 55.827, de 6 de janeiro de 2015 e a Resolução 55/2015AMLURB por contrariarem o princípio constitucional da igualdade ambiental, e princípio legal da responsabilidade compartilhada no município;
- 17) Levantar qual o critério o modo como foram gastos os R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos), entre os anos de 2013/2016 com a implantação da coleta seletiva no município (Anexo 30), tendo vista a estabilidade dos números da coleta seletiva no período;
- 18) Acompanhar o modo como serão gastos os R\$ 41.780.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta mil reais) e os R\$ 3.672.486,07 (três milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sete centavos), posto que tais verbas se destinam à promoção da inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, bem como para gerar benefícios ambientais, e estão congeladas, sem utilização pela Prefeitura de São Paulo.

Além das recomendações trazidas, visando auxiliar na melhoria do sistema de coleta seletiva do Município de São Paulo, também o estudo logrou levantar questões importantes, que merecem estudos mais aprofundados. São elas:

- 1) Como se justifica o fato da região de Capela do Socorro apresentar elevado registro de domicílios com alta vulnerabilidade social (29.301) e apresentar-se na sexta posição no ranking de coleta seletiva?
- 2) A elevada composição gravimétrica em resíduos orgânicos justifica a baixa

porcentagem de coleta seletiva em regiões mais periféricas do município de São Paulo?

- 3) A região de Capela do Socorro não teria sido afetada, entre 2013/2016, pela revogação das atividades do Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores, conhecido como Fundo Paulistano de Reciclagem?
- 4) A queda na porcentagem de coleta seletiva em algumas regiões como Itaim Paulista pode estar relacionada com a revogação das atividades do Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores, conhecido como Fundo Paulistano de Reciclagem?

Sob a égide do princípio da igualdade constitucional, este estudo também analisou Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo – o PEACS, e sugere que o PEACS seja adaptado à realidade do quadro funcional do município de São Paulo, para que se inicie de maneira gradativa, com polos de educação ambiental em cada uma das 32 Subprefeituras, com campanhas midiáticas acessíveis às populações meios de transporte público em pontos de ônibus, estações de trem, de metrô, monotrilhos e, também de entrega de material em postos de saúde. Possivelmente, conjugando-as com campanhas publicitárias em rádio ou em mídia televisiva.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SPERANZA, J. S.; PETITGAND, C. **Lixo zero: gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais próspera**. São Paulo: Planeta sustentável: Instituto Ethos, 2013.

ABRAMOVAY, R.(1); **Transformar lixo em riqueza depende primeiro do fabricante**. São Paulo: Nossa São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/transformar-lixo-em-riqueza-depender-primeiro-do-fabricante-folha-de-spaulo>>. Acesso em: 14 fev. 2018

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública. **Estimativas dos custos para viabilizar a universalização da destinação adequada de resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: ABRELPE, 2015. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/arquivos/pub_estudofinal_2015.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos do Brasil 2014**. 14. ed. São Paulo: ABRELPE, 2016. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos do Brasil 2015**. 14. ed. São Paulo: ABRELPE, 2016. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____. **Panorama dos resíduos sólidos do Brasil 2016**. 14. ed. São Paulo: ABRELPE, 2016. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2016.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N., **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2018.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. Trad. Francisco Mendonça. São Paulo: Contexto, 2007.

ALVES, H. P. F.; TORRES, H. G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**, v. 0, n. 1, p. 44-60, jan./mar. 2006.

AMORIM NETO, O. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações internacionais**[online]. Dezembro: 2016 pp. 043-054. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n52/n52a04.pdf> . Acesso em: 14 out. 2017.

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2009.

APESB. Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental. **Posição da APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental sobre o pacote legislativo da UE sobre economia circular, Lisboa, 2017**. Disponível em: <http://apesb.org/perch/resources/apesbppaper-pacote-economia-circular9mar2017-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

ARAÚJO, S. M. V. G. **O desafio da aplicação da lei dos resíduos sólidos**, Estudo Setembro 2013. Brasília, DF: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados; 2013.

ARAÚJO S. M.V. G.; JURAS I.A.G.M. **Comentários à lei dos resíduos sólidos: lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (e seu regulamento)**. São Paulo: Pillares, 2011.

ARROYO, L. H.; YAMAMURA, M.; PROTTI-ZANATTA, S. T.; FUSCO, A. P. B. C. V.; UCHOA, S. A.; ARCÊNCIO, R. A. **Identificação de áreas de risco para a transmissão da tuberculose no município de São Carlos, São Paulo, 2008 a 2013**.

AYRITSCHER, H. O. **Aspectos da Descontinuidade Administrativa no Processo de Democratização do Executivo Municipal de São Paulo - 1986 a 1992**. São Paulo, 1992. Dissertação - Fundação Getúlio Vargas.

ATABILA, G. **República e constituição**, 2.ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

AYALA, P. de A.; LEITE, J. R. M. Novas tendências e possibilidades do Direito Ambiental no Brasil. In. WOLKMER, A. C.; LEITE, J. R. (Org.). **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BAGGIO, R. C. **Justiça Ambiental entre redistribuição e reconhecimento: a necessária democratização da proteção da natureza**. Tese (Doutorado, Florianópolis, Santa Catarina, 2008.

BARROSO, L. R. **O direito constitucional e a efetividade das normas, limites e possibilidades na constituição brasileira**. 8. ed. São Paulo: Renovar, 2006.

_____. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.

BARZOTTO, L. F. Justiça Social - Gênese, estrutura e aplicação de um conceito. **Revista Jurídica Virtual** - Brasília, vol. 5, n. 48, mai. 2003

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997, trad. Maria Celeste C. J. Santos; rev. téc. Cláudio De Cicco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. 184 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010a**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010b. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2

de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez 2010. p. 1 (edição extra).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE Estimativa 2016a**.

Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em: 02 set. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE. Cidades 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355030>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Logística Reversa**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/logistica-reversa>>, 2014a. Acesso em: 14 jan. 2018a.

_____. SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos.

Manual de diretrizes operacionais para implantação e operação do sistema de logística reversa. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2015.

_____. SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos, 2010c. Disponível em: <<http://www.sinir.gov.br/web/guest/consultas-publicas>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Manual Metodológico das Conferências Municipais/ Regionais**. Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), 2013a.

_____. **Portaria MMA nº 185**, de 04 de julho de 2012, que convocou a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente - IV CNMA, a se realizar no período de 24 a 27 de outubro de 2013b.

_____. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Logística Reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos Análise de Viabilidade Técnica e Econômica**, 2013c.

_____. **Estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação da logística reversa por cadeia produtiva, componente: produtos e embalagens pós consumo.** Ministério do Meio Ambiente - Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, 2012

_____. **Lixo: Um grave problema no mundo moderno.** Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_consumo/_arquivos/8%20-%20mcs_lixo.pdf. Acesso em: 26 jan. 2018b.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Entenda o conceito de 'Justiça Social'.** 2010d Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/01/justica-social>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. **Conselho Federal de Educação.** Currículos mínimos dos cursos superiores. Editora da URGs, 1971.

_____. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006 – **Manual de arrolamento de setores e seleção dos domicílios.** CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento DECIT – Departamento de Ciência e Tecnologia / MS. Brasília, abril de 2008.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Como funciona a coleta seletiva?** 2014b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/reciclagem-e-reaproveitamento>. Acesso em: 27 fev. 2018.

_____. Resíduos Sólidos, os lixões persistem. **Em discussão! Os principais debates do Senado Federal.** Secretaria de comunicação social do Senado Federal. v. 5 - nº 22 - setembro de 2014c. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/residuos-solidos/@@images/arquivo_pdf/. Acesso em: 28 jan. 2018.

BREDA, R. L. **Efeitos da vulnerabilidade social - Notas sobre o cotidiano de trabalho em um CRAS na cidade de São Paulo.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BRINGEL, D. O. M.; VIEGAS, T. E. S. **(In)justiça ambiental no Maranhão: estudo sobre a implantação da Central de Tratamento de Resíduos na cidade de Rosário,** 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9d89da36533ed04c>.

Acesso em: 08 jan. 2018.

BRINGHENTI, J. **Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: aspectos operacionais e da participação da população**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública - USP, 2004.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, apres. Celso Lafer. Nova ed. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Teoria do Ordenamento jurídico**. Tradução: Claudio de cicco e Maria Celeste C. J. Santos. São Paulo: Pólis; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

CANOTILHO, J. J. G. A “principalização” da jurisprudência através da constituição. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 98, abr./jun. 2000.

CASTRO, F. B. P.; SOUZA, A. V. **Política de Resíduos Sólidos é um marco abrangente**. 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-ago-19/politica-nacional-residuos-solidos-marco-regulatorio-abrangente>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem. **Pesquisa Ciclosoft 2016**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclosoft/id/8>>. Acesso em: 04 set. 2016.

CHIMENTI, R. C.; CAPEZ, F.; ROSA, M. F. E.; SANTOS, M. F. **Curso de direito constitucional**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

CRETELLA JÚNIOR, J. Revista de Informação Legislativa, p.07. Revista de Informação Legislativa, v. 24, n. 94, p. 183-198, abr./jun. 1987 | **Revista de direito administrativo**, n. 166, p. 1-16, out./dez. 1986.

DEMAJOROVIC, J.; MASSOTE, B. Acordo setorial de embalagem: avaliação à luz da responsabilidade estendida do produtor. **Revista de Administração de Empresas . Print version** ISSN 0034-7590. [versão on-line]. ISSN 2178-938X Rev. adm. empres. vol.57 no.5 São Paulo Sept./Oct. 2017.

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 127-153.

DIAS, S. M. **Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa**. 2009. 326 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DI GIULIO, G. **Risco, ambiente e saúde: um debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2012.

EIGENHEER, E. M. **A limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

_____. **Educação e meio ambiente: uma experiência comunitária de educação ambiental através da Coleta Seletiva de Lixo**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1989.

EUROPA. EU law and publications.31994L0062. **Directiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 1994, relativa a embalagens e resíduos de embalagens**. Jornal Oficial nº L 365 de 31/12/1994 p. 0010 – 0023. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:31994L0062>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. EUR-Lex Access to European Union law. **da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre um quadro de controlo da economia circular**. Estrasburgo, 16.1.2018. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52018DC0029>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. EUR-Lex Access to European Union law **Relatório da Comissão ao Parlamento**

Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a aplicação do Plano de Ação para a Economia Circular. Bruxelas, 26.1.2017. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A52015DC0614>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

FARIAS, A. R.; MINGOTI, R.; VALLE, L. B. do; SPADOTTO, C. A.; LOVISI FILHO, E. **Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil.** ISN 2317-8787, EMBAPA Campinas, SP: Maio, 2017.

FACHIN, L. E. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: Reflexões sobre risco e hiperconsumo. In: LOPEZ, T. A.; LEMOS, P. F. I.; RODRIGUES, J. R. O. L. (Coord.) **Sociedade de risco e direito privado.** São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

FERNANDES, P. S. **Globalização, “sociedade de risco” e o futuro do direito penal:** panorâmica de alguns problemas comuns. Coimbra: Almedina, 2011.

FERREIRA, C. C. P.; PEREIRA Y. M. Justiça Ambiental e Direitos Humanos: Uma Perspectiva do Serviço Social. **Dignidade Re-vista**, Site da Revista, p. 1 - 50, 13 jul. 2017.

FERREIRA, J. A.; ANJOS, L. A. dos. Aspectos da saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Caderno de Saúde Pública** (Rio de Janeiro, 17 (3): 689-696, mai./jun., 2001.

FERREIRA, M. P.; DINI, N. P.; FERREIRA, S. P.; Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do estado de São Paulo: índice paulista de vulnerabilidade social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 5-17, jan./mar. 2006.

FIORILLO, C. A. P. **Estatuto da cidade comentado:** Lei 10.257/2001 Lei do Meio Ambiente Artificial. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **O Direito de Antena em face do Direito Ambiental no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. **Curso de direito ambiental brasileiro:** São Paulo, Saraiva, 2006.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Caderno de Saúde Pública**. v.27 n. 2. Rio de Janeiro Feb. 2011. [versão on-line]. ISSN 1678-4464.

FORTES, P. A. de C.; RIBEIRO, H., Saúde Global em tempos de globalização. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.23, n.2, p.366-375, 2014.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato si', mi' Signore**. Vaticano, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FÜHRER, M. C. A.; MILARÉ, É. **Manual de Direito Público e Privado**. 17. ed. São Paulo: RT, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIMBERG, E. **Coleta seletiva com inclusão social**: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 148p. (Publicações Pólis, 49).

GUERRA, S. **Resíduos sólidos**: comentários à Lei 12.305/2010. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GUIVANT, J. S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 16, abril 2001: 95-112.

GÜNTER, W. M. R. **Resíduos sólidos no contexto da saúde ambiental**. 2008. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: I Encontro Nacional da Anppas. **Anais**. 2002, Indaiatuba-SP, p. 01-15. Disponível em:

<[http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Selen e%20Herculano.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Selen%20Herculano.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2015.

HOCH, P. A. A obsolescência programada e os impactos ambientais causados pelo lixo eletrônico: o consumo sustentável e a educação ambiental como alternativas. XII Seminário Nacional de Demandas Sociais e de Políticas Públicas na sociedade contemporânea. **Anais**. Universidade Santa Cruz do Sul. 2016. Disponível em:

<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14704> - acesso 21/06/2018.

HOORNWEG, D.; TATA, B. What a Waste: A Global Review of Solid Waste Management. **Urban development series – knowledge papers**. The World Bank Group, 2012. Disponível em:<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTURBANDEVELOPMENT/0,,contentMDK:23172887~pagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:337178,00.html>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf. Acesso em: 24 set. 2016.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE: 2013.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE: 2010-2013.

JACOBI, P. R. (Org.) **Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil – inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2006. p.65-86.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo**: desafios da sustentabilidade. Estud. av.[online]. 2011, vol.25, n.71, p. 135-158.

ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Fundação Seade. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/projetos/ipvs/> >. Acesso em: 10 fev. 2016.

JURAS, I. A. G. M. **Legislação sobre resíduos sólidos**: comparação da lei 12.305/2010 com a legislação de países desenvolvidos, Estudo Abril 2012. Brasília, DF: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados; 2012.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo**. 9. ed. rev. e atualizada. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

LEITE, J. R. M.; BELCHIOR, G. P. N. Dano ambiental na sociedade de risco, uma visão introdutória. In: LEITE, J. R. M. (Coord.); FERREIRA, H. S. (Org.) FERREIRA, M. L. P. C. (Org.). **Dano ambiental na sociedade de risco**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEMOS, P. F. I. **Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LINDHQVIST, T. **Extended producer responsibility in cleaner production**: policy principle to promote environmental improvements of product systems. 2000. Tese (Doutorado) - Lund University, Sweden, 2000.

LISBOA, R. S. **Responsabilidade civil nas relações de consumo**. São Paulo: Saraiva, 2002.

LOPEZ, T. A. Responsabilidade civil na sociedade de risco. In: LOPEZ, T. A.; LEMOS, P. F. I.; RODRIGUES JUNIOR, O. L. (Coord.). **Sociedade de risco e direito privado**. São Paulo: Atlas, 2013. pp. 3-13.

LYNCH, B. D. Instituições Internacionais para a Proteção Ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: ACSELRAD, H. (Org.) **A Duração das Cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: De Paulo Editora, 2001, p. 57-82.

MALHEIROS, T. F. Saneamento ambiental e saúde pública. In: PHILIPPI JR, A.; ALVES, A. C. **Curso interdisciplinar de direito ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MEDINA, D. R. **Mediatização da comunicação política. Media, política e comunicação - a negociação do poder**. Univ Santiago de Compostela, 2006.

MELLO, C. A. B. de. **Elementos de Direito Administrativo**. 25 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência, prática, glossário. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, prática, glossário. 3 ed. rev. atual e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTORO, A. F. **Introdução à Ciência do Direito**. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MORATO, R.; KAWAKUBO, F. S.; LUCHIARI, A. Geografia da desigualdade ambiental na Subprefeitura de Campo Limpo, município de São Paulo. In: XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2005, Goiânia, GO, XII Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto, 2005, **Anais**, São José dos Campos, SP: INPE, 2005. v.1, P. 2281-2288.

NUNES, L. A. R. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva. 2002.

_____. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 4ª edição. 2009.

_____. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ONU, AGENDA 21. Resolução n. 44/228 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: 1992.

PARLAMENTO E. Eficiência em termos de recursos e resíduos - **Fichas técnicas sobre a União Europeia** – 2017. Disponível em:
<http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_2.5.6.html>.
Acesso em: 14 fev. 2018

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PUECH, M. P. S. R. **Grupos de catadores autônomos na coleta seletiva do Município de São Paulo**. 2008. 174 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

QUINTIERE, M. A PNRS - **Qual o papel das famílias?** publicado em 13 de novembro de 2013. Disponível em; <<https://blogdoquintiere.wordpress.com/tag/responsabilidade-compartilhada-2/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

RANGEL, T. L. V. D. **Princípios da Justiça Ambiental**: Breve Explicação. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF.

REALE, M. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

REGO, F. G. T. do. **Jornalismo empresarial**: teoria e prática. Summus Editorial, 1984.

RIBEIRO, H. **Saúde Global**: olhares do presente. Rio de Janeiro: FioCruz, 2016.

RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da Coleta Seletiva no Brasil: Desafios e Perspectivas a Partir de Três Estudos de Casos. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v. 2, n. 4, 2007. Disponível em:<www.interfacehs.sp.senac.br> Acesso em: 07 set. 2017.

RIBEIRO, H.; GUNTHER, W. M. R.; JACOBI, P. R.; BESEN, G. R.; DIAS, S. M. **Coleta seletiva**: modelo de gestão com e sem inclusão de catadores, vantagens e desvantagens na perspectiva da sustentabilidade. Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. 2016.

RIBEIRO, W. C. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 410.

ROMAN, E. WEEE management in Europe: learning from best practice. In: GOODSHIP, V. (Edit.); STEVELS, A. **Waste electrical and electronic equipment (WEEE) handbook**. Cambridge: Woodhead Publishing Limited, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/book/9780857090898>>. Acesso em 06 ago. 2015.

SÃO PAULO (Estado). ALESP. **Índice paulista de vulnerabilidade social** – principais resultados, 2010.

_____. (Estado) Tribunal de Justiça de. Agravo de instrumento 0072178.30.2012.8.26.0000. Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerante e Bebidas não Alcoólicas X Prefeitura de São Paulo, 2012.

_____. (Estado). Tribunal de Justiça. **Processo n. 1015255.94.2015.8.26.0053**. Autor: Prefeitura do Município de São Paulo, 2015a.

_____. (Estado). Tribunal de Justiça de. **Processo n. 1002618-14.2015.8.26.0053**. Autor: Associação Civil S.O.S. Consumidor. Réu: Prefeitura de São Paulo. 2015b.

_____. (Estado) Tribunal de Justiça de São Paulo. **Arguição de inconstitucionalidade n. 0016895-17.2015.8.26.0000**. Natura Cosméticos S. A. X Prefeitura de São Paulo. Tribunal de Justiça de São Paulo, 2015c.

_____. (Estado) Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Resolução SMA n. 45, de 23 de junho de 2015. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 2015d

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município de São Paulo**, 1990.

_____. Prefeitura Municipal. Decreto Municipal nº 42.290, de 15 de agosto de 2002, institui o **Programa Sócio Ambiental Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis** e dá outras providências, 2002.

_____. Prefeitura Municipal. **Decreto municipal nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012**, regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas para garantir o direito de acesso à informação, conforme específica, 2011

_____. Prefeitura Municipal. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB. **Relatório do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva:** São Paulo, junho 2012a.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Plano de assistência social do Município de São Paulo** – PLAS 2009-2012. Outubro 2012b

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento, orçamento e gestão. **Programa de Metas Prefeitura de São Paulo.** 2013.

_____. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 55.747, de 3 de dezembro de 2014.** Aprova o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo 2014/2033, bem como cria o Comitê Inter secretarial de Implementação do referido Programa, 2014a.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano de gestão integrada de resíduos sólidos do município de São Paulo.** Decreto nº 53.323, de 30 de julho de 2012 e revisado em 2014, Edição reelaborada em 2014b.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento do município de São Paulo, **INFOCIDADE** 2014c.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais. **Atlas sócio assistencial da cidade de São Paulo**/Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais. – SMADS, 2015a.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Atlas sócio assistencial da cidade de São Paulo** 2015b.

_____. Prefeitura Municipal. **Resolução nº 109/AMLURB/2017.** Reestrutura o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis, e aprimora a Doação Social com Encargos para o Processamento de Resíduos Sólidos Domiciliares Secos provenientes do serviço público de coleta seletiva do Município de São Paulo. 2017a.

_____. Prefeitura Municipal. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, quinta-feira, 17 de agosto de 2017b.

SEADE. **Histórico da formação do município de São Paulo**, fonte:
http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_50308.htm
 Acesso em: 12 out.17.

SEO, E. S. M.; FINGERMAN, N. N. Sustentabilidade na gestão de resíduos sólidos: panorama do segmento eletroeletrônicos. *InterfacEHS: Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 6(3), 3-15., 2011.

SIDOU, J. M. O. **Dicionário Jurídico**: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

SILVA, E. R. A gestão do “lixo” e suas implicações na construção de cidades sustentáveis. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. www.ufsm.br/redevistadireito v. 8, n. 2, 2013.

SILVA, J. A. **Princípios do processo de formação das leis no Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964.

_____. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 5. Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, M., SOARES, L. B. (Orgs.) **Políticas públicas e formas societárias de participação**. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH/UFMG, 2013.184 p.

SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, c2015. Disponível em: <<http://sinir.gov.br/web/guest/logistica-reversa>> Acesso em: 05 set. 2015.

_____. **Manual de diretrizes operacionais para implantação e operação do sistema de logística reversa**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, [s.d].

SIQUEIRA JR, P. H. **Lições de introdução ao direito**. 4. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

SIQUEIRA, L. N. Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. In:

BECHARA, E. (org.) **Aspectos relevantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos** – Lei 12.305/2010. São Paulo: Atlas, 2012, p. 146-149.

SOARES, R. M. F. **Reflexões sobre o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. Disponível em:

<http://portalciclo.com.br/downloads/artigos/direito/reflexoes_sobre_o_principio_constitucional_da_proporcionalidade.pdf>. Acesso em 06 fev. 2018.

TJ-SP Concede liminar contra logística reversa. **Valor econômico**. 11 de maio de 2012.

TOMASEVICIUS FILHO, E. **O que seria, em direito das obrigações, responsabilidade compartilhada?** 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jan-11/direito-civil-atual-seria-afinal-responsabilidade-compartilhada>>. Acesso em: 10 fev. 2018

VERDE, P. **Principais causas do desmatamento no Brasil**. Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/principais-causas-do-desmatamento-no-brasil/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

8 ANEXOS

ANEXO 1 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - HISTÓRICO DO FUNDO LOGÍSTICA REVERSA

Portal da Transparência - Sistema e-SIC

http://esic.prefeitura.sp.gov.br/detalhes_pedido_v2.asp

Sistema e-SIC

Início

Registrar Pedido

Consultar Pedido

Dados Cadastrais

Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	025616
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	14/10/2017
Órgão:	AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, Poderiam me informar as atividades do Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores até dezembro de 2016. Quais ações foram praticadas e quais os valores envolvidos?

Resposta do recurso 2ª Instância

Data da Resposta:	01/12/2017
Resposta:	Boa Tarde, Prezados, "O Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores, conhecido como Fundo Paulistano de Reciclagem, foi criado por meio da Resolução nº 028/AMLURB/2014, revogada no ano de 2016 pela Resolução nº 082/AMLURB/2016, também revogada em 2017. O Fundo tinha natureza privada, era gerido por um Conselho Gestor responsável pela deliberação e fixação das regras de aplicação dos recursos do FUNDO, cujas funções de operação eram exercidas por um Agente Operador contratado para tal. A AMLURB não tem informações referentes às ações executadas e tampouco em relação aos valores movimentados na Gestão anterior (até 2016), posto que não há Processo Administrativo tratando do assunto. Quando do início da nova gestão, foi providenciada a regularização do FUNDO, com os valores apresentados naquele momento, sob orientação da Secretaria Municipal de Justiça nos seguintes termos: Enquanto a Resolução a ser editada por AMLURB (que reestrutura todo o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis, criando a figura das Gerenciadoras) não vigora, o ideal é seguir a orientação do Conselho de Acompanhamento e transferir o montante disponível para uma conta específica a ser indicada pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana e, de acordo com a Controladoria Geral do Município, que esta conta se mantenha congelada até que a Resolução AMLURB seja expedida, salvo se o valor apurado for aplicado na mesma dotação/rubrica. ? Saldo em 01/09/2017: R\$ 3.672.486,07" At. AMLURB

Anexos

Situação

Situação:	Finalizado
Prazo de atendimento:	03/11/2017

ANEXO 2 - INFORMAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO FEITO PELO BNDES AO FUNDO DE LOGÍSTICA REVERSA (1 DE 2)

Portal da Transparência - Sistema e-SIC

http://esic.prefeitura.sp.gov.br/detalhes_pedido_v2.asp

Sistema e-SIC

Início
Registrar Pedido
Consultar Pedido
Dados Cadastrais
Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	026933
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	01/12/2017
Órgão:	AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, Poderiam, por gentileza, informar se o saldo remanescente do Fundo Paulistano de Reciclagem (em 01/09/2017: R\$ 3.672.486,07), tem por origem o apoio não reembolsável de R\$ 41,8 milhões ao município, concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ampliar o nível de reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos, com inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis??

Resposta do pedido

Data Resposta:	08/12/2017
Resposta:	<p>Bom dia, Caro Solicitante,</p> <p>Não. Tratam-se de duas fontes de financiamento distintas.</p> <p>Os recursos do BNDES mencionados se referem ao Contrato de Concessão de colaboração financeira não reembolsável No. 14.2.1142.1 no âmbito do BNDES Fundo Social, destinada a promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, bem como gerar benefícios ambientais, a partir da ampliação do Programa de Coleta Seletiva do Município de São Paulo, da implantação de até 10 Centrais de Triagem Semiautomatizadas, e da oferta de serviços técnicos especializados e capacitação.</p> <p>O escopo deste contrato está sendo reavaliado de forma a melhorá-lo e adaptá-lo as necessidades de ampliação da coleta seletiva do município de São Paulo, visando o cumprimento do programa de metas da cidade.</p> <p>O Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores, conhecido como Fundo Paulistano de Reciclagem, foi criado por meio da Resolução nº 028/AMLURB/2014, revogada no ano de 2016 pela Resolução nº 082/AMLURB/2016, também revogada em 2017.</p> <p>O Fundo tinha natureza privada, era gerido por um Conselho Gestor responsável pela deliberação e fixação das regras de aplicação dos recursos do FUNDO, cujas funções de operação eram exercidas por um Agente Operador contratado para tal.</p> <p>A AMLURB não tem informações referentes às ações executadas e tampouco em relação aos valores movimentados na Gestão anterior (até 2016), posto que não há Processo Administrativo tratando do assunto.</p> <p>Quando do início da nova gestão, foi providenciada a regularização do FUNDO, com os valores apresentados naquele momento, sob orientação da Secretaria Municipal de Justiça.</p> <p>At. AMLURB</p>

Anexos

Situação

Situação:	Finalizado
Prazo de atendimento:	21/12/2017

ANEXO 2 - INFORMAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO FEITO PELO BNDES AO FUNDO DE LOGÍSTICA REVERSA (2 de 2)

Histórico

Data	Situação	Justificativa	Responsável
01/12/2017	Em tramitação	Pedido Registrado no Sistema	
08/12/2017	Atendido	<p>Bom dia, Caro Solicitante, Não. Tratam-se de duas fontes de financiamento distintas. Os recursos do BNDES mencionados se referem ao Contrato de Concessão de colaboração financeira não reembolsável No. 14.2.1142.1 no âmbito do BNDES Fundo Social, destinada a promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, bem como gerar benefícios ambientais, a partir da ampliação do Programa de Coleta Seletiva do Município de São Paulo, da implantação de até 10 Centrais de Triagem Semiautomatizadas, e da oferta de serviços técnicos especializados e capacitação. O escopo deste contrato está sendo reavaliado de forma a melhorá-lo e adaptá-lo as necessidades de ampliação da coleta seletiva do município de São Paulo, visando o cumprimento do programa de metas da cidade. O Fundo de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores, conhecido como Fundo Paulistano de Reciclagem, foi criado por meio da Resolução nº 028/AMLURB/2014, revogada no ano de 2016 pela Resolução nº 082/AMLURB/2016, também revogada em 2017. O Fundo tinha natureza privada, era gerido por um Conselho Gestor responsável pela deliberação e fixação das regras de aplicação dos recursos do FUNDO, cujas funções de operação eram exercidas por um Agente Operador contratado para tal. A AMLURB não tem informações referentes às ações executadas e tampouco em relação aos valores movimentados na Gestão anterior (até 2016), posto que não há Processo Administrativo tratando do assunto. Quando do início da nova gestão, foi providenciada a regularização do FUNDO, com os valores apresentados naquele momento, sob orientação da Secretaria Municipal de Justiça. At. AMLURB</p>	Carlos Santana
19/12/2017	Finalizado	Finalizado	

[Voltar](#)

ANEXO 3 - INFORMAÇÃO SOBRE BNDES E SALDO DO FUNDO LOGÍSTICA REVERSA

Portal da Transparência - Sistema e-SIC

http://esic.prefeitura.sp.gov.br/detalhes_pedido_v2.asp

Sistema e-SIC

Início
Registrar Pedido
Consultar Pedido
Dados Cadastrais
Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	027474
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	28/12/2017
Órgão:	AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, Poderiam informar os valores que envolvem o Contrato de Concessão de colaboração financeira não reembolsável No. 14.2.1142.1 no âmbito do BNDES e a maneira como esta verba está sendo gerenciada?

Resposta do pedido

Data Resposta:	04/01/2018
Resposta:	Bom dia, Prezado solicitante, Informamos que o contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável de número 14.2.1142.1, no âmbito do BNDES, é de R\$ 41.780.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta mil reais) e não houve desembolso de recursos até o momento, tendo em vista que o projeto está sendo rediscutido. At. AMLURB

Anexos

Situação

Situação:	Finalizado
Prazo de atendimento:	17/01/2018

Histórico

Data	Situação	Justificativa	Responsável
28/12/2017	Em tramitação	Pedido Registrado no Sistema	
04/01/2018	Atendido	Bom dia, Prezado solicitante, Informamos que o contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável de número 14.2.1142.1, no âmbito do BNDES, é de R\$ 41.780.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta mil reais) e não houve desembolso de recursos até o momento, tendo em vista que o projeto está sendo rediscutido. At. AMLURB	Carlos Santana
15/01/2018	Finalizado	Finalizado	

ANEXO 4 - INFORMAÇÃO SOBRE CONCEITOS DE UNIVERSALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA

Portal da Transparência - Sistema e-SIC

http://esic.prefeitura.sp.gov.br/detalhes_pedido_v2.asp

Sistema e-SIC

Início

Registrar Pedido

Consultar Pedido

Dados Cadastrais

Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	024669
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	31/08/2017
Órgão:	AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, Poderiam me informar como a Prefeitura conceitua os termos:COLETA SELETIVA UNIVERSALIZADA E COLETA SELETIVA EXPANDIDA. Pergunto porque estou com dificuldades para interpretar a seguinte frase: A coleta porta a porta foi expandida para todos os 96 distritos da cidade, sendo que destes, 46 estão com o serviço universalizado. A frase foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo sábado, 31 de dezembro de 2016. São Paulo, 61 (246) – Suplemento – fls. 22.

Resposta do recurso 2ª Instância

Data da Resposta:	23/10/2017
Resposta:	Bom dia, Atendendo vossa solicitação e em cumprimento ao Decreto nº 53.623 de 12 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011,Prezado requerente, Seguem abaixo as informações solicitadas. A frase "A coleta porta a porta foi expandida para todos os 96 distritos da cidade, sendo que destes, 46 estão com o serviço universalizado." indica que todos os distritos estão contemplados pela coleta seletiva, porém não em sua totalidade (cobertura total), somente alguns setores desses distritos estão atendidos pela coleta diferenciada. Ou seja, dos 96 distritos do município, apenas 46 são atendidos de forma universalizada, isto é, todas as vias oficiais têm acesso ao serviço. At. Carlos Eduardo B.Barros de Oliveira Chefe de Gabinete AMLURB

Anexos

Situação

Situação:	Finalizado
Prazo de atendimento:	20/09/2017

ANEXO 5 - INFORMAÇÃO SOBRE MULTAS APLICADAS AO GERADOR DOMICILIAR

De: nao-responda@e-sic.prefeitura.sp.gov.br
Enviado: quinta-feira, 8 de fevereiro de 2018 12:19
Para: m_samp2014@usp.br
Assunto: e-SIC - Pedido Respondido

Prezado(a) Senhor(a),

O pedido de informação abaixo foi analisado e teve resposta na data 08/02/2018.

Protocolo: 28005
Requerente: ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de Abertura: 19/01/2018
Prazo de atendimento: 08/02/2018
Órgão da solicitação: SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Solicitação do requerente: Prezados, Poderiam informar quantas multa foram aplicadas ao gerador domiciliar por utilizar sacolas para coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares secos para a coleta convencional de resíduos domiciliares indiferenciados. nos ternos do art, 4o, do DECRETO Nº 55.827, DE 6 DE JANEIRO DE 2015?

Resposta: Prezado Município: Informamos que até o momento não foram lavrados autos de multa para o caso em tela. Rodrigo Pimentel Pinto Ravena Chefe de Gabinete - SVMA

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção do *menu* do sistema "Consultar Pedido".

Atenciosamente,

ANEXO 6 - INFORMAÇÃO SOBRE MULTAS APLICADAS AO COMERCIANTE

Prezado(a) Senhor(a),

O pedido de informação abaixo foi analisado e teve resposta na data 21/02/2018.

Protocolo: 28426

Requerente: ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR

Data de Abertura: 06/02/2018

Prazo de atendimento: 26/02/2018

Órgão da solicitação: SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Solicitação do requerente: Prezados. Poderiam informar o motivo do não atendimento em 17.01.2018 do pedido 028014 ABAIXO DESCRITO? Prezados, Poderiam, por gentileza, informar quantas multas foram aplicadas aos estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo por distribuir gratuitamente ou vender sacolas plásticas aos consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias, nos termos dos arts. 1º. e 5º. do DECRETO Nº 55.827, DE 6 DE JANEIRO DE 2015? e do Art. 7º da LEI Nº 15.374, DE 18 DE MAIO DE 2011 que diz: A fiscalização da aplicação desta lei será realizada pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Resposta: Prezado munícipe, Cumpre informar que, não houve até o momento a aplicação de multas em decorrência da distribuição gratuita ou a venda de sacolas plásticas aos consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, em desacordo com o Art. 1º da Lei nº 15.374/2011. A aplicabilidade da norma questionada depende de maior regulamentação, sendo certo que, atualmente, não foram estabelecidos meios para a fiscalização efetiva quanto ao descumprimento da mesma. Dessa forma, como garantia ao Princípio da Segurança Jurídica, antes da regulamentação em instrumento competente, de procedimentos que permitam a aplicação de multas àqueles que estejam em desacordo com o determinado, essa Secretaria segue impossibilitada de aplicar qualquer penalidade. Atenciosamente, Rodrigo Pimentel Pinto Ravena Chefe de Gabinete – SVMA

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção do menu do sistema “Consultar Pedido”.

Atenciosamente,

ANEXO 7 - INFORMAÇÃO SOBRE NÃO IMPLANTAÇÃO DOS PÓLOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

portal da Transparência - Sistema e-SIC

http://esic.prefeitura.sp.gov.br/detalhes_pedido_

Resposta do pedido

Data Resposta:	31/07/2017
Resposta:	<p>Prezado munícipe,</p> <p>Seguem os esclarecimentos solicitados:</p> <p>a) O PEACS é o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos referente a PGIRS – Política Municipal de Resíduos Sólidos.</p> <p>b) Pelo Decreto 53.924/13 foi convocada a Conferência Municipal do Meio Ambiente, para 2013, e criado o Comitê Intersecretarial da PGIRS envolvendo 8 Secretarias e instituindo 5 Grupos de Trabalho, entre eles o GT1 para a elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos.</p> <p>c) O Decreto 55.747, de 3 de dezembro de 2014, aprovou Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos 2014/2033 e criou o Comitê Intersecretarial de Implementação do referido Programa. Em anexo ao Decreto, está o respectivo Plano.</p> <p>d) Não encontramos na UMAPAZ nenhum registro de portaria de designação do Comitê Intersecretarial de implementação do PEAC, que, segundo o Decreto, teria representantes da SVMA, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras e Autoridade Municipal de Limpeza Urbana.</p> <p>e) O Programa/Plano anexo ao Decreto 55747/14 explicita que “A realização do Programa Regional exigirá o funcionamento pleno dos CADES Regionais e dos Polos de Educação Ambiental a serem criados nas regiões de cada uma das Subprefeituras, onde deverão ocorrer as reuniões, formações, oficinas e demais atividades previstas.” E, também supõe um contrato: “A equipe a ser contratada também deverá promover oficinas e formações nos órgãos governamentais locais, tais como nas Diretorias de Ensino, unidades de saúde e outros locais que aglutinem profissionais, que possam multiplicar as informações e ações de sustentabilidade, conforme as diretrizes do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos.</p> <p>f) Os 32 Polos de Educação Ambiental não foram implementados. No Relatório de Atividades da UMAPAZ da gestão anterior são listados 13 Polos de Educação Ambiental, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sete instituições pré existentes na estrutura da SVMA: UMAPAZ; DGD Norte; DGD Leste; DGD Centro Oeste; DGD Sul; Planetário do Ibirapuera; Planetário do Carmo - seis projetos em Parques públicos, realizados por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, por meio do FEMA 11, a saber: Parque Pinheirinho D'Água, Polo Pirituba/Jaraguá; Parque Benemérito Brás, Polo Moóca; Parque Chico Mendes, Polo Itaim Paulista; Parque Lions Clube Tucuruvi, Polo Santana/Tucuruvi; Parque Nabuco, Polo Jabaquara. <p>Os Polos não fazem parte das metas do atual governo.</p> <p>g) De janeiro a junho de 2017 foram realizadas na UMAPAZ as seguintes atividades diretamente referidas a gestão de resíduos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. 1 de fevereiro de 2017 - Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos Urbanos, palestra, com 50 participantes b. 9 de março de 2017 - Oficina de Coleta Seletiva, com 12 participantes c. 27 de março; 13 de abril; 22 de maio ; 19 de junho - Ciclo de Diálogos sobre Resíduos, Educação e Consumo, com 103 participantes d. 7 de abril – Visita monitorada à Composteira da Lapa, com 24 participantes e. 12 de abril – Workshop sobre Métodos de Compostagem, com 44 participantes <p>Atenciosamente, Rose Gottardo Chefe de Gabinete – SVMA</p>

Resposta do recurso 1ª instância

Data da Resposta:	04/08/2017
Resposta:	<p>Prezado Município, Reiteramos as informações já prestadas acerca do solicitado. No tocante ao novo questionamento realizado, sugiro que apresente nova requisição possibilitando, deste modo, haja prazo hábil para que a área competente apresente os esclarecimentos. Att. GILBERTO TANOS NATALINI Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente</p>

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 1-12

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA**CONTRATO: 38/AMLURB/16**

Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Consultiva para a Execução de Ações Necessárias ao Cumprimento das Metas e Ajustes do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

**Educação Social e Comunicação Social (EACS) em Resíduos Sólidos
– PGIRS –**

Abril/2017

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 2-12

Documentos Legais

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 3-12

Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão dos Resíduos Sólidos

OBJETIVO

Transformar comportamento dos diversos atores da sociedade (os órgãos do governo, setores produtivos, de serviços, as instituições públicas e privadas, formais e não formais) quanto a gestão dos resíduos sólidos, abrangendo princípios e valores para construção de sociedades sustentáveis, nas dimensões social, ambiental, política, econômica, ética e cultural (PGIRS, 2014).

JUSTIFICATIVA

- Sociedade caracterizada pelo excesso de consumo e desperdício;
- Baixos índices de reciclagem e reaproveitamento dos resíduos sólidos;
- Separação incorreta dos resíduos sólidos;
- Disposição irregular dos resíduos sólidos;
- Gastos com o sistema de gestão dos resíduos;
- Impactos ambientais e sociais

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 4-12

Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão dos Resíduos Sólidos

CONSEQUÊNCIAS

- Conscientização e mudança de postura na gestão dos resíduos:
 - Aproveitamento de resíduos orgânicos para compostagem, biodigestão;
 - Correta e máxima segregação dos resíduos sólidos (coleta seletiva);
 - Recuperação dos RCC;
 - Logística reversa de embalagens e resíduos especiais.
- Valorização do resíduo como bem econômico e social;
- Consumo consciente/sustentável.

BENEFÍCIOS

- Redução da quantidade/volume de resíduos dispostos em Aterros Sanitários;
- Redução dos custos na disposição dos resíduos em aterros;
- Eliminação dos pontos viciados;
- Redução dos focos de proliferação de vetores, agentes patógenos e atração de roedores;
- Preservação de drenagens pluvial e fluvial;
- Outros.

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 5-12

**Educação Ambiental e Comunicação Ambiental –
Instrumento para mudança**

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 6-12

Planejamento para Atendimento às METAS

Levantamento das informações obtidas nas reuniões realizadas no período

Levantamentos realizados em "sites" oficiais

Identificação da Situação Atual das Metas de EA (Preliminar)

Planejamento para Atendimento às METAS de EACS

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 7-12

AMLURB	DISCRIMINAÇÃO	META	SITUAÇÃO ATUAL
	Consolidação do Núcleo de Educação Ambiental na AMLURB	2014	Até o momento não foi criado
	Elaboração do Plano de EACS para manejo de resíduos sólidos	2014	Decreto nº 55.747 de 3/12/2014 aprova o Programa de EACS em Resíduos do Município de São Paulo. Cria o comitê Intersecretarial de implementação (SVMA, SME, SMS, SMPR, AMLURB). Coordenação SVMA
	Elaboração do Plano de Comunicação para Mídia	2014	"Eu Jogo Limpo com São Paulo" duração 1 ano, veiculado na mídia por 3 meses. Financiado: LOGA, ECOURBIS, Soma e Inova
	Implantação de ações para disseminar compostagem "in situ", redução de resíduos, etc.	32 Prefeituras Regionais - até 2015	Programa "Composta SP" (piloto em 2.000 residências)
	Ações para apoio à Implementação do Programa Municipal para Manejo Diferenciado de Resíduos	1475 escolas até 2016	Até a data da reunião (dez/16) a AMLURB estava desenvolvendo o projeto piloto de coleta seletiva nas escolas, a pedido da SVMA.
	Preparação de Edital para Suporte à ação das entidades locais nas três campanhas, articulada com as instâncias locais e coordenadas pelo Núcleo de EA da AMLURB	2014	O FEMA financiou diversos programas de EA. O último Edital do ano de 2014
HIDROCONSULTA PLAN	Interlocução com as Instâncias Locais do Conselho Participativo municipal	A partir de 2014	Não há informação

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 8-12

AMLURB	DISCRIMINAÇÃO	META	SITUAÇÃO ATUAL
	Criação em cada Subprefeitura de Polos de EACS voltada a resíduos sólidos no âmbito do CADES.	32 Prefeituras Regionais até 2015	Criados 10 polos de Educação Ambiental nas seguintes Prefeituras Regionais: Pinheiros, Santana/Tucuruvi, Aricanduva, Mooca, Pirituba/Jaraguá, Vila Maria/Vila Guilherme, Butantã, Itaquera, M'Boi Mirim e Sé
	Ações para apoio a Implementação do Programa Feira Sustentável em cada Subprefeitura	883 feiras livres até 2016	Em andamento o Projeto "Feiras Livres e Jardins Sustentáveis". Início no final de 2015. Pátio de Compostagem da Lapa e da Sé. Inova treina feirantes e distribui panfletos para a usuários e moradores.
	Articulação desses elementos (núcleo e polo) e da ação local das Secretarias Municipais –	a partir de 2014	Não há informação. Decreto nº 55.747/2014 cria Comitê Intersecretarial
	Fortalecimento de ações de Educação Ambiental e Comunicação Social para manejo correto dos RSS, com responsabilidades para o setor de saúde e para o poder público. –	2015	Criação do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis – PAVS
	RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE (CPTM, Metrô, Aeroportos, Sistema de Balsa; Terminais Intermunicipais; Terminais Urbanos) – Campanha de EACS e educação permanente dos funcionários.	2014/2015 e 2016	Metrô: campanhas que incluem cartazes, adesivos, TV minuto, disponibilizam conteúdo em redes sociais (2014/2015), teatro e site. Aeroporto: Disponibilização de manual de boas práticas aos lojistas Treinamento trimestral dos profissionais de limpeza Exibição de "slides" educativos nos painéis eletrônicos

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 9-12

METAS / PROPOSIÇÃO**METAS:**

Consolidação do Núcleo de Educação Ambiental na AMLURB

Levantamento de informações para estruturar núcleo, elaboração de relatório modelo para núcleo, acompanhamento e apoio à AMLURB na implementação.

METAS:

Polos de EACS; Ações de Disseminação de Compostagem "in situ"; Interlocução Conselho Participativo Municipal;

Levantamento de informações nas 32 Prefeituras Regionais, elaboração de relatório (diagnóstico, proposição de ações), apoio à AMLURB na implantação das ações.

METAS:

Elaboração do Plano de EACS e Plano de Comunicação para Mídia

Levantamento da situação na SVMA, análise crítica dos produtos entregues, proposição de ajustes, apoio à AMLURB na discussão e na implementação, se necessário.

METAS:

Articulação desses elementos (núcleos, polos de educação ambiental) e da ação local das Secretarias Municipais.

Análise da articulação institucional entre os elementos, proposição de novo formato e/ou regulação, se necessário.

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS 10-12

<p>AMLURB</p> <p>INFRAHIDROCONSULTAPLAN</p>	<h2>METAS / PROPOSIÇÃO</h2> <p>METAS: Ações para apoio a implementação do Programa Municipal para Manejo Diferenciado de Resíduos nas 1475 escolas</p> <p>Análise do Programa em desenvolvimento pela AMLURB; reunião com a SME e a SVMA; proposição de ações, apoio à AMLURB na implementação.</p> <p>METAS: RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE (CPTM, Metrô, Aeroportos, Sistema de Balsa; Terminais Intermunicipais; Terminais Urbanos)</p> <p>Avaliação e monitoramento das ações de EACS dos resíduos sólidos dos Sistemas de Transporte (Metrô, CPTM, Sistema de Balsas, Terminais Rodoviários, Terminais Urbanos e Aeroportos);</p> <p>METAS: RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE Fortalecimento das ações de EA para o manejo correto dos RSS</p> <p>Reunião com a SMS, diagnóstico e proposição de ações, apoio à AMLURB na implementação.</p> <p>METAS: Ações de apoio a implementação do Programa Feira Sustentável em cada Subprefeitura</p> <p>Levantamento de informações, visita aos pátios, diagnóstico e proposição de ações, apoio à AMLURB na implementação.</p>
---	---

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS – 11-12

Andamento dos Trabalhos

ABRIL – 2017

Análise Crítica da Meta – Polos de EACS, em andamento

MARÇO – 2017

Reunião com o Metrô e RECICLANIP

“Proposta para criação de Núcleo de Educação Ambiental na AMLURB”, em revisão

FEVEREIRO – 2017

Elaboração de questionário para as contratadas

Análise “Ações de EACS das Contratadas”, em revisão

Elaboração de indicadores, em revisão

JANEIRO – 2017

“Programação das Ações de Educação Ambiental e Comunicação Social”

2016

Levantamento e análise das informações relativas à EACS em resíduos sólidos

Reuniões com a LOGA; SOMA; AMLURB; ECOURBIS; INOVA e INFRAERO para obtenção de informações relativas a implementação e andamento das metas

Informe Técnico: “Marcos Históricos e Políticas Ambientais”

ANEXO 8 - AMLURB - METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PEACS – 12-12

AMLURB

Programa de Metas 2017-2020

Meta 28 - Plano de Metas

Reduzir em 100 mil toneladas os rejeitos enviados a aterros municipais no ano de 2020, em relação a média de 2013-2016

Linha de ação propostas para atingir a META 28

- 1- Realizar diagnóstico aprofundado sob a cadeia de reciclagem da cidade de São Paulo
- 2 – Implantar programa de reaproveitamento dos resíduos orgânicos provenientes de podas e feiras livres
- 3 – Criar programa de profissionalização e melhor de gestão das cooperativas e sistema de monitoramento de sua sustentabilidade
- 4 – Assinar parcerias e acordos setoriais municipais para implantação efetiva da logística reversa
- 5 – Ampliar e otimizar a coleta seletiva em São Paulo, reorganizando a área coberta pelas concessionárias e cooperativas
- 6 – Implantar a coleta seletiva nos edifícios públicos municipais
- 7 – Implementar ações de educação ambiental, comunicação e integração institucional para sensibilização dos munícipes com relação aos problemas ambientais gerados pelos resíduos urbanos**

ANEXO 9 - INFORMAÇÃO SOBRE PERÍODO DE INPLANTAÇÃO DO PEACS

Detalhes do pedido

Protocolo:	023994
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	04/08/2017
Órgão:	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Forma de recebimento da resposta:	E-mail

Situação

Situação: 1ª instância deferida
 Prazo para abertura de recurso: 31/08/2017

[Abrir recurso](#)

Histórico

Data	Situação	Justificativa	Responsável
04/08/2017	Em tramitação	Pedido Registrado no Sistema	
17/08/2017	Atendido	Prezado Município, Informo que não houve atividade oficialmente relacionada ao PEACS que tenha tido envolvimento direto com o DPP2/FEMA no período informado. Além disso, esclareço que a execução do Plano esteve a cargo da AMLURB quando da realização da IV Conferência, em 2014. Com relação a polos de educação ambiental, informo que o FEMA apresentou projetos no Edital FEMA11, com os recursos aprovados conforme quadro que segue anexo. Atenciosamente, Rose Gottardo C hefe de Gabinete – SVMA	Michelle Andressa de Fátima Santos
21/08/2017	1ª instância em tramitação	Prezados, De acordo com a informação que veio no anexo "o FEMA apresentou projetos no Edital FEMA11, com os recursos aprovados conforme quadro que segue anexo." Esses recursos perfazem 1.025.949,20. Poderia me informar onde consigo cópia do edital, bem como o plano de trabalho que comprove o efetivo pagamento? Esses institutos que prestaram o serviço apresentaram prestação de contas? Gostaria de obter o plano de trabalho e execução.	
21/08/2017	1ª instância deferida	Prezado Município, Tendo em vista a necessidade de trabalho adicional, bem como o exíguo prazo de 5 dias para resposta ao recurso, solicito seja realizada nova requisição com os esclarecimentos solicitados. Att. Rose Gottardo Chefe de Gabinete - SVMA	Michelle Andressa de Fátima Santos

[Voltar](#)

ANEXO 10 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - NÚMERO DE PARQUES

Sistema e-SIC

Início
Registrar Pedido
Consultar Pedido
Dados Cadastrais
Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	024510
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	25/08/2017
Órgão:	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, Poderiam, por gentileza informar o número de PARQUES existente no município de São PAULO?

Resposta do pedido

Data Resposta:	25/08/2017
Resposta:	Prezado Munícipe, Informo que são 107 parques sob a gestão da SVMA. Att. Tamires Carla de Oliveira Respondendo pela Chefia de Gabinete - SVMA

Anexos

Situação

Situação:	Finalizado
Prazo de atendimento:	14/09/2017

Histórico

Data	Situação	Justificativa	Responsável
25/08/2017	Em tramitação	Pedido Registrado no Sistema	
25/08/2017	Atendido	Prezado Munícipe, Informo que são 107 parques sob a gestão da SVMA. Att. Tamires Carla de Oliveira Respondendo pela Chefia de Gabinete - SVMA	Michelle Andressa de Fátima Santos
05/09/2017	Finalizado	Finalizado	

[Voltar](#)

ANEXO 11 - INFOCIDADE RELAÇÃO DE 110 PARQUES MUNICIPAIS

Parques Municipais e Unidades de Conservação Municipais Município de São Paulo, Regiões e Subprefeituras 2016

PARQUE	SUBPREFEITURA	ENDEREÇO	TELEFONE	ÁREA (m²)
CENTRO				
1 Aclimação	Sé	Rua Muniz de Souza, 1.119 - Aclimação	3208-4042	126.535
2 Buenos Aires	Sé	Avenida Angélica, s/nº (altura do nº 1500) - Higienópolis	3666-8032	18.754
3 Jardim da Luz	Sé	Praça da Luz, s/nº - Bom Retiro	3227-3545	113.400
OESTE				
4 Alfredo Volpi	Butantã	Av. Eng. Oscar Americano, 480 - Morumbi	3031-7052	132.111
5 Chácara do Jockey	Butantã	Av. Prof. Francisco Morato, altura do nº 5257		143.532
6 Colina de São Francisco	Butantã	Rua Doutor Cândido Mota Filho, 751 - Vila São Francisco	3768-9168	47.291
7 Ecológico de Campo Cerrado Dr. Alfredo Usteri	Butantã	Av. General Mac Arthur e Av. Corifeu de Azevedo Marques		17.693
8 Juliana de Carvalho Torres/Cohab Raposo Tavares	Butantã	Travessa Córrego da Independência - Cohab Raposo Tavares		52.822
9 Leopoldina Orlando Villas-Bôas	Lapa	Av. Embaixador Macedo Soares, 6715 - Vila Leopoldina	3647-9939	113.783
10 Linear Sapé	Butantã	Rodovia Raposo Tavares até Avenida Engenheiro Politécnico		24.827
11 Luís Carlos Prestes	Butantã	Rua João Della Manna, 665 - Jd. Rolinópolis	3721-4965	27.100
12 Povo Mário Pimenta Camargo	Pinheiros	Av. Henrique Chamma, 420 - Pinheiros.	3073-1217	116.383
13 Prefeito Mário Covas	Pinheiros	Av. Paulista, 1853 - Bela Vista.	3289-2160	5.396
14 Previdência	Butantã	R. Pedro Peccinini, 88 - Jd. Ademar	3721-8951	89.734
15 Raposo Tavares	Butantã	Rua Telmo Coelho Filho, 200.	3735-1372	176.315
16 Reserva do Morumbi	Butantã	Ruas dos Limantos x Malmequeres x Goivos x Pça Ematuba x Pça Uirapurú		17.009
17 Tenente Siqueira Campos (Trianon)	Pinheiros	Rua Peixoto Gomide, 949 (Altura do nº 1700 da Av. Paulista) - Cerqueira Cesar	3253-4973/	48.600
18 Vila dos Remédios	Lapa	Rua Carlos Alberto Vanzolini, 413 - Vila Jaguara	3625-1419	103.382
19 Zilda Natel	Lapa	Av. Dr. Arnaldo, 1250 - Sumaré	3862-2921	2.426
20 Cemucam	COTIA	Rua Mesopotâmia, s/n Jd.Passárgada - COTIA (km 25 da Rodovia Raposo Tava	4702-2126	904.691
LESTE				
21 Linear do Córrego Água Vermelha	Itaim Paulista	Avenida Euclides Fonseca (perpendicular à Av. Marechal Tito, altura do nº 120	2561-5654	124.000
22 Parque das Águas	Itaim Paulista	Rua Desembargador Mário Guimarães, s/n - Cidade Kemel.	2561-5654	74.000
23 Área de Preservação Savoy City	Itaquera	R. Plácido Nunes; R. Vicente José Luchetti; Elpidia Gomes de Oliveira, R. Ribamar		10.600
24 Benemérito José Brás	Mooca	Rua Piratininga, 365 - Brás	3207-4706	26.568
25 Carmo/Olavo Egydio Setúbal	Itaquera	Av. Afonso de Sampaio e Souza, 951 - Itaquera.	2748-0010/	1.500.000
26 Central do Itaim Paulista	Itaim Paulista	Rua Pedro de Medeiros, 210/ R. Alfredo Moreira Pinto		29.259
27 Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - CERET	Aricanduva/V.Formos	Rua Canuto de Abreu, s/nº	2671-8788	270.700
28 Chácara das Flores	Itaim Paulista	Estrada Dom João Neri, 3551 - Jd. Nazaré	2963-1055	41.700
29 Chico Mendes (Ecológico Chico Mendes)	Itaim Paulista	Rua Cembira, 1201 - Vila Curuçá Velho	2035-2270	61.600
30 Ciência	Cidade Tiradentes	Rua Ernestina Lesina, 266 - Cidade Tiradentes.	2282-2879	179.591
31 Ecológico Profª Lydia Natalizio Diogo	Vila Prudente	Rua João Pedro Lecor, s/n - Vila Prudente	2910-8774	80.500
32 Ermelino Matarazzo (Dom Paulo Evaristo Arns)	Ermelino Matarazzo	Avenida Abel Tavares, 1564 - Ermelino Matarazzo	2214-7481	5.000
33 Guabirobeira	São Mateus	Avenida Jacu Pêssego - Nova Trabalhadores s/nº - Jardim Nova Vitória		264.780
34 Jardim da Conquista	São Mateus	Rua Pedro de Medeiros, s/nº - Jardim da Conquista		208.066
35 Vila Jacui - Jardim Primavera	São Miguel Paulista	Av. Antonio Louzada Antunes; Av. Mimo de Venus; entorno Corrego do Limoeiro e Corrego		15.500
36 Jardim Sapopemba - Nilo Coelho	São Mateus	Praça Nilo Coelho nº 220 - Jardim Sapopemba Rua Campo Azul		45.000
37 Lajeado Izaura Pereira de Souza Franzolin	Guaianases	R. Antonio Thadeo - Lajeado	2153-6215	37.000
38 Linear Aricanduva	Aricanduva/V.Formos	Av. Aricanduva; R. Dona Genoveva; R. Alferes Frasão		70.000
39 Consciência Negra	Cidade Tiradentes	Rua José Francisco Brandão, 330 - Cidade Tiradentes	2285-1940	162.909
40 Linear da Integração Zilda Arns	Vila Prudente/ Sapope	Localização: entre Rua Juiz de Fora - Vila Ema e o Largo São Matheus - São Matheus		209.122
41 Linear Guaratiba	Guaianases	Rua Salvador Gianetti, 305	2016-5597	22.200
42 Linear Ipiranguinha	Aricanduva/V.Formos	Av. Cipriano Rodrigues; R. Joaquim Jorge Ribeiro; Av. João XXIII		19.500
43 Linear Itaim Paulista	Itaim Paulista	Rua Marechal Tito; Rua Estevão Ribeiro Garcia; Rua Bento Gil de Oliveira		63.500
44 Linear Mongaguá Francisco Menegolo	Ermelino Matarazzo	Rua Antonio Castro Lopes, 12.403 - Ermelino Matarazzo	2561-5654	48.000
45 Linear do Córrego Rapadura	Aricanduva/Vila Form	Av. Aricanduva; R. Dona Genoveva; R. Alferes Frasão		16.490
46 Linear Ribeirão Oratório	Vila Prudente/ Sapope	R. Antonio de França e Silva / R. Plínio Dionísio		28.600
47 Linear Rio Verde	Itaquera	Av. Itaquera; R. Tomazoo Ferrara; R. Castelo do Piauí		37.861
48 Linear Tiquatira Eng. Werner Eugênio Zulauf	Penha	Av. Dr. Assis Ribeiro; Av. Cangaíba; Av. Governador Carvalho Pinto	2641-2712	194.500
49 Linear Várzea do Tietê - Núcleo Antônio Arnaldo / Vila Jacui	São Miguel	Rua Catléia, 911 - União de Vila Nova	2033-1940	137.500
50 das Nebulosas	São Mateus	Rua Libria, 152, R. Nebulosas, R. Gêmeos, R. Joao Mendonça - São Mateus		45.000
51 Piqueri	Mooca	R. Tuiuti, 515 - Tatuapé	2097-2213	98.129
52 Quississana	Itaim Paulista	Rua Capitão Enéas dos Santos Pinto		28.000
53 Raul Seixas	Itaquera	Rua Murmúrios da Tarde, 211 - COHAB 2 - Itaquera	2527-4142	33.500
54 Santa Amélia	Itaim Paulista	Rua Timóteo Correa de Góes, 30 - Jardim das Oliveiras	2963-3382	29.500
55 Sapopemba	São Mateus	Estrada do Rio Claro - São Rafael		272.000
56 Vila do Rodeio	Cidade Tiradentes	Rua Igarapé da Bela Aurora , 342 - Inácio Monteiro	2555-4655	613.000
57 Vila Sílvia	Penha	Rua Carlos Barbosa, 365 - Vila Sílvia	2545-4944	6.492
NORTE				
58 Anhanguera	Perus	Av. Fortunata Tadiello Natucci, 1000 (alt. km 26 da rodovia Anhanguera) - Peru	3917-2406	9.622.290
59 Cidade de Toronto	Pirituba/Jaraguá	Av. Cardeal Motta, 84 - City América / Pirituba	3834-2176	130.076
60 Jacintho Alberto	Pirituba/Jaraguá	Rua Talófitos, 16 - Pirituba	3994-0947	37.600
61 Jardim Felicidade	Pirituba/Jaraguá	Rua Laudelino Vieira de Campos, 265 - Jardim Felicidade	3836-6786	26.200
62 Linear do Corregão do Bananal/Canivete	Freguesia do Ó/Brasil	Av. Dep. Cantídio Sampaio e Av. Hugo Ítalo Merigo - Jardim Damasceno		51.640
63 Linear Fogo	Pirituba/Jaraguá	Estrada de Taipas e Rua Camilo Zanotti		35.445
64 Lions Clube Tucuruvi	Santana / Tucuruvi	Rua Alcindo Bueno de Assis, alt. nº 500 - Tucuruvi	2203-5837	21.000
65 Pinheirinho d'Água	Pirituba/Jaraguá	Estrada de Taipas s/n - Jaraguá	3928-1691	320.000
66 Rodrigo de Gáspari	Pirituba/Jaraguá	Av. Miguel de Castro, 321 - Vila Zati	3974-8600	36.000
67 São Domingos	Pirituba/Jaraguá	Rua Pedro Sernagioti, 125 - Pq. São Domingos	3831-7083	79.100
68 Sena	Jaçanã/Tremembé	Rua Sena, 349 - Palmas de Tremembé	2203-5837	21.661
69 Senhor do Vale	Pirituba/Jaraguá	Rua Blas Parera, 487	3928-1691	22.800
70 Ten. Brig. Roberto Faria Lima	Vila Maria / Vila Guilher	Rua Heróis da FEB, 322 - Parque Novo Mundo	2207-1426	41.000
71 Trote	Vila Maria/ Vila Guilher	Rua Nadir Dias Figueiredo, s/n - Portaria 1	2905-0165	134.000
72 Vila Guilherme	Vila Maria / Vila Guilher	Rua São Quirino, 905 - Portaria 2	2905-0165	26.000
SUL				
73 Altos da Baronessa	M'Boi Mirim.	Av. Bernardo Goldfarb; Rua Barão de Comorogi; Rua Duquesa de Tancos; Estrada da Rivie		24.429

ANEXO 12 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE NÚCLEOS DE GESTÃO

De: nao-responda@e-sic.prefeitura.sp.gov.br
Enviado: quinta-feira, 22 de fevereiro de 2018 12:14
Para: m_samp2014@usp.br
Assunto: e-SIC - Resposta do Recurso de 2ª instância

Prezado(a) Senhor(a),

O recurso de 2ª instância detalhado abaixo foi respondido na data 22/02/2018.

Protocolo: 27613

Requerente: ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR

Data de abertura: 04/01/2018

Data de abertura do recurso de 2ª instância: 04/02/2018

Prazo de atendimento: 22/02/2018

Órgão da solicitação: AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana

Solicitação do requerente: Recurso de Ofício - 2. Instância - automático

Resposta: Boa Tarde, Caro solicitante, A AMLURB informa que os núcleos gestores se encontram em fase de estudos, portanto, ainda não há resultados concretos a serem divulgados. Após essa fase, os resultados serão encaminhados. At. AMLURB

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção do *menu* do sistema "Consultar Pedido".

Atenciosamente,

ANEXO 13 - INFORMAÇÃO SOBRE A COLETA SELETIVA NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS

De: nao-responda@e-sic.prefeitura.sp.gov.br
Enviado: segunda-feira, 26 de fevereiro de 2018 10:52
Para: m_samp2014@usp.br
Assunto: e-SIC - Resposta do Recurso de 2ª instância

Prezado(a) Senhor(a),

O recurso de 2ª instância detalhado abaixo foi respondido na data 26/02/2018.

Protocolo: 27844

Requerente: ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR

Data de abertura: 12/01/2018

Data de abertura do recurso de 2ª instância: 22/02/2018

Prazo de atendimento: 12/03/2018

Órgão da solicitação: AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana

Solicitação do requerente: Recurso de Ofício - 2. Instância - automático

Resposta: Bom dia, Caro solicitante, O Programa de Coleta Seletiva Solidária nos próprios municipais durante o período de 2013 a 2016 teve um desempenho tímido e com ações isoladas. Esse programa é uma das linhas de ação do Plano de Metas da atual gestão, com previsão de implantação em todos os próprios municipais até o final de 2020. At. AMLURB

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção do *menu* do sistema "Consultar Pedido".

Atenciosamente,

ANEXO 14 - AGENDA ANÚNCIO DA UNIVERSALIZAÇÃO

Acesso à informação

TRANSPARÊNCIA SÃO PAULO

Anúncio da Universalização da Coleta Seletiva e do Site SP Mais Limpa

Curtir 0 Compartilhar

Tweetar

Local: Central Mecanizada de Triagem Carolina Maria de Jesus - Avenida Miguel Yunes, 345 – Vila Sabará - Santo Amaro

Quando	22/06/2016 das até
Adicionar evento ao calendário	vCal iCal

ANEXO 15 - GRÁFICO PROCESSO EVOLUÇÃO DA COLETA SELETIVA

Os investimentos apresentados feitos pela Prefeitura de São Paulo para esta ampliação garantem o aumento do serviço de Coleta e da capacidade de processamento do material gerado. Em dezembro de 2014 foi assinado contrato com o BNDES para investimento nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis da ordem de 42 milhões de reais, que garantirão reforma dos galpões, modernização dos equipamentos - ampliando a capacidade das centrais manuais, e qualificação dos cooperados.

O gargalo atualmente encontrado é a falta de adesão da população, ainda pouco representativa. Com o intuito de fortalecimento das ações de Educação Ambiental na temática dos resíduos na cidade de São Paulo, pelo mesmo processo participativo da reelaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, foi elaborado o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos, Decreto nº 55.747 de 03 de dezembro de 2014, apresentado a seguir.

ANEXO 16 - RELATÓRIO DO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL – 2012 1 DE 7

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL DE COLETA SELETIVA

1. BREVE HISTÓRICO

A primeira experiência de coleta seletiva na cidade de São Paulo data do final da década de 80. Naquela oportunidade foram criados 25 roteiros porta-a-porta em bairros das zonas Oeste e Sul e instalados 15 Postos de Entrega Voluntária – PEV's, espalhados pela cidade. Essa coleta representava cerca de 0,003% de todo o lixo produzido em São Paulo, ou seja, 500 kg por dia.

Esses números ficaram praticamente os mesmos nas duas administrações subseqüentes, uma vez que não houve nenhum investimento nesta área durante oito anos.

Em 2001, a coleta seletiva voltou a ser prioridade para a Prefeitura. Porém, não houve avanço nos números uma vez que estava sendo criado um novo modelo que agregasse as políticas de limpeza urbana e social. Nasceu então o *Programa de Coleta Seletiva Solidária da PMSP* idealizado juntamente com outras 10 secretarias de governo, e pelos Fóruns representantes dos catadores. Sua efetiva implantação ocorreu em fevereiro de 2003, com a inauguração da Central de Triagem da Mooca e foi inserido na proposta de Política Municipal de Resíduos Sólidos e no Plano Diretor de Resíduos Sólidos.

O Programa de Coleta Seletiva Solidária foi criado de forma participativa, compartilhada e descentralizada, levando-se em conta a diversidade dos grupos de catadores existentes na Cidade, incentivando a formação de cooperativas autogestionárias, gerando novas formas de trabalho e renda.

O Município, após a formalização do Termo de Convênio, disponibiliza às cooperativas participantes do Programa galpão, equipamentos, caminhões para coleta e comercialização, EPIs e Uniformes, pagamento das contas de água, luz e IPTU, e material da coleta seletiva. O fornecimento dessa estrutura foi para as cooperativas iniciarem o trabalho, e paralelamente, atingirem a auto-gestão, se desvinculando dos auxílios da Prefeitura.

Em 2004 com a assinatura dos Contratos de Concessão nº. 026/SSO/04 e nº. 027/SSO/04 com as concessionárias ECOURBIS e LOGA, respectivamente, foi prevista a execução do serviço de coleta seletiva, denominado diferenciada (coleta porta a porta) e containerizada (coleta em contêineres instalados em locais confinados). O material reciclável coletado é destinado às cooperativas responsáveis pela operação das

ANEXO 16 - RELATÓRIO DO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL – 2012 2 de 7

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

Centrais de Triagem da PMSP. Ao final do processo de segregação, prensagem e comercialização a renda auferida é rateada entre os cooperados.

2. LEGISLAÇÕES QUE NORTEIAM O PROGRAMA.

- **LEI Nº. 13.478, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002 (MUNICIPAL).**

(Projeto de Lei nº. 685/02, do Executivo).

“Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, e dá outras providências”.

- **DECRETO Nº. 42.290, DE 15 DE AGOSTO 2002 (MUNICIPAL).**

“Institui o Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, e dá outras providências”.

- **DECRETO Nº. 48.799, DE 09 DE OUTUBRO DE 2007 (MUNICIPAL).**

“Confere nova normatização ao Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, altera a sua denominação para Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis e revoga o Decreto nº 42.290, de 15 de agosto de 2002”.

- **LEI FEDERAL Nº. 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010.**

“Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”.

- **DECRETO FEDERAL Nº. 7.404, DE 23 DE DEZEMBRO 2010.**

“Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências”.

ANEXO 16 - RELATÓRIO DO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL – 2012 3 de 7

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

▪ **DECRETO N º 7.405, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.**

“Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências”.

3. PANORAMA ATUAL DO PROGRAMA.

- Atualmente 75 distritos são parcialmente atendidos pelas Concessionárias e pelas 20 Cooperativas conveniadas com a Prefeitura.
- Demonstrativo do percentual de atendimento da coleta porta-a-porta realizada pelas Concessionárias:

COLETA DIFERENCIADA – DEMOSTRATIVO DE ATENDIMENTO				
Concessionária / % de Atendimento	ECOURBIS	% Atend.	LOGA	% Atend.
Nº. de distritos do agrupamento.	45	44,45%	51	68,64%
Nº. de distritos contemplados (não em sua totalidade).	20		35	
Nº. das vias dos distritos.	27.788	39,67%	23.800	47,05%
Nº. das vias atendidas pela coleta diferenciada.	11.025		11.200	
Extensão das vias do distrito (km).	10.114	36,33%	6.123	35,44%
Extensão das vias atendidas pela coleta diferenciada	3.674		2.170	

- São aproximadamente **1.500.000** domicílios atendidos de um total de 3.574.286 (42%).
- **20** Centrais de Triagem para recebimento de materiais recicláveis, sendo **01 delas exclusiva** para recebimento de Resíduos **Eletro-Eletrônicos**;
- Uma média **de 1085** Cooperados;
- **R\$ 850,00** – média da renda mensal por cooperado;
- **45** cadastradas a título precário (excedentes não processados momentaneamente pelas conveniadas) com aproximadamente 270 integrantes.
- 23 caminhões da concessão.
- 93 Caminhões disponibilizados para as cooperativas:
 - 44 caminhões tipo gaiola.
 - 19 caminhões tipo MUNK.
 - 08 caminhões tipo VUC.
 - 22 caminhões tipo HR.

ANEXO 16 - RELATÓRIO DO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL – 2012 4 de 7

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

- PEV's a serem implantados via contrato de serviços indivisíveis: 750 em cada agrupamento, Noroeste (INOVA) e Sudeste (SOMA) = 1.500.
- Contêineres Instalados:

CONTÊINERES DE 1.000 LITROS	
Total de Condomínios Atendidos	1.866
Total de Contêineres disponibilizados nos Condomínios Atendidos	2.871
Total de Contêineres instalados em outros locais (Escolas, outros órgãos, Ecopontos).	947
Total de Contêineres de 1.000 litros	3.818
CONTÊINERES DE 2.500 LITROS TIPO CYCLEA (Pontos de Entrega Voluntária - PEV's)	
Total de PEV's Instalados – Contratos de Divisíveis - Concessão	345
Total de PEV's Instalados - Contratos de Indivisíveis - Concessão	575
Total de PEV's instalados	920

- Volumes coletados no ano de 2011:

Mês	Total (ton./mês)	Ton./dia
Janeiro	4.132	188
Fevereiro	3.832	174
Março	4.280	195
Abril	4.291	195
Maio	4.628	210
Junho	4.914	223
Julho	4.710	214
Agosto	5.058	230
Setembro	4.661	212
Outubro	4.760	216
Novembro	4.900	223
Dezembro	5.438	247
TOTAL	55.604	
TON/MÊS (MÉDIA)	4.634	
TON/DIA (MÉDIA)	211	

ANEXO 16 - RELATÓRIO DO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL – 2012 5 de 7

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

- Evolução dos Quantitativos coletados:

ANEXO 16 - RELATÓRIO DO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL – 2012 6 de 7

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

■ Centrais de Triagem em operação:

	CENTRAL DE TRIAGEM	COOPERATIVA	ENDEREÇO	TELEFONE	INAUGURAÇÃO
AGRUPAMENTO NOROESTE					
1	MOOCA	Cooperativa Tietê	Av. Salim Maluf, 179 - Tatuapé	2092-3668	12/02/2003
2	SÉ	Coopere-centro	Av. do Estado, 300 A - Bom Retiro	3326-4512 / 3313-6350	24/04/2003
3	VILA LEOPOLDINA	Cooperação	Rua Frobem, 99/101 - Vila Leopoldina	3836-9043 / 3832-0992	29/05/2003
4	VILA MARIA	Tiquatira	Av. Ernesto Augusto Lopes, 100 A - Parque Novo Mundo	2631-6092	18/08/2003
5	JAÇANÃ	Cooperativa Sem Fronteira	Rua Gal. Jerônimo Furtado, 572 - Jardim Cabuçu	2249-1736 / 2240-9170	10/11/2003
6	PENHA	Cooperativa Vitória da Penha	Rua Lagoa de Dentro, 170 - Vila Silvia	2541-9298	17/11/2003
7	PINHEIROS	Coopervivabem	Av. Embaixador Macedo Soares, 6000 - Vila Leopoldina	3833-9022 / 3644-6867	20/01/2004
8	PIRITUBA	Cooperativa Crescer	Rua Joaquim Oliveira Freitas, 325 - São Domingos	3902-3822 / 2614-4134	30/03/2006
9	BUTANTÃ	Vira Lata	Rua Nella Murari Rosa, 40 - Butantã	3902-4170	24/03/2009
10	* BARRA FUNDA	Coopermiti	Rua Sergio Meira, 268/80 - Barra Funda	3666-0849 / 3666-9014	16/03/2010
AGRUPAMENTO SUDESTE					
11	SÃO MATEUS	Cooperleste	Estrada Fazenda do Carmo, 450 - São Mateus	2015-3613	29/07/2003
12	CAPELA DO SOCORRO	Coopercaps	Av. João Paulo da Silva, 48 - Vila da Paz	5667-7937	15/12/2003
13	ITAIM PAULISTA	Nova Conquista	Rua Cembira, 1100 - Vila Curuçã	2514-9333 / 2512-8606	24/12/2003
14	ITAQUERA	Cooperativa união	Rua São Felix do Piauí, 1221 - V. Carmosina	2217-3850	21/06/2004
15	MIGUEL YUNES	Coopermyre	Avenida Miguel Yunes nº 347 - Vila Sabará	5612-4723 / 5612-8997	02/08/2004
16	JDM CAMARGO NOVO	Fênix Agape	Rua Manuel Bueno da Fonseca, 503 - Jd. Camargo Novo	3537-3797 / 2562-2829	14/08/2009
17	GRANJA JULIETA	Nossos valores	Rua Nossa Senhora do Socorro, 218.	5641-0218	19/02/2010
18	PARQUE SÃO RAFAEL	Chico Mendes	Rua Cinira Polônio, 369 Parque São Rafael / São Mateus	2752-9446	30/12/2010
19	PANTANAL	Nova Esperança	Rua Japichauá, 311 - Vila Jacuí	2214-2350	30/12/2010
20	GRAJAÚ	COOPERPAC	Estrada do Barro Branco, 1239 - Jardim Noronha / Grajaú	5528-1674 / 7828-4083	30/12/2010

* Central de Triagem específica para recebimentos dos resíduos de eletro-eletrônicos.

ANEXO 16 - RELATÓRIO DO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL – 2012 7 de 7

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

4. PROJEÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA

Foram antecipados marcos contratuais da Concessão para a implantação de duas Centrais de Triagem (01 ECOURBIS e 01 LOGA), além da viabilização de outros galpões utilizando outras fontes de recursos.

SUB	Processo	Local	Tipo de	Recursos
LA	2009-0.321.588-4	Avenida Pres. Castelo Branco nº. 7729.	Construção	Recursos PAC e PMSP
SA	2011-0.133.187-5	Avenida Miguel Yunes nº. 345 (ECOURBIS)	Construção	Antecipação de Marco (concessão)
PR	2011-0.340.643-0	Aterro Bandeirantes (LOGA)	Construção	Antecipação de Marco (concessão)
SA	2010-0.057.206-0	Rua Benedito Fernandes nº. 603	Construção	Recursos SES - Aguardando descongelamento de recursos e suplementação
JA	2008-0.332.626-9	Av. Eng.º Armando Arruda próximo Rua Tacila	Construção	Recursos SES - Aguardando descongelamento de recursos

▪ 07 áreas em vias de desapropriação.

Processo	Endereço	Área total	SUB	Estágio	Processo DUP
2010-0.349.708-6	Rua Cardon, 1242	2.812 m ²	MP	DUP	2011-0.236.468-8
2011-0.141.034-1	Rua Modelar x Rua Integrada	4.142 m ²	CL	DUP	2011-0.236.628-1
2010-0.255.336-5	Av. João Dias e Travessa Sal Gema	2.250 m ²	MB	DUP	2011-0.236.612-5
2010-0.152.756-5	Av. Miguel Estéfano x Rua Caminho das Olarias	3.711 m ²	IP	DUP	2011-0.236.379-7
2010-0.097.858-0	Av. Inácio Monteiro s/nº	61.660 m ²	CT	DUP	2011-0.236.529-3
2010-0.152.743-3	Av. Forte do Leme x Forte do Rio Negro	18.890 m ²	SM	DUP	2011-0.236.412-2
2010-0.152.796-4	Estrada São Paulo Jundiá	2.098 m ²	PR	DUP	2010-0.164.351-4

ANEXO 17 - EDITAL 11 DE 2014 – FEMA (1 DE 4)

EDITAL FEMA Nº 11/2014

A Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, por meio do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA11 atendendo sua finalidade de dar suporte financeiro a planos, programas e projetos:

- a) que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais; de manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental; de pesquisa e atividades ambientais;
- b) ações de controle, fiscalização e a defesa do meio ambiente.

JUSTIFICATIVA

O fomento e a difusão das práticas de Educação Ambiental visam contribuir para que integrantes de diferentes segmentos da população de forma criativa, crítica e autônoma, construam conhecimentos sobre a situação e perspectivas socioambientais, orientados pela Lei 15.967 de 24/01/2014 - Política Municipal de Educação Ambiental – PME A - articulados com as demais políticas públicas no âmbito do município.

Para a implementação dessas práticas, serão criados polos de educação ambiental (Programa de Metas 2013-2016 Meta 87), visando à realização de ações nos territórios de cada Subprefeitura, fortalecendo a descentralização de programas e projetos, promovendo capacitação e sensibilização da população no desenvolvimento de habilidades para a solução de problemas socioambientais na cidade.

Torna público o presente Edital FEMA nº 11/2014 e convida as Organizações da Sociedade Civil de direito privado sem fins lucrativos a apresentarem projetos, nos termos aqui estabelecidos, para obtenção de recursos destinados ao desenvolvimento de atividades exclusivamente direcionadas aos objetivos deste Edital.

1. OBJETIVO DO EDITAL

Os Polos de Educação Ambiental são centros operacionalizadores de atividades de Educação Ambiental para a formação de multiplicadores, resolução ou minimização de problemas locais e comportamentos mais sustentáveis, na perspectiva socioambiental.

Os polos de Educação Ambiental nessa perspectiva são estruturados considerando os 5 eixos constituintes de suas atividades:

1º eixo: Formação – centro dinamizador de formação e sensibilização na área ambiental.

2º eixo: Articulação – centros orientados para articulação regional com órgãos públicos, sociedade civil e comunidade escolar.

3º eixo: Integração – centro de integração socioambiental para desenvolvimento de atividades que contribuam com as questões ambientais.

4º eixo: Participação - espaço referencial fomentador da participação socioambiental da comunidade local.

5º eixo: Eventos - centro gerador e integrador de eventos de natureza ambiental, educacional, cultural, esportiva e outras de caráter comunitário que possuam interface com a Educação Ambiental.

O objetivo geral dos Polos de Educação Ambiental é fomentar e difundir as práticas de educação ambiental contribuindo para a construção de conhecimentos sobre a situação e perspectivas socioambientais e de atitudes transformadoras da realidade local de forma descentralizada. Os objetivos específicos são: promover capacitação para os cidadãos visando à incorporação de

ANEXO 17 - EDITAL 11 DE 2014 – FEMA (2 de 4)

hábitos e atitudes mais sustentáveis e oferecer atividades voltadas à sensibilização em educação ambiental.

Os projetos a serem executados nos Polos de Educação Ambiental deverão incluir obrigatoriamente na proposta apresentada, atividades sobre Resíduos Sólidos, conforme Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos – PEACS (em Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo – PGIRS) e o Programa SP + Sustentável, que contempla além da educação ambiental para coleta seletiva nas escolas municipais, também atividades de educação ambiental nos parques municipais (formação da comunidade escolar, cursos, produção de materiais de apoio, oficinas, trilhas, e atividades ambientais).

Entende-se por Educação Ambiental os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada (Lei 15.967/2014).

1.1 Propostas de execução de projetos de educação ambiental para 10 Polos de Educação Ambiental a serem implementados nos Parques Municipais: Previdência, Santo Dias, Ecológico Chico Mendes, Carmo - Olavo Egydio Setubal, Nabuco, Benemérito José Brás, Parque Natural Municipal Itaim, Tenente Siqueira Campos (Trianon), Pinheirinho D'Água e Lions Clube Tucuruvi.

I – Linhas de Ação:

- a) a formação da população para a compreensão dos processos naturais, que abrange os recursos naturais, os serviços ambientais, as interações e funcionamento dos ecossistemas;
- b) a mobilização e instrumentalização da população para observação e conhecimento da biodiversidade local, das áreas verdes, rede hídrica ambiental, bem como dos riscos e consequências da poluição do ar e da água e degradação da cobertura vegetal;
- c) o estímulo ao uso do entorno do polo como objeto de estudo da Educação Ambiental;
- d) a formação da comunidade escolar e promoção de cursos;
- e) a sensibilização e instrumentalização da população para a integração do ser humano ao meio ambiente;
- f) a mobilização da população para o cuidar do espaço público e do meio ambiente, através do conhecimento da história da região e o sentimento de pertencimento do cidadão;
- g) a mobilização e instrumentalização da população para as possibilidades de participação ativa em projetos e ações de proteção, conservação e sustentabilidade ambiental;
- h) a mobilização de lideranças e de segmentos da população para reflexão conjunta sobre a questão da água, energia, resíduos, verde, biodiversidade, relações humanas na região e para participação na Agenda 21 local, Conselhos Regionais de Meio Ambiente e Conselhos Gestores de Parques;
- i) a participação e informação da população sobre as diretrizes relativas aos resíduos sólidos: não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- j) a informação e instrumentalização da população para práticas de consumo responsável, bem como de sua redução;

ANEXO 17 - EDITAL 11 DE 2014 – FEMA (3 de 4)

2. RECURSOS E PRAZOS

2.1 Os recursos destinados serão para projetos com valores de até R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), sendo disponibilizado pelo FEMA, o montante de R\$ 171.000,00 por projeto e R\$ 19.000,00 como contrapartida da instituição conveniada;

2.2 O número de projetos considerados aptos para obtenção de recursos está condicionado ao limite de recursos disponíveis neste edital, no valor de R\$ 1.710.000,00 (um milhão, setecentos e dez mil reais);

2.3 O prazo de execução de cada projeto passível de apoio deve ser 12 meses, contados a partir da assinatura da Ordem de Início emitida pela Divisão Técnica de Gerenciamento do FEMA e do CONFEMA – DPP2;

2.4 O prazo de execução do projeto pode ser prorrogável quando houver justa motivação pela instituição com anuência da CAT (Comissão de Acompanhamento Técnico), pelo prazo necessário para a conclusão do projeto, sem alteração do valor disponibilizado para o projeto.

3. HABILITAÇÃO

3.1 Somente poderão participar do processo de seleção, as instituições que estiverem habilitadas, nos termos deste Edital.

3.2 Para habilitação será exigida quanto à documentação:

- Estatuto da Entidade;
- Ata de Eleição da Diretoria;
- A relação nominal atualizada dos dirigentes da Entidade, o endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e número de Registro no Cadastro de Pessoa Física – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;
- Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.
- Certidão de Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Cadastro Informativo Municipal – CADIN;
- Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS ou protocolo de inscrição;
- Comprovação de um mínimo de 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

4. PROJETOS ELEGÍVEIS

4.1 Somente serão elegíveis projetos de pessoas jurídicas legalmente constituídas sob a forma de **Organizações da Sociedade Civil de direito privado sem fins lucrativos**, nos termos do artigo 44 do Código Civil, brasileiras e sem fins lucrativos, com no mínimo 03 (três) anos de existência legal, nos termos do artigo 1º da Lei nº 13.019/2014;

4.2 As propostas devem ser elaboradas nos moldes do Modelo de Apresentação de Projeto (Anexo I) e devem ser compostas pelo Cronograma de Metas e Atividades (Anexo II), Apresentação do Orçamento (Anexo III), Cronograma de Desembolso (Anexo IV) e pela Memória de Cálculo por Atividade (Anexo V). A documentação para assinatura do termo de convênio (Anexo V) deve ser apresentada somente quando solicitada;

ANEXO 17 - EDITAL 11 DE 2014 – FEMA (4 de 4)

6.5 No envelope, deverão constar, claramente, as seguintes referências:

DIVISÃO TÉCNICA DE GERENCIAMENTO DO FEMA E DO CONFEMA - DPP2

Edital nº 11/2014

Denominação do Projeto:

Linha de ação:

Instituição Proponente:

CNPJ:

CONTEÚDO DESTE ENVELOPE:

6.6 Não serão aceitos projetos submetidos por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no item 6.1.

7. CONDIÇÕES PARA ENQUADRAMENTO

7.1 Os projetos deverão ser desenvolvidos nos Parques abaixo elencados:

Subprefeituras		Locais	Administração dos Locais
1	Polo Butantã	Parque Previdência Rua. Pedro Peccinini, 88 – Jd. Ademar	SVMA
2	Polo Campo Limpo	Parque Santo Dias Rua Arroio das Caneleiras, s/n	SVMA
3	Polo Itaim Paulista	Parque Ecológico Chico Mendes Rua Cembira, 1201 – Vila Curuçá Velho	SVMA
4	Polo Itaquera	Parque Carmo - Olavo Egydio Setubal Avenida Afonso de Sampaio e Souza, 951 - Itaquera	SVMA
5	Polo Jabaquara	Parque Nabuco Rua Frederico Albuquerque, 120 – Jardim Itacolomi	SVMA
6	Polo Mooca	Parque Benemérito José Brás Rua Piratininga, 365 - Brás	SVMA
7	Polo Parelheiros	Parque Natural Municipaltaim Estrada de Servidão s/n vicinal da Av. Prof. Hernogenes de Freitas Leitão Filho – altura do nº 3.330	SVMA
8	Polo Pinheiros	Parque Siqueira Campos/Trianon Rua Peixoto Gomide, 949 – Cerqueira Cesar	SVMA
9	Polo Pirituba/Jaraguá	Parque Pinheirinho D'Água Estrada de Taipas s/n – Jaraguá	SVMA
10	Polo Santana/Tucuruvi	Parque Lions Clube Tucuruvi Rua Alcindo Bueno de Assis, alt. nº 500	SVMA

7.2 Para fins de enquadramento, cada instituição poderá apresentar até 02 (dois) projetos, desde que as propostas estejam em diferentes áreas geográficas, ou seja, deverão contemplar Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de diferentes macro-regiões (Norte, Sul, Leste e Centro-Oeste);

7.3 Os projetos deverão ser elaborados a partir do Modelo de Apresentação de Projetos (Anexo D);

7.4 Deverão ser anexados ao(s) projeto(s), os currículos, devidamente assinados, do(s) coordenador(es), do responsável(eis) técnico(s) e da(s) equipe(s) técnica(s) do(s) projeto(s);

**ANEXO 18 - QUANTITATIVO COLETA DOMICILIAR POR SUBPREFEITURA.
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016**

DOMICILIAR	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total geral
Aricanduva / Formosa	7.774,27	7.866,78	8.205,84	7.505,05	7.444,57	7.174,06	7.140,88	7.469,55	7.127,25	7.508,69	7.549,61	8.396,70	91.163,25
Butanta	13.175,40	13.583,92	13.912,90	13.089,66	12.740,56	12.448,73	12.405,54	12.903,42	12.541,87	13.170,80	13.053,46	14.448,81	157.475,07
Campo Limpo	16.358,28	16.272,03	16.909,94	15.519,82	15.141,90	14.549,62	14.575,45	15.277,75	14.837,16	15.534,41	14.171,00	17.668,64	186.816,00
Capela Do Socorro	15.867,73	15.979,90	16.458,60	15.095,58	14.480,29	13.813,22	14.027,76	14.743,30	14.230,88	14.672,58	13.958,17	17.394,65	180.722,66
Casa Verde	8.864,77	8.955,29	9.315,22	8.499,55	8.345,68	8.098,70	8.077,81	8.416,07	8.213,15	8.631,26	8.639,76	9.494,99	103.552,25
Cidade Ademar	11.401,62	11.628,00	11.841,36	10.855,69	10.568,57	10.145,37	10.289,39	10.647,03	10.226,91	10.676,12	10.108,84	12.375,46	130.764,36
Cidade Tiradentes	3.839,48	3.609,26	4.191,66	3.564,04	3.544,30	3.399,04	3.255,91	3.392,05	3.311,78	3.457,12	3.735,88	4.265,01	43.565,53
Ermelino Matarazzo	5.393,64	5.548,45	5.425,04	5.099,36	5.005,42	4.818,08	4.850,07	5.148,86	4.865,77	5.106,76	5.108,34	5.699,66	62.069,45
Freguesia / Brasilândia	10.636,81	10.582,01	11.215,51	10.089,75	10.140,56	9.744,82	9.981,16	10.190,25	9.953,05	10.467,58	10.673,05	11.929,66	125.604,21
Guaianases	6.186,38	5.700,10	6.502,94	5.594,41	5.575,70	5.307,35	5.263,87	5.448,60	5.249,09	5.600,42	5.852,34	6.684,39	68.965,59
Ipiranga	12.023,84	12.344,11	12.976,50	11.788,77	11.695,63	11.410,48	11.335,54	11.849,75	11.357,64	11.937,43	11.923,16	13.130,14	143.772,99
Itaim Paulista	8.420,65	7.620,57	8.830,78	7.513,86	7.488,63	7.120,08	7.032,53	7.262,26	7.013,41	7.392,40	7.868,60	9.106,30	92.670,07
Itaquera	12.984,68	13.224,28	12.963,92	12.043,98	12.105,51	11.510,24	11.461,93	12.243,97	11.567,28	12.258,42	12.173,77	13.760,98	148.298,96
Jabaquara	5.768,70	5.814,10	6.048,77	5.506,58	5.419,72	5.266,57	5.189,25	5.443,35	5.230,05	5.437,18	5.542,13	6.230,76	66.897,16
Jacana / Tremembe	7.573,36	7.763,83	8.000,50	7.311,49	6.998,23	6.861,44	7.018,14	7.265,64	7.025,15	7.320,33	7.514,85	8.349,57	89.002,53
Lapa	9.984,73	10.495,49	11.033,57	10.263,50	10.025,94	9.805,10	9.343,34	10.050,55	9.604,58	10.066,05	9.943,78	10.734,86	121.351,49
Maria / Guilherme	9.335,95	9.424,63	10.088,78	9.326,93	9.223,95	8.938,82	8.822,02	9.329,72	8.860,41	9.469,13	9.655,45	10.392,49	112.868,28
Mboi Mirim	14.878,33	14.644,08	14.985,87	13.836,81	13.168,58	12.861,60	12.933,56	13.473,67	12.861,73	13.617,88	12.670,35	15.541,66	165.474,12
Mooca	12.399,78	12.802,68	13.613,99	12.606,53	12.697,07	12.330,45	11.926,37	12.631,28	12.112,78	12.678,65	12.544,09	14.047,51	152.391,18
Parelheiros	3.412,24	3.313,34	3.383,78	3.064,80	3.079,35	2.859,65	2.869,76	3.001,48	2.937,50	3.090,67	2.919,59	3.657,00	37.589,16
Penha	12.437,91	12.368,19	13.121,70	11.941,18	11.828,57	11.464,42	11.414,47	11.849,17	11.449,10	11.959,32	12.325,72	13.486,08	145.645,83
Perus	3.915,87	3.860,97	3.946,68	3.616,53	3.615,79	3.461,57	3.446,57	3.583,28	3.518,62	3.651,01	3.849,61	4.262,97	44.729,47
Pinheiros	10.524,77	11.295,09	12.093,72	11.314,50	11.233,73	11.151,68	10.387,60	11.413,94	11.109,64	11.505,09	11.171,59	11.652,97	134.854,32
Pirituba / Jaraguá	11.857,26	11.620,68	12.146,30	11.035,67	10.991,92	10.679,95	10.605,02	11.314,79	10.702,14	11.400,27	11.494,20	12.692,65	136.540,85
Santana / Tucuruvi	9.125,19	9.123,57	9.774,67	8.829,74	8.857,51	8.669,90	8.422,27	9.056,95	8.595,54	8.914,37	8.972,46	9.782,89	108.125,06
Santo Amaro	8.158,52	8.566,32	9.045,68	8.335,68	8.042,94	7.921,06	7.743,71	8.255,64	7.976,23	8.285,47	7.342,20	8.643,37	98.316,82
Sao Mateus	10.759,75	10.875,73	11.060,10	9.972,24	9.980,10	9.532,70	9.445,51	9.969,34	9.500,01	9.974,80	10.216,97	11.679,71	122.966,96
Sao Miguel Paulista	9.046,89	8.932,78	8.998,24	8.177,80	8.028,52	7.648,02	7.624,06	8.038,72	7.617,78	8.099,82	8.056,78	9.372,62	99.642,03
Sapopemba	6.941,49	7.149,72	7.397,09	6.722,17	6.638,58	6.409,83	6.412,55	6.651,34	6.294,74	6.578,11	6.784,79	7.679,76	81.660,17
Se	14.655,86	15.328,70	16.105,43	14.897,91	14.775,55	14.768,78	14.506,46	15.334,14	14.663,93	15.566,23	15.205,25	16.339,42	182.147,66
Vila Mariana	9.318,40	9.867,18	10.669,16	9.822,97	9.583,29	9.591,37	9.148,74	9.901,64	9.515,12	9.765,98	9.669,26	10.255,84	117.108,95
Vila Prudente	6.089,86	6.177,03	6.469,48	5.860,07	5.848,21	5.708,31	5.677,81	5.928,93	5.699,16	5.968,80	6.019,18	6.685,34	72.132,18
Total geral	309.112,41	312.338,81	326.733,72	298.702,62	294.314,87	285.471,01	282.635,05	297.486,43	285.769,45	299.763,15	296.714,23	335.842,86	3.624.884,61

Fonte: SISCOR (Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos)

Obs. 01- Quantitativos em toneladas

Obs. 02- Dados passíveis de atualização.

Fonte: E-SIC Prefeitura de São Paulo Pedido de Informação n. 024974

http://esic.prefeitura.sp.gov.br/detalhes_pedido_v2.aspx Disponível em 14.09.2017

**ANEXO 19 - QUANTITATIVO COLETA SELETIVA POR SUBPREFEITURA.
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016**

Seletiva	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total geral
Aricanduva / Formosa	145,48	123,31	127,09	105,83	91,20	88,66	85,41	68,84	59,20	70,82	76,15	97,09	1.139,08
Butanta	264,60	242,77	300,12	280,42	284,45	324,24	294,04	316,75	329,06	279,07	301,18	365,52	3.582,22
Campo Limpo	404,79	387,89	369,82	339,48	327,21	319,63	326,89	342,48	330,48	346,49	344,61	412,01	4.251,78
Capela Do Socorro	697,26	645,22	548,82	528,81	554,40	513,28	484,72	501,94	484,20	481,01	475,53	594,39	6.509,58
Casa Verde	81,21	77,03	75,32	76,11	62,39	64,36	64,48	69,50	49,93	62,28	65,31	75,95	823,87
Cidade Ademar	237,53	229,71	215,89	206,76	201,77	199,01	190,70	205,76	191,21	205,15	197,88	223,88	2.505,25
Cidade Tiradentes	17,03	17,36	14,09	16,02	12,43	8,95	9,59	9,88	12,00	11,61	11,98	19,95	160,89
Ermelino Matarazzo	161,25	146,81	160,73	149,30	140,86	135,39	134,69	155,62	153,14	150,21	155,60	175,60	1.819,20
Freguesia / Brasilândia	109,34	88,42	91,68	68,23	77,20	83,19	75,16	74,97	71,48	78,91	88,75	105,49	1.012,82
Guaianases	0,00	6,16	2,12	4,56	6,38	18,39	31,26	36,87	38,69	27,69	34,81	45,30	252,23
Ipiranga	504,08	432,84	459,43	401,74	394,22	418,95	401,20	421,96	378,93	376,49	415,29	497,76	5.102,89
Itaim Paulista	2,58	8,82	29,21	31,42	35,42	30,07	20,86	28,78	29,55	37,14	35,06	42,06	330,97
Itaquera	131,21	119,42	108,06	106,57	93,32	98,58	93,16	89,32	96,54	91,88	96,43	123,16	1.247,65
Jabaquara	253,97	245,85	231,06	217,00	206,51	202,23	209,76	221,56	207,28	216,24	212,16	248,06	2.671,68
Jacana / Tremembe	45,18	36,69	45,28	27,01	29,87	47,25	29,76	33,52	33,19	18,35	105,97	66,44	518,51
Lapa	651,16	566,23	592,48	603,52	570,96	613,54	579,93	623,44	568,03	589,51	548,44	668,01	7.175,25
Maria / Guilherme	101,66	86,72	86,42	80,79	86,50	68,89	73,78	72,86	59,01	72,12	76,48	87,33	952,56
Mboi Mirim	19,13	13,76	11,94	16,39	10,96	10,02	15,52	12,74	11,52	15,31	31,30	121,28	289,87
Mooca	247,97	217,10	260,96	253,24	257,32	282,36	259,34	282,54	284,64	270,69	303,67	347,38	3.267,21
Parelheiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,56	2,56
Penha	147,47	120,43	145,39	148,14	126,67	125,22	125,48	116,90	123,04	103,44	134,95	146,89	1.564,02
Perus	2,20	4,09	0,00	3,60	0,84	2,10	0,00	1,67	2,30	2,28	1,35	2,43	22,86
Pinheiros	714,15	557,80	698,98	657,73	630,17	630,01	607,99	648,08	612,88	659,12	666,51	796,56	7.879,98
Pirituba / Jaraguá	147,71	95,81	144,64	126,35	145,07	156,15	124,68	164,28	164,36	171,49	156,23	192,69	1.789,46
Santana / Tucuruvi	294,90	290,19	267,31	259,23	245,53	245,61	255,73	266,23	247,16	247,06	234,26	291,26	3.144,47
Santo Amaro	482,43	436,05	439,47	422,26	409,84	422,40	415,43	421,35	394,19	409,59	412,10	508,79	5.173,90
Sao Mateus	101,95	89,98	103,68	106,40	110,72	120,59	119,24	124,10	125,58	123,34	125,65	144,14	1.395,37
Sao Miguel Paulista	0,00	3,86	21,98	20,28	32,05	40,51	35,46	48,83	48,78	62,51	58,70	72,73	445,69
Sapopemba	75,18	67,25	66,35	57,51	54,25	53,49	51,13	54,25	51,72	52,39	58,99	71,81	714,32
Se	531,29	558,55	577,20	485,92	559,89	531,04	466,89	534,49	498,77	512,55	517,20	615,17	6.388,96
Vila Mariana	1.095,14	1.054,11	1.098,52	1.013,17	1.008,95	993,17	948,55	1.011,05	947,96	973,27	1.005,29	1.134,76	12.283,94
Vila Prudente	186,11	156,75	151,61	163,93	140,64	128,79	151,24	146,22	143,26	153,95	144,77	196,83	1.864,10
Total Geral	7.853,96	7.126,98	7.445,65	6.977,72	6.907,99	6.976,07	6.682,07	7.106,78	6.748,08	6.871,96	7.092,60	8.493,28	86.283,14

Fonte: SISCOR (Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos)

Obs. 01- Quantitativos em toneladas

Obs. 02- Dados passíveis de atualização.

Fonte: E-SIC Prefeitura de São Paulo de Informação n. 024974

http://esic.prefeitura.sp.gov.br/detalhes_pedido_v2.aspx Disponível em 14.09.2017

ANEXO 20 - DOCUMENTO EXTRAÍDO DE PROCESSO JUDICIAL COM TABELA DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA 1 DE 5

fls. 875

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPTº DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO

- Secretaria Municipal de Serviços

Assessoria Jurídica (PA 2015-0.042.555-5)

- 213 -
104
Kátia Cidreira Sakamoto
AGPP - DEMAP 2
RF 741.678.4.00

-Sr(a) Assessor (a) Chefe,

Encaminho o presente, com cópia de manifestação do Ministério Público (fls. 776 dos autos judiciais), na qual solicita o *parquet*, com vistas a celebração de acordo, informações complementar às já apresentadas sobre detalhes da evolução da coleta seletiva no Município.

Vale registrar que em audiência de tentativa de conciliação o Município informou que há plano para a universalização da coleta seletiva, e pediu prazo para juntar respectivo cronograma.

As informações solicitadas pelo MP são as seguintes:

- a) dos 89 distritos que contam com coleta seletiva, quantos e quais deles atingem a universalização, ou seja, todas as ruas do distrito, apresentar comprovantes; ✓
- b) esclarecer quando serão iniciadas as ações de educação e divulgação, aparentemente necessárias diante da constatação de gargalo representado pela "falta de adesão da população, ainda pouco representativa", conforme informações que já prestamos; ✓
- c) apresentar cronograma da realização das ações; ✓

Como corre prazo judicial para manifestação do Município nos autos, peço devolução do presente, com as informações solicitadas, até dia 21/06/2016

ANEXO 20 - DOCUMENTO EXTRAÍDO DE PROCESSO JUDICIAL COM TABELA DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA 2 de 5

fls. 876

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPTº DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO

Acompanha o presente o PA 2015-0.307.334-0.

- 214 -
 122
 Kátia Cidreira Sakamoto
 AGPP - DEMAP 2
 RF 741.678.4.00

São Paulo, 06 de junho de 2016.

Alexandre Petrilli Gonçalves Ferraz de Arruda
ALEXANDRE PETRILLI GONÇALVES FERRAZ DE ARRUDA
 PROCURADOR DO MUNICÍPIO - DEMAP 21
 OAB/SP 252.499

Karina Favaro Lidi
 De ordem do(a) Senhor(a)
 Chefe da assessoria Jurídica
 para exame e manifestação

Karina Favaro Lidi
 Aux. de Gabinete - SES - AJ
 RF: 824.879-6

SES-AJ
 Entrada: 08/06/16
 Horário: Ass: *[assinatura]*
 Saída: 09/06/16

documento é cópia do original, assinado digitalmente por RACHEL MENDES FREIRE DE OLIVEIRA e Tribunal de Justiça São Paulo, protocolado em 11/07/2016 às 18:53, sob o número WFP16701675620
 conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1002618-14.2015.8.26.0053 e código 21D0CF8.

ANEXO 20 - DOCUMENTO EXTRAÍDO DE PROCESSO JUDICIAL COM TABELA DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA 3 de 5

SECRETARIA DE SERVIÇOS
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

fls. 878

Folhas n.º 215

Do Processo n.º 2015-0.042.555-5 em 10/06/2016

(a) Joel Ap. de Miranda
RF: 628.943.601
AMLURB. GAB

Assunto: Ação Civil Pública.

AMLURB – Assessoria Jurídica
Senhora Assessora Chefe,

Em atenção ao solicitado pelo Ministério Público à folha n.º 211, encaminhamos o presente para que, em conjunto com a Diretoria competente prestem as informações complementares requeridas acerca da universalização da coleta seletiva no município, com a urgência que o caso requer.

A COMPANHIA PA 2015-0.307.334-0.

Favor ater-se ao prazo de resposta à SES-AJ: 21/06/2016.

São Paulo, 10 de Junho de 2016.

RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO
Presidente
Autoridade Municipal de
Limpeza Urbana
AMLURB

ANEXO 20 - DOCUMENTO EXTRAÍDO DE PROCESSO JUDICIAL COM TABELA DE
IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA 4 de 5

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de Informação n.º 216

Do Processo nº 2015-0.042.555-5 (01 vol) em 16/06/2016 (a)

Thais Bentim de Carvalho
AMLURB - DPD
RF: 39

AMLURB – DPD/Gerência de Planejamento
Sr. Gerente,

Assunto: Ação Civil Pública

Com a urgência que o caso requer, encaminhamos o presente para esclarecimentos quanto a universalização da Coleta Seletiva no Município e demais providências necessárias.

Mantido acompanhante.

Favor ater-se ao prazo de resposta: **21/06/2016**.

16/06/2016

SAMUEL DE OLIVEIRA
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento
AMLURB

fls. 880

ado digitalmente por RACHEL MENDES FREIRE DE OLIVEIRA e Tribunal de Justiça São Paulo, protocolado em 11/07/2016 às 18:53, sob o número WFFPA1670167562C
tps://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002618-14.2015.8.26.0053 e código 21D0CF8.

ANEXO 21 - DOCUMENTO EXTRAÍDO DE PROCESSO JUDICIAL COM
TABELA DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA 5 DE 5

Prefeitura do Município de São Paulo

Folha de informação nº 217

fls. 881

Osvaldo C. Góes - RF 90
Gerente
Assessoria DPD

Do Processo nº2015-0.042.555-5

em

21/06/2016

TABELA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA

DISTRITOS	%	DISTRITOS	%	DISTRITOS	%
AGUA RASA	13	IPIRANGA	100	PONTE RASA	100
ALTO DE PINHEIROS	100	ITAIM BIBI	100	RAPOSO TAVARES	88
ANHANGUERA	5	ITAIM PAULISTA	100	REPÚBLICA	100
ARICANDUVA	78	ITAQUERA	60	RIO PEQUENO	88
ARTUR ALVIM	84	JABAQUARA	100	SACOMÃ	100
BARRA FUNDA	100	JACANÃ	50	SANTA CECILIA	100
BELA VISTA	100	JAGUARA	100	SANTANA	100
BELÉM	42	JAGUARÉ	100	SANTO AMARO	100
BOM RETIRO	100	JARAGUÁ	10	SÃO DOMINGOS	44
BRÁS	37	JD ÂNGELA	5	SAO LUCAS	100
BRASILANDIA	1	JD HELENA	100	SÃO MATEUS	56
BUTANTÃ	62	JD PAULISTA	100	SÃO MIGUEL	94
CACHOEIRINHA	2	JD SAO LUIS	11	SÃO RAFAEL	30
CAMBUCI	100	JOSE BONIFÁCIO	58	SAPOPEMBA	100
CAMPO BELO	100	LAJEADO	100	SAÚDE	100
CAMPO GRANDE	100	LAPA	100	SÉ	100
CAMPO LIMPO	100	LIBERDADE	100	SOCORRO	100
CANGAÍBA	32	LIMÃO	56	TATUAPÉ	48
CAPÃO REDONDO	100	MANDAQUI	100	TREMembé	50
CARRÃO	100	MARSILAC	5	TUCURUVI	100
CASA VERDE	67	MOEMA	100	VILA ANDRADE	100
CIDADE ADEMAR	100	MOOCA	62	VILA CURUÇA	70
CIDADE DUTRA	100	MORUMBI	67	VILA FORMOSA	92
CIDADE LÍDER	47	PARELHEIROS	10	VILA GUILHERME	64
CIDADE TIRADENTES	100	PARI	37	VILA JACUÍ	50
CONSOLAÇÃO	100	PARQUE DO CARMO	48	VILA LEOPOLDINA	100
CURSINO	100	PEDREIRA	100	VILA MARIA	58
ERMELINO MATARAZZO	100	PENHA	100	VILA MARIANA	100
FREGUESIA DO Ó	63	PERDIZES	100	VILA MATILDE	100
GRAJAÚ	100	PERUS	5	VILA MEDEIROS	46
GUAIANASES	100	PINHEIROS	100	VILA PRUDENTE	100
IGUATEMI	81	PIRITUBA	88	VILA SÔNIA	90

RESUMO	
1 A 99 %	47%
100%	53%

ANEXO 22 - INFORMAÇÃO SOBRE CRITÉRIOS DA PESQUISA CICLOSOFT

Sistema e-SIC

Início

Registrar Pedido

Consultar Pedido

Dados Cadastrais

Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	029131
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	05/03/2018
Órgão:	AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, A Pesquisa Ciclossoft que reúne informações sobre os programas de coleta seletiva "desenvolvidos por prefeituras, apresentando dados sobre a composição do lixo reciclável, custos de operação, participação de cooperativas de catadores e parcela da população atendida" (CEMPRE, 2016), noticia que o programa de coleta seletiva da Prefeitura de São Paulo passou a atender, em 2016, a 87% da população (http://cempre.org.br/ciclossoft/id/8). Poderiam informar qual o critério utilizado tendo em vista que a PMSP somente universalizou no período a coleta seletiva para 46% dos distritos?

Resposta do pedido

Data Resposta:	07/03/2018
Resposta:	Bom dia, Caro solicitante, A AMLURB desconhece o motivo pelo qual a entidade CEMPRE fez tal afirmação. Sugerimos que questione a referida entidade. At, AMLURB

Anexos

ANEXO 23 - INFORMAÇÃO SOBRE TERMOS DE COMPROMISSO 2013-2016

Sistema e-SIC

Início

Registrar Pedido

Consultar Pedido

Dados Cadastrais

Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	025614
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	14/10/2017
Órgão:	AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, Poderiam informar quantos Termos de Compromisso para implantação da logística reversa foram celebrados no município de São Paulo entre os anos de 2013 a 2016?

Resposta do pedido

Data Resposta:	23/10/2017
Resposta:	<p>Bom dia, Prezado requerente, Seguem as informações solicitadas. Entre os anos de 2013 e 2016 não houve a celebração de nenhum termo de compromisso no município para a implantação de logística reversa. Em 17 de agosto de 2017, foi criado o Núcleo Gestor de Logística Reversa na AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) para estudar e discutir assuntos relacionados a esse tema, tendo como objetivo a implementação de vários sistemas de logística reversa para diferentes resíduos. O grupo estuda as cadeias de diferentes resíduos e já tem um planejamento de discussões com o setor privado e outros órgãos sobre o tema. At. Carlos Eduardo B.Barros de Oliveira Chefe de Gabinete AMLURB</p>

ANEXO 24 - INFORMAÇÃO SOBRE PROJETOS E. AMBIENTAL CAPELA SOCORRO

Sistema e-SIC

Início

Registrar Pedido

Consultar Pedido

Dados Cadastrais

Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	025759
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	21/10/2017
Órgão:	Prefeitura Regional de Capela do Socorro
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, Poderiam informar as ações realizadas para educação ambiental, relacionado à coleta seletiva realizadas nesta Prefeitura Regional entre os anos de 2013 a dezembro de 2016. Rogo-lhes que observem o período solicitado.

Resposta do pedido

Data Resposta:	07/11/2017
Resposta:	<p>Prezado Munícipe</p> <p>Em atenção ao solicitado e conforme informado pela Supervisão de Administração, para esta Prefeitura Regional foram adotadas as seguintes ações ambientais para o período de 2013 a 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Container para coleta de materiais recicláveis (no pátio da PR CS), com coleta semanal pela empresa SOMA; • Coleta de pilhas e baterias (entrada da Praça de Atendimento); • Coleta de óleo usado (em frente à Praça de Atendimento), hoje na lateral do prédio, retirado conforme solicitado pela empresa IMPALA; • Orientação à equipe de limpeza para seleção e descarte adequado do lixo retirado dos setores. <p>Ao ensejo, apresentamos protestos de estima e consideração.</p> <p>Eliana Ollert Ricart Chefe de Gabinete Prefeitura Regional Capela do Socorro</p>

ANEXO 25 - TRECHO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO CONTENDO
PROGRAMA DE METAS FINAL 2013-2016

SUPLEMENTO

Diário Oficial

Cidade de São Paulo

Fernando Haddad - Prefeito

Ano 61

São Paulo, sábado, 31 de dezembro de 2016

Número 246

Objetivo 15: Ampliar a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos com a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis

A Meta 89 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 89 - Ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos

Relato da Meta 89

A coleta porta-a-porta foi expandida para todos os 96 distritos da cidade, sendo que destes, 46 estão com o serviço universalizado. Essa é a melhor marca de coleta seletiva que a cidade já teve.

Além da coleta realizada pelas empresas concessionárias, as cooperativas de reciclagem da capital receberam investimentos de R\$ 42 milhões do BNDES para compra de máquinas, reforma de galpões e capacitação de gestores, aumentando o fôlego e capacidade de reciclagem da cidade.

Além disso, a Prefeitura de São Paulo disponibilizou pela cidade Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) para a população depositar materiais recicláveis. Esses equipamentos incentivaram a separação do material para reciclagem e a entrega voluntária. Os PEV's s

Complementar a abrangência da coleta seletiva nos distritos que já contam com circuitos e efetivar a coleta seletiva para os que ainda não são atendidos por nenhuma modalidade com implantação de pontos de entrega voluntária. A ampliação da coleta seletiva não possui custo de implantação e manutenção, apenas gerenciamento da contrapartida exigida para a concessão do serviço.

* Meta viabilizada por meio do contrato de concessão dos serviços de coleta de resíduos sólidos.

Definição de termos técnicos para a meta

Modalidades de coleta seletiva: coleta pode ser feita pelos caminhões disponibilizados pelas concessionárias, pelos caminhões alugados pela Prefeitura e cedido às cooperativas ou misto (distrito atendido por 2 modalidades).

Circuito: trajeto pelo qual é feita a coleta seletiva.

Ponto de Entrega Voluntária: local onde o munícipe pode fazer o descarte dos resíduos recicláveis.

ANEXO 26 - SITE DA PREFEITURA 96 DISTRITOS COM COLETA SELETIVA

Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/amlurb/colet..>

AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana

Endereço

Rua Azurita, 100 – Canindé
Telefone: (11) 3397-1777

Coleta seletiva em São Paulo

Foto: Divulgação

O Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo conta atualmente com uma rede de 41 cooperativas e associações de catadores, possibilitando a geração de renda, emprego e inclusão social para cerca de 1.200 pessoas.

O programa tem como objetivo promover a reciclagem de papel, plástico, vidro e metais. Após recolhidos, esses resíduos são encaminhados para as cooperativas e para as duas centrais mecanizadas de triagem, onde serão separados e comercializados pelas cooperativas.

Regiões atendidas ✓

Todos os 96 distritos do município de São Paulo são contemplados pela coleta seletiva (ou diferenciada), seja pelas cooperativas ou pelas concessionárias - em algumas prefeituras regionais, a coleta é realizada por ambas. A AMLURB é o órgão responsável pela coordenação, estabelecendo normas e procedimentos para sua implementação, gerenciamento, fiscalização e controle.

Consulte o dia e horário da coleta seletiva de acordo com a região:

Prefeituras regionais: Butantã, Freguesia do Ó, Lapa, Mooca, Perus, Pinheiros, Jaraguá, Santana/Tucuruvi e Sé.

[Pesquise aqui sua rua.](#)
www.loga.com.br - 0800-770 11 11

Prefeituras regionais: Aricanduva / Formosa, Campo Limpo, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Ipiranga, Jabaquara, M'Boi Mirim, Parelheiros, Santo Amaro, Vila Mariana e Vila Prudente.

[Pesquise aqui sua rua.](#)
www.ecourbis.com.br - 0800-772 79 79

Pontos de Entrega Voluntária (PEV)

Além da coleta porta a porta, a Prefeitura conta também com aproximadamente 1.500 PEV's instalados em locais específicos para receber o material reciclável.

Como participar da coleta seletiva?

Reserve apenas os resíduos recicláveis como: papel, plástico, vidro e metais. Bem acondicionados, disponibilize-os **até duas horas antes do horário** previsto para a coleta.

***Não é necessário separar por tipo de material. Essa triagem é feita pela cooperativa nas centrais mecanizadas ou manuais.**

Dicas de como separar o lixo para coleta diferenciada

- **Plástico:** Lave-os para que não sobre restos do produto, principalmente no caso de detergentes e xampus, que podem dificultar a triagem e o aproveitamento do material. No caso de embalagens com tampas, retire-as;
- **Vidros:** Lave-os e retire as tampas;
- **Metais:** Latinhas de refrigerantes, cervejas e enlatados devem ser amassados ou prensados para facilitar o armazenamento;
- **Papéis:** Podem ser guardados diretamente em sacos plásticos.

Informações importantes

- Nunca mande pela coleta seletiva outros itens que não sejam papel, plástico, vidro e metais;
- No caso de vidro quebrado, embale-o em um jornal para evitar possíveis acidentes ao coletor;
- Procure enviar os produtos sempre soltos, sem nenhum material dentro, em uma sacola.
- No caso de muitos itens, opte por abrir as caixas e reduzir o espaço, como embalagens longa vida que podem ser compactadas.

Ciclo da Coleta Seletiva

ANEXO 27 - EXTRATO DO ACORDO SETORIAL DE EMBALAGENS EM GERAL

Nº 227, sexta-feira, 27 de novembro de 2015

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

169

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

EXTRATO DE ACORDO

ACORDO SETORIAL PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL. PRO-

CESSO: 02000.000885/2012-14. ESPÉCIE: Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral. OBJETO: O Acordo Setorial institui o sistema de logística reversa de embalagens em geral nos termos da Lei nº 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos, e do Decreto nº 7.404/2010. ACORDO SETORIAL: A cópia do Acordo Setorial completo será publicada no portal do sistema nacional de informações sobre a gestão dos resíduos sólidos (www.sinir.gov.br). VIGÊNCIA: O Presente Acordo Setorial vigorará por prazo indeterminado a partir da data de sua assinatura. DATAS E ASSINATURAS: Brasília, 25 de novembro de 2015. Assinam como signatários a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, CNPJ nº 37.115.375/0001-07; Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados - ABAD - CNPJ: 49.086.564/0001-88; Associação Brasileira do Alumínio - ABAL - CNPJ: 62.868.658/0001-77; Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA - CNPJ: 60.584.620/0001-47; Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABIHPEC - CNPJ: 00.478.478/0001-21; Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães e Bolos Industrializados - ABIMAPI - CNPJ 54.073.341/0001-16; Associação Brasileira de Indústria de Águas Minerais - ABINAM - CNPJ: 42.565.341/0001-54; Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET - CNPJ 43.556.413/0001-40; Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE - CNPJ: 00.640.409/0001-72; Associação Brasileira da Indústria do PET - ABIPET - CNPJ: 00.844.151/0001-26; Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins - ABIPLA - CNPJ: 48.089.296/0001-95; Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST - CNPJ: 62.877.287/0001-90; Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas - ABIR - CNPJ: 34.260.851/0001-95; Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA - CNPJ: 53.177.101/0001-07; Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE - CNPJ: 47.178.264/0001-01; Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas - ABRAFATI - CNPJ: 54.961.347/0001-20; Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade - ABRALATAS - CNPJ: 05.769.475/0001-60; Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS - CNPJ: 62.360.268/0001-91; Indústria Brasileira de Árvores - IBÁ - CNPJ: 33.776.154/0001-29; Instituto Socioambiental dos Plásticos - PLASTIVIDA - CNPJ: 07.739.269/0001-33; Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV - CNPJ: 33.207.689/0001-89; e como intervenientes anuentes o Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRES - CNPJ: 68.555.051/0001-13; Associação Brasileira de Embalagem - ABRE - CNPJ: 62.511.563/0001-00; Associação Nacional dos Apapistas de Papel - ANAP - CNPJ: 45.725.041/0001-83; Instituto Nacional das Empresas de Preparação de Sucata não Ferrosa e de Ferro e Aço - INESFA - CNPJ: 46.549.614/0001-28; Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis - ANCAT - CNPJ: 03.580.632/0001-60; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços E Turismo - CNC - CNPJ: 33.423.575/0001-76.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br> pelo código 00032015112700169

ANEXO 28 - INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA 2018

Prezado(a) Senhor(a),

O recurso de 2ª instância detalhado abaixo foi respondido na data 08/05/2018.

Protocolo: 28602

Requerente: ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR

Data de abertura: 16/02/2018

Data de abertura do recurso de 2ª instância: 29/03/2018

Prazo de atendimento: 16/04/2018

Órgão da solicitação: AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana

Solicitação do requerente: Recurso de Ofício – 2. Instância - automático

Resposta: Caro solicitante, Desde 9 de janeiro a coleta de resíduos secos (recicláveis) em todo o município está sendo executada, temporariamente, pelas concessionárias Loga e Ecourbis. O formato provisório visa atender aos 28 distritos nos quais a coleta seletiva é atendida pelas cooperativas que compõem a rede da AMLURB. Vale ressaltar que a autarquia trabalha para que os munícipes dos distritos atendidos pelas cooperativas não sejam prejudicados. Para isso, a autarquia instruiu ambas as concessionárias a manterem as áreas atendidas pelas cooperativas. A AMLURB destaca ainda que, mesmo com a mudança provisória, todo resíduo seco coletado pelas concessionárias permanece encaminhado às cooperativas e associações de catadores que integram o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva, mantendo a geração de trabalho e renda por meio da reciclagem. Está previsto pela Meta 24 do município de São Paulo através do Projeto Recicla Sampa a expansão e otimização da coleta seletiva dos resíduos secos em toda a municipalidade, porém a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (DPD) e a Diretoria de Gestão de Serviços (DGS) desta autarquia elaboram um cronograma para o atendimento desta demanda. Atualmente, a coleta seletiva está universalizada em 50 % dos distritos do município, onde 48 distritos possuem coleta parcial conforme segue abaixo. Aricanduva 46% Formosa 69% Butantã 49% Morumbi 63% Raposo Tavares 12% Rio Pequeno 24% Vila Sônia 26% Casa Verde 67% Cachoeirinha 1% Limão 57% Freguesia do Ó 62% Brasilândia 1% Guaianases 48% Itaquera 61% Parque do Carmo 54% Cidade Líder 18% José Bonifácio 58% Itaim Paulista 41% Vila Curuçá 33% Jaconã 26% Tremembé 18% Jardim Ângela 5% Jardim São Luiz 11% Vila Maria 58% Vila Guilherme 64% Vila Medeiros 46% Mooca 62% Brás 37% Água Rasa 13% Pari 37% Belém 42% Jaguaré 48% São Miquel Paulista 35% Vila Jacuí 45% Jardim Helena 28% Parelheiros 13% Marsilac 5% Canaã 65% Vila Matilde 61% Artur Alvim 56% Pirituba 47% Jaraguá 25% São Domingos 31% Perus 23% Anhanguera 5% São Mateus 56% São Rafael 39% Iguatemi 26% Atenciosamente. AMLURB

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção do menu do sistema "Consultar Pedido".

Atenciosamente,

ANEXO 29 - ARTIGOS 30 A 36 DA LEI FEDERAL 12.305/2010 – A LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS - LRS

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III - recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV - compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no **caput**.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: (Regulamento)

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no **caput** serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do **caput** e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do **caput**, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do **caput** do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal. (Vide Decreto nº 9.177, de 2017)

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica. (Vide Decreto nº 9.177, de 2017)

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO 30 - TOTAL E DESPESAS LIQUIDADAS COM O PROJETO-ATIVIDADE DE COLETA SELETIVA NO PERÍODO DE 2013 A 2016. PEDIDO DE INFORMAÇÃO N. 027594

Sistema e-SIC

Início

Registrar Pedido

Consultar Pedido

Dados Cadastrais

Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	027594
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	03/01/2018
Órgão:	AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, Poderiam informar os valores gastos com a implantação do sistema de coleta seletiva (2013/2016), bem como a fonte de tais recursos?

Resposta do recurso 2ª Instância

Data da Resposta:	03/05/2018
Resposta:	Caro solicitante, O total e despesas liquidadas com o projeto-atividade de coleta seletiva no período de 2013 a 2016 foi de R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos), sendo R\$ 2.005.476,03 (dois milhões, cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e três centavos) com recursos do governo federal (SENAES) e R\$ 69.179.032,79 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, trinta e dois reais e setenta e nove centavos) com recursos do Tesouro Municipal. Atenciosamente. AMLURB

ANEXO 31 - PROJETOS EDITAL FEMA 11 – 2014.

Nº Processo CENTS	Nº Processo FEMA	Entidade	Projeto	Parque	Subprefeitura	Valor do Projeto/FEMA (R\$)
2014-0.347.592-6	2015-0.128.835-7	Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente	Trianon Ambiental	Siqueira Campos/Trianon	Pinheiros (Centro-Oeste)	171.000,00
	2015-0.128.689-3	Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente	Parque Eco Chico Mendes	Ecológico Chico Mendes	Itaim Paulista (Leste)	171.000,00
2015-0.026.183-8	2015-0.128.836-5	Instituto Siades Sistema de Infor. Ambient. p/ o Des. Sustentável	Polo Ambiental no Parque Municipal Nabuco	Nabuco	Jabaquara (Sul-2)	170.974,60
	2015-0.128.705-9	Instituto Siades Sistema de Infor. Ambient. p/ o Des. Sustentável	Projeto Ambiental no Parque Municipal Lions Clube Tucuruvi	Lions Clube Tucuruvi	Santana/Tucuruvi (Norte-2)	170.974,60
2014-0.272.493-0	2015-0.128.685-0	Instituto Macuco	Polo de EA no Pq Mun. Benemérito José Brás	Benemérito José Brás	Mooca (Centro)	171.000,00
	2015-0.128.688-5	Instituto Macuco	Polo de EA no Pq Mun. Pinheirinho D'Água	Pinheirinho D'Água	Pirituba/Jaraguá (Norte-1)	171.000,00

ANEXO 32 - QUANTITATIVOS – RESÍDUOS COLETADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

25/06/2018

Quantitativos | Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais | Prefeitura da Cidade de São Paulo

PREFEITURA DE SÃO PAULO (<http://www.capital.sp.gov.br/>) <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-intensifica-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua-nos-meses-mais-frios-do-ano>

Quantitativos

Resíduos coletados no município

COLETA SELETIVA

2016	
Janeiro a Dezembro	Média mensal
86.063,28	7.171,94

2017	
Janeiro a Dezembro	Média mensal
87.893,41	7.324,45

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/amlurb/index.php?p=185375>

ANEXO 33 - QUANTITATIVOS DA COLETA SELETIVA 2017

Oi Marli,

Não recebi. Me envia o link aqui, por favor?

No momento, eu tenho os dados da seletiva. Segue anexo!

Att.,

Bruna Nascimento
Assessoria de Comunicação

brunasantos@prefeitura.sp.gov.br
(11) 3397-1796 / (11) 99665-6297

Rua Azurita, 100 - 2º andar
03034-050 - São Paulo - SP

PREFEITURA REGIONAL (P.R.)	TOTAL P.R.
ARICANDUVA / FORMOSA	1.021
BUTANTA	3.286
CAMPO LIMPO	3.852
CAPELA DO SOCORRO	6.070
CASA VERDE	959
CIDADE ADEMAR	2.030
CIDADE TIRADENTES	185
ERMELINO MATARAZZO	1.916
FREGUESIA / BRASILÂNDIA	979
GUAJANASES	543
IPIRANGA	5.053
ITAIM PAULISTA	369
ITAQUERA	1.153
JABAQUARA	2.322
JACANA / TREMEMBÉ	906
LAPA	6.753

MARIA / GUILHERME	903
IMBOÍ MIRIM	1.398
MOOCA	4.068
PENHA	1.368
PERUS	53
PINHEIROS	8.153
PIRITUBA / JARAGUA	2.303
SANTANA / TUCURUVI	2.839
SANTO AMARO	5.149
SÃO MATEUS	1.822
SÃO MIGUEL PAULISTA	773
SAPOEMBA	732
SE	6.687
VILA MARIANA	12.436
VILA PRUDENTE	1.836
TOTAL MÊS	87.920

FONTE: SISCOR

**QUANTITATIVOS EM TONELADAS

**QUANTITATIVOS COM O STATUS CANCELADO, NÃO CONTABILIZADOS

ANEXO 34 - QUANTITATIVOS DA COLETA SELETIVA 2017

Olá Marli, tudo bem?

Segue a planilha com os dados solicitados.

Sim, nos falamos sobre os próximos passos!

Abs.,

Bruna Nascimento
Assessoria de Comunicação
brunansantos@prefeitura.sp.gov.br
(11) 3397-1796 / (11) 99665-6297

Rua Azurita, 100 - 2º andar
03034-050 - São Paulo - SP

PREFEITURA REGIONAL (P.R.)	TOTAL P.R.
ARICANDUVA / FORMOSA	91.440
BUTANTA	157.908
CAMPO LIMPO	192.607
CAPELA DO SOCORRO	183.431
CASA VERDE	105.033
CIDADE ADEMAR	133.633
CIDADE TIRADENTES	43.940
ERMELINO MATARAZZO	61.590
FREGUESIA / BRASILÂNDIA	128.664
GUAIANASES	68.757
IPIRANGA	144.935
ITAIM PAULISTA	92.979

ITAQUERA	148.986
JABAQUARA	66.523
JACANA / TREMEMBE	90.213
LAPA	120.452
MARIA / GUILHERME	115.431
MBOI MIRIM	170.152
MOOCA	154.328
PENHA	148.607
PERUS	55.925
PINHEIROS	134.107
PIRITUBA / JARAGUA	140.545
SANTANA / TUCURUVI	109.024
SANTO AMARO	99.768
SAO MATEUS	123.625
SAO MIGUEL PAULISTA	100.226
SAPOEMBA	82.233
SE	188.657
VILA MARIANA	115.826
VILA PRUDENTE	74.181
TOTAL MÊS	3.643.726

FONTE: SISCOR - REALIZADO EM 20.08.18

**QUANTITATIVOS EM TONELADAS

**QUANTITATIVOS COM O STATUS CANCELADO, NÃO CONTABILIZADOS

ANEXO 35 - INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DA COLETA SELETIVA PALHEREIROS ANO 2017

ANEXO 35 – Informação sobre Quantitativo Quantitativos da coleta seletiva Parelheiros ano 2017

De: [Bruna do Nascimento Santos](#)

Enviado: quinta-feira, 23 de agosto de 2018 10:17

Para: [Marli Aparecida Sampaio](#)

Assunto: RES: URGENTE - PARELHEIROS

Oi Marli,

Em 2017, não havia coleta seletiva em Parelheiros.

Este ano, já possui parcialmente. Segue o dado de 2018:

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	TOTAL P.R.
PARELHEIROS	10	13	17	16	12	14	14	96

*FONTE: SISCOR - REL. REALIZADO EM 22.08.18

**QUANTITATIVOS EM TONELADAS

Abraços!

amlurb
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

Bruna Nascimento

Assessoria de Comunicação

brunansantos@prefeitura.sp.gov.br
(11) 3397-1796 / (11) 99665-6297

Rua Azurita, 100 - 2º andar
03034-050 - São Paulo - SP

ANEXO 36 - INFORMAÇÃO SOBRE ENTIDADES CONTEMPLADAS COM O PROJETO-ATIVIDADE DE COLETA SELETIVA NO PERÍODO DE 2013 A 2016 E RESPECTIVAS DESPESAS (1 DE 4)

Portal da Transparência - Sistema e-SIC

http://esic.preeitura.sp.gov.br/detaines_pedido_v2.aspx

Sistema e-SIC

Início

Registrar Pedido

Consultar Pedido

Dados Cadastrais

Sair

Pedido

Detalhes do pedido

Protocolo:	030968
Interessado:	ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR
Data de abertura:	28/05/2018
Órgão:	AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Forma de recebimento da resposta:	E-mail
Descrição da solicitação:	Prezados, tendo em vista a resposta ao pedido n. 27594, onde consta que "O total e despesas liquidadas com o projeto-atividade de coleta seletiva no período de 2013 a 2016 foi de R\$ 71.401.900,12 (setenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos reais e doze centavos), sendo R\$ 2.005.476,03 (dois milhões, cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e três centavos) com recursos do governo federal (SENAES) e R\$ 69.179.032,79 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, trinta e dois reais e setenta e nove centavos) com recursos do Tesouro Municipal" PODERIAM INFORMAR QUAIS FORAM AS EMPRESAS (CONCESSIONÁRIAS E COOPERATIVAS) CONTEMPLADAS COM A VERBA no período de 2013 a 2016? Att. Marli Aparecida Sampaio

Resposta do recurso 2ª Instância

Data da Resposta:	06/08/2018
Resposta:	Prezado(a) Município, Atendendo vossa solicitação e em cumprimento ao Decreto nº 53.623 de 12 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, encaminhamos o presente com as respostas aos questionamentos, informados e validados pela área responsável: Seguem planilhas em anexo referente a fonte de recurso Governo Federal (SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária) - Projeto: Programa de Inclusão Social de Catadoras e Catadores (as) da cidade de São Paulo e referente a composição dos valores liquidados com a atividade "Coleta Seletiva", no período de 2013 a 2016, com recursos do Tesouro Nacional. Atenciosamente, AMLURB

Anexos

Nome Arquivo	Dt. Upload	
30968_RESPOSTA - E-SIC DE Nº 30968 .XLSX	06/08/2018 17:33:17	Visualizar

Situação

Situação: Finalizado
Prazo de atendimento: 17/06/2018

ANEXO 36 - INFORMAÇÃO SOBRE ENTIDADES CONTEMPLADAS COM O PROJETO-ATIVIDADE DE COLETA SELETIVA NO PERÍODO DE 2013 A 2016 E RESPECTIVAS DESPESAS (2 DE 4)

CREDORES	2013	2014	2015	2016	TOTAL
A COOPERVIRALATA COOPER DE TRAB DA COL SEL TRIAGEM PRE BENEF BENFIC PROD TELHA ECOL E COM DE MAT REC		-	-	-	109.515,49
ABEX COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	-	-	6.158,15	-	6.158,15
ABÍLIO MANOEL DE BORBA OLIVEIRA	72.421,97	87.366,43	93.110,51	99.335,40	352.234,31
AÇÃO ENGENHARIA LTDA	-	-	11.719,10	-	11.719,10
ADLA HADDAD SOLDANO	80.025,13	93.131,70	99.501,64	54.408,72	327.067,19
ALBERTO MOHR	-	-	-	52.200,00	52.200,00
ARLETE AFFONSO AURICHIO	77.715,90	80.672,87	40.800,69	-	199.189,46
AURICHIO IMOVEIS S/A	-	-	68.236,43	139.314,98	207.551,41
BT DISTRIBUIDORA DE EPI	130.606,87	-	-	-	130.606,87
CART CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PROPRIOS LTDA - ME	689.103,42	679.962,16	726.469,48	591.220,59	2.686.755,65
CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP	209.951,31	193.192,70	193.681,83	242.726,09	839.551,93
CLARISSE AZAR JARDIM	82.256,52	99.478,69	106.290,65	112.153,08	400.178,94
COMERCIAL THIALI LTDA EPP	81.726,60	312.972,06	-	-	394.698,66
CONFECÇÕES L. C. EL.S.C LTDA	128.266,80	-	-	-	128.266,80
CONSALAB COMERCIAL IMPORTADORA LTDA	-	-	5.848,94	-	5.848,94
COOP DE PROD COLETA TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE SAO MATEUS - COOPERLESTE	-	-	-	136.377,78	136.377,78
COOP DE PROD COLETA TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE VITORIA DE PENHA.	-	-	-	61.989,90	61.989,90
COOP DE PROD COLETA TRIAGEM TRANSF. COMPL. DE RECICLAVEIS E RECICLADOS TIETE - COOPER. CENTRAL TIETE	-	-	-	411.199,67	411.199,67
COOP TRAB PRODUCAO E PREST SERV DOS CATADORES AUTONOMOS DE MATS REAPROVEITAVEIS COOPERE-CENTRO	-	-	-	6.198,99	6.198,99
COOP. DE PRODUÇÃO COLETA TRIAGEM E BENEFIC. DE MATERIAIS RECICLÁVEIS JAÇANA-COOP. SEM FRONTEIRAS	-	-	-	175.638,05	175.638,05
COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM - RECICLA BUTANTA	-	-	-	136.377,78	136.377,78
COOPERATIVA DE TRABALHO COM MATERIAIS REAPROVEITAVEIS E RECICLAVEIS CHICO MENDES	-	-	-	289.286,20	289.286,20
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS	-	-	-	221.097,31	221.097,31
COOPERATIVA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DE COLETA SELETIVA DE RECICLAVEIS DOS CATADORES DE PARELHEIROS	-	-	-	6.198,99	6.198,99
COOPERATIVA DE TRABALHO EM PRODUÇÃO COLETA TRIAGEM E BENEF DE MAT REC DE UNIAO DE ITAQUERA	-	-	-	103.316,50	103.316,50
COOPERATIVA DE TRABALHO EM PRODUCAO DE RECICLAGEM E BENEFICIAMENTO - CRESCER	-	-	-	243.826,94	243.826,94
COOPERATIVA TIQUATIRA DE PROD COMER DOS RECICLAVEIS SOLIDOS COLETA SELETIVA PREST SERV EM GERAL	-	-	-	181.837,04	181.837,04
COOPERATIVA TRAB PROD COLETA TRIAGEM BENEF COM MAT RECIC CAP SOCORRO COOPERCAPS	-	479.797,98	-	454.592,60	934.390,58
COOPERSEMO	452.402,75	-	-	-	452.402,75

ANEXO 36 - INFORMAÇÃO SOBRE ENTIDADES CONTEMPLADAS COM O PROJETO-ATIVIDADE DE COLETA SELETIVA NO PERÍODO DE 2013 A 2016 E RESPECTIVAS DESPESAS (3 DE 4)

COPSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	302.247,88	151.599,96	-	-	453.847,84
CRA ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA LTDA.	-	-	-	25.461,53	25.461,53
DDA COMERCIO DE CONFECÇÕES E CALÇADOS LTDA	-	21.198,81	-	-	21.198,81
D E D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI-ME	-	-	5.898,62	-	5.898,62
DISTRIBUIDORA LILIAN EIRELI - EPP	-	265.860,19	116.513,37	-	382.373,56
DODO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME	-	-	-	52.014,60	52.014,60
EEC ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA	-	-	49.875,96	-	49.875,96
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	187.832,46	160.821,76	297.479,86	336.424,97	982.559,05
EPOF EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA	655.660,30	688.803,36	144.917,13	-	1.489.380,79
EPURA ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA	-	-	-	314.076,24	314.076,24
ÉRICK DE ALMEIDA	14.408,33	39.791,48	42.516,29	44.861,16	141.577,26
ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI	-	-	-	315.783,20	315.783,20
FERNANDO ABÍLIO DE BORBA OLIVEIRA	72.421,96	87.366,43	93.110,51	99.335,40	352.234,30
FERNANDO CARCINO JARDIM	45.327,94	59.687,20	63.774,40	67.291,92	236.081,46
FERNANDO CESAR GASPERINI	91.540,02	95.013,35	100.499,21	100.890,48	387.943,06
G D C DA SILVA COSTA - EIRELI - EPP	-	-	5.284,50	-	5.284,50
GAIA SUSTENTABILIDADE LTDA - ME	-	-	103.500,00	-	103.500,00
GEORGINA CARDOSO DE ALMEIDA	32.879,29	-	-	-	32.879,29
GRAFICA & EDITORA TRIUNFAL LTDA - EPP	-	-	21.300,00	-	21.300,00
GUARULHOS COMÉRCIO DE SUCATAS LTDA.	-	145.908,00	-	-	145.908,00
HAGAPLAN PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA	-	-	-	9.970,94	9.970,94
HIDROCONSULT CONSULTORIA ESTUDOS E PROJETOS LTDA	-	-	-	14.422,27	14.422,27

HIPLAN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO URBANA LTDA	7.542.046,30	8.032.573,60	8.444.604,79	8.901.473,97	32.920.698,66
INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL	25.410,62	-	-	-	-
JUREMA MONTEIRO MOHR	-	-	-	52.200,00	52.200,00
JTCM - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	-	388,00	-	-	388,00
L15 TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI	720.613,09	733.679,28	719.720,05	628.409,81	2.802.422,23
LICITARE PRODUTOS MATERIAIS E SERVICOS LTDA - EPP	-	-	401.776,20	-	401.776,20
MANUEL ABÍLIO OLIVEIRA	72.421,96	87.366,43	93.110,50	99.335,40	352.234,29
MARIO BATISTA	441.786,07	459.152,75	484.941,92	487.057,44	1.872.938,18
MARTA ELAINE BLANCO	-	-	83.333,33	300.000,00	383.333,33
MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP	-	-	5.393,50	-	5.393,50
MAVARO INDUSTRIA E COMERCIO	22.367,72	-	-	-	22.367,72
MBR COMERCIO DE MATERIAIS LTDA. - ME	-	-	5.733,81	-	5.733,81
Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal	-	-	-	14.488,66	14.488,66
MMLL REALTY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP	112.000,00	375.786,58	390.877,99	415.823,40	1.294.487,97
MUTEKI COMERCIAL LTDA - ME	7.003,41	-	-	41.640,48	48.643,89
NILCE DA SILVA LIMA	197.948,20	193.350,64	204.587,89	205.128,84	801.015,57
NILTON EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	371.737,96	-	-	-	371.737,96
OMYTTO UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	-	379.613,60	-	-	379.613,60
PERFILTEC MONTAGENS INDUSTRIAIS EIRELI - EPP	-	119.500,00	-	-	119.500,00
PROT CAP ARTIGOS PARA PROTEÇÃO INDUSTRIAL LTDA	207.176,06	-	30.324,70	-	237.500,76
RA CONFECÇÕES E UNIFORMES	73.811,00	-	-	-	73.811,00
RONALD DE ALMEIDA	14.408,33	39.791,48	42.516,29	44.861,16	141.577,26

ANEXO 36 - INFORMAÇÃO SOBRE ENTIDADES CONTEMPLADAS COM O PROJETO-ATIVIDADE DE COLETA SELETIVA NO PERÍODO DE 2013 A 2016 E RESPECTIVAS DESPESAS (4 DE 4)

SAFETY WORKER UNIFORMES	583.604,75	-	-	-	583.604,75
SÃO PAULO TURISMO S/A.	-	332.997,23	-	-	332.997,23
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SF - IPTU	179.267,13	228.209,29	259.979,82	347.184,26	1.014.640,50
SÉRGIO ALEXANDRE GASPERINI	91.540,01	95.013,35	100.499,21	100.890,48	387.943,05
SERSIL TRANSPORTES LTDA	3.919.214,85	2.942.242,41	1.960.323,75	-	8.821.781,01
SIDNEY DE ALMEIDA	71.210,17	79.582,96	85.032,56	89.722,56	325.548,25
S P T - COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	-	-	1.890,00	-	1.890,00
TCA OITO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI ME	-	-	-	168.667,20	168.667,20
VALLILO GRÁFICA E EDITORA LTDA. - EPP	-	-	-	2.240,00	2.240,00
VITORIO PASCHOAL SOLDANO	80.025,13	93.131,70	99.501,64	54.408,72	327.067,19
WL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	-	66.326,00	63.801,74	-	130.127,74
TOTAL	18.140.388,21	18.001.330,43	15.874.436,96	17.162.877,19	69.179.032,79

ANEXO 37 - RESUMO DAS RESPONSABILIDADES DEFINIDAS NO ACORDO SETORIAL DE EMBALAGENS EM GERAL

Tabela 3: Resumo das Responsabilidades definidas no Acordo Setorial de Embalagens em Geral.

AÇÃO	FABRICANTES E IMPORTADORES DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS EM EMBALAGENS	FABRICANTES E IMPORTADORES DE EMBALAGENS	DISTRIBUIDORES E COMERCIANTES	TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RS
Recursos Financeiros	Cláusula sexta, item 6.2 (i): Investimento direto ou indireto em CENTRAIS DE TRIAGEM, Cooperativas ou entidades que as representam, tais como ANCAT, [...] com o objetivo primordial de aumentar a eficiência operacional.	Cláusula sexta, item 6.3 (i): Compra direta ou indireta: das embalagens triadas pelas Cooperativas, centrais de triagem, ou unidades equivalentes, Centrais de Valorização de Material Reciclável, ou ainda pelos centros de triagem mantidos pelos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.		Cláusula sexta, item 6.5, §1º: As operações realizadas pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos relativas à logística reversa objeto deste acordo setorial poderão ser devidamente remuneradas, nos termos do art. 33 §7º da Lei 12.305/10, na forma acordada entre as partes, diretamente ou indiretamente, proporcionalmente à quantidade de embalagens recolhidas de forma a atender ao previsto no inciso IV do caput. do Artigo 36 da Lei 12.305/2010.
	Cláusula sexta, item 6.2 (ii): [...] investimento, por meio da ANCAT ou outras entidades representativas das Cooperativas, as quais se responsabilizarão por transferir tais investimentos diretamente para as Cooperativas por elas identificadas e selecionadas, [...] com o objetivo de aumentar a eficiência operacional			
Implantação de PEV	Cláusula sexta, item 6.2 (iii): Implantação de PEV nos espaços cedidos (comerciantes e distribuidores), mediante a celebração de contratos		Cláusula sexta, item 6.4 (i): Cessão não onerosa de espaço para implantação de PEV, mediante a celebração de contratos com fabricantes/importadores e/ou suas Associações.	
Divulgação	Cláusula sexta, item 6.2 (iv): Divulgação junto aos consumidores de instruções sobre como separar as Embalagens e informações sobre procedimentos a serem seguidos para adequada devolução das Embalagens para facilitar a reciclagem.	Cláusula sexta, item 6.3 (iii): Divulgação junto aos consumidores de instruções sobre como separar as Embalagens e informações sobre procedimentos a serem seguidos para adequada devolução das Embalagens para facilitar a reciclagem.	Cláusula sexta, item 6.4 (ii): Divulgação junto aos consumidores de instruções sobre como separar as Embalagens e informações sobre procedimentos a serem seguidos para adequada devolução das Embalagens para facilitar a reciclagem.	
			Cláusula sexta, item 6.4 (iv): Participação, por meio de suas Associações, de ações que sensibilizem e estimulem a cadeia de abastecimento a implantar e realizar o SLR, tanto no campo teórico como no técnico.	
Informação		Cláusula sexta, item 6.3 (ii): Identificação das Cooperativas, centrais de triagem ou unidades equivalentes, das empresas do Comércio Atacadista de Materiais Recicláveis e das empresas recicladoras, em território nacional, cadastradas nas respectivas Associações indicadas no preâmbulo, de forma a facilitar o SLR.	Cláusula sexta, item 6.4 (iii): Disponibilização das informações relacionadas à implantação do Sistema de Logística Reversa

N.º: CHH-P-RL-0026/18	REV. 0	FL. 18/98	<small>AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA</small> <small>PREFEITURA DE SÃO PAULO</small> <small>PREFEITURAS REGIONAIS</small>	

ANEXO 38 - TRECHOS DO RELATÓRIO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE LOGÍSTICA REVERSA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1 DE 7)

Figura 4: Fluxograma do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral existente no município de São Paulo.

N.º: CHH-P-RL-0026/18	REV. 0	FL. 19/98

ANEXO 38 - TRECHOS DO RELATÓRIO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE LOGÍSTICA REVERSA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (2 DE 7)

6. PROPOSTA DE SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL

O cenário proposto pelo Consórcio CRAHH baseia-se nos seguintes pilares:

- Aproveitamento do potencial estratégico da região metropolitana de São Paulo (grande quantidade de resíduos produzidos em espaço geográfico restrito, coleta seletiva implantada em 76% do território e existência de parque industrial de reciclagem e utilização de reciclados) para se acelerar o processo de implantação de uma logística reversa realmente eficiente.
- Ressarcimento dos custos hoje suportados pela PMSP com o sistema de coleta e triagem de embalagens em geral pelo CEMPRES de empresas, em cumprimento aos dispositivos previstos em lei, conforme ilustrado na Figura 5 a seguir, no entendimento do Ministério Público apresentado em ação civil pública contra o CEMPRES e em benchmarks internacionais explanados no Anexo 4.
- Transferência das cooperativas e centrais mecanizadas para a Coalizão conforme regra de transição a ser negociada com a PMSP.
- Inserção dos diversos atores do setor na negociação de Certificados de Prestação de Serviços Ambientais (CPSA), negociados em bolsa, como forma de se financiar o sistema e dar transparência às quantidades efetivamente circuladas, conforme ilustrado na Figura 6 a seguir.
- Fazer com que as importadoras e fabricantes de produtos comercializados em embalagens em geral se obriguem a adquirir os CPSA, financiando o sistema.
- Remuneração da AMLURB por meio da emissão de CPSA em função dos serviços ambientais prestados (por exemplo, coleta seletiva, disponibilização de PEVs, eventual apoio a cooperativas, etc.).
- Criação de um sistema de informações cruzadas sobre a quantidade de rejeitos que tiveram destinação ambiental correta.

N.º: CHH-P-RL-0026/18	REV. 0	FL. 20/98	<small>AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA</small>		

ANEXO 38 - TRECHOS DO RELATÓRIO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE LOGÍSTICA REVERSA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (3 DE 7)

Especificamente no que diz respeito ao objeto desta análise, o Acordo Setorial de Embalagens de 2015, em que pese não tenha contado com a participação direta do município de São Paulo, deve ser por ele respeitado, salvo se vier a ser celebrado um Acordo Setorial ou Termo de Compromisso próprio (município de São Paulo e fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes) e mais restritivo.

É de rigor, portanto, que o município de São Paulo observe os termos do Acordo Setorial de Embalagens de 2015.

O problema que se impõe é que o Acordo Setorial de Embalagens de 2015, no parágrafo primeiro, do Item 6.5., da Cláusula Sexta, dispõe que as operações realizadas pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos relativas à logística reversa poderão ser devidamente remuneradas, nos termos do art. 33 §7º da Lei 12.305/10, na forma acordada entre as partes, diretamente ou indiretamente, proporcionalmente à quantidade de embalagens recolhidas de forma a atender ao previsto no inciso IV do caput do Artigo 36 da Lei 12.305/2010.

Nota-se, de largada, que o Acordo Setorial de Embalagens de 2015 infringe o parágrafo 7º, do artigo 33, da Lei Federal nº 12.305/10, ao dispor que **poderão** ser devidamente remuneradas, **ao invés de determinar que serão** devidamente remuneradas.

Além disso, o Acordo Setorial de Embalagens de 2015 é genérico e não prevê mecanismos que permitam ao município de São Paulo a efetiva cobrança dos custos arcados (diretamente ou via pagamento de tarifa às suas concessionárias) aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de Embalagens em Geral.

Corroborando o entendimento acima o fato do Ministério Público do Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal terem proposto Ação Civil Pública ("ACP") – Processo nº 0015159-35.2016.4.03.6100, em trâmite perante a 17ª Vara Federal de São Paulo - contra a União Federal, Compromisso Empresarial para Reciclagem ("CEMPRE") e diversos outros entes do seguimento de Embalagens em Geral, visando, entre outras coisas:

"2.c) CONDENAR as Rés em obrigação de fazer consubstanciada em corrigir as inúmeras omissões do Acordo Setorial, determinando que firmem termo aditivo que contemple a revisão de todos os termos e condições do sistema de logística reversa instituído de forma a atender integralmente os princípios e objetivos da PNRS, a ordem hierárquica na gestão dos resíduos sólidos e especialmente:

N.º: CHH-P-RL-0026/18	REV. 0	FL. 89/98		

ANEXO 38 - TRECHOS DO RELATÓRIO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE LOGÍSTICA REVERSA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (4 DE 7)

(...)

iii. estabelecer fórmula obrigatória, e não facultativa como consta do parágrafo primeiro da cláusula 6.5, do acordo setorial, para remuneração justa, baseada em critérios econômicos e reais, pelas atividades inerentes ao sistema de logística reversa de embalagens em geral, de obrigação exclusiva dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, executadas pelos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – municípios – do Estado de São Paulo.”

Observa-se nitidamente da pretensão deduzida pelos Ministérios Públicos que o Acordo Setorial de Embalagens de 2015 precisa ser corrigido de modo que se torne auto executável e se preste aos fins previstos no parágrafo 7º, do artigo 33, da Lei Federal nº 12.305/10.

Nesse sentido, salvo melhor juízo, abrem-se duas possibilidades ao município de São Paulo.

A primeira é que o município de São Paulo celebre um Acordo Setorial ou Termo de Compromisso próprio e específico com os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de Embalagens em Geral, onde as regras para remuneração do primeiro pelos segundos em razão da prática das atividades de Logística Reversa estejam claras e bem delimitadas, sendo impositivo e não opcional, de modo a permitir a sua auto executoriedade.

A segunda é que o município de São Paulo ingresse nos autos da mencionada ACP - ainda na fase bastante incipiente de citação das inúmeras partes envolvidas -, valendo-se de uma das modalidades de Intervenção de Terceiros previstas nos artigos 119 a 124 do CPC/15, especialmente na modalidade de Assistência Litisconsorcial (artigo 124 do CPC/15), na medida em que sentença a ser proferida pelo MM. Juízo da_ Vara Federal de São Paulo influirá na relação jurídica entre o município de São Paulo e os signatários do Acordo Setorial de Embalagens de 2015.

Um exemplo dessa postura é a Ação Civil Pública – Processo nº 9021595-44.2017.8.21.0001, em trâmite perante a 10ª Vara da Fazenda Pública - proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Município de Porto Alegre e Departamento Municipal de Limpeza Urbana contra o CEMPE e demais signatários do Acordo Setorial de Embalagens de 2015, objetivando exigir a efetiva implantação da Logística Reversa de Embalagens em Geral, bem como o estabelecimento de mecanismos para remunerar o município pelo percentual de embalagens recuperado para a indústria por meio da coleta seletiva.

N.º: CHH-P-RL-0026/18	REV. 0	FL. 90/98	<small>AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA</small>		

ANEXO 38 - TRECHOS DO RELATÓRIO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE LOGÍSTICA REVERSA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (5 DE 7)

Nessa ação as partes estão negociando um acordo.

Caso as negociações sejam infrutíferas, será aberto prazo para contestação.

O exemplo acima citado mostra uma postura proativa do município, capaz de o eximir de eventuais responsabilidades por omissão.

Por um caminho (Acordo Setorial ou Termo de Compromisso próprio) ou por outro (intervenção na ACP), o município de São Paulo terá a possibilidade de equacionar, com precisão, questões referentes não apenas à sua remuneração, mas também às penalidades aplicáveis em caso de descumprimentos, ao fornecimento de áreas ou outros bens às empresas de logística reversa, à relação com as cooperativas etc.

Acreditamos que, com isso, o município de São Paulo estará resguardando o seu direito e evitando futuros questionamentos por parte dos órgãos de controle, como o próprio Ministério Público e Tribunal de Contas, em razão de uma inércia lesiva aos cofres públicos.

N.º: CHH-P-RL-0026/18	REV. 0	FL. 91/98	<small>AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA</small> <small>PREFEITURA DE SÃO PAULO</small> <small>PREFETURAS REGIONAIS</small>	

ANEXO 38 - TRECHOS DO RELATÓRIO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE LOGÍSTICA REVERSA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (6 DE 7)

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se negociar um Termo de Compromisso entre a PMSP e o CEMPRE no sentido de fazer valer os conceitos da lei da PNRS, acelerar a implantação plena do sistema na cidade e, desta forma, aliviar o caixa da PMSP. Caso se opte pela adesão ao Termo de Compromisso firmado com o Governo de Estado por meio da CETESB, recomenda-se avaliar a conveniência de incluir como adendo os pontos elencados a seguir, que também são propostos como sugestão de uma pauta de negociação com a Coalizão de empresas.

- a) Definir metas progressivas para realização e/ou financiamento da coleta de resíduos de embalagens em geral no município pelo CEMPRE atreladas ao crescimento da coleta seletiva pública e à implantação de PEVs pelo CEMPRE. O Anexo 6 apresenta uma avaliação feita pelo Consórcio.
- b) Definir sistemática de remuneração, tanto para o município, como para as cooperativas, pelos serviços ambientais prestados relativos à coleta e separação de embalagens em geral, levando em consideração seu desempenho.
- c) Negociar cobrança pelo encaminhamento de resíduos e rejeitos de embalagens das cooperativas aos aterros municipais.
- d) Transferir a gestão e financiamento das cooperativas para o CEMPRE, incluindo as centrais mecanizadas, informando a PMSP do planejamento e resultado das ações permanentemente.
- e) Discutir a adesão a um sistema de Bolsa para negociação de certificados de destinação ambiental (CDA), conforme descrito no Anexo 3.
- f) Solicitar acesso ao sistema de monitoramento das quantidades de embalagens colocadas no mercado interno e das embalagens recuperadas pelo sistema de logística reversa, conforme item ii do parágrafo segundo do AS. Os dados constantes do último RD do CEMPRE, de janeiro de 2017, analisado no Anexo 2 deste relatório, apresentam enorme quantidade de dados inconsistentes, ou não verificáveis.

N.º: CHH-P-RL-0026/18	REV. 0	FL. 23/98	<small>AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA</small>		

ANEXO 38 - TRECHOS DO RELATÓRIO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DE LOGÍSTICA REVERSA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (7 DE 7)

- g) Garantir a ampliação efetiva dos PEVs em comércio e pontos acessíveis aos munícipes, sob responsabilidade dos integrantes da Coalizão, de forma a cobrir a integralidade do território do município. A densidade de PEVs e a distância máxima a ser percorrida pelos munícipes deve ser criteriosamente definida em conjunto com a PMSP de forma a que não haja zonas não cobertas na cidade.
- h) Adesão dos responsáveis pela fabricação de embalagens e/ou produtos comercializados em embalagens a uma entidade como pré-requisito para efetuar vendas no mercado municipal. Negociar esta obrigatoriedade no âmbito estadual e federal.
- i) Estabelecer penalidades por não atingimento de metas tornando o TC auto executável.
- j) Solicitar acesso ao Plano de Implantação da Fase 2 conforme item c do Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira do AS, assim como ao Plano de Comunicação conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula Nona do AS.
- k) Apresentar plano de comunicação social consistente a ser veiculado de forma constante e ser aprovado pela PMSP.
- l) Inserir a assessoria jurídica da AMLURB no Núcleo da Logística Reversa.

N.º: CHH-P-RL-0026/18	REV. 0	FL. 24/98	AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA		

AUTORA DO TRABALHO

Marli Aparecida Sampaio

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7801531627080972>
Última atualização do currículo em 14/08/2018

Doutora em Ciências da Saúde pela USP - Universidade de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública: Programa de Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade (2018). Advogada formada em Direito pela USP - Universidade de São Paulo (1990-1994). Mestrado em Direitos Difusos e Coletivos pela Universidade Metropolitana de Santos (2004-2008). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Universidade Dom Bosco - MS). Extensão em Metodologia do Trabalho Científico (Portal da Educação) Coordenadora do Núcleo Penha de França da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. Advogada especialista na propositura e defesa em Ações Cíveis Públicas. Professora da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - ESA Central - desde o ano de 1998. Ex-Diretora Executiva do Procon de São Paulo (2005-2007). Presidente da Associação Civil SOS Consumidor (2008 - atual). Professora Convidada da Escola Paulista de Magistratura de São José dos Campos. Professora Convidada da Faculdade de Direito São Bernardo do Campo. Professora Convidada na Pós-graduação em Direito do Consumidor na Unisantos-SP. Co-autora do Livro Código Civil Interpretado ? artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Editora Manole. Co-autora do Livro ?Código do Consumidor Interpretado ? artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Editora Manole Autora de vários artigos jurídicos publicados em jornais e revistas. E-mail marli.samp@uol.com.br ou m_samp2014@usp.br (**Texto informado pelo autor**)

Identificação

Nome Social	Marli Aparecida Sampaio
Nome em citações bibliográficas	SAMPAIO, M. A.; Sampaio (BR)_

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2014 - 2018	Doutorado em Ciências. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: JUSTIÇA AMBIENTAL NAS ATRIBUIÇÕES DE RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA: O caso do direito de acesso à coleta seletiva no Município de São Paulo, Ano de obtenção: 2018. Orientador: DEISY DE FREITAS LIMA VENTURA. Palavras-chave: Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade. Grande área: Ciências da Saúde Setores de atividade: Atividades de atenção à saúde humana.
2002 - 2007	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 4). Universidade Metropolitana de Santos, UNIMES, Brasil. Título: 'A CRISE NO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - ANOS 2006 A 2007 E AS VIOLAÇÕES A DIREITOS DO CONSUMIDOR', Ano de Obtenção: 2008. Orientador: Luiz Antonio Rizzatto Nunes.
2016 - 2017	Especialização em Pós-graduação em docência do Ensino Superior. (Carga Horária: 420h). Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Brasil. Título: A AULA EXPOSITIVA DIALOGADA E OS DESAFIOS TECNOLÓGICOS DO ENSINO NO SÉCULO XXI.
2016 - 2016	Orientador: Gisela de Moura Bluma Marques. Aperfeiçoamento em Metodologia da pesquisa científica. (Carga Horária: 30h). Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil. Título: Não realizada. Ano de finalização: 2016.
1990 - 1994	Graduação em direito. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

ORIENTAÇÃO

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Deisy de Freitas Lima Ventura) <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784625Y2>

Deisy de Freitas Lima Ventura

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4248765154816650>

Última atualização do currículo em 20/04/2018

Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP); Professora da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade. É Doutora em Direito Internacional e Mestre em Direito Comunitário e Europeu da Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne. Graduada em Direito e Mestre em Integração Latino-americana da Universidade Federal de Santa Maria. É editora-executiva da Revista Saúde e Sociedade, e membro do NAP-DISA (Núcleo de Pesquisa em Direito Sanitário) da FSP/USP. Exerceu a Cátedra Simon Bolívar do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris 3 (Sorbonne-Nouvelle, 2007), foi professora convidada de Sciences-Po Paris (Ciclo Iberoamericano de Poitiers, 2007) e convidada do Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento (IHEID) de Genebra no Programa Global South Scholar in Residence (2010-2011). Foi Consultora Jurídica da Secretaria do Mercosul (Montevideu, 2003-2006). Foi professora adjunta e Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria. Publicou 15 livros sobre temas internacionais e de educação jurídica. Coordena no IRI o projeto de extensão universitária São Paulo Cosmópolis (parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo). Seus temas atuais de pesquisa são a permeabilidade entre Direito Internacional e interno, particularmente no campo da saúde global e da mobilidade humana; ética e saúde global; e a Educação (com ênfase no emprego da arte na formação do internacionalista). Blog: <http://saudeglobal.org/> Twitter: http://twitter.com/Deisy_Ventura **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Deisy de Freitas Lima Ventura
Nome em citações bibliográficas	VENTURA, D. F. L.; VENTURA, DEISY DE FREITAS LIMA; VENTURA, DEISY

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais da USP. Avenida Professor Lúcio Martins Rodrigues, s/n - Travessas 4 e 5 Butantã 05508020 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30910545 Fax: (11) 30911898 URL da Homepage: deisy.ventura@usp.br
------------------------------	---

O movimento pela coleta seletiva de lixo urbano somente poderia nascer ali onde as lixeiras estavam cheias de plásticos e papel e onde há razões para inquietar-se pela produção de dioxinas ao incinerar tais lixeiras. ALIER

Por justiça ambiental entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas.

HERCULANO, S.